UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PARA ONDE VAI A VOZ QUE AINDA ECOA EM NÓS? A DIALÉTICA ALIENAÇÃO/TRANSFORMAÇÃO NO TRABALHO DOS PROFESSORES

TESE DE DOUTORADO

Clarice Zientarski

Santa Maria, RS, Brasil.

2013

PARA ONDE VAI A VOZ QUE AINDA ECOA EM NÓS? A DIALÉTICA ALIENAÇÃO/TRANSFORMAÇÃO NO TRABALHO DOS PROFESSORES

Clarice Zientarski

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS), como requisito para obtenção do grau de
Doutora em Educação

Orientadora: Profª Drª Sueli Menezes Pereira

Santa Maria, RS, Brasil.

2013

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática
da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Zientarski, Clarice
Para onde vai a voz que ainda ecoa em nós? a dialética alienação/transformação no trabalho dos professores / Clarice Zientarski.-2013.
211 p.; 30cm

Orientadora: Sueli Menezes Pereira
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, RS, 2013

1. Alienação 2. Transformação 3. Trabalho 4. Terceirização I. Pereira, Sueli Menezes II. Título.

© 2013
Todos os direitos autorais reservados a Clarice Zientarski. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.
E-mail: claricezientarski@yahoo.com.br

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Tese de Doutorado

PARA ONDE VAI A VOZ QUE AINDA ECOA EM NÓS? A DIALÉTICA ALIENAÇÃO/TRANSFORMAÇÃO NO TRABALHO DOS PROFESSORES

elaborada por
Clarice Zientarski

como requisito para obtenção do grau de
Doutora em Educação

COMISSÃO EXAMINADORA

Sueli Menezes Pereira, Profª Drª (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Celi Nelza Zülke Taffarel, Profª. Drª. (UFBA)

Marlene Ribeiro, Profª. Drª. (UFRGS)

Diorge Alceno Konrad Prof. Dr. (UFSM)

Sérgio Alfredo Massen Prieb, Prof. Dr. (UFSM)

Clóvis Renan Jacques Guterres, Prof. Dr. (UFSM)

Hugo Antônio Fontana, Prof. Dr. (UFSM)

Santa Maria, 26 de abril de 2013.

AGRADECIMENTOS

À Banca Examinadora

Com Gramsci compreendi que todos os homens do mundo à medida que se unem entre si, em sociedade, trabalham, lutam e melhoram a si mesmos. Entendo, portanto, esta afirmação, como um momento de contribuição e crescimento, ao entregar este trabalho em suas mãos, pois de tudo o que aprendi, o que consegui maior significado foi construído coletivamente.

Aos meus familiares

Pela tolerância, pela aprendizagem adquirida com meus filhos e netos, pela compreensão do coletivo que aprendi com minha filha, pelo apoio especialmente nos momentos difíceis, por parte do meu companheiro de todas as horas e, principalmente por não “cortarem minhas asas”

Sueli Menezes Pereira

“Há pessoas que nos falam e nem as escutamos;
há pessoas que nos ferem e nem cicatrizes deixam
mas, há pessoas que simplesmente aparecem em nossa vida
e nos marcam para sempre"
(Cecília Meireles)

Aos trabalhadores

“Pois a vitória de um homem. Às vezes se esconde. Num gesto forte. Que só ele pode ver... Eu sou guerreiro. Sou **trabalhador”**.

O Rappa

Aos sujeitos da pesquisa

Por abrirem espaço em suas vidas e agendas, pela receptividade e contribuição, pois sem eles este trabalho não teria como existir.

RESUMO

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Santa Maria

PARA ONDE VAI A VOZ QUE AINDA ECOA EM NÓS? A DIALÉTICA ALIENAÇÃO/TRANSFORMAÇÃO NO TRABALHO DOS PROFESSORES

AUTORA: Clarice Zientarski
ORIENTADOR: Profa. Dra. Sueli Menezes Pereira
Santa Maria, 26 de abril de 2013.

Este estudo pretende realizar uma síntese dialética sobre as características que se fazem presentes no trabalho dos professores que, oriundos dos movimentos sociais da categoria, e ou dos sindicatos, passam a trabalhar na área da educação (no governo federal), como terceirizados, no contexto das transformações operadas à luz das políticas neoliberais do Estado. Procura analisar, portanto, se o trabalho realizado, nestas condições por estes profissionais, apresenta uma possibilidade de transformação, ou se pode ser considerado como um trabalho alienado por conta do modelo econômico político e social vigente. Trata, assim, da dialética alienação/transformação no interior de uma dada totalidade (o trabalho dos professores/consultores, no Estado brasileiro). O problema de pesquisa consiste na análise e discussão sobre o trabalho realizado pelos sujeitos da pesquisa, fundamentando a investigação nas condições de trabalho destes sujeitos e a identificação das categorias de transformação ou alienação no trabalho, considerando, com Marx, que o trabalho estranhado, estranha o homem em relação a si mesmo e aos outros homens, estranha do homem o gênero humano. Busca compreender como se deu a inserção destes professores na função a serviço do Estado, quais são as condições de trabalho, as contradições, as possibilidades de ação e/ou autonomia de gestão que se apresentam diante de um processo de flexibilização e precarização do trabalho e de controle institucional. Fundamenta-se na dialética alienação/transformação, no trabalho e no papel do Estado como um agente do capital, um “ente alienado” e “alienante”. Procura investigar até que ponto a realidade sinalizada por La Boetie de que ao homem todas as coisas parecem naturais, nas quais é criado e nas quais se habitua, pode ser transformada. Estes professores encontram-se no centro da contradição, pois, embora tenham uma formação de base no movimento social, nos partidos políticos, nas igrejas, e em outros espaços formativos, portanto, supostamente politizados, encontram-se no exercício de seu trabalho, contratados, a serviço do Estado. Conclui-se que, neste mesmo trabalho que aliena, encontra-se a possibilidade da transformação em sentido amplo, e a auto-realização dos professores/consultores.

Palavras-chave: Alienação. Transformação. Trabalho. Terceirização.

ABSTRACT

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Santa Maria

WHERE DOES THE VOICE THAT STILL IS INSIDE US GO? THE TRANSFORMATION/ALIENATION DIALECTIC AT TEACHERS' WORK

AUTHOR: Clarice Zientarski
ADVISER: Profa. Dra. Sueli Menezes Pereira
Santa Maria, April 26th, 2013.

This study intends to analyze the characteristics that are present at teachers' work who, from category social movements, and/or from the union, begins to work into education area (at federal government), as outsourced workers, in the context of transformations done according to State neoliberal politics. It seeks analyzing, thus, if the work carried out, in this condition by these professionals, represents a possibility of transformation, or if can be considered as an alienated work due to the current social, politic and economic model. It deals, so, with the alienation/transformation dialectic inside a certain totality (a teacher/consultant work, into State from Brazil). The research problem consists on analyzes and discussion upon the work carried out by the research individuals, taking as framework these individuals' work conditions and the identification of categories of transformation or alienation at the work, considering, as Marx, that the unfamiliar work makes the man unfamiliar to himself and to others, he becomes unfamiliar to human genre. It aims to comprehend how was the integration of these teachers into the function at the service to the State, what the work conditions are, the contradictions, the action and/or administrative autonomy possibilities that are possible in face of a process of making work flexible and precarious and under institutional control. It considers transformation/alienation dialetics, in work and in State role as a capital agent, an "alienated" and "alienating". It seeks to investigate until what proportion the reality pointed out by La Boetie, of for man all things seems to be natural, the ones in which is grew up and used to, but it just making he be naive, can be transformed. These teachers are in the contradiction core, because, spite of having a basis formation in social movements, in party political, in churches, and in other formative spaces, so, supposedly politicized, they are acting in their work, contracted, to serve the State. It concludes that, in this same work which causes alienation, there is a possibility of transformation in a broad sense, and self-realization by consulters/teachers.

Keywords: Alienation. Transformation. Work. Outsourcing.

LISTA DE SIGLAS

ABC	Associação Brasileira de Cooperação
ANS	Acordo do Nível de Serviço
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CGPEC	Coordenação Geral de Políticas de Educação do Campo
CGPEC	Consultoria em Gestão de Projetos e Controle Ltda.
CGU	Controladoria Geral da União
CLT	Consolidação da Lei Trabalhista
DAS	Direção e Assessoramento Superior
DF	Distrito Federal
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EC	Emenda Constitucional
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EUA	Estados Unidos da América
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudo do Ensino Superior
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GDF	Governo do Distrito Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização de Cooperação para Desenvolvimento Econômico
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OIE	Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura
ONG	Organização Não-Governamental

ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAR	Plano de Ações Articuladas
PCCTAE	Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PIB	Produto Interno Bruto
PNAIC	Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
RFB	Secretaria da Receita Federal
RJU	Regime Jurídico Único
RS	Rio Grande do Sul
SASE	Secretaria de Articulação dos Sistemas de Ensino
SEB	Secretaria da Educação Básica
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SERES	Secretaria de Regulamentação e Supervisão da Educação Superior
SESU	Secretaria de Ensino Superior
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAF	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGETEC	Sistema de Gestão Tecnológica
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento, Gestão e Controle
STN	Secretaria do Tesouro da União
TCU	Tribunal de Contas da União
TOR	Termo de Referência de Contratação
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USAID	U. S. Agency for International Development
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Entrevista com Servidores Efetivos do MEC 207
Anexo B – Questões iniciais das entrevistas com professores/consultores 209
Anexo C – Relação dos Sujeitos entrevistados: 211

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Valores aplicados na função Educação em comparação com o % do PIB 112

Gráfico 2 – Orçamento sob supervisão do Ministério da Educação* (em R$ bilhões) 114

Gráfico 3 – Despesas empenhadas, por função (2011) - Total R$ 1,68 trilhões..... 115

Gráfico 4 – Organograma dos Setores do Ministério da Educação..... 118

Gráfico 5 – Auditoria da CGU nos contratos de consultoria com organismos internacionais 141

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 19
Os sujeitos da pesquisa 33

CAPÍTULO I – O TRABALHO HUMANO: FONTE DE SOBREVIVÊNCIA, REALIZAÇÃO OU ALIENAÇÃO? 37

1.1 O processo de trabalho 40
1.2 O trabalho e o trabalhador como mercadoria 41
1.3 Trabalho concreto e trabalho abstrat 45
1.4 As relações de trabalho e as transformações do sistema do capital 48
1.5 A alienação no trabalho 49
1.6 A Precarização e intensificação do trabalho no contexto atual 56
1.7 A intensidade do trabalho e a produtividade 59

CAPÍTULO II – A COMPLEXIDADE NAS RELAÇÕES QUE ENVOLVEM O ESTADO LIBERAL: DA COERÇÃO À LIMITAÇÃO 61

2.1 As classes sociais e o Estado 64
2.2 O poder das classes e o poder do Estado 67
2.3 A burocratização do/no Estado 71
2.4 O Estado Social ou o Estado de Bem-Estar Social 75
2.5 A Regulação e a Reforma de Estado: O Estado Gerencial Neo/liberal 79

CAPÍTULO III – A CONJUNTURA ATUAL BRASILEIRA, O TRABALHO E AS RELAÇÕES PRESENTES NA PRIVATIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO 85

3.1 A Privatização no contexto da globalização e a redução do papel do Estado 87
3.2 A terceirização dos serviços públicos no Brasil 90
3.3 Demarcação legal para a terceirização no âmbito da administração pública brasileira 97

CAPÍTULO IV – A TERCEIRIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO ÓRGÃO ESTATAL: CORROBORANDO COM A ALIENAÇÃO 105

4.1 O Ministério da Educação como espaço de trabalho e organização da política educacional 110
4.2 A estrutura, o funcionamento e o trabalho no Ministério da Educação 117
4.3 Os Organismos Internacionais: A UNESCO 120
4.3.1 Os projetos da UNESCO no Brasil 123
4.4 As condições de trabalho no Órgão Estatal em estudo 127
4.5 As relações entre a precariedade das condições de trabalho e as demandas dos Estados, Municípios e Distrito Federal: o olhar dos servidores efetivos e contratados 133
4.6 A alienação no trabalho: o professor/consultor no centro das contradições 137

CAPÍTULO V – O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EMANCIPATÓRIO E TRANSFORMADOR: EXISTE ESTA POSSIBILIDADE EM ESPAÇO E CONJUNTURA NEOLIBERAIS? 149

5.1 As relações que permeiam o trabalho em nível de Estado e as limitações impostas pelos organismos internacionais 152
5.2 A negação da negação: o trabalho como princípio educativo emancipatório 157

5.3 Meios e fins: luta de classes como caminho para a transformação social 164
5.4 As contribuições para a educação brasileira e para o trabalho dos professores/consultores sob o olhar dos sujeitos da pesquisa: uma perspectiva transformadora? 171
CONSIDERAÇÕES 181
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 191
ANEXOS..... 205

INTRODUÇÃO

O trabalho tem o propósito de identificar as possibilidades e/ou limitações/entraves que se apresentam no trabalho dos professores, quando os mesmos passam a trabalhar como consultores (contratos temporários) a serviço do Estado, considerando que, durante grande parte de sua vida profissional, estiveram ligados ao movimento social da categoria em embate permanente com as questões governamentais.

Busca verificar as características presentes nas condições de trabalho destes professores, no que se refere aos aspectos administrativo-pedagógicos, bem como às ações e/ou às atitudes diante do contexto vivido, no momento em que passam a ocupar funções burocráticas de caráter institucional.

Procura realizar uma síntese dialética, para identificar se o trabalho realizado nestas condições por estes profissionais apresenta uma possibilidade de transformação, ou se pode ser considerado como um trabalho alienado (MARX, 2009; SADER, 2009), por conta do modelo econômico político e social vigente. Trata, assim, da dialética alienação/transformação no interior de uma dada totalidade (o trabalho dos professores/ consultores, com contratos terceirizados, prestando serviço junto aos órgãos do Governo Federal).

Este estudo foi desenvolvido no período de 2011 a 2013, no qual a maioria dos sujeitos da pesquisa assumiu seu trabalho como consultor em secretarias do Governo Federal, na área da educação. Uma minoria dos investigados já estava exercendo essa função há mais tempo. Neste enfoque, compreende-se que o Governo atual, apesar de ter sua origem na esquerda, de pertencer em sua maioria a um partido[1] de esquerda, integra-se ao mundo capitalista neoliberal (FILGUEIRAS, 2006), cujas ações não correspondem às expectativas da sociedade quando de sua campanha presidencial, o que se situa em um contexto dos ditames do capital.

Em trabalho anteriormente realizado (ZIENTARSKI, 2006), analisou-se as relações entre o Estado e a sociedade civil por meio dos movimentos sociais dos

---

[1] O Partido do qual são originários os dois últimos presidentes brasileiros consolidou-se como um partido da esquerda. Entretanto, não ocorreu o que conforme Lênin, ao trazer uma carta de Lassalle a Marx, em 1852, seria necessário: “o Partido reforça-se depurando-se” (LÊNIN, 1986, p.79).

professores e seu caráter educativo. Esses movimentos foram ricos e aprendizagens para os envolvidos, especialmente, por revelar uma grande capacidade de mobilização e politização do professorado, assim como para sociedade, ao acompanhar o movimento. Concluiu-se, então, que os movimentos realizados pelos professores, ao estabelecerem uma correlação de forças, contribuíram com o processo de democratização da escola pública, embora não tenham sido decisivos, pois, iniciava-se, neste período, um grande movimento de afastamento por parte do Estado das questões sociais e educacionais.

Na sequência, à medida que o tempo foi passando e o neoliberalismo sendo implantado, consolida-se este afastamento do Estado das questões sociais. A partir da década de 1990, quando este modelo econômico avançou, com as transformações nas relações de trabalho, avançaram também algumas formas de resistência. Passou-se a viver, no Brasil, um período caracterizado pela resistência às reformas neoliberais (GOHN, 1997) com ênfase na luta pela manutenção de direitos e de conquistas contra as reformas estruturais dos governos.

No que diz respeito às relações de trabalho, durante o governo do Presidente Collor, em 1990, estabeleceu-se um processo de difamação e conseqüente descrédito dos serviços públicos, com o objetivo de criar as condições objetivas para a implantação de seu projeto de reformas na administração e no serviço público (MASCARENHAS, 2000). Neste pleito, contou-se com a influência da mídia, buscando o apoio da população e, para dar veracidade, expressões como *marajás* e *aproveitadores* foram largamente disseminadas na sociedade, criando uma identidade negativa dos servidores. Assim, conforme Mascarenhas:

> São atribuídas a estes as características de comodismo, improdutividade, incompetência e descomprometimento com as práticas do serviço público e atuação profissional. Atributos próprios à imagem do velho “barnabé”, agora acrescentado de outros traços, mais “modernos”, como “marajá” “aproveitadores”, etc (MASCARENHAS, 2000, p. 123).

Conjuntamente com os argumentos pejorativos deste governo aos servidores, realizou-se uma reforma administrativa, cujas ações contribuíram para a implantação do projeto neoliberal no Brasil e, ao serem incorporadas na administração do serviço público, levaram à extinção de órgãos, à disponibilização e demissão de funcionários públicos federais. Além disso, a reforma da previdência e o contingenciamento dos recursos destinados às políticas sociais públicas são algumas das atitudes, tomadas

pelo Governo, em nome da redução do Estado brasileiro e da ampliação do poder do mercado.

Esse procedimento foi impulsionado no Governo Collor, sendo consolidado no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) com a efetiva redução do tamanho do Estado brasileiro, por meio da implantação definitiva do neoliberalismo como novo modelo econômico (REIS, 2011).

A postura do Estado brasileiro, de mercantilização e de incorporação do modelo econômico, acarretou no arrefecimento da luta sindical, na pulverização dos sindicatos, no atrelamento destes ao governo em contradição ao crescimento do número de sindicatos e de sindicalizados. Provocou, portanto, a perda das conquistas trabalhistas, o rebaixamento dos salários e o crescimento do desemprego, resultando em miséria, escravidão e pauperismo.

No momento atual brasileiro, esta condição segue acontecendo, à medida que as ações realizadas, pelo menos até este momento, não diferem tanto dos governos anteriores quanto esperavam os servidores, os movimentos sociais organizados e os demais trabalhadores brasileiros.

Essa realidade pode ser elucidada nas palavras de Lessa e Tonet, ao afirmarem que:

> Desconhecer que a sociedade ‘em seu conjunto’ não é homogênea enquanto for uma sociedade de classes, fragmentada por interesses antagônicos – e que o Estado e o Direito estão a serviço das classes dominantes-, tem levado os trabalhadores a se iludirem com propostas políticas irrealizáveis, que buscam eliminar o caráter de classe do Estado e do Direito e a humanizar o capitalismo (LESSA; TONET, 2008, p.102).

Neste sentido, ocorrem inúmeros conflitos que envolvem as relações entre trabalho e capital, os quais, em parte, são minimizados por meio de programas sociais afirmativos, indicando que o Estado neoliberal, no contexto do modo de produção capitalista, contribui para ocultar as relações e os conflitos presentes entre o capital e o trabalho.

Isso porque o Estado capitalista atua sobre a classe trabalhadora no sentido de evitar que as forças potencialmente revolucionárias desta classe se organizem como sujeitos coletivos, como bloco revolucionário unido em busca da transformação. O Estado, embora constituído para toda a sociedade, por sua postura capitalista neoliberal, deixa poucas alternativas; inclusive, leva à submissão, visto que assumidamente fica a serviço da classe dominante. Dessa forma, assume

o propósito de conservar ou de promover a base econômica de acordo com uma classe social e, para isso, conta com o apoio da sociedade civil, o qual é fundamental para a sua sustentação. Ao avocar o princípio de desenvolvimento econômico, apresenta em sua defesa o princípio do:

> [...] livre acesso à mundialização do capital, [que] segundo os arautos neoliberais, poderia contribuir para a constituição de um novo padrão de financiamento e de investimento do capitalismo brasileiro, capaz de dar um novo impulso à acumulação de capital no Brasil (GOLDESTEIN, 1994, p. 99).

Assim, com o intuito de buscar respostas para as questões da pesquisa, apresentam-se alguns questionamentos com relação ao Estado que, como força, consenso e coerção (GRAMSCI, 2004), em alguns momentos, assume a característica de “ampliado”, na concepção Gramsciana e, em outros, se torna “mínimo” diante do sistema. Este movimento dialético do pensamento de Gramsci possibilita a análise das relações políticas presentes em um duplo movimento, que é antagônico e unitário, de coerção e consenso, pois o Estado, nesta condição, organiza-se para criar pseudo-identidades de governos que defendem os interesses sociais.

No caso do trabalho dos professores/consultores, sujeitos da pesquisa, as condições de trabalho em que se encontram – com jornadas excessivas, burocracia, falta de autonomia na realização do trabalho, excesso de tarefas e metas a serem cumpridas –, acabam por gerar conflitos e embates com relação: aos fins da educação, à qualidade e equidade educacional e aos anseios e necessidades da categoria profissional frente aos objetivos destes profissionais ao ingressarem neste trabalho. Compreende-se, nesta ótica, que os trabalhadores, como professores/consultores, conforme afirma Stelamaris (sujeito desta pesquisa), são:

> *[...] Em minhas experiências, ser consultor é uma opção que implica em não vinculação empregatícia e concordância com a dinâmica de trabalho necessária ao encaminhamento das ações do setor, do qual serão extraídos os subsídios e o acesso às condições operacionais para o desenvolvimento da pesquisa e elaboração dos registros resultantes das mesmas. É, também por um lado, uma forma que a instituição encontrou para suprir a deficiência no quadro de efetivos e por outro, a garantia de remuneração de pessoas ainda sem emprego e ou a complementação de sua renda mensal. Constitui-se condição para ser consultor, a desvinculação empregatícia às instituições públicas e um trabalho terceirizado (STELAMARIS, 2013).*

Essa concepção de trabalho se faz presente e envolve o Estado, os organismos internacionais, as suas relações e sua forma de agir, o que torna fundamental a sua análise para o entendimento do contexto atual, especialmente no que diz respeito às políticas educacionais.

Defende-se, portanto, a relevância do estudo, justificando com Marx, que o elemento definidor da sociabilidade humana está nas categorias apoiadas na produção e reprodução dos homens sobre bases materiais. Esse mesmo princípio que afasta produtor e produto, ao apoiar-se na apropriação desigual dos produtos do trabalho, parece estar impregnando também o trabalho dos professores/consultores, ao impedir que sua atuação conduza à transformação social.

A dialética que está presente no contexto atual do mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que responsabiliza o trabalhador, tolhe a sua autonomia e impõe limitações, excluindo-o do processo de transformação de seu próprio trabalho e de sua condição, enquanto trabalhador.

O professor teve e tem um papel muito importante na construção histórica dos seres humanos. No momento em que se consolida o modelo neoliberal, a sua importância se acentua por ser ele um dos responsáveis pela formação, transmissão e construção de conhecimento com vistas à manutenção do *status quo*. A compreensão desta realidade tenderá para ações, seja para preparar a sociedade para a resistência, a contestação e a transformação, seja para a aceitação do modelo de Estado excludente em que estamos inseridos. Isso porque o Estado busca se utilizar do trabalho dos professores/ consultores para implantar e reforçar a ideologia dominante, contando, para isso, com o apoio da sociedade civil (GRAMSCI, 2002). A esses trabalhadores cabe a tarefa de compreender criticamente o contexto e os interesses do capital e de contribuir, a partir de uma perspectiva dialética, para evidenciar o processo de alienação para a transformação. Neste contexto, pretende-se, como afirma Marx (2007), captar detalhadamente a matéria, realizar uma análise as suas várias formas de evolução e rastrear a conexão íntima das políticas educacionais neoliberais, do trabalho terceirizado no serviço público e do trabalho dos professores/consultores.

Marx e Engels nos revelam o Estado como uma das formas em que se desenvolve a contradição entre propriedade e trabalho. Ainda nos ajudam a entender que todas as lutas no interior do Estado, “a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito ao voto etc. não são mais do que formas

ilusórias, nas quais as lutas reais das diferentes classes são conduzidas" (MARX; ENGELS, 2007, p. 56-57).

Por esta razão, é preciso expor e realizar uma análise sobre o processo real, partindo da "produção material da vida imediata e do ato de conceber a forma de intercâmbio correspondente a este modo de produção e engendrada por ele" (MARX; ENGELS, 2007, p.61), para ter condições de buscar conhecer a realidade em sua totalidade.

Tendo em vista estas considerações iniciais, o problema central desta pesquisa consiste na questão do trabalho realizado pelos professores consultores, sujeitos da pesquisa, fundamentando a investigação nas condições de trabalho destes sujeitos e a identificação das categorias de transformação ou alienação no trabalho, considerando com Marx que: "o trabalho estranhado, estranha o homem em relação a si mesmo e aos outros homens, estranha do homem o gênero humano" (MARX, 2009. p.84). Neste caso, é necessário compreender até que ponto a realidade sinalizada por La Boetie de que "ao homem todas as coisas parecem naturais, nas quais é criado e nas quais se habitua, mas isso só o torna ingênuo, naquilo que a natureza simples e inalterada o chama; assim a primeira razão da servidão voluntária é o costume" (LA BOETIE, 2003, p. 37), pode ser transformada.

Nesta perspectiva, parte-se do pressuposto de que as contradições e dificuldades encontradas na realização do trabalho acabam comprometendo e limitando as ações dos sujeitos que, durante a realização do trabalho como docentes, lutaram por transformações (**hipótese 1** desta pesquisa).

No contexto em estudo, apesar de todas as limitações, o professor/consultor tem um papel fundamental na transformação, tanto através de seu desempenho como profissional, como da sua participação nas decisões políticas (**hipótese 2** desta pesquisa).

Para refletir sobre as questões mais particularizadas, tem-se como objetivos específicos:

- Apreender em que medida a categoria trabalho, fundamentada na teoria marxiana, compreende a dialética do trabalho no contexto das relações capitalistas;
- Identificar a natureza do Estado, as relações de poder, burocracias e gerenciamento presentes no conjunto da sociedade capitalista;

- Realizar uma síntese dialética sobre o processo de terceirização no serviço público, através dos organismos internacionais nas questões educacionais;
- Identificar e conceituar o trabalho realizado pelos professores que atuam como consultores num contexto do neoliberalismo, em que a alienação se torna um fator preponderante a serviço do Estado;
- Estabelecer as relações entre a dialética alienação/transformação no trabalho dos professores, na condição de consultores.

Com o intuito de atingir esses objetivos, estabeleceu-se a seguinte **metodologia de trabalho**.

Para realizar esta pesquisa, utiliza-se como referencial a dialética materialista histórica, pois, ela é uma teoria do conhecimento capaz de explicitar a realidade, expor as contradições e apontar as possibilidades de superação. Frigotto (1999) define a dialética materialista histórica como uma postura, uma concepção de mundo, como um método (que permite a apreensão radical da realidade) e como uma práxis, à medida que possibilita a busca da transformação e a busca de novas sínteses no âmbito do conhecimento e da realidade histórica.

Ao utilizar esta abordagem, entende-se que este referencial permeia todo o desenvolvimento da pesquisa, não permitindo tratá-lo como algo à parte, visto que não se pode correr o risco de utilizá-lo apenas como formalização acadêmica. Pretende-se, sim, que ele possibilite a articulação entre o real pesquisado e a sistematização, análise e interpretação do objeto em estudo.

Em busca de esclarecimentos para os questionamentos apresentados, utilizam-se referenciais teóricos clássicos, tais como, Marx, Engels e Gramsci, bem como, autores contemporâneos, dentre eles, Mézsaros (2009), Frigotto (1999, 2002, 2005 e 2009), Kuenzer (2002) e Saviani (1983, 2008).

Nesse sentido, Kopnin assinala, ao citar Lênin, que

> O homem tem diante de si uma rede de fenômenos da natureza. O homem instintivo, primitivo, não faz distinção entre si e a natureza. O homem consciente o faz, e as categorias são níveis dessa distinção, [...] e, são níveis do conhecimento do mundo, pontos de confluência na rede, que ajudam a conhecê-la e dominá-la (KOPNIN, 1978, p.91).

Concorda-se com Frigotto (1999), ao definir a dialética materialista histórica como uma postura, uma concepção de mundo, um método (que permite a

apreensão radical da realidade) e, uma práxis à medida que possibilita a busca da transformação e a busca de novas sínteses no âmbito do conhecimento e da realidade histórica. Reafirma-se a continuidade teórica, pelas particularidades da pesquisa, na perspectiva metodológica, explicitada por Marx em seus escritos, pois, o método, como indica Kopnin,

> É um meio de obtenção de determinados resultados no conhecimento e na prática. Todo método compreende o conhecimento das leis objetivas. As leis interpretadas constituem o aspecto objetivo do método, sendo o subjetivo formado pelos recursos de pesquisa e transformação dos fenômenos, recursos esses que surgem com base naquelas leis (KOPNIN, 1978, p. 91).

Entende-se ainda que esta teoria parte das condições reais e não as perde de vista nem por um momento. Ao pesquisar ações de sujeitos históricos sociais, a dialética materialista atende aos propósitos deste trabalho, pois, a partir dela, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos como o é para os empiristas, ou abstratos, ou uma ação imaginária de sujeitos imaginários, como o é para os idealistas (MARX; ENGELS, 2007).

Consideram-se os professores/consultores, sujeitos da pesquisa, como afirmam Marx & Engels (Id., p.41), “indivíduos reais (por) sua ação e (por) suas condições materiais de vida, tanto as encontradas quanto as produzidas através de sua própria ação”. Isso indica a necessidade de utilizar uma abordagem qualitativa, fundamentada através de um “caminho empírico”. Assim, “a observação empírica tem de, necessariamente, provar empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, em cada caso concreto, a relação existente entre a estrutura social e política e a produção” (Ibid., 2007, p. 47).

Usa-se, dessa forma, como base teórico-metodológica, o método histórico dialético entendendo que ele exige o esforço de apresentar os fatos e de interpretá-los. Assim, na perspectiva dialética, conforme menciona Kosik (1985, p.41), o conhecimento concreto da realidade é “um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência aos fenômenos”. Um fenômeno, portanto, que vai da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade. Isso justifica a opção por esta abordagem teórica, a qual tem, na história, o seu fundamento, para estabelecer as relações necessárias entre os fatos e a sua possível compreensão.

A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se perguntar como é possível chegar à compreensão da realidade, como diz Kosik (1985, p. 17). É através dela que se busca entender a sociedade e suas contradições e relacionar o trabalho dos professores/consultores com a conjuntura presente no período em estudo, buscando realizar uma análise sobre os resultados no contexto. Kopnin (1978, p. 91) assegura que, por si mesmas, as leis objetivas não constituem métodos. Tornam-se método os procedimentos que nelas se baseiam e servem para a sucessiva interpretação e transformação da realidade, “para a obtenção de novos resultados”.

Nesta perspectiva, ao realizar uma abordagem sobre o trabalho dos professores/consultores faz-se necessária a articulação dialética da sociedade política com a sociedade civil e suas contradições no sentido dado a elas por Antônio Gramsci. Para este autor, não existem apenas positividades ou negatividades em lados opostos; mas sim, um terreno de lutas dos movimentos e dos sujeitos históricos.

O terreno por onde passa o método da análise desta pesquisa, portanto, é o da contradição, pela abrangência e complexidade do tema alienação/transformação e das ações dos professores/consultores, diante de seu compromisso como profissionais, a serviço do Estado.

Dessa forma, o estudo foi construído em diversos momentos: a) apresentação de elementos que caracterizam o objeto da pesquisa; b) a coleta de dados; c) a aplicação das questões; d) a realização das entrevistas com os sujeitos (ver Anexo A); e) a revisão bibliográfica; f) e, a análise de conteúdo como técnica, para realizar uma análise dos documentos e falas dos sujeitos. Na análise de conteúdo, consoante salienta Bardin, para que uma informação seja possível, é preciso ser tratada de modo a chegar a “representações condensadas (análise descritiva do conteúdo) e explicativas (análise de conteúdo, veiculando informações suplementares adequadas ao objetivo a que nos propusemos” (BARDIN, 1977, p. 52).

A autora afirma que a análise de conteúdo consiste em:

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (ibid., p. 42)

Pertencem ao domínio da análise de conteúdo, portanto, todas as iniciativas que consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens. Nesse processo, é necessário considerar a totalidade, identificando frequências e ou ausências, cuja necessidade vai muito além da observação dos dados.

Para Bardin (Id.), a análise de conteúdo basicamente desdobra-se em três fases, a saber:

1 - pré-análise;
2 - exploração do material;
3 - tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Através dos dados obtidos, busca-se contribuir com a construção do conhecimento em uma perspectiva dialética.

Na realização deste trabalho, inicialmente, fez-se uma revisão bibliográfica sobre as temáticas: terceirização, legislação trabalhista, bem como uma busca de trabalhos que envolvem a terceirização sob a forma de consultorias por produtos. Na sequência, realizou-se uma conversa com os sujeitos da pesquisa, esclarecendo sobre o objetivo da mesma e sobre a importância da sua participação. Também se questionou se eles gostariam de permanecer no anonimato, ou se seus nomes poderiam ser revelados. Assim, dois (02) dos colegas disseram que seus nomes poderiam ser colocados e os demais pediram para que fosse usado um pseudônimo e cada um escolheu o seu.

Nesta perspectiva, combinou-se que as entrevistas seriam feitas em outro local, que não o espaço onde exercem seu trabalho. Esta atitude foi tomada para que não houvesse nenhuma limitação e ou empecilho ético, que impedisse a realização da pesquisa. Os locais foram bastante variados, o que exigiu uma grande mobilidade, tendo em vista a grande distância entre um local e outro em uma cidade como Brasília. Entre as entrevistas, as falas com os sujeitos individualmente e, algumas vezes, com dois ou três ao mesmo tempo, foi necessário um período de mais de um ano, totalizando 14 meses, apenas com entrevistas, conversas, falas, sempre fora do expediente de trabalho.

Para a realização da descrição analítica, e da síntese dialética utilizaram-se, como subsídio, as obras de autores de referência, documentos, leis e decretos, que

serviram como auxilio para confirmação ou não das hipóteses e para atingir os objetivos propostos.

Em relação às questões, tanto as escritas quanto as entrevistas gravadas, filmadas e depois transcritas, buscou-se atender às orientações de Bardin e, inicialmente, realizou-se a pré-análise destas, em profundidade, na qual foram selecionadas as respostas (unidades de significado) que demonstravam e relacionavam o posicionamento dos professores/consultores, para tentar codificar o material coletado.

As questões aplicadas aos sujeitos da pesquisa foram:

1. Inicialmente gostaria de saber quem é você (sua trajetória profissional, pessoal, origens, formação...).
2. Como professor/a de escola básica da rede pública, como você chegou a trabalhar neste órgão estatal, ou seja, quem te contratou ou indicou? Há quanto tempo você está trabalhando aqui?
3. O que significa ser consultor? Qual seu vínculo empregatício? Quais as funções e ou atividades que competem a um consultor? Você realiza a função de consultoria no seu espaço de trabalho?
4. Você participou ativamente das ações do Movimento social dos Professores durante seu período de trabalho como docente em escola pública?
5. Como se sentiu quando chegou para trabalhar a serviço do Estado brasileiro? Qual era sua expectativa?
6. O que você e os demais trabalhadores que vieram de diversos Estados brasileiros para trabalhar aqui (sem concurso) têm em comum em sua opinião?
7. Quais foram e são as maiores dificuldades encontradas? E as possibilidades e ou conquistas?
8. Quais são as ações que mais absorvem seu horário de trabalho? Qual seu horário de trabalho? Como você caracteriza o trabalho que realiza?
9. Você tem participado das decisões que definem as políticas públicas educacionais em nível de país?
10. Como você considera à questão organizativa e de gestão do seu espaço de trabalho? Por quê?
11. Quais são as ações e ou decisões que você participou no que diz respeito à política educacional?
12. Como você analisa e descreve a política educacional brasileira no contexto atual?
13. Você apoia o movimento social de sua categoria profissional em suas reivindicações frente aos governos e isto contribui de alguma forma para transformar a realidade? Do movimento alguém procura você?
14. Quais as suas expectativas para quando encerrar seu contrato, considerando que este é um trabalho temporário?

Nas entrevistas em profundidade, foram abordados os dados encontrados sobre as formas de contratação dos professores/consultores, as relações presentes

no trabalho, o tipo de trabalho realizado e as possibilidades que se apresentam diante do quadro vivenciado.

Ao recolher os dados, procurou-se estimular os entrevistados para que ficassem à vontade, tendo condições de contribuir mais ainda com a pesquisa, pois, suas respostas e colocações seriam de total importância para os objetivos do trabalho, de modo a avançar nos conhecimentos sobre assuntos e temas nos quais o grupo está envolvido.

As questões, que serviram como um dos instrumentos da pesquisa, constituíram-se como uma espécie de “perguntas-guias”, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1988, p.192). Elas seguem orientações que possibilitam sua interpretação por meio do método de análise de conteúdo (BARDIN, 1977, p. 29), pois se pretendeu buscar o máximo possível de elementos de análise que servissem para uma compreensão sistemática da realidade, com rigor, para ir “além das aparências”.

Esta categorização foi feita com a escolha de categorias *a priori* (Precarização do Trabalho, Conjuntura neoliberal, Terceirização, Estado e Organismos Internacionais, Alienação/transformação, Trabalho no contexto neoliberal), sugeridas por meio do referencial teórico, e categorias *a posteriori*, originárias da análise do material e das primeiras entrevistas.

Uma boa categoria, conforme Bardin, deve considerar a exclusão mútua, a pertinência, a homogeneidade, a objetividade, a fidelidade e a produtividade. Marx (2007) propõe uma categoria de análise que possibilite uma nova leitura da realidade, uma realidade viva, construída pela práxis humana, sob influência do modo de produção capitalista.

Bardin esclarece em que consistem as técnicas e como se dá a inferência, ao assegurar que a análise categorial, a mais generalizada e transmitida, pretende levar em conta a totalidade,

> [...] passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência da presença (ou da ausência) de itens de sentido. [...] É o método das *categorias*, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem (BARDIN, 1977, p.36-37).

Trata-se, portanto, de uma técnica que pretende “introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente”. Neste caso, é preciso considerar uma quantidade enorme de depoimentos, de falas que tratam da mesma temática, porém com enfoques diferentes, devido à subjetividade dos entrevistados, à sua concepção de mundo, de sociedade, às dificuldades pelas quais cada um passa na realização do seu trabalho.

A técnica, como destaca Bardin (1977, p. 37), consiste em classificar estes diferentes elementos, nas diversas “gavetas”, segundo critérios susceptíveis de fazer surgir um sentido “capaz de introduzir uma certa ordem”, nesta “desordem” de depoimentos, de alguns desabafos e de outras mensagens que, às vezes, parecem nem ter sentido.

A finalidade dessa classificação foi deduzir certas respostas e dados, que diziam respeito ao objetivo da pesquisa e conduzir à análise “estrutural”. Buscou-se, posteriormente, conhecer as variáveis de “ordem sociológica, histórica” por meio da dedução com “base em indicadores reconstruídos” (BARDIN, 1977, p. 44).

Na sequência, passou-se para a fase do tratamento dos dados. Apresentaram-se os dados das categorias de modo que expressassem um conjunto de significados nas diversas unidades de registro, para se chegar à fase da interpretação. Ao se realizar as interpretações das categorias, objetivou-se a compreensão profunda das mensagens emitidas pelos sujeitos da pesquisa, em uma perspectiva de totalidade, de contradições, de concretude e de historicidade.

É importante ressaltar que todos esses elementos foram permeados pela consulta, leitura e interpretação de um vasto estudo bibliográfico. Neste aspecto específico, a análise é fundamental, por ser ela a síntese das contradições do contexto, “justamente porque o real é um todo estruturado (...) o conhecimento de fatos ou conjunto de fatos da realidade vem a ser o conhecimento do lugar que eles ocupam na totalidade do próprio real” (KOSIK, 1985, p. 41).

Kopnin (1978) assegura que na ciência, enquanto sistema de conhecimento, a relação entre os conceitos se estabelece com base nos princípios aprovados pela prática, pelos conceitos basilares e pelos axiomas que expressam a ideia de uma dada ciência. O pesquisador afirma, ainda, que a ciência é a unidade orgânica do conhecimento, unidade que surgiu por efeito de lei, naturalmente. Seu princípio unificador é o método, que absorveu toda a história antecedente do conhecimento

do objeto. Por isso, a ciência se torna um sistema de conhecimento dotado de sua lógica, vale dizer, de sua lógica aplicada.

Segundo Kopnin (1978, p. 34):

> [...] a experiência conjunta do conhecimento e da atividade prática se constitui na base em que a dialética cria as suas categorias. No sistema de categorias apreendem-se não só os resultados do conhecimento e da prática, mas também as suas tarefas, razão pela qual a dialética materialista é um método do conhecimento científico. As categorias do materialismo dialético não só correspondem aos dados da ciência como ainda antecipam novos resultados, abrem amplas possibilidades para a criação cientifica e lhe indicam rumos promissores.

Seguindo estes parâmetros, este trabalho visou focalizar as ações dos professores/consultores e as relações (regulatórias e emancipatórias) dos profissionais presentes nestes cenários. Os sujeitos da pesquisa (professores/consultores) são considerados elementos de análise e, a partir das entrevistas e dos conhecimentos empíricos trazidos por eles, bem como da análise das entrevistas e da análise de documentos, buscou-se verificar se as hipóteses iniciais se confirmam ou não.

A escolha dos sujeitos, que se constituem como amostra da pesquisa, justifica-se pelo fato de que os mesmos são professores de licenciaturas diferentes, trabalharam em escolas da rede pública, tiveram vínculo empregatício com o seu Estado de origem, em nível municipal, estadual ou federal. Alguns ainda participaram dos movimentos sociais, na condição de grevistas e/ou dirigentes sindicais, nas décadas de 1990 e de 2000. Entende-se, neste caso, que “é o homem como sujeito histórico real que, no processo social de produção e de reprodução, cria a base e a superestrutura, forma a realidade social como totalidade de relações sociais, de instituições e ideias” (KOSIK, 1985, p.51).

Neste aspecto, Kosik afirma que o método da ascensão do abstrato ao concreto é o método do pensamento. Ele é um movimento que atua nos conceitos, no elemento da abstração. A ascensão do “abstrato ao concreto não é a passagem de um plano (sensível) para outro plano (racional); é um movimento no pensamento e do pensamento”. (...) O progresso da abstratividade à concreticidade (...) “O processo do abstrato ao concreto, como método materialista do conhecimento da realidade, é a dialética da totalidade concreta, na qual se reproduz idealmente a realidade em todos os seus planos e dimensões” (KOSIK, 1985, p.36-37).

A concepção dialética da realidade “nos ensina, sobretudo, a observar e realizar uma análise do movimento contraditório nas diferentes coisas, nos diferentes fenômenos, e a determinar, com base nessa análise, os métodos adequados à resolução das contradições” (TSE-TUNG, 1979, p. 22).

Tse-Tung (Id.) assegura que um estudo deve ter como ponto de partida o desenvolvimento de uma coisa ou fenômeno, de seu conteúdo interno, de suas relações com as outras coisas ou outros fenômenos; isso é, que se considere o desenvolvimento das coisas ou dos fenômenos como um movimento próprio, necessário e interno; além disso, cada coisa, cada fenômeno estando em seu movimento, em ligação e em influência recíproca com relação às outras coisas e aos outros fenômenos.

A causa fundamental do desenvolvimento das coisas e dos fenômenos não é externa, mas interna. Ela encontra-se nas contradições internas das coisas e dos próprios fenômenos. Toda coisa e todo fenômeno compreendem essas contradições, que originam seu movimento e seu desenvolvimento. Essas contradições, inerentes às coisas e aos fenômenos, são a causa fundamental de seu desenvolvimento, ainda que sua ligação mútua e sua ação recíproca constituam causas secundárias (Ibid., p. 20).

A partir destes referenciais, buscou-se estabelecer as relações necessárias para apreender as contradições que se estabelecem, para além do econômico, do cultural e do ideológico, que se introduzem e acabam limitando o trabalho dos profissionais.

Para ter condições de análise e entendimento deste processo, apresentam-se os sujeitos da pesquisa, pois são eles e suas posições que, interpretadas a partir dos referenciais teóricos, auxiliam no processo de entendimento sobre as características presentes em seu trabalho, na condição de professores/consultores.

Os sujeitos da pesquisa

A pesquisa tem como sujeitos dez (10) professores, sendo 06 mulheres e 04 homens com idades variadas. Eles são apresentados, em suas especificidades e subjetividades, no decorrer do trabalho. Do grupo, todos participaram de movimentos na condição de grevistas e líderes sindicais e atualmente trabalham como consultores a serviço do Estado brasileiro. São representativos das cinco regiões do

País. São professores oriundos de: Sergipe, Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Paraíba, Amazonas e Pará.

Os dez sujeitos da pesquisa se constituem em uma amostra, dentre os 132 professores/consultores na mesma situação apenas das três secretarias envolvidas na pesquisa. Foram escolhidos somente os dez como sujeitos da pesquisa, pois trabalham em diferentes setores do Governo Federal, tendo como elemento comum o assunto referente às políticas educacionais.

A técnica utilizada (entrevista), com uma abordagem qualitativa, envolve um esforço bastante grande no sentido de não apenas ouvir e gravar as falas, mas transcrever e realizar uma síntese dialética do que foi dito pelos entrevistados, respeitando todas as suas colocações, para identificar as categorias de análise da pesquisa. Nesta perspectiva, entretanto, salienta-se que 06 professores, além de realizar a entrevista, digitaram as respostas das questões que serviram como base para as falas. As respostas digitalizadas, no entanto, são mais sucintas e não têm a mesma profundidade que as falas feitas espontaneamente, conforme se pode verificar nas gravações. Estas respostas escritas de qualquer forma foram muito importantes, pois, contribuíram para que não houvesse a necessidade de digitá-las.

Procurou-se trazer questões que envolvem: os objetivos da pesquisa; as concepções ideológicas; as dificuldades encontradas; as limitações; as possibilidades e as conquistas; os conflitos e as relações; o trabalho desenvolvido em sua trajetória; a escolha da profissão; as experiências educativas; a sua percepção sobre os movimentos sociais de sua categoria e a relação com o Estado; o conhecimento das políticas educacionais; a sua participação na definição das políticas educacionais; e, a sua carga horária de trabalho. Enfim, uma série de questões que visavam identificá-los como sujeitos no sentido de conhecê-los melhor e, ainda, buscar, com sua ajuda, responder às questões da pesquisa.

A exposição do texto está distribuída em cinco capítulos. O primeiro capítulo trata do trabalho como categoria analítica das relações sociais de produção. Nesta perspectiva, utiliza-se a concepção marxiana sobre trabalho como criador de valor-de-uso, como trabalho útil e, portanto, indispensável à existência do homem, e contrária ao modo de produção capitalista na qual o homem produz valor.

Assim, enquanto o trabalho é o propulsor do processo de humanização, na sociedade capitalista ele é aviltado, estranhado, tornando-se uma mera atividade de subsistência, de satisfação de carências imediatas, uma forma de manter os

trabalhadores vivos para produzir. Constitui-se, nesta ótica, o trabalho como um principio de dominação de um homem sobre o outro, na consolidação da realização ou da objetivação do homem. Este capítulo tem como principal referência o pensamento de Marx.

O segundo capítulo analisa o Estado, como representação política da sociedade, a natureza, o agir, o caráter burocrático, a analogia presente entre este Ente, as classes sociais e as relações de trabalho na conjuntura capitalista. Salienta, neste sentido, que a compreensão sobre as questões que envolvem o Estado permite um entendimento sobre a sociedade na qual ele se assenta. Lênin, Gramsci, Marx e autores contemporâneos são o suporte teórico deste capítulo.

O terceiro capítulo refere-se à terceirização no serviço público, compreendida através da legislação trabalhista e da Constituição Federal, situando os professores/consultores neste contexto.

O quarto capítulo trata da alienação como categoria presente no trabalho dos professores/consultores, analisada sobre a perspectiva marxiana, a partir dos dados obtidos através dos sujeitos da pesquisa.

O quinto capítulo busca apresentar o esforço de toda a pesquisa, cuja culminância (“tese”) identifica as possibilidades de superação das características presentes no trabalho dos professores/consultores, no contexto capitalista. Neste capítulo, portanto, estabelecer-se-á a discussão a partir das condições de trabalho dos professores e sua participação no Estado brasileiro.

Nesta ótica, procura verificar e comprovar, ou refutar as hipóteses iniciais sobre as características presentes no trabalho realizado na sociedade capitalista, desenvolvido em um espaço definidor das políticas educacionais.

CAPÍTULO I

O TRABALHO HUMANO: FONTE DE SOBREVIVÊNCIA, REALIZAÇÃO OU ALIENAÇÃO?

"Na elaboração do mundo objetivo é que o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como ser genérico. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Através dela, a natureza aparece como sua obra e a sua afetividade. O objeto do trabalho é, portanto a objetivação da vida genérica do homem; quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectualmente, mas operativa, efetivamente, contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele".

(MARX, 2009)

A frase de Marx, como epígrafe, faz perceber que o trabalho é uma característica fundamental da essência humana. Assim, ontologicamente, pode-se afirmar o trabalho como uma atividade inerente aos homens; uma atividade humana. O homem projeta o que pretende criar e, depois de projetado, transforma, visto que, em busca do resultado que quer atingir, os homens agem objetivamente, transformando a natureza e construindo algo novo. Esse movimento de construir o objeto que já tinha em mente, a prévia-ideação, Marx denomina *objetivação*.

Nessa perspectiva, entendendo o trabalho como a propriedade constitutiva do homem propõe-se a sua discussão como ação humana, o que implica em realizar uma discussão sobre o quanto desta característica se perde no conjunto das transformações sociais que acontecem em uma sociedade determinada pelo capital. Para realizar tal intento, torna-se importante entender a origem desta condição na história das sociedades humanas.

Não se tem a pretensão de descobrir fatos novos neste aspecto, até porque isso seria absolutamente improvável. Pretende-se, sim, especificar os sentidos que se deram à categoria trabalho em vários momentos da história, em especial no modo de produção capitalista, utilizando, como referência, as análises e discussões propostas por Marx em: O Capital 1[2], volume 1; no Capítulo VI Inédito do Capital[3]

---

[2] Obra publicada em 1867. Utilizo a publicação de 2011, pela editora Civilização Brasileira.

[3] Obra publicada em 1933. Utilizo a obra *Capítulo VI Inédito de O Capital*, São Paulo: Editora Moraes.

nos Manuscritos Econômico-Filosóficos[4]. Além dessas, as obras escritas junto com Engels: O Manifesto Comunista[5] e A Ideologia Alemã[6].

O trabalho para os autores de referência é a fonte da essência humana e, através dele, o homem se diferencia dos demais seres. Neste sentido, Marx toma como princípio que o trabalho é a atividade vital do homem, ou seja, a base que fundamenta a realização do seu gênero. O homem expressa seu verdadeiro caráter genérico, como trabalhador, na produção e na reprodução de sua vida material.

> O primeiro ato histórico dos indivíduos, através dos quais eles se diferenciam dos animais não é o fato de eles pensarem; mas sim, o de eles começarem a produzir seus víveres (Lebensmittel). (...) toda a historiografia tem de começar a partir destes fundamentos naturais e de suas modificações através da ação dos homens no decorrer da história (MARX, ENGELS, 2007, p. 42).

Na ação do homem sobre o mundo objetivo, a natureza emerge como sua obra e realidade. Desde que o homem age consciente e voluntariamente, com base num plano predeterminado, ele se diferencia dos animais. Ao imprimir tais mudanças na natureza externa, o homem modifica sua própria natureza. Esta relação é histórica, processual e guarda particularidades que se situam no tempo e no espaço. A cada forma de sociedade corresponde, portanto, uma determinada forma de produção, com uma organização e divisão particular do trabalho e a instituição de meios de produção adequados a finalidades específicas.

A característica fundamental dessa atividade é seu caráter consciente e livre, pois, é essa característica que diferencia a espécie humana dos outros animais. O produto final do trabalho, o esforço que é transformado em coisa física, constitui a objetivação da vida genérica do homem. O homem criador percebe sua própria imagem no mundo por ele criado, no qual ele se identifica com a sua produção. É o resultado do desejo, da vontade da sua consciência livre, pois, “o produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física, é a objetivação do trabalho” (MARX, 2009, p. 80).

---

[4] Obra publicada em 1844. Utilizo a obra traduzida por Jesus Ranieri, publicada pela Editora Boitempo, em 2009.

[5] Manifesto Comunista escrito em 1848. Utilizo a publicação s/d., da Ed. Ridendo Castigat Mores.

[6] Obra escrita entre os anos de 1845 e 1846. Utilizo a obra, traduzida por Marcelo Backes, publicada pela editora Civilização Brasileira, em 2007.

Assim, pensar o trabalho sob a forma exclusivamente humana consiste em entender a diferença entre ele (trabalho humano) e o trabalho de uma aranha e de uma abelha. Isso é exemplificado por Marx, ao afirmar que:

> Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais do que um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho, aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 2011, p.212).

Disso, entende-se que não há sociabilidade humana sem o trabalho e, por esta razão, o homem pensa, planeja e se utiliza do seu próprio corpo para a execução do trabalho. Harry Braverman, no primeiro capítulo de *Trabalho e Capital Monopolista*, apresenta uma reflexão acerca do trabalho. Para o autor, o que os animais fazem é utilizar a natureza tal como ela se apresenta. Já o homem, ao modificá-la através do trabalho, quando imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, está transformando-a de modo a melhor satisfazer suas necessidades. “No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador” (BRAVERMAN, 1987, p.49). Nesse sentido, o trabalho humano é consciente e proposital, ao passo que o trabalho dos animais é instintivo.

O *trabalho,* portanto, tem uma importância tão grande, que, uma vez compreendida na sua historicidade material e dialética, permite alcançar uma definição de homem como sendo aquele *ente* que, para ser, necessita produzir os seus próprios meios de subsistência material e simbólica. Engels também reflete sobre esta questão quando, em seus estudos *“Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem”,* diz que mais que fonte de toda riqueza - como dizem os economistas - o trabalho é a condição básica e fundamental de toda vida humana. Com isso Engels chega à indicação de que o trabalho criou o homem, pois, o processo de passagem do macaco ao homem levou centenas de milhares de anos e, ao final, a diferença entre ambos estava no trabalho. Assim, o trabalho humano é que valoriza os objetos, de onde se entende que as coisas têm valor por ter trabalho humano incorporado.

1.1 O processo de trabalho

No processo de trabalho, o homem se coloca diante da natureza como uma de suas forças e, a partir do movimento das forças naturais de seu corpo, apropria-se dos recursos que a natureza oferece e lhes imprime uma forma que lhe seja útil. À medida que o processo de trabalho se desenvolve, se o homem agir de forma consciente e voluntariamente, tendo já um plano predeterminado, ele estabelece a diferença com os outros animais.

Entende-se que a subordinação ao projeto, que tinha conscientemente em mira, não é um ato isolado, já que, além do esforço dos órgãos, é exigida a vontade orientada a um fim. Esse fim se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho e, isso tanto mais, quanto menos esse trabalho atraia o trabalhador, pois,

> [...]isto é mais necessário quanto menos se sinta o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece, por isso, menos possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais (MARX, 2011, p. 212).

A ação do homem sobre o mundo objetivo, através do trabalho, faz com que a natureza apareça como sua obra e realidade. Portanto, a transformação dos objetos de trabalho pré-existentes na natureza se dá durante o processo de trabalho. Os elementos componentes do processo de trabalho, de acordo com Marx, são: a atividade orientada a um fim, isto é, o próprio trabalho; a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; os meios de trabalho; e, o instrumental de trabalho.

Em relação aos objetos de trabalho, Marx assegura que o objeto universal do trabalho humano é a terra com tudo o que ela provê: “todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com seu meio natural constituem objetos de trabalho, fornecidos pela natureza” (MARX, 2011, p. 212). Há objetos de trabalho que já foram submetidos às modificações estabelecidas pelo trabalho, caso das matérias-primas. A terra, celeiro primitivo do homem, também lhe oferece o arsenal primitivo de meios de trabalho. Dessa maneira,

> A terra (que do ponto de vista econômico compreende a água), que, ao surgir o homem, o provê com meios de subsistência prontos para utilização imediata, existe independentemente da ação dele, sendo o objeto universal do trabalho humano. [...] Assim, os peixes que se pescam, que são tirados do seu elemento, a água; a madeira derrubada na floresta virgem; o minério arrancado dos filões. Se, objeto de trabalho é, por assim dizer, filtrado

> através do trabalho anterior, chamamo-lo de matéria-prima. Por exemplo, o minério extraído depois de ser lavado. Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima depois de já ter experimentado modificação efetuada pelo trabalho (MARX, 2011, p. 212).

Os meios de trabalho são elementos interpostos entre o homem e o objeto de trabalho e servem para exercer atividade direcionada sobre esse objeto, de acordo com finalidades previamente estabelecidas: “Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho.” (MARX, 2011 p. 214). Também podem ser entendidos como meios de trabalho, em sentido lato, todas as condições materiais, sejam como for, necessárias à realização desse processo.

Durante o processo de trabalho, ao utilizar instrumentos adequados, o homem provoca transformações nos objetos através de atividade orientada a um determinado fim e, ao final, aparece um produto que, na sociedade capitalista, assume a forma de mercadoria. “A mercadoria é a célula econômica da sociedade burguesa” (MARX, 2011, p.16), que reveste o produto do trabalho, ou a forma de valor assumida por ela mesma.

O processo de trabalho, assinala Marx, extingue-se quando se conclui o produto, que é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. Neste contexto, “o trabalho incorpora-se ao objeto sobre o qual atuou. Quando se observa todo o processo do ponto de vista do resultado, do produto, meio e objeto de trabalho, é trabalho produtivo” (MARX, 2011, p.215).

1.2 O trabalho e o trabalhador como mercadoria

O caminho da vida pode ser o da liberdade e da
beleza, porém, desviamo-nos dele.
A cobiça envenenou a alma dos homens, levantou
no mundo as muralhas do ódio e tem-nos feito marchar
a passo de ganso para a miséria e os morticínios.
Criamos a época da produção veloz, mas nos
sentimos enclausurados dentro dela.
A máquina, que produz em grande escala,
tem provocado a escassez.
Nossos conhecimentos fizeram-nos céticos; nossa
inteligência, empedernidos e cruéis.

Pensamos em demasia e sentimos bem pouco. Mais do que máquinas, precisamos de humanidade; mais do que de inteligência, precisamos de afeição e doçura! "Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo estará perdido."
(Charles Chaplin, em discurso proferido no final do filme *O grande ditador*.)

A produção de mercadorias e o comércio, forma desenvolvida para circulação de mercadorias, foram às condições históricas que deram origem ao capital e, a circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital (MARX, 2011).

Entre os séculos XI e XVIII, a burguesia não parou de se expandir, passando a comercializar com quase toda a Europa. Descobriu a África, o caminho para as Índias, as Américas e articulou um comercio mundial (LESSA, TONET, 2008, p.64). Com o desenvolvimento das forças produtivas e a ampliação do comércio, a classe burguesa realizou a Revolução Industrial. A partir deste feito, a sociedade burguesa efetivamente se consolidou, à medida que explora o trabalhador através da venda da sua força de trabalho. Concretizam-se, aí, as classes antagônicas com potencial revolucionário: burguesia e proletariado, como assinalam Marx e Engels no Manifesto Comunista (s/d).

O modo de produção capitalista essencialmente conta, para manter o domínio da classe burguesa, com a formação e o crescimento do capital e com a condição de que a "existência do capital é o trabalho assalariado".

> [...] a produção capitalista só começa realmente quando um mesmo capital particular ocupa de uma só vez, número considerável de trabalhadores, quando o processo de trabalho amplia sua escala e fornece produtos em maior quantidade. A atuação simultânea de grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou, se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando do mesmo capitalista, constitui, histórica e logicamente, o ponto de partida da produção capitalista (MARX, 2011, p. 375).

Então, no capitalismo ocorre a desqualificação do trabalhador que, em resumo, deixa de ter, fazer e conhecer os meios e o processo global de produção, devendo executar apenas tarefas parciais na produção. Segundo Klein:

> [...] a organização do trabalho, sob o capital, obedece a uma lógica que se caracteriza pela constituição, cada vez mais desenvolvida, do *trabalhador coletivo*, entendido enquanto somatório de inúmeros trabalhadores parciais (ou seja, trabalhadores que realizam apenas uma parcela das atividades que compõem o processo integral de produção de um dado produto) (KLEIN, 2003, p. 21).

A formação do trabalhador coletivo teve início na primeira forma capitalista de produção, a cooperação. Marx (2011) a identifica como a primeira fase da produção capitalista, e a partir dela estava dada a partida para a grande concorrência capitalista. Assim, se existe, na sociedade, um tempo médio de produção de determinada mercadoria, os capitalistas individualmente devem se colocar na concorrência conforme esse tempo médio. Marx (2011, p. 377), afirma ainda que: "A lei da produção do valor só se realiza plenamente para o produtor individual quando produz como capitalista, empregando, ao mesmo tempo, muitos trabalhadores, pondo em movimento, desde o começo, trabalho social médio".

Na cooperação, "[...] desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie" (MARX, 2011, p. 382); e, desse modo, "[...] uma vontade alheia [...] subordina a um objetivo próprio a ação dos assalariados". O que se torna evidente é que, na cooperação, as razões que levam o trabalhador a realizar seu trabalho são externas a ele, pertencem ao capital.

Devido a isso, compreende-se que o trabalho coletivo, na sociedade capitalista, não tem por objetivo a ***coletivização dos produtos do trabalho humano*****,** pois, visa à acumulação de capitais e à reprodução do sistema que a possibilita. Todo o processo acaba sendo subordinado a esse objetivo.

Essa situação não se altera com o desenvolvimento tecnológico; pelo contrário, os recursos não vêm para melhorar as condições de trabalho ou de saúde do trabalhador, e sim, o trabalho gerando a multiplicação da capacidade coletiva de produzir, aumentando a exploração da mais-valia relativa. Para os defensores do capitalismo, a especialização no desenvolvimento do trabalho corrobora com o processo de exploração da mais-valia, pois, traz consigo grandes vantagens para a produtividade (SMITH, 1985). Em contraposição, para os liberais, fica evidente que no trabalho da manufatura se perde a totalidade do processo de trabalho, o que significa um processo de desqualificação dos trabalhadores, pois, se tornam órgãos do mecanismo de produção, como assegurou Marx.

A manufatura produz a “virtuosidade do trabalhador mutilado”, ao reproduzir e levar sistematicamente ao extremo, dentro da oficina, a especialização natural dos ofícios que encontram na sociedade (MARX, 2011, p. 394). Essa virtuosidade mutiladora do trabalhador é necessária ao capital em sua ânsia por produtividade. Com isso, intensifica o trabalho, que é usado integralmente pelo capitalista, em razão do contrato estabelecido entre as partes.

Na manufatura surge, com toda a força, o trabalhador coletivo, segundo (MARX, 1998, p. 403): “O mecanismo específico do período manufatureiro é o trabalhador coletivo, constituído de muitos trabalhadores parciais”. São os trabalhadores separados, classificados e agrupados segundo suas qualidades dominantes. “O trabalhador coletivo passa a possuir, então, todas as qualidades produtivas no mesmo grau elevado de virtuosidade e as despende ao mesmo tempo, da maneira mais econômica” (Ibid., p. 403). É o processo de aprendizagem que se estabelece com o propósito de aumentar e qualificar a produção capitalista.

A especialização, que foi forjada sobre a destruição dos conhecimentos dos trabalhadores, passa a ser o princípio de formação do trabalhador na indústria moderna. A manufatura, como menciona Marx, não apenas forjou uma nova espécie de trabalho e de trabalhador, o trabalhador coletivo; mas, desenvolveu o sistema de produção social como um todo, interferindo inclusive na divisão social e territorial da produção.

A expropriação do trabalhador é ainda maior no trabalho coletivo, pois, a soma dos trabalhos parciais é toda ela revertida para o capital, que ainda fica com a mais-valia expropriada individualmente, o que lhe garante duplo ganho. Esse processo de expropriação intensifica-se progressivamente e a dependência, que o trabalhador passou a ter com a necessidade da compra da sua mão-de-obra e a exploração de seu trabalho, estabeleceram limites, cada vez maiores, ao desenvolvimento de sua condição humana.

Com o advento da maquinaria, aumenta ainda mais a exploração da mais-valia relativa:

> Toda maquinaria desenvolvida consiste em três partes essencialmente distintas: o motor, a transmissão e a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho. O motor é a força motriz de todo o mecanismo. [...] O motor e a transmissão existem apenas para transmitir movimento à máquina-ferramenta, que se apodera do objeto de trabalho e o transforma de acordo com o fim desejado. É desta parte da maquinaria, a máquina-ferramenta, que parte a revolução industrial do século XVII (MARX, 2011, p. 429).

Na passagem do trabalho manual da manufatura e da cooperação para o trabalho na maquinaria, ocorre uma revolução na relação entre o trabalhador e sua atividade. Antes, o trabalhador agia diretamente no produto; agora, com a máquina, passa a agir mediatamente, ou seja, intermediado pela ação da máquina, que passa a ser central no processo. A maquinaria e a indústria moderna vão efetivamente

estabelecer a divisão entre um pequeno grupo de trabalhadores qualificados e a grande massa desqualificada.

A mecanização da máquina supera a máquina-ferramenta, incorporando outras máquinas e mudando a realidade da produção. Marx assegura que, na produção mecanizada, desaparece o princípio subjetivo da divisão do trabalho, pois, o processo inteiro é examinado objetivamente em si mesmo. Ele é analisado, em suas fases componentes, e o problema de levar a cabo cada um dos processos parciais e de entrelaçá-los é resolvido com a "aplicação técnica da mecânica, da química, etc, embora a teoria tenha sempre que ser aperfeiçoada pela experiência acumulada em grande escala" (MARX, 2011, p. 436).

A maquinaria traz péssimos resultados para os trabalhadores e encontra sua forma mais desenvolvida no sistema orgânico de máquinas-ferramentas combinadas entre si que recebem todos os seus movimentos de um autômato central e que lhes são transmitidas por meio do mecanismo de transmissão: "Surge então um monstro mecânico que enche edifícios inteiros e cuja força demoníaca se disfarça nos movimentos ritmados quase solenes de seus membros" (MARX, 2011, p.438).

Dessa forma, na sociedade capitalista, com o advento da maquinaria, da mecanização, consolida-se a subsunção do trabalho ao capital. Esta subsunção caracteriza a exploração do trabalho abstrato e a alienação.

1.3 Trabalho concreto e trabalho abstrat

O trabalho, "condição natural eterna da vida humana", como assinala Marx (2011, p. 218), é considerado como *protoforma* da atividade humana, sendo comum a todas as formas de vida. Com esta afirmação de Marx, bastariam, de um lado, o homem e seu trabalho; de outro, a natureza e seus elementos materiais, pois, a atividade humana provoca transformações na natureza; mas, transforma, ao mesmo tempo, a sua própria natureza.

Nesse sentido, no processo de trabalho, o homem estaria executando a ação de produzir para si mesmo. O trabalho estaria cumprindo com a função de fornecer condições de satisfação das necessidades humanas e de reprodução social, com o desenvolvimento das relações sociais.

Com o capitalismo, o processo de trabalho modifica-se totalmente com a compra e venda da força de trabalho. Mudam-se as relações sociais de produção, estabelecendo um conflito definitivo entre o trabalhador e o capitalista. Como define Marx:

> O antigo dono do dinheiro marcha agora à frente, como capitalista; segue-o o proprietário da força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar importante, sorriso velhaco e ávido de negócios; o segundo, tímido, contrafeito, como alguém que vendeu sua própria pele a apenas espera ser esfolado (MARX, 2011, p. 206).

A divisão social do trabalho faz com que a atividade de cada um funcione de modo independente, mantendo cada vez mais o trabalhador dependente do capitalista e, as necessidades sociais passam a ser atendidas pelo conjunto desses trabalhos particulares, que são partes integrantes do trabalho social. Seus produtos materiais tornam-se mercadorias que, por meio das trocas efetivadas no âmbito da sociedade, realizam-se como valor.

Isso pode ser visualizado em Marx, quando ele afirma que

> Só com a troca adquirem os produtos do trabalho, como valores, uma realidade socialmente homogênea, distinta da sua heterogeneidade de objetos úteis, perceptível aos sentidos. Essa cisão do produto do trabalho em coisa útil e em valor só atua na prática, depois de ter a troca atingido tal expansão e importância que se produzam as coisas úteis para serem permutadas, considerando-se o valor das coisas já por ocasião de serem produzidas. Desde esse momento, manifestam, efetivamente, os trabalhos dos produtores, duplo caráter social. De um lado, definidos de acordo com sua utilidade, têm de satisfazer determinadas necessidades sociais e de firmar-se, assim, como parte componente do trabalho total, do sistema da divisão social do trabalho que espontaneamente se desenvolve. Por outro lado, só satisfazem as múltiplas necessidades de seus próprios produtores, na medida em que cada espécie particular de trabalho privado útil pode ser trocada por qualquer outra espécie de trabalho privado com que se equipara. A igualdade completa de diferentes trabalhos só pode assentar numa abstração que põe de lado a desigualdade existente entre eles e os reduz ao seu caráter comum de dispêndio de força humana de trabalho, de trabalho humano abstrato (MARX, 2011, p. 95).

Nesse sentido, entende-se que a mercadoria possui valor de uso e valor de troca. O trabalho necessário para a sua produção também apresenta um valor em dobro, ou seja, de um lado, é gerador de valor de uso – atividade com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas (MARX, 2011, p. 218) e, neste caso, trabalho concreto. Na sociedade capitalista, por outro lado, os produtos do trabalho tornam-se mercadoria. Eles são produzidos de

forma independente, por meio de uma complexa divisão social do trabalho, característica do trabalho humano abstrato.

Marx afirma que:

> Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim e, nesta qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso (MARX, 2011, p. 68).

O que vai dar valor à mercadoria é o fato de se materializar nela trabalho abstrato e a substância, que cria valor, se articula como “um conjunto social” que não foi construído pelo trabalhador (MARX, 2008, p. 63).

Nessa perspectiva, o duplo caráter do trabalho, a força de trabalho, cujo valor-de-uso é trabalho concreto, perde características no processo de valorização do capital e adquire outras, pois, como toda mercadoria, força de trabalho é valor-de-uso e valor-de-troca, o que, no capital, representa ascendência de um grupo social sobre o outro através da exploração do trabalho. A partir deste processo de troca de mercadorias e do “valor” das mercadorias, que resulta em contradição entre pessoas e coisas, e a troca de mercadorias se efetivará o “fetichismo da mercadoria”. O trabalho também é transformado em mercadoria, o homem vira coisa e a coisa, a mercadoria, assume um papel de sujeito.

> O que caracteriza todas as formas sociais do trabalho criador do valor de troca é a inversão, a mistificação prosaica e real e não imaginária que supõe o fato de que uma relação de produção social apareça como algo separado dos indivíduos, e, de que as relações determinadas nas quais esses indivíduos entram no processo de produção de sua vida social, apareçam como propriedades específicas de um objeto (MARX, 2008, p. 78).

O trabalho humano, colocado no objeto, transforma-se em capital, voltando-se contra seu produtor; o trabalho objetivado, ao ser concentrado, aumenta a miséria do trabalhador, que troca sua força de trabalho por um salário que lhe permite apenas se reproduzir enquanto trabalhador e amplia o poder do capitalista.

1.4 As relações de trabalho e as transformações do sistema do capital

O capital é trabalho acumulado. É um processo que se reproduz pela exploração do trabalho e da mais-valia (MARX, 2008). O capital não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, etc. Sobre a formação do capital, suas origens e desenvolvimento do capitalismo propriamente dito, as primeiras formas históricas de capital, segundo Ellen Wood, têm tudo a ver com as relações de propriedade entre produtores e apropriadores, seja na agricultura ou na indústria. Assegura, ainda, Wood (1988) que, somente no capitalismo, a forma dominante de apropriação do excedente está baseada na expropriação dos produtores diretos, cujo trabalho excedente é apropriado exclusivamente por meios puramente econômicos.

Nesse contexto de ampliação e valorização do capital, afirma-se o liberalismo econômico, especialmente a partir das idéias desenvolvidas por Adam Smith e seus seguidores. O liberalismo econômico fundamenta-se no livre comércio, na abolição de restrições ao comércio internacional, dentre outros princípios. Defende também a liberdade irrestrita do comércio, como fator de desenvolvimento e de geração de riqueza das nações sem nenhuma intervenção do Estado.

A economia assume uma vida autônoma em relação às demais esferas da sociedade, especialmente à política, sendo que o controle se exerce pelo sistema da livre concorrência e pela lei da oferta e da procura, a lei invisível do mercado.

Mészaros (2009) esclarece que a teoria liberal é nada mais do que uma teoria da transição, porque opera dentro de um conjunto de pressuposições ideológicas, como pontos de referência, produzindo a aparência de um movimento para um fim que é considerado garantido. Assim, para o teórico,

> A ‘natureza humana possessiva’, o inevitável conflito dos indivíduos egoístas, a ‘mão invisível’ miraculosamente benfazeja e a não menos miraculosa ‘maximização das utilidades individuais’, o conjunto hierarquicamente ordenado das relações sociais na ‘sociedade civil’ e o Estado político correspondente, são os parâmetros absolutos cuja continuidade constitui o objetivo central da estruturalmente apologética teoria liberal de transição (MÉSZÁROS, 2009, p. 525).

Ao realizar uma discussão sobre este contexto, percebe-se que o liberalismo econômico representou o principal obstáculo à emancipação do movimento da

classe trabalhadora da tutela política/intelectual da “burguesia esclarecida” (Ibid., p.524). A teoria liberal é, em si, a-histórica e anti-histórica. Ela contribui em grande medida, para o desenvolvimento das classes proprietárias e de alguns países. Entretanto, ela confirmou as desigualdades sociais, a miséria, a exploração do trabalho e relegou a classe trabalhadora a condições sub-humanas.

Nesse prisma, o autor afirma ainda que o sistema do capital é um modo de controle sociometabólico incontrolavelmente voltado para a expansão (MÉSZAROS, 2009, p.131). A expansão significa expansão do capital, a que tudo o mais deve estar subordinado sem que haja o aperfeiçoamento das aspirações humanas.

Com o avanço do capitalismo, vai haver o domínio absoluto do capital, considerando, como afirma Mészáros (2006, p.630-1)[7], que o capitalismo é uma das formas possíveis de realização do capital, uma de suas variantes históricas. Antunes confirma esta perspectiva, quando diz que é “como ocorre na fase caracterizada pela subordinação estrutural do trabalho ao capital” (ANTUNES, 1999, p. 19).

Essas características constituíram-se num dos principais êxitos do capital ao longo dos tempos, o dinamismo e a forma com que subordinou as funções reprodutivas sociais e, assim, se consolidou como um “sistema, em última instância incontrolável[8]”. O sistema do capital passou por algumas transformações, com o passar dos anos; no entanto, em sua essência, a acumulação, a exploração e a alienação do trabalho permanecem a mesma.

1.5 A alienação no trabalho

Pelo fato do trabalho ser definidor da condição humana, fonte de sobrevivência, de realização e princípio de humanização, é preciso entender que por ele ser condição de humanização, como argumenta Marx, na sociedade capitalista, ele gera efeitos tão distantes da humanização.

---

[7] Um estudo mais detalhado sobre o sistema do capital pode ser encontrado nos capítulos 14,15 e 16 da obra de Mészáros (2011). As definições mais esclarecedoras das categorias podem ser encontradas especialmente nas páginas 630-1.

[8] Segundo Mészáros (2011, p, 771-2), na tentativa de controlar o capitalismo, falharam várias tentativas, pois seguiram uma linha de menor resistência do capital.

Entendendo o trabalho como uma necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, como responsável por manter a vida e, ao mesmo tempo, como sinônimo de socialização do ser humano, poder-se-ia afirmar que ele estaria cumprindo com sua função, que é: proporcionar ao homem condições humanas. Nesse aspecto, é que se vivencia uma grande contradição: se o trabalho possui todas essas características, se é um princípio ontológico à sociabilidade, categoria social e histórica, por que então, ao invés de ser fonte de realização humana, ele leva o homem à subordinação, à condição desumana?

Estas questões fazem parte das afirmações de Marx, para o qual,

> Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave (MARX, 2011, p. 25).

Esses entraves, na sociedade capitalista, são representados principalmente pela divisão social do trabalho, pela divisão da sociedade em classes sociais (onde um trabalha e outro explora o trabalho) e pela apropriação desigual dos produtos gerados pelo trabalho. Dessa forma, pode-se entender que, ao mesmo tempo em que o uso da força de trabalho, o trabalho, é a própria atividade vital do trabalhador, a manifestação de sua vida, por outro lado, ele não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria (MARX, 2009).

Segundo Netto (1981), é nessa relação entre o trabalhador e o seu objeto que reside a matriz da alienação. Neste sentido é que a objetivação se torna alienação, estranhamento. Como a objetivação, na sociedade capitalista, explicita-se com a alienação e a atividade prática do homem como trabalho alienado, traz implicações para sua vida genérica. Marx afirma a atividade prática como objetivação da vida genérica do homem, quando assinala que: “Consequentemente, quando arranca (*entreisst*) do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe sua *vida genérica*, sua efetiva objetividade genérica (*wirkliche Gattungsgegenständlichkeit*)”. Marx assegura, ainda, que este trabalho “transforma a sua vantagem em relação ao animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza” (MARX, 2009, p. 85).

É interessante notar e compreender que o trabalho estranhado:

> 1) estranha do homem a natureza; 2) (e o homem) de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o gênero (humano). Faz-lhe da vida genérica apenas um meio da vida individual. Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada (MARX, 2009, p.84).

No trabalho desenvolvido dentro do controle capitalista, o próprio trabalhador parece pertencer a outro homem durante o processo de produção. Nesse tipo de estranhamento, do homem em relação a si mesmo, à sua atividade, emerge o trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Neste momento, em que se efetiva a externalidade (*Äusserlichkeit*), o trabalho aparece para o trabalhador não mais como seu, mas de outro homem. Marx expõe que "esta relação é a relação do trabalhador com a sua própria atividade como uma [atividade] estranha, não pertencente a ele, a atividade da miséria, a força como impotência, a procriação como castração". A energia espiritual e física própria do "trabalhador, a sua vida pessoal – pois o que é a vida senão atividade – como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele. *O estranhamento-de-si* (*Selbstentfremdung*), tal qual acima o estranhamento da coisa" (MARX, 2009, p. 83).

Quando isso acontece, "o produto do seu trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (sachlich), é a objetivação do trabalho" (MARX, 2009, p. 80). Com isso, "esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como a desefetivação (Entwirlichung) do trabalhador". Já, a "objetivação caracteriza a perda do objeto e servidão ao objeto" e a "apropriação como estranhamento, como alienação" (MARX, 2009, p. 80).

O pensador observa que:

> A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos de trabalho. Sim, o trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (Entfrendung) que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital (MARX, 2009, 80-1).

Marx relaciona, como já mencionado anteriormente, a exploração do trabalho e a alienação com a propriedade privada. "A propriedade privada é, portanto, o

produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa (äusserlichen) do trabalhador com a natureza e consigo mesmo" (MARX, 2009, p. 87). Mészáros explana, desta maneira, a afirmação de Marx sobre a questão da alienação relacionada com a produção excedente e a mais-valia:

> A questão da alienação está diretamente relacionada à questão do produto excedente e da mais-valia; e as várias fases no desenvolvimento da economia política são caracterizadas por Marx, de acordo com sua posição com respeito à origem e natureza da mais-valia (MÉSZÁROS, 2009, p.130).

Assim, a apropriação, a dependência do capital sobre a extração da mais-valia, e, ao mesmo tempo, a dependência do trabalhador da venda da sua força de trabalho conduzem ao trabalho alienado, o qual, por sua vez, possibilita a propriedade privada.

A busca da propriedade privada acabou privando o outro de usufruir dela, caracterizando, com isso, o existir na sociedade capitalista e, desse jeito, se explica o seu caráter privado, indicador da sua peculiaridade em relação a outras formas. Assim, a produção de bens é social; contudo, a apropriação da riqueza produzida é privada, o que regula a organização de trabalho na sociedade burguesa.

A economia política liberal estabelece a culminância do desenvolvimento da propriedade, pois, ela parte da propriedade privada, mas não explica de que forma se processa o seu desenvolvimento. Mészáros, ao buscar sustentação em Marx, assegura que este pensador desenvolve, de modo agudo e consciente, embora unilateralmente, a ideia de que o trabalho é a única essência de riqueza, a ponto de acabar com o misticismo associado à renda da terra. Prova que o poder governante da sociedade moderna não é político, mas econômico e que o capital se estabelece como a única política e a única universalidade, tornando evidente seu "próprio caráter cosmopolita" (MÉSZÁROS, 2009, p. 130-131).

Como o trabalho abstrato é o responsável pela criação de valor na sociedade capitalista, ele fica dependente da expansão e da consumação do modo capitalista de produção. Esta necessidade de universalização consiste na base do processo histórico que define o trabalho abstrato como aquele que cria valor. Nesse aspecto, o trabalho abstrato é uma mercadoria capaz de regular o conjunto das diversas economias no mercado mundial. Este trabalho abstrato, alienado é a causa ou a condição para a existência da propriedade privada.

Nessa perspectiva, no modo de produção capitalista efetivamente existe uma lei que o governa, que é mais forte e supera as pessoas envolvidas, sendo representada pelo trabalho abstrato, pela reificação e voracidade do capital. A alienação se faz presente com toda a intensidade no capitalismo e, segundo Netto, é o que distingue a definição marxiana, no enfoque da alienação, dos escritos anteriores sobre a temática do fetichismo, como a análise histórico-social a que Marx se dedica em seus estudos:

> [...] a análise determinada das relações sociais de produção que os homens estabelecem em circunstâncias precisas. Por isto mesmo, as formulações sobre a problemática do fetichismo apresentam determinações histórico-econômicas que falecem no trato da alienação: referem-se a um fenômeno peculiar e agarram a sua especificidade; o que elas denotam é a expressão característica da alienação típica engendrada pelo capitalismo, a reificação (NETTO, 1981, p. 61).

Na sociedade capitalista, o tipo ou a forma mais presente de alienação é a reificação, sendo que ela se consolida quando o fetichismo se universaliza e as relações sociais são também mediadas por coisas, são reificadas. Cabe destacar que a alienação não existe somente no modo de produção capitalista; mas, nas sociedades, onde se implanta a propriedade privada, onde a posse distingue e onde os homens têm seu trabalho, seu objeto de trabalho e a si próprios como estranhos, alheios. O que ocorre é que, na sociedade capitalista, exatamente pelo caráter mercantil que ela apresenta, o fetichismo e a reificação se colocam como características do contexto.

Netto (1981) assegura que: “O fetichismo implica a alienação, realiza uma alienação determinada e não opera compulsoriamente a evicção das formas alienadas mais arcaicas. O que ele instaura, entretanto, é uma forma nova e inédita que a alienação adquire na sociedade burguesa constituída” (NETTO, 1981, p. 75).

A mercadoria assume um papel definidor neste modo de produção e oculta as relações presentes durante o processo de trabalho. O mistério da forma mercadoria consiste, portanto, no fato que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho, como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades sociais dessas coisas.

A mercadoria possui uma unidade entre valor e valor de uso e se apresenta nesta condição, porque se fundamenta na divisão social do trabalho e na propriedade privada, constituídos historicamente. A divisão social do trabalho e a

propriedade privada vão colocar para o produtor a independência formal e uma falsa ideia de liberdade, visto que surge a imagem de que o produtor tem a “liberdade” de escolher o quê, como, quanto e para quem produzir. Com isso, disfarça a realidade, de forma bastante sutil e ardilosa, pois, se todos tivessem essa liberdade em relação ao produzir e à produção, deveriam também ter acesso aos bens da humanidade. Isso se entende com Marx (2011, p. 95), quando ele argumenta que “a inserção do homem na divisão social do trabalho o coloca na interdependência de todos os outros produtores”.

Da mesma maneira, pode-se perceber que quanto mais o trabalhador produzir, mais ele está valorizando o mundo das coisas e desvalorizando o mundo dos homens, tornando-se tanto mais pobre quanto maior quantidade de riquezas resultarem de sua produção. Ainda, a apropriação do trabalho, do objeto do trabalho e a propriedade privada em si conduzem ao trabalho alienado. Com o desenvolvimento da propriedade privada, desvenda-se o seu segredo, para saber, de um lado, que ela é o produto do trabalho alienado e, por outro, que ela é o meio através do qual o trabalho se aliena e se sujeita à alienação, ao se tornar objeto.

O capitalista compra a força de trabalho e não a extrai, não a retira de uma vez do trabalhador. O que se evidencia é um processo característico de exploração capitalista, pois, do trabalhador não é “arrancada” a força de trabalho, à medida que se coloca como proprietário e vendedor da força de trabalho. O modo de produção capitalista nega, portanto, a expropriação e adota a exploração do trabalho, através do afastamento do trabalhador do produto do seu trabalho, da sua própria força de trabalho, que pertence ao capitalista, provocando, assim, a alienação e impede que seu obrar contribua com a sua emancipação. Sobre isso, Marx afirma:

> Na realidade, o vendedor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Não pode receber um, sem transferir o outro. O valor-de-uso do óleo vendido, não pertence ao comerciante que o vendeu e o valor-de-uso da força de trabalho, o próprio trabalho, tampouco pertence ao seu vendedor. O possuidor do dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, o uso dela durante o dia, o trabalho de uma jornada inteira. A manutenção cotidiana da força de trabalho custa apenas meia jornada, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar uma jornada inteira, e o valor que sua utilização cria num dia é o dobro do próprio valor-de-troca. Isto é uma grande felicidade para o comprador, sem constituir injustiça contra o vendedor (MARX, 2011, p. 227).

O desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção capitalista provocou uma contradição dialética instaurada na apropriação do trabalho

pelo capital. “Capital e trabalho se opõem, mas não podem existir sem a presença do seu oposto, dado que o capital produz o trabalhador e o trabalhador, o capital. Sua relação é um confronto de contraposições em reciprocidade” (RANIERI, 2001, p. 33). Ranieri destaca, ainda, cinco situações, tratadas por Marx nos Manuscritos, que envolvem as relações entre trabalho e alienação:

> [...] em primeiro lugar, a relação capital-trabalho como contradição dialética; em segundo, o trabalho estranhado como resultado e criador desta contradição; em terceiro, o lugar da alienação e do estranhamento na produção e na reprodução dos homens como pano de fundo para a elaboração de uma concepção de história; em quarto, a superação da relação Marx-Feuerbach a partir da concepção marxiana de natureza; em quinto, a relação Marx-Hegel a partir da concepção marxiana de historicidade e atividade (RANIERI, 2001, p. 32).

Gorender (1997), ao realizar uma análise sobre a questão da alienação, afirma que ela é “o processo por meio do qual a essência humana dos operários se objetivava nos produtos do seu trabalho e se contrapunha a eles por serem produtos alienados e convertidos em capital” (Ibid., p. 11). Essa condição de tarefas extenuantes, de esgotamento físico e mental, aliados à desvalorização do trabalho e à criação de necessidades, estimuladas pelo capital, faz com que o trabalhador cada vez mais perca o significado de sua própria vida. Ela não pertence mais a si, mas, “ao objeto”, no entanto, quanto maior esta atividade, tanto “mais sem-objeto é o trabalhador”. (MARX, 2009, p. 81). Perde, com isso, o criador a sua autonomia, a liberdade, a possibilidade de organização e união com seus colegas de trabalho, com sua categoria e a característica do trabalho como fonte inspiradora de emancipação humana.

Diante das condições em que se realiza o trabalho, a alienação se faz presente atingindo, assim, o trabalhador individualmente, o coletivo dos trabalhadores, o próprio processo de trabalho e as relações presentes. Essas características, entretanto, ficam encobertas, tornando-se necessário um esforço para desvelá-las, visto que os fatos não são descolados da realidade, da materialidade e da condição do trabalho, quando se pensa nele como essencialmente humano.

Estas características se fazem presentes na sociedade capitalista e são indícios de trabalho precarizado e como se observou, estavam presentes na instalação, e consolidação do modo de produção capitalista, mas, no contexto atual, se apresentam de forma intensa.

1.6 A Precarização e intensificação do trabalho no contexto atual

O mundo passa, sobretudo, no início do século XXI, por mudanças significativas que, em grande parte, se dão no mundo do trabalho. A configuração, como se organiza atualmente o trabalho, resulta de um processo de transformações da reestruturação produtiva e a produção flexível, ela é tida como um processo produtivo eficiente o qual conduz à recuperação dos níveis de acumulação e de exigências do mercado. Essas alterações, decorrentes da incorporação tecnológica e das mudanças na produção de bens e serviços, repercutem, de forma intensa, sobre e no trabalho e na vida dos trabalhadores.

As modificações tanto nas "formas de materialidade quanto na esfera da subjetividade" se deram especialmente nas últimas décadas (ANTUNES, 1999, p. 15), quando o mundo capitalista presenciou a crise de acumulação do padrão taylorista/fordista (que era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital) e a fase Keynesiana.

Tornou-se necessária uma transição para outro tipo de acumulação que resultasse em melhor competitividade e aumento significativo dos lucros. Se a crise se fez evidente, o capital tratou de se reestruturar. Como "resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico de dominação" (Ibid., p.31).

Diante de um quadro crítico, o capitalismo buscou recuperar seu ciclo reprodutivo sem, no entanto, colocar em prática a possibilidade de transformar seus pilares essenciais. Quando, no final da década de 1970, foi posto em prática o toyotismo, na era da acumulação flexível, esta forma de "salvar ou repaginar o capitalismo" já apresentava expressão da crise estrutural do capital, que se acentuou, e, no início do século XXI, escancarou-se. Segundo Antunes,

> O quadro crítico, a partir dos anos 70, expresso de modo contingente como crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, já era expressão de uma crise estrutural do capital que se estendeu até os dias atuais e fez com que, entre tantas outras consequências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, visando recuperar o seu ciclo evolutivo e, ao mesmo tempo, repor seu projeto de dominação societal, abalado pela confrontação e conflitualidade do trabalho, [....] que questionaram alguns dos pilares da sociabilidade do capital e de seus mecanismos de controle social (Ibid., p. 47).

O capital, para superar a crise que se assentava, propagou um novo formato de acumulação – a do tipo flexível –, pelo processo de reestruturação, onde o "exemplo" tido como alternativa à recuperação foi o toyotismo, ou produção flexível. A nova estrutura produtiva possibilitou às empresas recorrerem frequentemente à diminuição de seu tamanho, em função da terceirização de diversas atividades e facilidade na demissão de trabalhadores.

Harvey (1994) assegura que o processo de acumulação flexível

> É marcado por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (Ibid., p. 140).

Nesse contexto, as novas transformações bem como as técnicas de gestão da força de trabalho foram apresentadas como possibilidades de um trabalho qualificado, que envolve, continuamente, os trabalhadores na execução de suas atividades. Desenvolve-se, assim, uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo à "desconcentração produtiva, empresas terceirizadas, etc.". Empregam-se novas "técnicas de gestão da força de trabalho", as quais se concentram no trabalho em equipe, nas "células de produção", nos "times de trabalho" e nos "grupos semi-autônomos" (ANTUNES, 1999, p. 52).

As transformações que se verificaram, neste período analisado por Antunes, algumas dentro do processo produtivo (toyotismo), outras que representaram um contra-poder diante do coletivo, das lutas sociais (formas de reorganização para recuperar a hegemonia que primavam pelo individualismo) tinham, como propósito, a reestruturação capitalista. Além disso, "se viveu um período de liofilização organizativa, com eliminação, transferência, terceirização e enxugamento de unidades produtivas" (CASTILLO, 1996, p.68).

Mézsáros em suas análises classifica a crise do capital no período como:

> [...] fundamentalmente uma crise estrutural. Assim, não há nada especial em associar-se capital a crise. Pelo contrário, crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação (MÉSZÁROS, 2009, p. 794).

O toyotismo apareceu, neste momento de crise, como um sistema adequado ao desenvolvimento do capitalismo, à medida que passa a ser uma resposta a uma situação de crescimento lento. Trata-se, todavia, de um processo de organização do trabalho cuja finalidade consiste, essencialmente, na “intensificação das condições de exploração da força de trabalho”, o que acaba “reduzindo muito ou eliminando tanto o trabalho improdutivo, que não cria valor, quanto suas formas assemelhadas” (ANTUNES, 1999, p.53).

Dessa forma, no entendimento de Antunes, as repercussões das mutações no processo produtivo têm resultados no mundo do trabalho que indicam: a) desregulamentação dos direitos do trabalho, os quais são eliminados em quase todas as partes do mundo em que há produção industrial e de serviços; b) aumento da fragmentação da classe trabalhadora; c) precarização e terceirização da força de trabalho; d) destruição do sindicalismo de classe e a sua transformação em um “sindicalismo dócil”. O processo de produção toyotista, por meio do “team work,” pressupõe a intensificação da exploração da força do trabalho, ou seja, vive-se uma intensificação do ritmo produtivo dentro do mesmo tempo de trabalho ou, até mesmo, quando esse se reduz (AUGUSTO, 2005; OLIVEIRA, 2004; SANTOS, 2004).

A intensificação do trabalho, conforme explica Dal Rosso (2008, p.20), “tem a ver com a maneira como é realizado o ato de trabalhar”. Portanto, diz respeito ao “grau de dispêndio de energias realizado pelos trabalhadores na atividade concreta”. O pesquisador assegura ainda que a compreensão da intensidade parte da análise de quem trabalha, isto é, do trabalhador, pois, dele é exigido maior empenho, seja ele, físico, ou intelectual ou psicológico. A intensidade do trabalho diz respeito ao “sujeito do trabalho, com o trabalhador individualizado ou com o coletivo dos trabalhadores” (DAL ROSSO, 2008, p.20).

Essa exigência impõe ao trabalhador maior dispêndio de trabalho, ao mesmo tempo, “mais elevada tensão da força de trabalho, em suma, tal grau de condensação do trabalho” (MARX, 2011, p.468), embora considerando, que o trabalho não é realizado com a mesma intensidade sempre.

Ao discutir sobre a intensidade do trabalho no contexto atual, constata-se que está voltada para os resultados. No caso do empenho físico, são resultados quantitativos, como, por exemplo: “quantos veículos são montados por dia, por pessoa”; no trabalho intelectual como “pesquisador”, ou no empenho “emocional”,

como “educador ou enfermeira”, os resultados podem ser vistos mais na “qualidade do que na quantidade” (DAL ROSSO, 2008, p.21). Nesse sentido, a intensidade tem como objetivo elevar a produção ou melhorar qualitativamente o trabalho.

1.7 A intensidade do trabalho e a produtividade

Os conceitos de produtividade e de intensidade são dissociados. Assim, intensificar trabalho “implica maiores gastos de energias vitais e resultados mais elevados”. Desta forma, a intensificação aumenta a mais-valia (MARX, 2011) e está intimamente relacionada com o quantum de trabalho gasto. Produtividade, conforme menciona Dal Rosso (2008, p. 49), tem a ver com o grau de desenvolvimento dos meios de produção. Para o autor, produtividade e intensidade são conceitos completamente distintos. Marx (2011) argumenta que produtividade, consiste, “mesmo considerando-se apenas a subsunção formal do trabalho ao capital, na coerção para se obter trabalho excedente, trabalho acima da necessidade imediata”. A coerção, que o modo capitalista de produção partilha com modos de produção anteriores, exerce e se efetiva de maneira mais favorável à produção.

Dal Rosso (2008, p. 29) assegura que a noção de intensidade desvela o engajamento dos trabalhadores, significando que eles produzem “mais trabalho”, ou trabalho de qualidade superior, em um mesmo período de tempo considerado, e que a noção de produtividade restringe-se ao efeito das transformações tecnológicas.

A intensidade, neste caso, é definitiva para a teoria do valor trabalho, à medida que marca a passagem da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, ou “grandeza intensiva” (DAL ROSSO, 2008, p.55). Em Marx, conforme Dal Rosso, o termo produtividade é “reservado para descrever o aumento da produção da mais-valia relativa mediante a melhoria ou a transformação radical das condições infra-estruturais de produzir riqueza, o desenvolvimento das forças produtivas”.

No contexto em que o toyotismo se apresenta como modelo produtivo, a intensidade do trabalho e a produtividade fazem parte do cotidiano dos trabalhadores, visto que se busca ampliar cada vez mais os lucros, diminuir os custos com a produção e aumentar o consumo da produção, antes mesmo dessa ser concebida.

Nesta conjuntura, em que a produtividade se fundamenta na intensidade; mas também na precarização do trabalho, torna-se necessário compreender qual é o papel do Estado, tendo em vista a intrínseca relação entre o trabalho e o capital. Esse é o teor do próximo capítulo.

CAPÍTULO II
A COMPLEXIDADE NAS RELAÇÕES QUE ENVOLVEM O ESTADO LIBERAL: DA COERÇÃO À LIMITAÇÃO

Nesse capítulo, busca-se realizar uma síntese dialética sobre o Estado como uma *estrutura de poder* e *organização burocrática* com suas respectivas burocracias, considerando, como Lênin, que “el problema del Poder del Estado es el fundamental em toda revolución. Sin comprenderlo claramente no puede ni pensarse en participar de modo consciente en la revolución y mucho menos en dirigirla” (LÊNIN, 1960, p. 44).

Lênin afirmava ainda que a questão do Estado se constituiu como uma das mais complexas, “mais difíceis e, talvez, a mais embrulhada pelos eruditos, escritores e filósofos burgueses” (LÊNIN, v. I, 1986, p. 69-70). Todo aquele que quiser meditar seriamente “sobre ela e assimilá-la por si, tem de abordar esta questão várias vezes e voltar a ela uma e outra vez, considerar a questão sob diversos ângulos, a fim de conseguir uma compreensão clara e firme".

Nesse sentido, tentar pensar o Estado é expor-se a assumir um pensamento de Estado, articulado às relações sociais, políticas e econômicas, entendendo-o como uma dimensão fundamental do modo de produção capitalista que expressa as relações e os antagonismos de classes.

Nesse trabalho, portanto, ao realizar uma síntese dialética sobre o Estado, definiu-se, como opção teórica, o marxismo, embora, não esteja sendo proposta uma reconstrução dos debates já suscitados sobre a temática, nem em relação ao marxismo, mas, ao tê-lo como princípio, parte-se do pressuposto que o Estado é um “Estado de classe”.

Para a discussão sobre o Estado capitalista, é necessário considerá-lo como produto e produtor das relações sociais capitalistas – à medida que defende o interesse da burguesia –, como um instrumento de exploração dominado pela burguesia. Esta constatação sobre o Estado, parte da realidade concreta, da existência material dos homens.

A questão do Estado precisa ser discutida tanto do ponto de vista teórico, quanto do político empírico, pois, longe ser uma discussão ultrapassada, “ela tem

um caráter palpitante de atualidade" (LÊNIN, 2007, p. 17). A importância e a atualidade desta discussão, portanto, são pertinentes, pois, conforme assegura Engels, o Estado é fruto da sociedade em certa fase de seu desenvolvimento. O pensador afirma que:

> Así, pues, El estado no es de ningún modo un poder impuesto desde fuera a La sociedad: tampoco es "la de la idea moral", "ni la imagen y la realidad de razón", como afirma Hegel. Es más bien un producto de la sociedad cuando llega a un grado de desarrollo determinado; es la confesión de que esa sociedad se ha enredado en una irremediable contradicción consigo misma y está dividida por antagonismos irreconciliables, que es impotente para conjurar. Pero a fin de que estos antagonismos, estas clases con intereses económicos en pugna, no se devoren a sí mismas y no consuman a la sociedad en una lucha estéril, se hace necesario un poder situado aparentemente por encima de la sociedad y llamado a amortiguar el choque, a mantenerlo en los límites del "orden". Y ese poder, nacido de la sociedad, pero que se pone por encima de ella y se divorcia de ella más y más, es el Estado. (ENGELS, s/d, p. 606).

Portanto, o Estado se coloca exatamente onde os antagonismos de classe não são conciliados, levando ao entendimento de que as contradições das classes são inconciliáveis. Nessa ótica, Engels assegura que "frente a la antigua organización gentilicia, El Estado se caracteriza en primer lugar por la agrupación de sus súbditos según divisiones territoriales" (Ibid., p. 606), o que indicava, naquele espaço e período histórico, uma luta com a organização patriarcal, por famílias ou clãs.

No contexto analisado por Lênin, a necessidade de ter Estado se dá porque está presente, na sociedade, o conflito de classes. Por esta razão, a luta de classes se intensifica no capitalismo e continua mesmo na transição do capitalismo para o comunismo, o que requer um Estado que elimine a burguesia (Estado operário no poder). Ou seja, se dá a passagem da ditadura da burguesia para a ditadura do proletariado.

Mészáros (1999) sublinha que, na sociedade capitalista, o suporte político do Estado procura complementar o sistema do capital, criando condições para a manutenção e reprodução do mesmo. Isso é importante porque, para prosseguir com sua expansão impulsionada pela acumulação, o sistema do capital pressupõe a subordinação da sociedade aos seus objetivos, nas funções produtivas, distributivas. Wood (2006, p. 28) afirma que o capitalismo "enfiou uma cunha" entre o político e o econômico, à medida que "questões essencialmente políticas, como a disposição de

poder de controlar a produção e a apropriação ou a alocação do trabalho e dos recursos sociais, foram afastadas da arena política e deslocadas para outra esfera".

O que fica oculto, no modo de produção capitalista, refere-se às relações sociais e à disposição do poder que se estabelecem entre o capitalista e os operários (WOOD, 2006, p. 28), que têm um "corolário":

> [...] a disposição de poder entre capitalista e o trabalhador que tem como condição a configuração política do conjunto da sociedade - o equilíbrio de forças da classe e os poderes do estado que tornam possível a expropriação do produtor direto, a manutenção da propriedade privada absoluta para o capitalista e seu controle sobre a produção e a apropriação. (Ibid., p. 28).

Este corolário é representado pelo Estado, o qual se coloca não apenas como intermediário, mas, a serviço do capital. Assim, a produção, conforme Marx (2011), não é apenas uma produção particular; contudo, sempre um corpo social, um sujeito social, que é ativo numa totalidade maior ou menor. A sociedade, portanto, é concreta e o "modo de produção não existe em oposição aos fatores sociais" (WOOD, 2006, p. 31), é um "fenômeno social". A propriedade privada, a relação contratual e o processo de troca de mercadorias exigem as formas legais, aparato de coação, e as funções policiais do Estado, pois, "historicamente, o Estado tem sido essencial para o processo de expropriação que está na base do capitalismo". E, em "todos os sentidos, apesar de sua diferenciação, a esfera econômica se apóia firmemente na política" (Ibid., p. 35).

Assim, é essencial a compreensão do Estado, pois o "correlato dessas formas econômicas e jurídico-políticas privadas é uma esfera política pública especializada", que dê conta de garanti-las. Com a divisão do trabalho, os "dois momentos de exploração capitalista – a apropriação e a coação – são alocados separadamente à classe apropriadora privada e uma instituição coercitiva pública, o Estado". Evidencia-se com isso, "de um lado, o Estado relativamente autônomo", que tem o poder da força coercitiva e, do outro, essa "força sustenta o poder econômico" privado, que investe a propriedade capitalista da autoridade de organizar a produção. Surge, assim, "uma autoridade provavelmente sem precedentes no grau de controle sobre a atividade produtiva e os seres humanos nela engajados" (Ibid., p.36).

A existência do Estado implicou na existência de classes na questão social, visto sua inserção nas relações entre indivíduos, grupos e, respectivamente, classes

sociais. Ocorre, no entanto, no capitalismo, uma separação completa entre o privado e os deveres públicos. Isso implica o desenvolvimento de uma nova esfera de poder inteiramente dedicada aos fins privados e não, aos sociais ou públicos.

Essa discussão, que envolve as classes sociais, o Estado e as relações estabelecidas, passa necessariamente pela questão do trabalho, já que a riqueza econômica é e continuará sendo resultado do trabalho, do trabalho produtivo. O trabalho, portanto, além de ter uma centralidade ontológica, como assegura Marx, tem centralidade política, à medida que cabe à classe operária, justamente por ser ela a produtora de riqueza, transformar a sociedade. O que acontece, entretanto, é que não existe a socialização do poder político.

O Estado não produz a sociedade econômica; mas, expressa a sua condição, à medida que a questão social é produzida e reproduzida na sociedade capitalista, de forma ampliada. Esta situação se deve ao fato de as relações de produção se constituírem com base na estrutura da sociedade, como afirma Marx (2002). Nesta perspectiva, pode-se entender, conforme Marx, que a criação de excedentes possibilitou a apropriação privada dos meios de produção, culminando com o aparecimento de classes sociais desiguais e contraditórias – “os *possuidores* de propriedade e os *trabalhadores* sem propriedade” (Ibid., p. 110) – portadores de características específicas.

Esta afirmação de Marx corrobora com a posição de Wood (2006, p.37), para quem o cumprimento das funções sociais do Estado implica uma divisão social do trabalho e a apropriação, por alguns grupos sociais, dos excedentes produzidos por outros.

2.1 As classes sociais e o Estado

A sociedade se desenvolve em uma realidade concreta. No seu desenvolvimento econômico, implicando, necessariamente, na sua divisão em classes, o Estado tornou-se uma necessidade, justamente em consequência dessa divisão em classes. Consequentemente, conforme Engels(s/d, p. 605):

> Acababa de surgir una sociedad que, en virtud de las condiciones económicas generales de su existencia, había tenido que dividirse en hombres libres y en esclavos, en explotadores ricos y en explotados pobres, una sociedad que no solo no podía conciliar estos antagonismos, sino que por el contrario, se veía obligada a llevarlos a sus límites extremos. Una sociedad de este género no podía existir sino en medio de una lucha abierta e incesante de estas clases entre sí o bajo el dominio de un tercer poder que puesto aparentemente por encima de las clases en lucha, suprimiera sus conflictos abiertos y no permitiera la lucha de clases más que en el terreno económico, bajo la forma llamada legal. […] y remplazado por el Estado (ENGELS, s/d, p. 605).

Isso indica que surgiram interesses particulares ligados a determinados grupos e classes que, em conflito, impõem como necessário a "interposição prática e o refreamento pelo interesse -'geral' ilusório na condição de Estado" (MARX; ENGELS, 2007, p. 57). Como o Estado nasceu da necessidade de conter os antagonismos de classe e, ao mesmo tempo, em meio ao conflito dessas classes, ele é o Estado da classe mais poderosa, economicamente dominante. Por meio dele, torna-se politicamente dominante e adquire novos meios para reprimir e explorar a classe já oprimida.

O Estado Moderno, como afirma Mészáros (2002), é inconcebível sem o capital, que lhe dá sustentação, e o capital, por sua vez, precisa do Estado como seu complemento necessário. Neste contexto, entende-se, a partir de Karl Marx, que a origem do Estado está relacionada à divisão da sociedade em classes, tendo o Estado o papel de manter as contradições das classes sociais existentes.

Sob essa perspectiva, é importante destacar que as classes sociais precisam ser observadas e entendidas como um processo sócio-histórico, a partir de "observações empíricas e teóricas das suas relações entre apropriadores e produtores" (WOOD, 2006, p. 73). As classes sociais comumente são tratadas como categorias analíticas que permitem visualizar diferenças entre grupos sociais separados, prioritariamente, por fatores econômicos, dentre os quais, as posições ocupadas pelos sujeitos nas relações de produção são fundamentais.

A concepção sócio-histórica de classe a define como uma relação entre apropriadores e produtores, determinada pela forma específica em que, de acordo com Marx (2011), se extrai a mais-valia (WOOD, 2006, p. 73). Marx observa ainda que: "Nas primeiras épocas históricas, verificamos, por quase toda parte, uma completa divisão da sociedade em classes distantes, uma escala graduada de condições sociais" (MARX, 2011, p. 7).

Marx e Engels (2011, p. 16) afirmam que “a história de toda a sociedade até nossos dias consiste no desenvolvimento dos antagonismos de classes, antagonismos que se têm revestido de formas diferentes nas diferentes épocas”. As classes, portanto, segundo Marx e Engels, se constroem nas relações de produção. Logo, as relações de produção constituem as relações de classe marcadas, fortemente, pelo antagonismo entre os detentores dos meios de produção e os portadores da força de trabalho.

A história mostra que a vida social, em diferentes períodos e organizações sociais, está cheia de contradições, que há luta entre povos e sociedades, assim como, no seu próprio meio. Além disso, uma sucessão de períodos de revolução e de reação, de paz e de guerra, de estagnação e de progresso rápido, ou decadência afirmam essas diferentes aspirações. Afinal, a história de toda a sociedade até agora existente – escrevem Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista (s/d)* (excetuado a história da comunidade primitiva, conforme Engels apresenta novamente, mais tarde) – é a história da luta de classe.

Na sociedade, ocorre uma permanente luta que mede forças entre poderosos e fracos, opressores e oprimidos, o que se confirma na História dos homens concretamente constituída por uma inalterável luta de classes. Não há, portanto, luta de classes sem que as classes sejam antagônicas, como Marx e Engels afirmam. Estas classes seriam produtos das relações econômicas de sua época; todavia, toda luta de classes é uma luta política.

O conflito de classes no capitalismo tende a se “encapsular no interior da unidade individual da produção”, e em geral “somente quando sai para a rua, o conflito de classes se transforma em guerra aberta, principalmente porque o braço coercitivo do capital está instalado fora dos muros da unidade produtiva”. Assim, não é o capital, mas o “Estado, que conduz o conflito de classes, quando ele rompe as barreiras e assume uma forma mais violenta” (WOOD, 2006, p. 47).

A “predominância do capital no campo da produção material e o desenvolvimento das práticas políticas totalizantes do Estado moderno andam lado a lado”, eles se complementam; um não existe sem o outro. Os antagonismos estruturais do sistema do capital precisam ser corrigidos pelo Estado, a quem cabe esta ação, no sentido de mantê-los sobre controle e não de sua eliminação (MÉSZÁROS, 2002, p. 214). O Estado moderno surgiu exatamente para desempenhar um papel coesivo e coercitivo em uma sociedade fragmentada e

antagonicamente estruturada e para garantir a reprodução social fundada na exploração do trabalho pelo capital.

Estas relações conflituosas fazem parte da história dos homens, da "história em processo"[9], de como eles produzem socialmente suas vidas unindo-se ou opondo-se uns aos outros, em razão da sua posição nas relações de produção, na sociedade ou no Estado.

2.2 O poder das classes e o poder do Estado

No modo capitalista de produção, consoante Wood, dizer que o capitalismo representa a privatização última do poder político e que supera a privatização do poder político, característica do capitalismo, pode até ser uma condição essencial de transformação do processo de trabalho e das forças de produção.

Neste prisma, é importante reconhecer que muitas das divergências entre as diferentes experiências históricas se relacionam com a natureza e a sequência das relações entre poder público e apropriação privada. Esta questão é importante para a compreensão do percurso histórico que leva ao capitalismo, com as diferenças explícitas entre econômico e político (WOOD, 2006, p. 38), e que designa "poder de classe" como diferente de "poder de Estado", como um poder que não se baseia no aparato coercitivo do Estado. Um processo em que a apropriação privada se separa das funções sociais e comunitárias.

O Estado que é separado da economia, embora intervenha nela, pode, aparentemente, pertencer a todos "por causa do sufrágio universal", sem que se usurpe o poder do apropriador. Wood (2006) se utiliza de uma afirmação de Brener (1977)[10], para a compreensão deste processo:

> Quando a aplicação direta da força é a condição para a extração de excedentes por parte da classe dominante, as próprias dificuldades de aumentar o potencial produtivo pelo aprimoramento das forças produtivas podem encorajar o gasto de excedentes para aumentar precisamente a capacidade de aplicação da força. Dessa forma, a classe dominante pode aumentar, por métodos militares, a sua capacidade de explorar os

---

[9] MARX, La Guerra civil El Francia; ENGELS, A situação da classe operária na Inglaterra em 1844.

[10] BRENER, Robert. The Origions of Capitalism. New Left Review, 104, 1977, p. 37. In: WOOD, Ellen. **Democracia contra o capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2006.

> produtores diretos, ou adquirir meios adicionais de produção (terra, trabalho, ferramentas). Em vez de ser acumulado, o excedente acumulado é aqui sistematicamente desviado da reprodução para o trabalho improdutivo (BRENER, 1977, apud WOOD, 2006, p. 44).

Conforme Wood, em contrapartida, existe outro sentido em que o poder político privado é a condição da produção capitalista, ou quando se apresenta a forma assumida pela autonomia da esfera econômica. Isso se verifica quando as leis do mercado determinam a venda do poder de trabalho e, neste caso, são as leis autônomas da economia e do capital em abstração que exercem o poder e não, a imposição voluntária pelo capitalista de sua autoridade sobre o trabalhador. Assim, as leis abstratas, ao mesmo tempo em que impõem ao capitalista estas condições, dão-lhe condições de fazer o controle sobre a produção. Esta possibilidade é assegurada nesse sistema, pois, o trabalho é organizado e disciplinado e responde diretamente às exigências da apropriação. O controle, entretanto, das classes passam para o Estado, para as “mãos impessoais” do Estado (WOOD, 2006, p.46).

Esta interpretação de Wood sinaliza o afastamento da coação política direta do processo de extração de excedentes e remoção para o Estado que intervém, geralmente, indiretamente nas relações de produção. A coação política e a extração deixam de ser coação política imediata e, com isso, muda o enfoque da luta de classes.

A questão do trabalho e da economia também preocupava Gramsci, que analisa a articulação presente entre ela e o Estado. Assim, como afirma Liguori,

> Entre a estrutura econômica e o Estado com sua legislação e sua coerção, está a sociedade civil [...]; o Estado é instrumento para adequar a sociedade civil à sociedade econômica. Portanto, a economia é a ‘estrutura’, ao passo que a sociedade civil e o Estado fazem parte da ‘superestrutura’, precisamente a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política ou Estado’. Podemos assim dizer que Gramsci é o maior estudioso marxista das superestruturas, das quais investiga a importância, a complexidade e as articulações internas. Mas nem por isso perde de vista o papel determinante da estrutura, ainda que no interior de uma concepção dialética da relação entre estrutura e superestrutura (LIGUORI, 2003, p. 178).

Desta apropriação resultou o surgimento do Estado, que é capaz de assumir posições diferentes, desde que não fira os interesses de determinados grupos sociais. Buci-Gluckmann (1990) traz a afirmação de Gramsci, a qual esclarece como e de que forma isso se consolida.

> [...] Gramsci distinguirá [...] dois conceitos de Estado, ou mais precisamente dois momentos da articulação do campo estatal: o Estado em sentido

> estreito (unilateral), e o Estado em sentido amplo, dito integral. Em um sentido estreito, o Estado se identifica com o governo, com o aparelho de ditadura de classe, na medida em que ele possui funções coercitivas e econômicas. A dominação de classe se exerce através do aparelho de Estado no sentido clássico (exército, polícia, administração, burocracia). Mas essa função coercitiva é inseparável de um certo papel adaptativo-educativo do Estado, que procura realizar uma adequação entre aparelho produtivo e moralidade das massas populares (BUCI-GLUCKMANN, 1990, p.128, grifos do autor).

Ao tratar sobre o poder de Estado, Gramsci sublinha que ele é composto pela sociedade civil e pela sociedade política, diferenciando-se pelas funções que exercem na organização da vida cotidiana e, mais especificamente, na articulação e na reprodução das relações de poder. Em conjunto, formam o Estado, em sentido amplo: "sociedade política + sociedade civil". Na sociedade civil, as classes procuram ganhar aliados para seus projetos através da direção e do consenso. Já na sociedade política, as classes impõem uma "ditadura" ou, por outro lado, uma dominação fundada na coerção (GRAMSCI, 1976).

A sociedade política (Estado em sentido estrito, Estado - coerção) é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência. Esta propriedade identifica os aparelhos coercitivos ou repressivos de Estado controlados pelas burocracias. Assim, como assegura Liguori, ao analisar os escritos e conceitos de Gramsci sobre o Estado Ampliado,

> O conceito central dos cadernos (do Cárcere) [...] é o de 'Estado ampliado', que sendo Gramsci um pensador fortemente dialético, Estado e sociedade (mas também estrutura e superestrutura) apresentam-se em seus escritos como conceitos distintos, mas não organicamente separados e separáveis (LIGUORI, 2003, p. 174).

Quando se utilizam da sociedade política, as classes exercem uma ditadura, uma dominação mediante coerção.

A outra esfera, sociedade civil (Estado ético), compõe-se de organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, que podem ser: as escolas, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, os meios de comunicação, dentre outros.

No âmbito e contando com a sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia (buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso). Os seus portadores materiais são os aparelhos privados de hegemonia: organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos.

Nesta vertente, Liguori (2003) busca esclarecer que Gramsci:

> Vale-se de um esquema triádico, formado por economia-sociedade civil – Estado. Tomemos, por exemplo, uma passagem dos Cadernos, na qual lemos que "a relação entre os intelectuais e o mundo da produção [...] é 'mediatizada' [...] [por] dois grandes planos 'superestruturais': o que pode ser chamado de 'sociedade civil' (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como 'privados') e o da 'sociedade política ou Estado' (CC11, 2, 20-21). Nessa passagem, a 'produção' é nitidamente diferenciada tanto da sociedade civil quanto do Estado, termo que, neste contexto, é usado em sentido restrito, tradicional, ou seja, não 'ampliado', sem incluir, portanto, os organismos que Gramsci diz serem 'designados vulgarmente como privados' (LIGUORI, 2003, p. 178, grifos do autor).

A questão da hegemonia assume um papel central na análise de Gramsci em relação ao Estado, quando afirma que "Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter consentimento ativo dos governados" (GRAMSCI, 1976, p. 87). Deste modo, "O campo de ação das classes e dos seus Estados passa necessariamente pela questão da hegemonia" (DIAS, 1996, p. 34).

A hegemonia, como centralidade que se sobrepõe à coerção, é colocada por Gramsci na sociedade civil, por exemplo. Neste caso, o poder do Estado, para Gramsci, não está baseado apenas na coação. Ele vai além do que se compreende como coerção em Lênin, 2007; Marx, 2002, 1995, 2007, Engels, s/d. Baseia-se no consentimento, enquanto que o poder da burguesia se dá por meio da hegemonia que esta exerce sobre os trabalhadores. Com sua imensa burocracia, o Estado "é capaz de vigiar e punir, mas também, organizar e representar" (DIAS, 1996, p. 30).

Diante dessas afirmações, compreende-se que, em Gramsci, o Estado tem um enfoque diferente do que é conferido por Lênin (1986), pois, ele não é entendido como aparelho, mas como uma relação social cuja função principal não é associada à dominação, por meio da força e ou da violência, mas pelo consenso. O Estado surge como um emaranhado de atividades práticas e teóricas que serve para obter o consenso dos dominados, a hegemonia. A hegemonia se estabelece, por meio de uma relação mista onde se associam o poder do Estado e a ação privada, configurando uma modalidade de dominação complexa que enceta a unidade dialética entre coerção e consenso, repressão e hegemonia, ou seja, Estado e sociedade civil.

---

[11] Cadernos do Cárcere.

2.3 A burocratização do/no Estado

Um dos teóricos referenciados em relação à temática da burocratização é Max Weber, principalmente ao tratar-se sobre o Estado Moderno. É nesse sentido que se utiliza neste trabalho o pensamento de Weber, embora o autor em seus trabalhos não exprima a linha teórica que é utilizada como referência e sustentação nesta pesquisa.

Para o pensador, a burocracia só se consuma quando recebe a legitimidade dos subordinados e, a partir daí, passa a funcionar como administração. Assim, a burocracia consiste em uma forma de dominação que, na vida cotidiana, incide na administração.

Nesse sentido, a administração exige um instrumento de instalação do poder, o qual consiste em um quadro administrativo que se constitui em dominação de uma pluralidade de pessoas e deve garantir a execução de ordens gerais. Ainda, sublinha Weber (2004, p. 531):

> Toda organização de dominação que exige uma administração contínua requer, por um lado, a atitude de obediência da ação humana diante daqueles senhores que reclamam ser os portadores do poder legítimo, e, por outro lado, mediante essa obediência, a disposição sobre aqueles bens concretos que eventualmente são necessários para aplicar a coação física: o quadro administrativo pessoal e os recursos administrativos materiais.

Assim, a legitimidade de uma dominação implica obediência à ordem recebida, como se tivesse sido feito do conteúdo da ordem. Afirma Weber (2004, p. 531) que:

> Por sua vez, o quadro administrativo, que representa a forma de manifestação externa da organização de dominação política, bem como a de qualquer outro empreendimento, não está ligado à obediência diante do detentor do poder, àquela ideia de legitimidade da qual acabamos de falar, mas sim por dois meios que apelam ao interesse pessoal: recompensa material e honra social. Os feudos dos vassalos, as prebendas dos funcionários patrimoniais, o salário dos modernos servidores públicos - a honra de cavaleiro, os privilégios estamentais e a honra do funcionário - constituem a recompensa, e o medo de perdê-los é o último fundamento decisivo da solidariedade do quadro administrativo com o detentor do poder.

Todas as dominações, portanto, procuram despertar e cultivar a crença em sua legitimidade. A burocratização faz com que a relação entre dominantes e

dominados se estabeleça, não por vontade própria, mas por estar previsto em estatuto, que determina quem deve mandar e quem deve obedecer. Logo,

> O poder da burocracia plenamente desenvolvida é sempre muito grande e, em condições normais, enorme. E o ‘senhor’ ao qual serve, seja ele um ‘povo’ em cujas mãos está a arma da ‘iniciativa legal’, do ‘referendo’ e da demissão de funcionários, ou seja, um parlamento eleito sobre uma base mais aristocrática ou mais ‘democrática’, um colégio aristocrático que juridicamente ou de fato se completa a si mesmo, um presidente eleito pelo povo ou um monarca hereditário ‘absoluto’ ou ‘constitucional’, encontra-se sempre, diante dos funcionários especializados ativos na administração, na situação de um "diletante" diante do "especialista". Toda burocracia procura aumentar mais ainda esta superioridade do profissional instruído, ao guardar segredo sobre seus conhecimentos e intenções. Tendencialmente, a administração burocrática é sempre uma administração que exclui o público. A burocracia oculta, na medida do possível, o seu saber e o seu fazer da crítica (WEBER, 2004, p. 229).

Desta forma, Weber (2004) assegura que, na administração burocrática, quem manda faz para obedecer ao instituído. O dominante ou político que está apenas exercendo uma função como dever objetivo do cargo que ocupa, deve agir impessoalmente, sem interferência subjetiva, sem consideração a pessoas, sem influência de qualquer espécie. Deve agir de maneira estritamente formal, segundo regras racionais.

> No entanto, esses políticos de "profissão", no sentido de vocação, não são em lugar algum as únicas figuras decisivas nas manobras da luta pelo poder político. Altamente decisiva é antes a natureza dos recursos de que dispõem. A questão de como as potências politicamente dominantes vieram a manter-se no poder aplica-se a todos os tipos de dominação política, em todas as suas formas, tanto a tradicional quanto a legal e a carismática (Ibid., p. 531).

Weber compreende que existe, na administração burocrática, uma relação de homens que dominam seus iguais, que é mantida pela violência legítima (isto é, considerada legítima). O Estado é um aparato administrativo e político que detém o monopólio da violência legítima dentro de um determinado território, a partir da crença dos indivíduos em sua legitimidade.

No funcionamento da administração burocrática, constata-se esta posição:

> 1) [na] área financeira e na da economia monetária, 2) [no] desdobramento quantitativo das tarefas administrativas, 3) [nas] transformações qualitativas destas, 4)[na] superioridade técnica da organização burocrática, 5)[na] concentração dos meios administrativos, 6) [no]nivelamento das diferenças sociais.- Caráter permanente do aparato burocrático. - Consequências econômicas e sociais da burocratização. - Posição de poder da burocracia. - Processo de desenvolvimento da estrutura dominação racional burocrática. – ‘Racionalização’ da formação e educação (WEBER, 2004, p. 202).

A questão da burocratização do Estado foi essencial para o capitalismo à medida que estabeleceu uma clara separação entre o Estado e o mercado e preconiza que a democracia só pode existir quando a sociedade civil, formada por cidadãos, distingue-se do Estado ao mesmo tempo em que o controla (BRESSER PEREIRA, 1996).

Ainda, nesta ótica, Weber (2004, p. 202) afirma que:

> Em consonância com isso, para o exercício e a ameaça desta coação, existe, na comunidade política plenamente desenvolvida, um sistema de ordens casuísticas, às quais se costuma atribuir aquela 'legitimidade' específica: a 'ordem jurídica', da qual a única criadora normal é considerada hoje a comunidade política, porque de fato tem usurpado, em regra, o monopólio de impor, mediante coação física, a observação daquela ordem. Esta preeminência da 'ordem jurídica' garantida pelo poder político é o resultado de um processo de desenvolvimento muito lento, durante o qual as outras comunidades, portadoras de poderes coativos próprios, sob a pressão de mudanças econômicas e organizatórias, perderam seu poder sobre o indivíduo e se dissolveram ou, então, subjugadas pela ação de comunidade política, viram seu poder coativo por ela limitado ou atribuído.

Tornou-se assim necessário desenvolver um tipo de administração que partisse não apenas da clara distinção entre o público e o privado, mas também da separação entre trabalhadores (subordinados) e proprietários e ou gestores. Situação não apenas evidenciada anteriormente, no Brasil; mas, ainda agora, nos setores públicos e órgãos estatais, quando ALEXANDRE[12] assegura: "*Quando o companheiro assume o trabalho na gestão, normalmente ele recebe um 'GD de gratificação'",* acrescentando ainda que *ele fica atrás do balcão, do outro lado, e é como* se afirmasse*: "desculpa, depois eu volto para a luta*". E ele não faz isso por vontade própria, mas, conforme assinala Weber:

> Isto tem regularmente a consequência de que a exploração direta ou indiretamente econômica ou também a "social" da posição que todo tipo de atividade administrativa concede àqueles que a realizam representa a remuneração pelo exercício da função. Dentro da administração estatal, a burocratização e a democratização significam, por isso, apesar de seu caráter geralmente mais "econômico" em comparação àquelas outras formas, um aumento das despesas efetivas dos erários públicos (Ibid., p. 224).

Nesta lógica, a burocratização representa o *nivelamento dos dominados* diante do grupo dominante, burocraticamente estruturado, o qual, por sua vez, pode muito bem ter, de fato, mas também formalmente, uma posição totalmente

---

[12] ALEXANDRE é um dos sujeitos da pesquisa.

autocrática, o que definitivamente caracteriza uma administração não democrática. Desta forma, se instala a separação entre os dirigentes e os executantes das ações.

Por seu lado, Rafael (outro sujeito da pesquisa), assegura que:

> *[...] depois que vim trabalhar aqui eu percebi como as pessoas valorizam o fato de você ocupar este espaço. Quando a gente chega nos Estados e municípios brasileiros, só falta banda de música, pois o tratamento é maravilhoso[...] isto ocorre talvez porque as pessoas vêem na gente uma possibilidade de respostas por conta das dificuldades existentes nesses locais, e outra uma valorização por conta do órgão que a gente representa, deste aparato todo, parece ainda que as pessoas se intimidam diante do "poder" que eles pensam que a gente tem[...].(RAFAEL, 2013).*

Por esta razão, é preciso que as pessoas que ocupam espaços públicos, na condição de agentes públicos, levem sempre em conta, conforme Weber (2004, p.224), que:

> [...] o nome "democratização" pode enganar: o demos, no sentido de uma massa não-diferenciada, nunca "administra" nas grandes associações, mas é administrado, mudando somente a forma da seleção dos chefes da administração e a proporção da influência que ele - ou melhor, outros círculos de pessoas, constituídos a partir dele - pode exercer, mediante o efeito da chamada "opinião pública", sobre o conteúdo e o rumo da atividade administrativa.

Nessa perspectiva, Weber, ao mesmo tempo em que faz a crítica, propõe a "democratização da sociedade", não especificando, porém, que se trata da democratização e da liberdade de "mercado". Não especifica ainda que o agir do Estado é sempre político, no sentido de que expressa e fomenta relações de poder entre as classes sociais.

Ainda, consoante Weber, a ideia de democratização, presente neste tipo de administração pode não equivaler, obrigatoriamente, a um aumento da participação, de forma ativa, dos dominados na dominação no âmbito dessa formação social. Essa ideia pode estar associada à plena consciência de que o conceito político "democracia" implica em "igualdade jurídica" para os dominados.

Mészáros (2009, p. 163) contrapõe as afirmações de Weber no que se refere à "'emancipação' da economia do controle 'político'", pois, na verdade o que propõe é a magnitude do envolvimento direto e indireto do Estado capitalista no "tipo moderno de economia", que, embora já estivesse grande, continuava a crescer, não "apenas no domínio multifacetado do complexo militar-industrial" e, da mesma forma, a "burocratização era parte significativa do processo descrito de modo

otimista" (Ibid. p. 163). Assim, Mészáros, fundamentado em Marx, compreende que precisa de outro tipo de ação, radical, que represente verdadeiramente a emancipação humana. E essa, necessariamente, implica em uma revolução social.

Como já afirmado neste texto, Mészáros salienta que o Estado moderno é inconcebível sem o capital, que é o seu real fundamento, e o capital, por sua vez, precisa do Estado como seu complemento necessário. A burocracia do Estado é sua própria base de poder, assistida por intelectuais e tecnocratas, que desejam manter seu poder, ampliando a dimensão do poder sem atender às necessidades públicas (CARNOY, 1988).

2.4 O Estado Social ou o Estado de Bem-Estar Social

O Estado social, conforme salienta Santos (2012, s/p), é resultado de um compromisso entre as classes trabalhadoras e os detentores do capital, sendo que este compromisso foi a resposta a uma recente história de "guerras destrutivas, lutas sociais violentas e crises econômicas graves". O estudioso destaca ainda que o tipo de estado, que designa como social, teve como concretização países europeus mais desenvolvidos, depois da segunda guerra mundial. Especifica que, nas ciências sociais e "consoante as filiações teóricas, as designações mais comuns têm sido a de Estado Providência ou Estado de Bem Estar-Social".

Para Santos, nos termos deste pacto ou "compromisso", os capitalistas

> [...] renunciam a parte da sua autonomia enquanto proprietários dos fatores de produção (aceitam negociar com os trabalhadores temas que antes lhes pertenciam em exclusividade) e a parte dos seus lucros no curto prazo (aceitam ser mais fortemente tributados), enquanto os trabalhadores renunciam às suas reivindicações mais radicais de subversão da economia capitalista (o socialismo e, para o atingir, a agitação social sem condições face à injustiça da exploração do homem pelo homem) (SANTOS, 2012, s/p).

Sob esse enfoque, o Estado "tutela" a ação e a negociação coletiva entre o capital e o trabalho e transforma os recursos financeiros, que provém da tributação do capital privado e de rendimentos salarias, em "'capital social'", em políticas públicas e sociais. Manifestam-se, assim, as políticas sociais em forte intervencionismo estatal, na produção de bens e serviços que aumentam a "produtividade do trabalho e a rentabilidade do capital". Trata-se de um modelo de Estado forte, o qual se identifica na etapa monopolista do capitalismo. Neste modelo,

o Estado ganha força, a partir da qual se afirma o Estado-nação, assumindo uma intervenção direta na vida social, em que adotadas políticas de cunho social. Foi exatamente quando a crise do capitalismo se instalou que surgiu a estratégia de reordenação do capital, de enfrentamento desta crise da hegemonia financeira, por meio da instituição do Estado de bem-estar social ou Keynesiano.

Oliveira assegura, em relação a esta questão, que:

> [...] o que se chama Welfare State, como consequência das políticas originalmente anticíclicas de teorização keynesiana, constituiu-se no padrão de financiamento público da economia capitalista. Este pode ser sintetizado na sistematização de uma esfera pública onde, a partir de regras universais e pactadas, o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital, de um lado, e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais. A medicina socializada, a educação universal gratuita e obrigatória, a previdência social, o seguro desemprego, os subsídios para transporte, os benefícios familiares (quotas para auxílio-habitação, salário família) e, no extremo desse espectro, subsídios para o lazer, favorecendo desde as classes médias até o assalariado de nível mais baixo, são seus exemplos. A descrição das diversas formas de financiamento para a acumulação de capital seria muito mais longa: inclui desde os recursos para ciência e tecnologia, passa pelos diversos subsídios para a produção, sustentando a competitividade das exportações, vai através dos juros subsidiados para setores de ponta, toma em muitos países a forma de vastos e poderosos setores estatais produtivos, cristaliza-se numa ampla militarização (as indústrias e os gastos em armamentos), sustenta agricultura (o financiamento dos excedentes agrícolas dos Estados Unidos e a chamada 'Europa Verde' da CEE), e o mercado financeiro e de capitais através dos bancos e/ou fundos estatais, pela utilização de ações de empresas estatais, como blue chips, intervém na circulação monetária de excedentes pelo open market, mantém a valorização dos capitais pela via da dívida pública, etc. (OLIVEIRA, 1999, p.19-20).

Esta conjuntura não permaneceu por muito tempo; pois, além do controle macroeconômico estatal e centralizado, fundamentado no crescimento e no emprego, numerosas limitações foram impostas "sobre as prerrogativas das finanças: as regulamentações da sua atividade nacional e internacional (notadamente através dos acordos assinados em Bretton Woods em 1944)", o reconhecimento parcial do direito ao trabalho, inscrito em 1948 na legislação estadunidense e o desenvolvimento do Estado providência (CHESNAIS, 1996, p. 32).

Este exemplo de Estado, porém, à medida que avançou com políticas sociais, e geração de empregos, fez com que a classe trabalhadora se organizasse e que o sindicalismo se tornasse pujante, permitindo algumas conquistas, especialmente, em relação às melhorias nas condições de trabalho.

Santos assegura que este modelo de Estado e de capitalismo começou a ser "atacado a partir dos anos 1970 até a seu cume nos anos 1990, por um modelo

alternativo designado por neoliberalismo”. O Estado social aparece como solução para os problemas do mercado.

Assim como sublinha Bianchetti (2001, p. 78) esta ideia do “bem comum” é bastante “limitada na concepção neoliberal, já que existe uma dificuldade de estabelecê-lo dado que na sociedade capitalista as relações são de competências entre os interesses individuais” e, nesta condição, a “única garantia deve ser a igualdade jurídica dos atores”.

O pensamento liberal desenvolveu a teoria do Estado Liberal a partir dos direitos individuais e na ação do Estado de acordo com o “bem comum” a fim de controlar os homens possibilitando que seus interesses se sobreponham às paixões (CARNOY, 1988). O Estado com esta concepção, conforme Bianchetti (2001, p. 78), “como espaço artificial de articulação das relações sociais manifesta-se através do governo da sociedade”. Entretanto, mantém um “papel periférico na relação com o mercado, que é quem, na realidade, produz a dinâmica social”. Neste sentido, enfatiza Bianchetti que o Estado, na sociedade liberal, só atua quando se encontram em perigo seus fundamentos.

A partir dessa afirmação de Bianchetti, compreende-se o porquê do Estado de bem-estar social no período pós-guerra, diante da crise profunda do capitalismo. O interesse, neste caso, era o de salvaguardar os interesses capitalistas e evitar um colapso maior, tendo em vista as dificuldades pelas quais passavam os trabalhadores, que poderiam se revoltar em massa e provocar um processo de transformação mais profundo. Destarte, os neoliberais reconhecem “a intervenção do Estado na economia quando esta tem o interesse de impedir ou retirá-lo das atividades que, segundo sua interpretação, não correspondam com a sua natureza” (BIANCHETTI, 2001, p. 82).

O Estado, neste enfoque, encontra apoio entre os vários grupos, sobretudo em virtude da “proteção” que ele fornece, sustentando juridicamente e garantindo a estrutura estabelecida da divisão do trabalho (MÉSZÁROS, 2010, p. 353-354). O autor cita algumas ações do Estado neste sentido: o salário mínimo; a legislação da seguridade social; a criação de tarifas protecionistas e outras barreiras nacionais. Além disso, mantém a administração interna de relações de forças contra os excessos à participação em empreendimentos internacionais que assegurem maior vantagem à classe dominante, que pode conceber vantagens relativas à força de trabalho nacional.

As políticas públicas, características deste tipo de Estado, como destaca Santos (2012, s/p),

> [...]decorrem dos direitos econômicos e sociais dos trabalhadores e dos cidadãos em geral (população ativa efetiva, crianças, jovens, desempregados, idosos, reformados, “domésticas”, produtores autônomos). Traduzem-se em despesas em bens e serviços consumidos pelos cidadãos gratuitamente ou a preços subsidiados: educação, saúde, serviços sociais, habitação, transportes urbanos, atividades culturais, atividades de tempos livres.

Algumas das políticas sociais, ainda segundo Santos, envolvem transferências de pagamentos de várias ordens financiadas por contribuições dos trabalhadores ou por impostos no âmbito da Seguridade Social. Estas políticas, de uma maneira geral, contribuem para atenuar os conflitos latentes entre as diferentes classes sociais e são permeadas pela ação do Estado. Lessa (2007, p. 291) afirma que o Estado de bem-estar social, longe de significar a democratização, representou, sim, uma “intensificação inédita das alienações que brotam do capital”. Reafirma-se, com isso, que não houve alteração nas relações capitalistas no Estado burguês e nem nas classes sociais com este modelo de Estado.

Convém destacar, ainda que de uma maneira geral, as políticas adotadas no pós-guerra, tanto de Keynes quanto de Roosevelt, são formas de precaução contra o avanço do comunismo soviético e do comunismo chinês. Conforme Ribeiro (2013), os recursos por meio dos quais foram mantidas as políticas de bem-estar na Europa e EUA obtiveram-se com o sacrifício de populações latino-americanas, principalmente do Brasil, Argentina e Chile.

Ribeiro assegura que na mesma época e mesmo nos anos seguintes se manifestaram os liberais conservadores que passaram a impor seu liberalismo reacionário coma crise dos anos 1970 sob o comando de Tatcher e Reagan, momento em que instituições como o Banco Mundial e a UNESCO direcionam suas políticas para controlar a educação nos países subdesenvolvidos.

Ao mesmo tempo em que estas ações se efetivam, encaminha-se o processo de afastamento do Estado da economia e das políticas de proteção dos direitos humanos, com a instalação do Estado Gerencial, como pode ser visto na sequencia deste trabalho.

2.5 A Regulação e a Reforma de Estado: O Estado Gerencial Neo/liberal

A reforma de Estado surge em um contexto de minimização do seu papel intervencionista no que diz respeito às políticas sociais e à redução ou ao desmantelamento das políticas de proteção e de direitos humanos. Esta concepção se apresenta como uma possibilidade de desenvolvimento econômico, de modernização e racionalização, criando uma ideia de superação do desemprego, de contenção da hiperinflação e de bom uso do dinheiro público.

Nesse sentido, o Estado brasileiro, presente no processo de globalização, harmonizado com as determinações do liberalismo econômico na intensificação da privatização da esfera pública, nas mudanças na legislação trabalhista e previdenciária e na desregulamentação econômica, coloca estas ações como necessárias ao desenvolvimento do capital.

Assim, se, por um lado, a globalização proporcionou maior abertura às "benesses" dos países desenvolvidos (pelo acesso a bens e serviços, comunicações e transportes) padronizando valores, assumindo características específicas peculiares (MARTINS, 2004); por outro, passou a apresentar uma nova visão e forma de gestão pública, afirmando-se como modelo.

A reforma do Estado, implementada no Brasil na década de 1990 em curso até o momento atual, atendeu às exigências dos organismos internacionais (BIRD[13] e BID[14]) para a concessão de novos empréstimos, condição indispensável para a consecução das políticas de ajuste fiscal propostas pelo governo (ALVES, 2000, SPINK, 2001). Durante o período de "desertificação neoliberal", nos anos de 1990, presenciou-se, não apenas a "pragmática desenhada" pelo Consenso de Washington; mas, uma significativa reestruturação produtiva (ANTUNES, 2008, p.105). As reformas, concebidas no país, acompanharam as reestruturações implementadas na esfera produtiva, no mercado mundial, as quais promoveram uma guinada nas relações entre capital e trabalho, pactuadas no período.

Os serviços públicos, como saúde, educação, energia e previdência também passaram por um processo de reestruturação, subordinando-se à lógica da

---

[13] Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

[14] Banco Interamericano de Desenvolvimento.

“mercadorização”, que afeta os trabalhadores do serviço público e do privado (ANTUNES, 2008, p. 107).

Nesta lógica, no Brasil, instalou-se a ideia de modernização do Estado, de redução dos aparatos governamentais e de eficiência e iniciou a derrocada do Estado intervencionista. A queda do intervencionismo de Estado foi consequência da: crise mundial a partir dos anos de 1970; crise fiscal; globalização; e, emergência de novas tecnologias (ABRUCIO; SOARES, 2001).

Assim uma nova forma de administração pública alojou-se e a sua justificação, juntamente com as mudanças nos arranjos inter e intraorganizacionais das instituições do aparelho estatal brasileiro, estão apregoadas no documento: *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado* (1995), elaborado, na época, pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), constituindo-se nas bases da reforma administrativa de 1995 (SEABRA, 2001, p. 24).

Por meio do referido documento, cujos princípios continuam orientando a ação reformadora do governo, procurou-se definir as instituições e estabelecer as diretrizes para a implantação de uma administração pública gerencial no país (BRESSER PEREIRA, 1998, p.32). É preciso, entretanto, não confundir a Reforma Gerencial de 1995 com a emenda constitucional, apresentada pelo governo no mesmo ano, que ficou chamada de ‘reforma administrativa’.

Rezende (2004) sublinha que a reforma foi uma tentativa no sentido de resolver os problemas advindos dos baixos níveis de desempenho, apresentados pela burocracia pública adotada pelo Executivo Federal, caracterizada pela relação ineficiente entre formulação e implementação de políticas públicas e por um crônico problema de gestão fiscal durante a década de 1990.

Com a administração gerencial, instala-se no Brasil:

> Orientação da ação do Estado para o cidadão-usuário de seus serviços; ênfase no controle de resultados através dos contratos de gestão; fortalecimento e autonomia da burocracia no core das atividades típicas de Estado, em seu papel político e técnico de participar, junto com os políticos e a sociedade, da formulação e gestão de políticas públicas; separação entre as secretarias formuladoras de políticas e as unidades executoras dessas políticas, e contratualização da relação entre elas, baseada no desempenho de resultados; adoção cumulativa de três formas de controle sobre as unidades executoras de políticas públicas: controle social direto (através da transparência das informações, e da participação em conselhos); controle hierárquico gerencial sobre resultados (através do contrato de gestão); controle pela competição administrada, via formação de quase-mercados (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 42).

Assim como já havia acontecido, nas décadas de 1930 e de 1970, quando o capitalismo começou a fraquejar – o que segundo Antunes se evidenciou pela queda da taxa de lucro, pelo esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista dos modos de produção, pela hipertrofia da esfera financeira, pela maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas ou oligopolistas, pela crise do *Welfare State* e pelo incremento acentuado de privatizações[15] – , ele tratou de se reorganizar.

Nessa perspectiva, o neoliberalismo foi transformado em política econômica e monetária e o Estado foi afastado do cenário, passando a servir apenas quando o capital dele se beneficiou, ou seja, o Estado continuou atuando no interesse das frações do capital, as quais constituem os grupos dirigentes das sociedades capitalistas. Este período passou a ter ainda como característica "uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora e contra as condições vigentes durante a fase de apogeu do fordismo" (ANTUNES, 2009, p. 32.). Como resultado, na visão de Mézsáros,

> [...] tivemos que experimentar o começo da legislação antitrabalho pelos governos trabalhistas e a metamorfose dos partidos socialdemocratas – que até então ainda alegavam ao menos alguma lealdade à classe trabalhadora em organizações políticas liberal-burguesas (MÉZSÁROS, 2009, p. 778).

O contexto neoliberal globalizado está envolvido por uma densa e penetrante trama de relações econômicas, sociais, políticas, ideológicas e militares que acompanha a estrutura do poder internacional e que se organizou como resultado do modo de produção capitalista (CHOMSKY, 1994). Isso se deve ao fato de que, pela primeira vez, depois de quase quinhentos anos, o capitalismo adquiriu genuinamente caráter histórico-universal, embora Marx e Engels já vislumbrassem estas características no Manifesto, ainda no século XIX.

A obra de Marx e Engels a que Chomsky se refere, datada de 1848, se revela de grande atualidade, especialmente ao se pretender estudar a maneira de funcionamento do sistema social atual, considerando a história de forma analítico-crítica. Em sua análise, os estudiosos evidenciam que o capitalismo foi global desde o seu início, como o afirmam no Manifesto:

---

[15] Antunes apresenta os traços que evidenciaram o início da crise, explica cada um deles e apresenta um diagnóstico da crise que começa a se tornar evidente (ANTUNES, 1999, p. 29-34).

> Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. [...] As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. [...] Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas os mais diversos. Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações (MARX; ENGELS, Manifesto Comunista s/d, p. 13).

Esta ideia do global, portanto, é uma das maneiras de caracterizar o mundo atual, no qual a globalização da economia, assim como afirma Hobsbawm (2000), não é resultado apenas de uma ação isolada ou de um determinado tempo histórico; mas, de um processo que, embora tenha sido acelerado na última década, reflete uma transformação incessante. O autor assinala, também, que a globalização não atua da mesma forma em todos os campos da atividade humana, pois são aspectos que não se desenvolvem de maneira similar, nem linear.

A expressão globalização não descreve apenas o fenômeno específico de expansão do capital. Politicamente, ela designa o avanço da ideologia neoliberal caracterizada pelo declínio do Estado de bem-estar social, pela desregulamentação dos mercados, pela privatização das empresas estatais, pela flexibilização das relações de trabalho e pela destruição de direitos elementares dos trabalhadores.

Santos (2005), mesmo reconhecendo, assim como Chomski (1994), que a globalização neoliberal não é um fenômeno completamente novo, afirma que ela coloca, de fato, novos problemas em relação às estratégias de resistência e à formulação de alternativas. Segundo o autor, isso se deve ao fracasso daquelas que guiaram, no passado, as lutas anticapitalistas e também porque, pela primeira vez na história ocidental moderna, o capitalismo apresenta-se como um modelo civilizacional global, ao subordinar praticamente todos os aspectos da vida social à lei do valor.

> [...] é inegável que, com uma intensidade maior ou menor, todos os países se confrontam hoje com a emergência de novas organizações e instâncias de regulação supranacional (ONGs, Mercosul16, Organização Mundial do Comércio, União Europeia), cuja influência se vem juntar a outras organizações que já não são recentes, mas que continuam a ser muito influentes (BM17, OCDE18, FMI19), sendo que elas têm sempre

---

[16] Mercado Comum do Sul

[17] Banco Mundial

[18] Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico

> implicações diversas, entre as quais, e de acordo com o objecto deste trabalho, aquelas que directa ou indirectamente ditam os parâmetros para a reforma do Estado nas suas funções de aparelho político-administrativo e de controlo social, ou que induzem em muitos e diferentes países a adopção de medidas ditas modernizadoras que levam o Estado a assumir também, de forma mais explícita, uma função de mediação, de adequação às prioridades externamente definidas ou, mesmo, de promoção das agendas que se circunscrevem a ditames mais ou menos ortodoxos da fase actual de transnacionalização do capitalismo e de globalização hegemônica (AFONSO, 2001, p. 24).

O período histórico marcado pelo modelo hegemônico neoliberal representa não apenas "uma radical mudança na correlação de forças entre as classes fundamentais, mas, na forma da hegemonia, o que por sua vez requer que as forças anti-sistêmicas alterem igualmente sua forma de acumular forças para derrotá-lo" (SADER, 2001, p. 132).

No entender do governo, por seu turno, o Estado deixa de ser um obstáculo à retomada do desenvolvimento econômico e adquire o equilíbrio das contas nos Estados e Municípios (BRASIL, MARE, 1995a, s/p.). Neste processo, a privatização se apresenta como uma saída para a organização administrativa neoliberal. Para a população, dependente do Estado, ele perde a sua função social.

---

[19] Fundo Monetário Internacional

CAPÍTULO III
A CONJUNTURA ATUAL BRASILEIRA, O TRABALHO E AS RELAÇÕES PRESENTES NA PRIVATIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

No decorrer dos capítulos, têm merecido destaque as mudanças operadas na gestão estatal da força de trabalho, o posicionamento do Estado quanto ao uso, a remuneração e a reprodução da força de trabalho no momento atual, bem como a importância das relações entre o Estado e o Capital, para assegurar o fortalecimento do segundo.

Neste sentido, Num (2000) afirma que o processo de acumulação do capital precisa de estabilidade e de previsibilidade, viabilizadas por meio de um conjunto de instituições sociais, que tem sob sua responsabilidade regular tanto a:

> [...] própria concorrência dos capitais no mercado como dos conflitos entre capital e trabalho e entre distintas frações do capital. [...] tal regulação dependerá das características e da intensidade que assumam esses conflitos e essa concorrência, o que equivale a dizer que ela é sempre indissociável de uma história concreta e que as soluções vão variar conforme as épocas e os lugares (NUM, 2000, p. 20).

Deste modo, o Estado assegura o suporte político de forma a beneficiar o sistema do capital, à medida que cria condições para a reprodução e manutenção do mesmo (MÉSZAROS, 1999). Dentre outras ações, uma das mais marcantes é a retirada dos direitos dos trabalhadores (ANTUNES, 2009) e, como resultado, ocorrem importantes derrotas do movimento operário.

O Estado brasileiro, no contexto atual, apresenta-se desta forma e, embora as expectativas pareçam adversas, trata-se de uma instituição que sempre está em movimento. A partir dos contrapontos, estabelecem-se possibilidades pelas próprias contraditoriedades inerentes ao sistema do capital, bem como, pelas articulações no campo da política, para que sejam criadas condições de ação por parte dos trabalhadores e da sociedade civil, no sentido de avançar no rumo da construção de uma sociedade diferente, outro mundo de possibilidades. Para que tal situação se concretize, o Estado é parte fundamental deste processo.

A economia brasileira segue a mesma lógica da dinâmica mundial, com a facilitação das importações por se tornaram mais baratas, o que estabeleceu uma intensa competição entre a produção nacional e as mercadorias importadas, levando à modernização do sistema produtivo nacional e, por outro lado, à falência das empresas nacionais incapazes de competir.

Santos (1999) defende que, na atualidade, existe a emergência de uma nova contratualidade liberal individualista, construída a partir do direito civil entre os indivíduos e não da ideia de contrato social entre agregações coletivas de interesses sociais divergentes. Frigotto (2003) assegura que as formas de regulação transnacional de mercado, ao final da década de 1980, impulsionaram um quadro de reorganização da lógica capitalista na perspectiva de mudança reestruturativa da produção e do papel do Estado. Assim, o Estado se coloca como um agente regulador dos meios para a naturalização de seus pressupostos, dentre os quais, a educação e o combate à miséria são comumente o foco.

Neste período, a globalização da economia avançou, as políticas neoliberais ganharam centralidade, o desemprego aumentou, o processo de trabalho se transformou, as empresas enxugaram seus quadros de funcionários, levando ao desemprego milhares de trabalhadores e o emprego informal cresceu. A exclusão social, como assinala Gohn (2000), atingiu patamares assustadores e a camada média da população passou a ter mais dificuldades para conseguir emprego.

Diante deste quadro, o Estado passou a criar políticas de inserção social para as pessoas excluídas do mundo do trabalho através de políticas compensatórias. Por outro lado, as políticas estruturais em nome da qualidade, da tecnologia, da “modernidade” têm colaborado para aumentar o desemprego e a desigualdade social. O Modo de produção capitalista passa por uma grande transformação e o Estado contribui com o seu delineamento, à medida que se torna mínimo, no atendimento das necessidades sociais, e ampliado, no sentido dado por Gramsci, quando quer levar a cabo as reformas.

Essa diretriz encampada pelo Estado brasileiro a partir da segunda metade da década de 1980, consolida-se nos anos de 1990, quando o ideário neoliberal é incorporado como caminho salvacionista do crescimento econômico, compassando a orientação das políticas públicas.

Os governos que assumiram o poder nestas condições, passaram a conviver com a situação que se apresentava, não apenas no Brasil, mas, nos países que

assumiram o propósito da globalização. O País, após um longo período de recrudescimento da democracia, ocasionado pela Ditadura Civil-Militar que se deu com o apoio do poder civil, tornou-se engessado pelos acordos bilaterais, acabando por submeter-se às determinações do capital e a uma onda enorme de "desregulamentações nas mais diversas esferas do mundo capitalista" (ANTUNES, 2009, p. 15).

Desse movimento de desestruturação do Estado e do mercado de trabalho resultou uma grave crise de emprego. A desestruturação do mercado de trabalho, como sinaliza Pochmann (2007), fundamentou-se em três componentes:

> O primeiro está associado à presença, em larga escala, do desemprego em praticamente todos os segmentos sociais. O segundo componente que caracteriza a desestruturação do mercado de trabalho diz respeito à regressão dos postos de trabalho formais, o que contribui para a perda da participação do emprego assalariado no total das ocupações, também conhecido como desassalariamento. [...] o terceiro refere-se ao processo de destruição dos postos de trabalho de melhor qualidade, sem a menor contrapartida nos empregos criados (POCHMANN, 2007, p. 60).

Entre os setores que reduziram empregos formais, o setor público foi destaque. A partir da segunda metade da década de 1990, o setor público reduziu "quase 1 milhão de empregos". Isso tudo com o propósito de atender às reformas "administrativas e previdenciárias, que se encaixam no requisito" de "contenção de gasto operacional, em meio à elevação do superávit primário" para pagar dívidas públicas (Ibid., p.72). Assim, a privatização se apresenta como alternativa usada não apenas na iniciativa privada, mas também no serviço público.

3.1 A Privatização no contexto da globalização e a redução do papel do Estado

Os esforços governamentais para comprimir os gastos públicos expressam a tentativa de compensar, em parte, o aumento das despesas públicas com encargos financeiros e demais gastos, sobretudo com a estabilidade monetária. A demissão de funcionários públicos não estáveis, a adoção da medida de demissão voluntária (PDV), o fechamento de organismos estatais, a privatização e a aprovação da reforma administrativa levaram a um enxugamento de pessoal nos setores públicos

(POCHMANN, 2007). Assim, o setor público perdeu a importância que havia atingido na geração de empregos no país.

A partir da reforma administrativa foram criadas as condições para a implantação do processo de terceirização do serviço público. Com os governos assumidamente neoliberais, o processo de privatização se afirmou e com ele a terceirização. Durante o Governo do Presidente Collor, por exemplo, foi estabelecido: o confisco de dinheiro dos brasileiros depositado nos bancos, especialmente da poupança, nas contas correntes e outras formas de investimentos; o congelamento dos salários; a venda de estatais para a iniciativa privada e a extinção de órgãos da administração pública com a demissão dos trabalhadores.

Com a deposição de Collor, Itamar Franco assumiu a presidência do país e, conforme Antunes (2004, p. 22) em seu governo:

> [...] propõe crescimento da economia (...) mas intensifica a privatização, fala em combate à fome através de um assistencialismo estatal minguado, mas nem longinquamente toca no padrão de acumulação que gera uma sociabilidade atravessada pela pauperização absoluta.

Na sequência, com Fernando Henrique Cardoso (FHC), concretiza-se a privatização, o encolhimento das funções do Estado, a abertura comercial e financeira, o arrocho salarial, o descaso com os servidores públicos, com as universidades públicas e com a educação em geral, as taxas de juros elevadas, entre outras características de governos liberais (Ibid.).

A partir desta concepção de governo, como destaca Antunes, define-se uma proposta de “[...] crescimento da economia [...] mas intensifica a privatização, fala em combate à fome através de um assistencialismo estatal minguado, mas nem longinquamente toca no padrão de acumulação que gera uma sociabilidade atravessada pela pauperização absoluta” (Ibid., p. 22).

Nesse primeiro momento, tal como Gramsci deixa claro, a crise, que representa a tensão da capacidade burguesa para dominar indiretamente através do aparelho ideológico do Estado, é apenas parte da hegemonia:

> A mesma redução deve acontecer na arte e na ciência da política, pelo menos no caso dos estados mais avançados, onde a sociedade civil se tornou uma estrutura muito complexa e resistente às irrupções catastróficas do elemento econômico imediato (crise, depressões, etc...). As superestruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras da guerra moderna. Da mesma forma que ocorria na guerra, quando um nutrido ataque de artilharia parecia ter destruído todo sistema de defesa do inimigo, mas, na verdade, só o atingiria na sua superfície externa, e no

> momento do ataque os assaltantes defrontavam-se com uma linha de defesa ainda mais eficaz, assim acontece em política, durante as grandes crises econômicas. Uma crise não pode fornecer às forças atacantes a capacidade de se organizar rapidamente em velocidade relâmpago no tempo e no espaço: tampouco pode imbuí-las com espírito de luta (GRAMSCI, 1991, p. 235).

Esta prática, de uma maneira geral, caracteriza um Estado sob o modo de produção capitalista. Consoante expõe Giddens, na sociedade capitalista, "a autonomia do Estado é condicionada, embora não determinada num sentido forte, pela sua dependência da acumulação do capital, sobre o qual seu controle está longe de ser completo" (GIDDENS, 1990, p. 62).

Como saldo pode ser creditado um extraordinário aumento de produtividade, que cresceu muito ao longo dos anos e, por outro lado, o aumento dos índices de desemprego, já que uma economia mais moderna também é poupadora de mão-de-obra. Além disso, ocorreu a manutenção de altas taxas de juros para continuar atraindo capital estrangeiro especulativo. Outro dado muito significativo foi o grande número de privatizações realizado, com o intento de pagar os juros altos ao capital especulativo.

Antunes (1999) afirma que esse processo de reestruturação produtiva do capital forçou uma redefinição do Brasil em relação à divisão internacional do trabalho e sua (re)inserção no sistema produtivo global numa fase em que o capital financeiro e improdutivo espalha-se e afeta o conjunto dos países capitalistas. A conjugação destas condições universalizantes com as condições econômicas, políticas e sociais que particularizam o país, tem gerado fortes consequências no interior dos movimentos sociais, em especial entre o movimento operário e o sindical.

Mediante as mutações verificadas, no processo produtivo, houve um processo de precarização e intensificação da força de trabalho. Ocorreu um acréscimo acentuado de demissões e muito poucos passaram a ser contratados. As propostas de flexibilização, de privatização, de desregulação e de desindustrialização tiveram forte impulso nos governos brasileiros e com a retração da força de trabalho industrial ampliou-se o "subproletariado, os terceirizados, os subempregados, ou seja, as distintas formas do trabalhador precarizado" (ANTUNES, 1999, p. 240).

Dessa maneira, o que se observa é que "as transformações que ocorrem no mundo do trabalho, ao contrário de diminuírem o esforço dos trabalhadores [...]

estão aumentando a precarização do trabalho em suas mais diversas formas, como trabalho terceirizado, de tempo parcial, temporário e informal" (PRIEB, 2005, p. 201).

Além desta tendência, acrescenta-se outra, dada pela:

> Desqualificação de inúmeros setores operários, atingidos por uma gama diversa de transformações que levaram, de um lado, à desespecialização do operário industrial oriundo do fordismo, e, por outro lado, à massa de trabalhadores que oscila entre os temporários (que não tem nenhuma garantia de emprego), aos parciais (integrado precariamente às empresas), aos subcontratados, terceirizados (embora se saiba que há também, terceirização em segmentos ultraqualificados), aos trabalhadores da 'economia informal' [...] No que se refere à desespecialização dos operários profissionais, em decorrência da criação dos 'trabalhadores multifuncionais', introduzidos pelo toyotismo, é relevante lembrar que este processo também significou um ataque ao saber profissional dos operários qualificados, a fim de diminuir seu poder sobre a produção e aumentar a intensidade do trabalho (ANTUNES, 2009, p. 57).

Ao fragmentar e dispersar a esfera da produção, por meio da terceirização e das mudanças científicas, tecnológicas, dos meios de informação e operar com o desemprego e a inflação estruturais, o capital passou a acumular-se (CHAUI, 1999). Isso, segundo Chauí, não ocorreu pela absorção e incorporação crescente dos indivíduos e grupos ao mercado de trabalho e consumo, mas, "por meio da exclusão crescente da maioria da sociedade, polarizando-a em dois blocos: o da carência absoluta e o do privilégio absoluto" (Ibid., p. 48-49).

Chauí cita, como resultado dessas práticas, a perda de identidade, da autonomia do trabalhador, o reforço do poder burocrático, a perda da idéia de serviço público aos cidadãos, a privatização do público, o ataque ao saber dos trabalhadores e a submissão aos padrões neoliberais, que subordinam à lógica do mercado.

3.2 A terceirização dos serviços públicos no Brasil

Com os escritos de Mészáros (2009), Antunes (1999, 2009), Harvey (1989) e Frigotto (2003), compreende-se que a crise brasileira, assim como a dos demais países capitalistas, não está no Estado, mas que se trata de uma crise estrutural do capital. De tal modo, a tática usada para superar e avançar na defesa dos interesses capitalistas é reformar o Estado e diminuir a sua atuação para superar a crise.

Peroni (2003) sinaliza que o mercado é que deverá superar as falhas do Estado e, assim, a lógica do mercado deve prevalecer inclusive no Estado, para que ele possa ser mais eficiente e produtivo. Desse modo, a reforma gerencial adotada no Governo FHC e definida no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), que culminou com várias emendas à Constituição, principalmente a Reforma Administrativa e Previdenciária, tinha o objetivo de reduzir e enxugar a máquina estatal e equilibrar as contas públicas (POCHMANN, 2007).

Para atingir tal intento, este governo buscou assegurar sua decisão por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - Lei Complementar n. 1001/00 de 04 de maio de 2000 que estabelece normas de finanças públicas, voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Preconiza o Governo, desta forma, medidas aplicáveis às esferas da federação, especialmente aos Estados e aos municípios, estabelecendo regras rígidas e restritivas às finanças, contando com o amparo da Constituição.

Torres (2000, p. 40) assegura que a Lei de Responsabilidade Fiscal n. 10/2000, foi influenciada, especialmente, pela experiência da Nova Zelândia (Fiscal Responsability Act/1994), mas também baseou-se no modelo dos Estados Unidos (Budget Esforcement Act/1990) e no Tratado de Maastrich/1992, da União Européia.

Em relação às despesas com pessoal pela LRF, elas são enquadradas praticamente como despesa obrigatória de caráter continuado, conforme os artigos: nº 61, § 1º, I, e nº 37. Contando com o respaldo do artigo nº 169, estabelece, portanto, limites aos gastos com pessoal nos artigos nº 19 e nº 20.

Nesse sentido, em consonância com a LRF /2000, a despesa total com pessoal envolve o somatório dos gastos de cada ente federado. Ferraz (2007, p. 4), menciona que o “tratamento dado às despesas de pessoal pelo legislador é genérico” e, “compreende todos os valores de índole remuneratória” valores pagos a “seus agentes civis e militares em atividade, inativos e pensionistas, bem como os encargos sociais e contribuições recolhidas às entidades de previdência na condição do empregador”.

Ferraz assegura que a LRF, em relação à despesa pública, contempla duas categorias: as obrigatórias de caráter continuado; e, outras derivadas de contratos e demais atos administrativos ou cuja repercussão não se estenda a, pelo menos, três exercícios consecutivos (art. nº 16). O que chama a atenção, que Ferraz denomina

como *"nó górdio"*, são as implicações da regra do art. nº 18, §, 1º da LRF/2000, que dispõe:

Art. 18- § 1º- Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Essas despesas, caracterizadas como "outras despesas de pessoal", ao invés de serem utilizadas apenas em casos especiais, tornaram-se regra, tanto em nível federal, estadual, distrital ou municipal.

Dessa maneira, a terceirização passou a ser incorporada no serviço público, e já na década de 1960, por meio do Decreto n. 200, de 1967, a qual no art. nº 10 § 7º, está respaldada pela caracterização de "descentralização", como pode ser observado:

> Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.
>
> § 1º A descentralização será posta em prática em três planos principais:
>
> a) dentro dos quadros da Administração Federal, distinguindo-se claramente o nível de direção do de execução;
>
> b) da Administração Federal para a das unidades federadas, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante convênio;
>
> c) da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões.
>
> § 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, **à execução indireta, mediante contrato**, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução. (BRASIL, 1967).

Esta prerrogativa legal, ao possibilitar a contratação de trabalhadores sem concurso para atuar no serviço público, revela o quanto o país se colocava na defesa de interesses privados em detrimento dos públicos, indicando que a lógica da terceirização passou a ser uma questão presente nas relações de trabalho no país. Por outro lado, segundo Fernandes (1996, p. 02), a Administração já contratava mediante a CLT[20] e, quando trabalhadores, por algum motivo, recorriam à Justiça do Trabalho, esta julgava a "observância dos requisitos do trabalho" previstos na CLT.

Nesse viés, ao pleitear a relação trabalho-emprego, esta se firmou aplicando "o enunciado referido". Ao assumir a terceirização como situação normal da

---

[20] Consolidação da Lei Trabalhista.

administração pública, o Estado adota o paradigma da iniciativa privada e, nesse caso, “deve-se observar o desenvolvimento do Direito do Trabalho”.

No âmbito federal, a contratação de serviços terceirizados pela administração pública passou a constituir norma legal a partir da vigência do Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, cujo artigo n. 10, § 7º, estabelece:

> Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada [...]:
> § 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.

O Decreto n. 2.271, de 07 de julho de 1997, regulamentou a questão. O art. 1º, caput, do Decreto admite a execução indireta de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares, sendo que o Parágrafo 1º contém enumeração de atividades a serem preferencialmente executadas mediante contratação; o Parágrafo 2º exclui a execução indireta para as atividades inerentes às categorias funcionais abarcadas pelo plano de cargos do órgão ou entidade.

A Constituição Federal promulgada em 1988, quando prescreveu que os servidores públicos de todos os entes federados seriam regidos por regime jurídico único, afastou a possibilidade de adoção do regime celetista, prática comum nos anos de 1970 e 1980.

Com a Constituição Federal, foi estabelecida a categoria dos servidores públicos, subdividindo-a entre servidores públicos civis, os que fazem parte da Administração Direta, Autárquica e Fundacional e servidores públicos empregados da Administração Indireta. Nas categorias de servidores públicos civis, a lei admite a existência de:

> a) funcionários públicos, subordinados a um estatuto, que ocupam cargos públicos, na forma e para efeitos da lei específica podendo ser encontrados nas autarquias, na administração direta e fundações públicas.
> b) os empregados, com contratos regidos pela CLT que prestam serviços às empresas públicas, sociedade de economia mista e entidades assemelhadas.
> c) Os contratados pelas regras de locação de serviços próprios do Direito Civil, sem relação de emprego, para **atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e por tempo determinado,** consoante o art. 37(BRASIL, 1988, grifos meus).

Ainda, com a Constituição, no art. 39 define-se: o Regime Jurídico Único – RJU- e os planos de carreira, para os servidores públicos civis e a possibilidade da aplicação da CLT para servidores públicos empregados, conforme dispôs o art. 173, § 1°, do estatuto político fundamental.

Assim, como sinaliza Fernandes (1996, p. 02): para ambos os regimes de trabalho, tanto o RJU quanto a CLT, foi estabelecida, no art. 37, inciso II, a obrigatoriedade da prévia participação e a aprovação em concurso público. Como consequência, o enunciado n. 256, transcrito, foi revisto pelo enunciado n. 331, com a seguinte redação:

> Art. nº 331. Contrato de prestação de serviços - legalidade - revisão do enunciado n° 256.
> I - a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (lei n° 6.019, de 3 de janeiro de 1974).
> II - a contratação irregular de trabalhador, através de empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, Indireta ou Fundacional (art. 37, inc. II, da Constituição da República).
> III - não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei n° 7.102, de 20 de junho de 1983), de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados - atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.
> IV - o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto aquelas obrigações, desde que este tenha participado da relação processual e conste também do título executivo judicial (FERNANDES, 1996, p. 02).

Dessa maneira, se por um lado, parece que haveria conquistas em relação aos direitos dos servidores; por outro lado, consolidaram-se os atos para a implantação das ações do governo com projeto neoliberal, promovendo-se, ainda, Emendas Constitucionais (ECs), como é o caso da: EC nº 150, de 1990 (que delibera sobre Organização da Administração Central); Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994 (Fundo Social de Emergência) com o propósito de sanear as finanças e estabilizar a economia; EC nº 19, de 1998, que dispõe sobre normas e princípios da Administração Pública e muda o regime dos servidores, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades do DF; e a EC nº 20, de 1998, que estabelece mudanças no sistema da previdência social.

Diante dessas mudanças, portanto, as relações de trabalho passaram a ser reguladas por duas formas possíveis de regime jurídico: o estatutário e a CLT; mas podem ser flexibilizadas por meio de contratos precários e temporários. Até mesmo

a forma de pagamento pode ser diferenciada entre aqueles que ocupam cargos pertencentes à cúpula administrativa do Estado e os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo (BATISTA, 2001).

Filgueiras (2000, p. 111) assegura que, na reforma administrativa, a questão básica foi à separação dos segmentos do Estado de acordo com as denominadas funções próprias do Estado e, as outras, abriram a possibilidade de terceirização de várias atividades da área social para a iniciativa privada. Isso provoca grandes mudanças e está:

> [...] associado à questão da estabilidade do funcionalismo, identificada como o empecilho fundamental para ajustar as contas públicas, em especial dos estados e municípios. Assim, aprovou-se a possibilidade de demissão por excesso de quadros- quando os salários pagos ultrapassam mais de 60% das receitas – e por ineficiência (FILGUEIRAS, 2000, p. 111).

Com as mudanças estabelecidas no texto constitucional, notadamente aquelas implementadas pela Emenda 19, que alterou a redação do artigo 37 da Constituição Federal, a contratação de pessoal para o serviço público voltou a ser possível pelo regime instituído na Consolidação das Leis do Trabalho, o que na prática se concretizou, sobretudo, no caso das contratações ocorridas no âmbito das entidades empresariais estatais. Quer dizer que a própria Constituição caba sendo desrespeitada, com as emendas propostas e definidas.

No campo da administração pública, ocorreu uma flexibilização na legislação trabalhista legitimando a reforma administrativa, admitindo-se outras formas de contratação de pessoal pelo Estado, como terceirização, contratação por meio de fundações, ONGs, OSCIP[21]s, cooperativas, agências reguladoras, convênios com a admissão de estagiários, dentre outras.

Junior [et. al.] (2009, p. 107) asseguram que, conceitualmente, na perspectiva de administração de recursos humanos, a terceirização é “uma estratégia e prática de gestão”, que se caracteriza “pelo repasse de um serviço ou produção” para outra instituição, “por meio de assinatura de contrato entre as partes”.

Marco, sujeito da pesquisa, se manifesta sobre o contrato desta maneira:

> *Nós assinamos um contrato para realizarmos trabalho de consultoria na modalidade produto que normalmente envolvem ações e programas que estão acontecendo no Órgão Estatal. Isto significa que somos efetivamente contratados para dar conta do que está previsto e pactuado no documento*

---

[21] Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

> *assinado por nós consultores e pela contratadora. Normalmente são de quatro (4) a cinco (5) produtos que devemos entregar [...] (MARCO, 2012).*

Assim, a Administração Pública transfere o desempenho de atividades materiais e complementares, que são de sua competência legal, para instituições e organismos internacionais ocorrendo, assim, a terceirização,[22] a qual encontra amparo legal de distinta natureza jurídica. Este amparo, entretanto, não é ilimitado; tendo em vista que, inicialmente, a legislação permite que a terceirização seja adotada especialmente em serviços e atividades instrumentais ao funcionamento da administração pública como, por exemplo: limpeza, alimentação, transporte, vigilância, etc.

A contratação de serviços, nas esferas estaduais, municipais e distrital, teve suas ações disciplinadas, na década de 1990, com a Lei n. 8.666 de 1993 e com as alterações por meio da Lei n. 8.883 de 1994, pois, ao tratar sobre as licitações e contratos da administração pública, especialmente a última, permitiram um aumento na terceirização.

Na mesma esteira de terceirização, com a Lei nº 8. 745 de 1993, foi regulamentado o contrato por tempo determinado sem concurso, **nos casos excepcionais e temporários**. Esta lei, portanto, define os casos em que a contratação pode ocorrer, evidenciando situações em que a contratação é regular ou irregular.

Neste sentido, percebe-se que o direito que deveria ser usado como forma de coibir os abusos e a exploração, veio exatamente para permitir a precarização das relações de trabalho, especialmente a partir de 1993, quando se dá o respaldo jurídico à terceirização. Mediante esta “autorização” legal, as contratantes, para reduzir custos, deixam de efetuar pagamentos como, por exemplo, fundo de garantia, verbas rescisórias, férias, décimo terceiro, dentre outros direitos, que são negados os trabalhadores.

A professora/consultora Maria Terena (sujeito da pesquisa), assim se refere às contratações e ao trabalho dos terceirizados:

> *Esta não é a primeira vez que eu estou trabalhando sem carteira assinada, sem vínculo trabalhista. Por conta disso, minha aposentadoria ainda está*

---

[22] Este caso é semelhante ao das empresas privadas que transferem parte de sua produção para outras empresas dentro da lógica de redução de custos. Este fenômeno acabou sendo incorporado pelas empresas e culmina com a divisão da classe trabalhadora e facilita ainda mais a precarização das relações de trabalho.

> *longe, e no período de contratação sem vínculo, eu fico sem plano de saúde ou qualquer outra cobertura. A única coisa que me garante é o meu trabalho, por isso, não posso adoecer (MARIA TERENA, 2013).*

Marco, no que se refere aos direitos e aos vínculos, também salienta que:

> *Uma das questões mais preocupantes em relação aos prestadores de serviço é a saúde, ou a falta dela. Enquanto eu estive bem de saúde, meu trabalho fluía normalmente. Lembro que em uma ocasião tive um problema de saúde e precisei fazer uma cirurgia. Fui aconselhado a me afastar do contrato, para me recuperar. Ocorre que se me afastasse o contrato seria rompido e eu iria viver do quê? Prestadores de serviço não podem adoecer (MARCO, 2012).*

Assim, à medida que os trabalhadores não têm direitos, a precarização atinge patamares assustadores e as empresas prestadoras de serviços se beneficiam justamente da precarização das relações de trabalho. A terceirização, mais do que uma maneira de reduzir custos e ampliar lucros, foi colocada como um instrumento do capital para instalar o consentimento e a subordinação, por meio da insegurança e da necessidade que os trabalhadores têm, não apenas de sobreviver, mas de se manter em um contexto de consumismo e de fetichização das mercadorias.

3.3 Demarcação legal para a terceirização no âmbito da administração pública brasileira

A administração pública, na conjuntura atual, tem apresentado similitude com os controles de qualidade e eficiência empreendidos pela iniciativa privada. Em nome da redução do aparato estatal, do aumento da eficiência na prestação de serviços e da redução dos gastos públicos, a prática da terceirização pelo Poder Público tem sido empregada como sinônimo de eficiência no modelo de administração gerencial.

Nesta perspectiva, a realização de contratos terceirizados pelo Poder Público é lícita, desde que seja adotada nas atividades-meio, as quais proporcionam condições para uma instituição atingir seus objetivos. Elas são importantes para que o funcionamento aconteça como, por exemplo, as atividades relacionadas: à limpeza; à conservação e manutenção de prédios; à operação de elevadores; à vigilância; aos serviços de tecnologia da informação; dentre outras.

Uma questão que precisa ser considerada com seriedade é que tanto as empresas quanto o próprio Estado têm se baseado na Lei n. 8.666 de 1993, para realizar as contratações terceirizadas, infringindo a Constituição no que se refere à obrigatoriedade de concursos públicos. Como a referida lei não foi revogada, continua sendo empregada. Stelamaris (sujeito da pesquisa), se manifesta desta forma sobre a terceirização, no que diz respeito ao trabalhador:

> *Eu já fui terceirizada, lá no meu Estado. Trabalhei na Prefeitura por meio de um contrato com outra empresa que prestava assessoria. Depois, me tornei efetiva no Estado onde trabalhava vinte horas à noite e durante o dia por conta do contrato. O resultado? Na hora de me aposentar este período faltou e tive de trabalhar mais quatro anos (STELAMARIS, 2013).*

O período de contrato como prestador de serviço, sem vínculo, nem direito social, não atinge os direitos do trabalhador apenas no momento da contratação. Ele deixa uma lacuna em sua trajetória profissional que, no final de carreira, na época da aposentadoria, não tem como contar e passa a ser um tempo perdido.

Em relação à administração pública e às contratações, o Decreto n. 2. 271 de 1997 estabelece que:

> Art. 1º No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade.
>
> § 1º As atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta.

Poderia se compreender, nesta ótica, que estas atividades mencionadas não seriam atividades-fim, mas, atividades-meio. Ocorre que elas são atividades de caráter permanente, quer dizer, a limpeza, a manutenção, não são ações feitas apenas em determinados períodos. Souto Maior[23] é mais enfático nesta questão. Ele assegura que, por se tratar do setor público, esta diferenciação entre atividade-fim e atividade-meio não existe constitucionalmente. Isso se deve ao fato de que a administração pública presta serviços à comunidade. Dentro desta prestação de serviços, existem trabalhos que são permanentes e estão no mesmo contexto; então, assinala Souto Maior, não há diferenciação entre essas atividades no setor

---

[23] Jorge Luis Souto Maior, Juiz do Trabalho e Professor da USP, em entrevista no Programa “Justiça do Trabalho na Tevê” produzida pelo Tribunal Regional do Trabalho, de Santa Catarina.

público. Assim, do ponto de vista constitucional da administração pública, esta diferenciação não tem validade.

Outra questão é que isso não defende os interesses públicos, pois esses implicam em fazer valer os interesses presentes na Constituição, o que não é considerado no caso das contratações. Ao contrário, os direitos são negados às pessoas, como foram para Stelamaris. Os interesses, pelo que se observa neste caso, são os interesses dos que exploram os trabalhadores e o trabalho desses como um todo. Ainda, de acordo com a Lei n. 8.987 de 1995, "a concessão de serviço público corresponde à delegação de uma atividade à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que passam a atuar em nome do Estado".

No caso em estudo[24], os consultores contratados pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e pela OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura), bem como estas instituições assumem este caráter, seja atividade-fim ou atividade-meio, considerando-se que são atividades permanentes de prestação de serviços à comunidade. Faria (2001, p. 7) assinala que: "os órgãos públicos não podem delegar a terceiros a execução integral de atividades que constituem a sua própria razão de ser".

As atividades-meio, como sinalizam Junior; et. al. (2009, p.108), são as "voltadas à gestão e planejamento de programas/políticas públicas", e também elas devem obedecer a "algumas limitações, principalmente as atividades relacionadas às categorias que fazem parte do Plano de cargos e salários, exceto quando se trata de cargo extinto".

Ainda, os autores destacam que outras atividades, de caráter administrativo, não poderiam ser terceirizadas:

> [...] a prática de atos administrativos (expedição de autorizações, licenças, certidões ou declarações, inscrições, registro ou certificação, decisão ou homologação de processos administrativos), mesmo sendo concebida como atividade dessa natureza [meio], não pode ser terceirizada (JUNIOR; et. al., 2009, p.114-115).

---

[24] No caso em que se insere este trabalho, tendo em vista os sujeitos da pesquisa selecionados, estão sendo considerados apenas os consultores da UNESCO e OEI. Porém, existem projetos que envolvem ainda consultorias, com a parceria entre o Estado brasileiro e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

Essa talvez seja uma das razões pelas quais Alexandre (sujeito da pesquisa), se sinta frustrado e espoliado, pois, como afirma: "*a gente pesquisa, cria, produz, redige e outra pessoa simplesmente assina a nossa produção"*. (ALEXANDRE, 2013). Ele indica outras contradições nas relações de trabalho terceirizado, quando assegura: "*e não são apenas os 'chefes' a assinar, o pior é isso, são designados para assinar a nossa produção, os servidores efetivos, que por incrível que pareça, tem salários menores que nós ainda e condições precárias de trabalho".* Ainda, na mesma lógica, Alexandre afirma que: "*a gente faz trabalho administrativo que cabe aos servidores executarem, mas, a necessidade do serviço nos obriga a fazer".* Assim, ressalta que: "*fazemos trabalhos que, notadamente, pertencem aos servidores efetivos".*

Estes servidores efetivos, conforme ALEXANDRE, são explorados e "usados", pois, ao regulamentar-se a terceirização e ao fazer com que os consultores cumpram funções que cabem a eles, fragilizam, por conta do trabalho que realizam, as ações dos servidores diante do Estado, visto que, nos movimentos grevistas, o trabalho não para, sendo garantido pelos consultores, o que tira a força política dos funcionários efetivos. Ainda, os colocam em situações de risco, à medida que são responsabilizados pelo trabalho que vai por eles assinado, muitas vezes, sem saber do que se trata.

As atividades às quais o professor/consultor se refere, são "inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo Plano de Cargos e Salários". E, conforme o Decreto n. 2.271 de 1997, elas não podem ser objeto de execução indireta: "§ 2º Não poderão ser objeto de execução indireta as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário [...]" (BRASIL, 1997).

Fernandes, ao analisar as atividades que o empregador realiza, esclarece que é preciso verificar o conjunto de atividades que o empregador, no caso, "a Administração Pública, definiu como específica dos integrantes do seu quadro de pessoal" (FERNANDES, 2001, p. 4).

Para o autor, esse é o parâmetro mais correto a ser utilizado pelo Administrador Público, visto que "parte da manifestação de vontade dos dirigentes da empresa ou da vontade do legislador, que previamente estruturou o quadro de pessoal, distinguindo atividades próprias do quadro e, por exclusão, admitindo a terceirização das demais". Assim, o estudioso auxilia na compreensão de que,

muitas vezes, a terceirização é usada como forma de suprir o quadro com terceirizados para não realizar concurso público, o que é uma contravenção, não é legal e burla o que a legislação estabelece.

Essa limitação legal, conforme Ferraz (2001, p. 24), incorre em um grave problema:

> O grande problema surgido em torno da terceirização, principalmente a partir da vigência da atual Constituição Federal, foi a sua utilização como válvula de escape à realização de concursos públicos, com vistas a contornar a regra do art. 37, II, da Constituição.

Nesse sentido, a Lei Complementar n. 101/2000, estabelece alguns limites, tendo em vista que trata da demarcação de gastos com a terceirização nas esferas municipal, estadual e federal, conforme expresso no texto da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em seu artigo 18, § 2º, a lei estabelece que “os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como Outras Despesas de Pessoal”.

A lei não permite a indexação dos preços dos contratos de mão-de-obra por índices gerais, setoriais ou que reflitam variação nos custos, previsão de reembolso de salários pela contratante, bem como, subordinação dos empregados da contratada à administração da contratante (BRASIL, 2000).

Faria (2001, p. 7) destaca três possíveis diretrizes para a fixação de limites à terceirização na administração pública:

> A primeira diretriz reside na exclusão da possibilidade de terceirização da própria atividade fim do órgão da administração. [...] excetuados os serviços públicos que venham a ser objeto de concessão, nos termos do art. 175 da Constituição, bem como da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e das leis posteriores que o regulamentaram, os órgãos públicos não podem delegar a terceiros a execução integral de atividades que constituem sua própria razão de ser. [...] [a] segunda diretriz para excluir a viabilidade de execução indireta de algumas atividades é a existência de cargos permanentes, no quadro funcional do órgão ou entidade, cujas atribuições sejam exatamente as de exercer essas atividades. Essa diretriz é consequência direta da exigência constitucional de concurso público, que poderia ser burlada caso a administração, ao invés de realizar certame da espécie, pudesse optar pela contratação externa de serviços. Sob essa hipótese, a fraude ao concurso seria eventualmente completada quando o prestador dos serviços aquiescesse em empregar pessoas “recomendadas” pela autoridade contratante. A terceira diretriz impeditiva de execução indireta de atividades próprias dos órgãos e entidades públicas reside no exercício do poder de polícia e na prática de atos administrativos em geral.

Esse critério como destacam Faria (2001) e Ferraz (2001), ao trazer a preocupação, anteriormente mencionada, com relação à burla sobre a exigência de concurso para o provimento de cargos ou empregos no serviço público, mediante a contratação ilegal de serviços, acarretará a responsabilização da autoridade que a tenha efetuado, nos termos do art. 37, § 2º, da Constituição. No que se refere à questão do Estado brasileiro e da terceirização que ocorre em outros órgãos, a Controladoria Geral da União (CGU) já fez inúmeros apontamentos (Notas técnicas, pareceres, relatórios). Existem, portanto, documentos exigindo o respeito à Constituição e a necessidade de realização de concursos para a contratação de pessoal, apesar do Estado não cumprir com essa determinação.

Nesta perspectiva, quanto à viabilidade legal de terceirização de serviços pela administração pública, essa prática é legal apenas no que se relaciona "às atividades-meio dos entes públicos", não sendo permitido usá-la para o "exercício de atividades pertinentes a atribuições de cargos efetivos próprios de seus quadros, nem para funções que impliquem no exercício de poder de polícia ou na prática de atos administrativos" (FARIA, 2001, p.8).

Este pressuposto não está sendo atendido, à medida que, como salienta Ana Maria (sujeito da pesquisa), quando se refere às funções que desempenha:

> *Infelizmente temos de desempenhar as ações burocráticas, tais como elaboração de memorandos, notas técnicas, pareceres, busca de dados no sistema, pesquisa no sistema, correção de relatórios etc. Atividades meramente administrativas (ANA MARIA, 2011).*

Estas funções deveriam ser realizadas pelos servidores efetivos do Órgão Estatal, inclusive são funções previstas no Plano de Carreira dos servidores como funções dos agentes administrativos. Neste caso, cabe lembrar que, juridicamente, as funções permanentes não podem ser alvo de terceirização, do contrário, fere a Constituição, como já se afirmou anteriormente, pois, ela determina que, para todas as funções permanentes no serviço público, só podem ser feitas contratações por meio de concurso público.

Ainda, no que se refere às questões atividades meio e fim, o TCU de Minas Gerais define que:

> [...] atividades-fim são aquelas constitucionalmente atribuídas aos poderes constituídos e legalmente distribuídas e cometidas a cargos existentes na estrutura de seus entes, impassíveis, portanto, de atribuição a particulares (salvo aquelas delegáveis, nos termos das Leis n. 8.666/93 e 8.987/95);

> atividades-meio são aquelas instrumentais, acessórias, concebidas e perpetradas única e exclusivamente para concretizar as finalidades institucionais do ente — atividades-fim (TCU, 2010, p.11).

Observa-se então, que a terceirização representa uma das “diversas formas de precarização que o trabalho vem apresentando neste período, em que milhões de indivíduos são submetidos a formas de trabalho extremamente exploratórias” (PRIEB, 2005, p. 20).

Essa perversidade nas relações trabalhistas tem sido colocada pela administração pública como uma alternativa de gestão do trabalho, para os trabalhadores, mesmo significando perda de direitos, em meio à contratação temporária, imposta no modelo neoliberal. Trata-se da precarização do trabalho conferida pela terceirização, uma situação regulamentada pelo uso que se faz da legislação, porém, golpeia os trabalhadores e a própria Constituição Federal promulgada em 1988.

CAPÍTULO IV
A TERCEIRIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO ÓRGÃO ESTATAL: CORROBORANDO COM A ALIENAÇÃO

Trabalhem, trabalhem, proletários, para aumentar
a fortuna social e as vossas misérias individuais,
trabalhem, trabalhem, para que, tornando-vos mais pobres,
tenham mais razão para trabalhar e para serem miseráveis.
Eis a lei inexorável da produção capitalista.

Paul Lafargue

O Estado, por um lado é chamado para regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação; mas, de outro, tem que criar um "bom clima de negócios", para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter (por meios distintos dos controles de câmbio) "a fuga de capital para pastagens mais verdes e lucrativas" (HARVEY, 1989, p. 39). Iniciar a apresentação desse capítulo com a afirmação de Harvey implica em considerar que o Estado é capaz de assumir posições diferentes**,** desde que não fira os interesses de determinados grupos sociais.

Buci-Gluckmann (1990), interpretando Gramsci, esclarece como e de que forma isso se consolida: "[...] Gramsci distinguirá [...] dois conceitos de Estado, ou mais precisamente *dois momentos da articulação do campo estatal:* o Estado em sentido estreito (unilateral) e o Estado em sentido amplo, dito integral" (p.128). O Estado em sentido estrito "se identifica com o governo e seu aparelho coercitivo" e o Estado em sentido ampliado é composto pelo conjunto de meios de direção intelectual e moral, isto é, pelos aparelhos hegemônicos.

A posição de Gramsci, apontada por Buci-Gluckmann, parece adequada para entender o momento vivido no Brasil, em um contexto no qual o Estado, como sociedade política – governo –, estabelece a coexistência de práticas de democracia representativas e de políticas neoliberais. Desta forma, pode-se entender que o neoliberalismo, é apoiado pelo poder estatal, sendo introduzido e mantido por via legislativa e jurídica.

O Estado, para atender a essas prerrogativas, transfere para a iniciativa privada ou para o terceiro setor, serviços educacionais, sociais, científicos e culturais, ao mesmo tempo em que se utiliza de seu aparato coercitivo para impor suas propostas.

Nesse viés, insere-se o trabalho terceirizado e, neste estudo, o trabalho dos agentes públicos, na condição de contratados, especificamente, os contratados por instituições como UNESCO e OEI que prestam serviços de consultoria ao e no Órgão Estatal. O trabalho desenvolvido pelos professores/consultores à disposição do Estado, salvo algumas exceções, resume-se ao cumprimento de papéis burocráticos, com programas pré-definidos, sem um envolvimento com questões sociais e reais e, normalmente, tem um papel “secundário”, embora em um espaço de definição das políticas educacionais em nível de país.

No depoimento de Maria Terena esta questão está explicita:

> *Quando eu vim para trabalhar aqui, sonhei que iria fazer um trabalho muito especial, eu vim especialmente para trabalhar na organização de um livro de Educação Indígena. Isto em 2009, com meu primeiro contrato como consultora, mas, logo fui percebendo que não era o que eu pensava, acho que eu acreditava em Papai Noel. Aos poucos fui me tornando officeboy, secretária, telefonista, operadora de computador dentre outras coisas (MARIA TERENA, 2012).*

Ana Maria corrobora com a afirmação de Maria Terena, especialmente, em relação à expectativa de trabalho ao ingressar no Órgão Estatal. As perspectivas que existiam foram, aos poucos, tornando-se, como ela afirma, “uma triste realidade”, pois,

> *Eu vim para cá com uma grande esperança de ver as coisas acontecerem e fazer acontecer. Estudei na Universidade Federal e, depois de concluir o Mestrado, vim para o Governo Federal, pensando em colocar em prática um pouco do que aprendi. Mas aos poucos, fui percebendo que meu trabalho se tornava altamente burocrático. [...] Passei a pagar bolsas de um programa de formação de professores e passava dias e dias nesta mesma função, mecanicamente, algumas vezes sem poder nem sair nos horários de almoço. De cabeça baixa e isolada do mundo e dos colegas, embora estivéssemos sentados lado a lado nas mesas [...] o resto sobre esta questão eu não quero falar, pois a gente não tem vínculos entre colegas (ANA MARIA, 2011).*

Nesta afirmação de Ana Maria, pode-se compreender que, assim como Maria Terena, ela se decepcionou com a burocracia, com as limitações as quais ficava exposta, com o trabalho realizado mecanicamente. Por outro lado, conforme Bardin (1977), mensagens obscuras, com um duplo sentido exigem uma interpretação, cuja

significação profunda só pode surgir depois de uma observação cuidadosa ou de uma intuição carismática, porque, como Bardin chama a atenção, por trás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar.

O trabalho, portanto, da forma como é desenvolvido faz com que os professores/consultores estejam tão envolvidos nas situações burocráticas, que não se percebam como sujeitos, não se relacionam com os colegas de trabalho e esta situação os fragiliza. Ainda, não se sentem com um vínculo orgânico, nem com os outros trabalhadores, nem com a Instituição tomadora de trabalho. Esta falta de movimentação, o imobilismo, faz com que os professores/consultores fiquem presos e, como assegurou Luxemburgo et. al. (2006), quem não se movimenta não sente as correntes que o prendem.

Ainda, este isolamento, pode representar outra condição, que é a necessidade de garantir seu trabalho e evitar que outros tomem conhecimento, ou ocupem o seu posto de trabalho. Mauricio (sujeito da pesquisa) traz uma contribuição neste sentido:

> *[...] eu confesso que trabalho isolado; como trabalho com o sistema é importante que eu o domine. Isto é difícil, mas ao mesmo tempo tem garantido a minha permanência aqui. À medida que eu domino o conhecimento de algo que é bem complicado, eu não corro muitos riscos, pode parecer individualismo, mas, eu preciso trabalhar (MAURÍCIO, 2013).*

O isolamento é uma característica presente na sociedade atual e no âmbito coletivo, ele contribui com o individualismo, a fragmentação, a divisão das categorias e com a desmobilização e organização dos trabalhadores. Como salienta Simmel (1998), a relação, presente na sociedade comandada pelo capital, tem de gerar um forte individualismo, pois não é o isolamento em si que aliena e distancia os homens, reduzindo-os a si próprios. Ao contrário, é uma força específica de se relacionar com eles, de “tal modo que implica anonimidade e desinteresse pela individualidade, [pelos problemas] do outro, que provoca o individualismo” (SIMMEL, 1998, p. 28) e esse sim, aliena.

Por outro lado, os trabalhadores, na condição de secundarizados, não podem conversar entre eles, pois, como firma Antunes (2011), a fala entre os trabalhadores representa um perigo. Quer dizer, é perigoso para os contratadores que os trabalhadores conversem entre si, porque este diálogo pode significar que eles

estejam se articulando numa perspectiva de resistência, ou confabulando, ou se organizando para não aceitar as coisas como são, ou, simplesmente, porque "atrapalha" o serviço.

Por outro lado, se o isolamento do trabalhador se der por ação ou por imposição das chefias, e ou dos contratantes, ele caracteriza-se como assédio moral e, nesse caso, os responsáveis por expor os trabalhadores a esta condição, podem responder por danos.

A professora/consultora Ângela afirmou o seguinte: *"eu fui procurar a pessoa responsável para falar sobre o pagamento de meu produto e ela afirmou: é proibido que eu fale com os consultores, ou que lhes explique qualquer coisa sobre pagamento, ou outra questão que seja referente ao trabalho deles aqui no local de trabalho.* Ângela, com a experiência vivida ao se dirigir à "Coordenadora do Setor de Contratos" confirma a alusão de Antunes, de que não raras vezes, os trabalhadores são proibidos de falar. Esta situação se justifica à medida que a "Pessoa Responsável" pelo Setor de Contratos, não pode "ver" os professores/consultores trabalhando no setor, como se fossem servidores do quadro.

Quer dizer, ela precisa demonstrar certa neutralidade e não se envolver pessoalmente com os consultores, tendo em vista que está em um órgão estatal, a serviço da contratante. Contudo, esta pessoa, por ser do quadro de servidores efetivos e estar na função de responsável por coordenar o processo da contratação dos terceirizados, pode também não estar pactuando com a própria forma de condução das consultorias e o fato de não falar poderia ser um indício disso.

Outra questão, que pode envolver esta fala, é que a proximidade entre contratados e contratantes contraria o princípio da impessoalidade que deve estar presente na terceirização. Andrade (2012, p. 92) assegura que algumas instituições estão "atentas a esta 'realidade normativa'" e, por esta razão, "procuram não dar ordens diretas aos terceirizados, para não configurar a subordinação direta ou clássica".

Assim, ao entender que a subordinação gera terceirização ilícita, "transfere seu poder de comando para o topo da terceirizada", cobra apenas "o resultado desejado e deixa a cargo da 'fornecedora' dirigir e controlar a mão-de-obra, de forma direta. Com isso, as pessoas responsáveis pelas contratações e pelo envio dos produtos também estão sujeitas ao processo de precarização do trabalho e, mesmo contrárias ao processo, são forçadas a realizá-lo.

No documento oficial que regra a contratação entre o Estado e a UNESCO "Guia de execução de projetos da UNESCO no Brasil" na página 23, este aspecto sobre a terceirização está explicito.

Fernandes (1996), ao realizar uma análise sobre a questão legal que envolve a terceirização, apresenta os princípios que não podem estar presentes neste tipo de contrato, pois indicam a existência de relação de emprego tácita ou expressa:

> – pessoalidade – os serviços devem ser prestados pessoalmente;
> – onerosidade – os serviços devem ser remunerados;
> – continuidade – os serviços devem ser prestados de forma não-eventual;
> – subordinação – na prestação dos serviços, o agente deve acatar ordens, ou ficar aguardando-as;
> – intencionalidade na relação de emprego (FERNANDES, 1996, p. 3)

Sob este aspecto, portanto, e com o objetivo de atender aos princípios capitalistas neoliberais, o Estado brasileiro tem utilizado o trabalho dos professores/consultores substituindo os servidores concursados, deflagrando um processo de precarização do trabalho nas suas variadas secretarias, coordenações e ministérios. Por outro lado, os professores/consultores pactuam com a situação que se apresenta, sendo usados como força de trabalho manual e intelectual.

Os professores/consultores realizam suas atividades em um espaço público "*elitizado, o lugar mais importante da decisão das políticas educacionais do país e isto é a razão que me fez lutar para estar aqui" (ALEXANDRE, 2012).* Ainda, na sequência, afirmou que: *"eu sinto um arrepio na espinha quando penso que hoje eu estou aqui. Saí lá do interior do Brasil, trabalhei muito em escolas, participei das lutas do sindicato, do movimento da igreja, já fui gestor, mas numa cidade pequena e chegar a trabalhar aqui é um sonho".* Por outro lado, o desapontamento diz respeito à falta de autonomia e às limitações impostas por conta "*da pouca autonomia que o próprio Estado brasileiro tem. A gente sabe que existem influências externas e mesmo internas que são limitadoras".*

Com a fala do professor/consultor se percebe que as limitações impostas, por conta do modelo, do sistema, dos acordos acabam negando a possibilidade de uso de um espaço legítimo para o enfrentamento sobre o que se quer de uma sociedade, desde que incorpore às suas reivindicações as lutas mais gerais do povo por transformações estruturais da sociedade. O trabalho dos professores/consultores neste processo poderia exercer uma dupla função estratégica (ou seja, a função

dialética) de contribuir com a permanência ou com a transformação das estruturas capitalistas (GRAMSCI, 1978) e, com avanços na área da educação, à medida que eles mesmos aceitam e submetem-se às condições precarizadas de trabalho, esta possibilidade fica limitada.

A terceirização constitui-se como uma grande condição para isto e fere a Constituição, porque ela deixa claro que a contratação, sem concurso, só pode ser realizada em casos excepcionais, de “excepcional interesse público”, o que não parece ser o caso e nem a forma como estas contratações estão sendo realizadas. No âmbito do órgão estatal, estas contratações se apresentam com características próprias, tendo em vista que os consultores contratados estão ligados à educação. Normalmente, já executaram o trabalho em escolas como docentes, assim como, já lutaram pela causa da educação em movimentos sociais e, devido a isso, sentem-se comprometidos com tarefas ligadas à educação.

4.1 O Ministério da Educação como espaço de trabalho e organização da política educacional

O Ministério da Educação foi criado, no Brasil, em 14 de novembro de 1930, com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública. Sua criação foi um dos primeiros atos do Governo Provisório de Getúlio Vargas, que havia tomado posse em 3 de novembro.

O Decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930 criou uma Secretaria de Estado, denominada Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Publica. O referido Decreto, em seus Art. 1º e 2º, estabelece:

> Art. 1º Fica creada uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, sem augmento de despeza.[25]

[25] Como se pode perceber, o que se relaciona à educação brasileira, inclusive aos ministérios, efetivamente revela o quanto existe de interesse. Neste sentido, parece até irônico afirmar que foi uma conquista a criação do Ministério, quando no próprio documento se afirma “sem augmento de despeza” caracteriza o que tem sido ao longo dos tempos os cuidados com as “despesas”, à “prioridade” e à “preocupação” que os governos tiveram com a educação dos brasileiros e, em especial, com a dos que são pobres.

> Art. 2º Este Ministerio terá a seu cargo o estudo e despacho de todos os assumptos relativos ao ensino, saúde publica e assistencia hospitalar.

Inicialmente, portanto, coube ao ministério uma dupla função e, até 1953, assim permaneceu, quando foi criado o Ministério da Saúde. Com isso, ele passou a ter o nome que conhecemos hoje: Ministério da Educação e Cultura – MEC e, embora em 1985, a Cultura tenha sido desmembrada com a criação de instância ministerial própria, a designação MEC permaneceu.

O MEC passou por várias alterações ao longo dos tempos e essas provocaram reformulações em suas competências. Atualmente, o Ministério da Educação é responsável pela: política nacional de educação e, educação em geral: educação infantil; ensino médio, ensino superior, ensino profissional e modalidades. Compreende assim, creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino de jovens e adultos, educação profissional, educação do campo, educação especial e educação à distância (exceto ensino militar); informação e pesquisa educacional; avaliação, magistério e pesquisa e extensão universitária (BRASIL, MEC, 2012).

O Ministério da Educação tem suas ações financiadas por recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), como demandante, e do órgão Operações Oficiais de Crédito sob a supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), além de recursos não orçamentários correspondentes aos gastos tributários, ou de renúncia fiscal.

As afirmações, divulgadas pelo DIEESE[26] (2005), salientam que o financiamento da educação pública é instrumento fundamental para a redução das desigualdades sociais no Brasil. Conforme o Departamento, existe uma vinculação entre o financiamento público da educação e a situação socioeconômica do país, na medida em que as principais fontes de recursos para a educação advêm da arrecadação de impostos que, por sua vez, é afetada pelo desempenho da economia.

Os sucessivos governos brasileiros em suas gestões adotaram como princípio a contenção de gastos para possibilitar o equilíbrio das contas públicas e viabilizar o pagamento das dívidas externa e interna. Atualmente, o gasto público brasileiro aumentou. Em 2011, foram aplicados R$ 74,4 bilhões em educação, o que indica um aumento real de 11,7 % sobre o ano de 2010. Conforme o Relatório de Gestão do

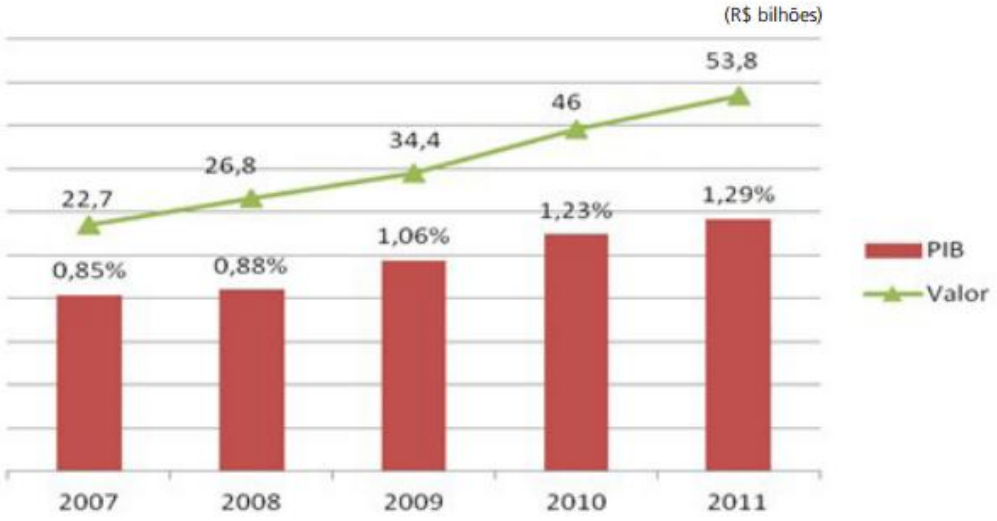
---

[26] Departamento Intersindical de Estatísticas, Estudos Socioeconômicos.

MEC de 2011, divulgado em 2012, essa ampliação dos recursos “insere-se na opção política do governo de reforçar setorialmente o gasto público em educação em todas as esferas, para procurar reduzir o enorme débito histórico educacional do País” (BRASIL, MEC, 2012, s/p).

A evolução do gasto federal total em educação apresenta um crescimento real de 146% entre 2003 e 2011, descontada a inflação. Foi possível, conforme indicativos do INEP[27]/ MEC, observar um crescimento de 13,8% para 17,6% no percentual do investimento público total em educação, em relação ao Gasto Público Social, entre 2003 e 2010 (fonte: INEP/MEC). Constatou-se também um aumento no Percentual do Investimento Público Direto em educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 3,9% para 5,1% do PIB no mesmo período. Pode-se observar isso no gráfico:

Gráfico 1 – Valores aplicados na função Educação em comparação com o % do PIB



Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria da Receita Federal (RFB), Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e consultas ao Siafi.
Obs: Os dados incluem valores liquidados (OFSS + RPNP)

A ampliação, entretanto, não indica que existam investimentos suficientes, ou conforme seriam necessários para a educação, tendo em vista a precariedade de condições existentes e a grande defasagem de repasses, os quais, historicamente,

[27] Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

não existiram. Por outro lado, considerando as três esferas de governo, o gasto é de 5,1% do PIB, ou cerca de R$ 74 bilhões, em valores nominais no ano de 2011, como indicam os dados do INEP/MEC de 2012, o que aponta para um incremento no setor. Esta observação está explícita na fala do professor/consultor Alexandre:

> Eu como cidadão brasileiro, deixando de lado a questão do meu trabalho aqui, [...] reconheço que houve uma ampliação dos investimentos em educação. Quando ia à universidade, por exemplo, lá no Rio Grande do Sul, por conta do trabalho na igreja, os prédios estavam caindo não havia nada. Nas escolas do ensino fundamental, a situação era péssima e, no campo, nem se fala. As escolas do campo foram sendo fechadas e isso levou ao esvaziamento delas. Hoje, existe sim investimento. Eu, por exemplo, visito estados e municípios e quando chego lá, por conta do PDDE[28], por exemplo, os gestores, embora recebam uma verba pequena, podem fazer reparos, tem água e tem luz [...]. Agora estive na Bahia e os telhados de muitas escolas que estavam ruindo foram substituídos por telhas novas, os sanitários foram construídos [...] enfim, existe sim investimento. (ALEXANDRE, 2013).

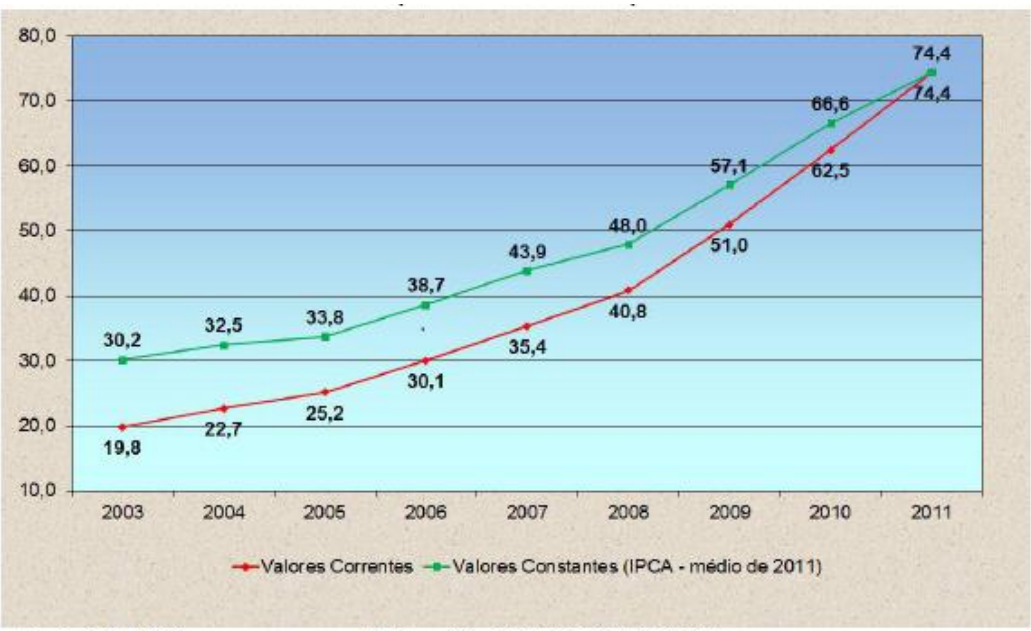
Quando se estabelece um parâmetro, entretanto, entre o que seria necessário em termos de investimento nos setores públicos, especialmente educação e saúde, e o que efetivamente vem ocorrendo, existe uma grande diferença, mesmo nos últimos anos, em que, conforme se observou, existiu uma ampliação de investimentos. No entanto, em 2012, constata-se que foram feitos cortes em investimentos do governo federal nestas áreas, comprometendo as políticas sociais. A “educação perdeu R$ 1,9 bi e saúde R$ 5, bi, quase 5% do que foi aprovado na lei orçamentária” (SINDSEP/DF, 2012, p. 9).

O Estado brasileiro, por sua vez, como se observa no gráfico abaixo, demonstra e divulga a evolução do orçamento com educação:

---

[28] Programa Dinheiro Direto na Escola.

Gráfico 2 – Orçamento sob supervisão do Ministério da Educação* (em R$ bilhões)



Fonte: Siafi/STN Elaboração: CEAD/CGP/SPO/MEC
(*)Orçamento da administração direta e indireta. Inclui Fies e Salário-Educação (R$ bilhões)

A meta do governo brasileiro é atingir, até 2020, um percentual de 7% do PIB. Nesse aspecto, cabe salientar que a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) recomenda, aos países em desenvolvimento, um gasto mínimo de 10% do PIB com Educação, percentual que tem sido defendido pela sociedade brasileira.

A educação necessariamente absorve recursos públicos, compondo o “núcleo central dos atuais sistemas de bem-estar social”. No entanto, o “Gasto Social, entre eles o que diz respeito à educação, é também uma fonte dinâmica de incentivos ao crescimento distributivo” (BRASIL/IPEA[29], 2011, p.3), tendo em vista a característica de mobilizar as decisões de consumo e investimentos das famílias, mais que proporcionalmente ao volume despendido pelo governo e, ao mesmo tempo, reduzir as desigualdades de renda.

Fernanda, sujeito da pesquisa, posiciona-se em relação à questão:

> *A desigualdade é a questão mais séria deste país. Acabar com ela pode ser um sonho, uma utopia, mas reduzi-la precisa ser um compromisso, e nesse sentido nós percebemos que existem recursos sendo investidos. As ações afirmativas são um exemplo, e embora sejam paliativas tem uma*

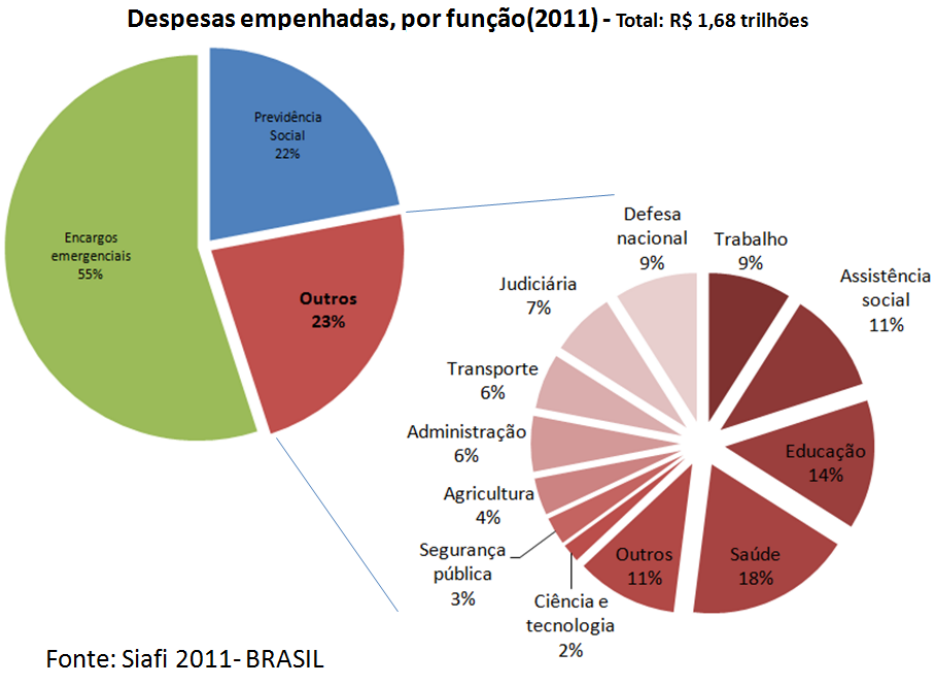
[29] Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

> *importância muito grande, é como você de repente oferecer água a quem está sedento há vários dias, [...] por esta razão, também não é possível retirá-las sem uma transformação social (FERNANDA, 2013).*

A afirmação de Fernanda corrobora com o que tem sido divulgado pelo Estado brasileiro no que diz respeito aos gastos e investimentos em educação, também, sobre a necessidade de investimentos nos programas sociais.

Em comparação com os demais gastos do governo Federal, a educação pertence ao segundo grupo. Assim, constata-se que as funções Previdência Social e Encargos Especiais, que agregam as despesas associadas aos encargos da dívida pública e às transferências constitucionais e legais, representam, juntas, 78% do total das despesas empenhadas em 2011. Em um segundo grupo, em volume de recursos, destaca-se, nessa ordem, as funções: Saúde, Educação, Assistência Social, Trabalho, Defesa Nacional, Judiciária, Transporte, Administração e Agricultura (BRASIL/TCU, 2011). Estas condições podem ser observadas na imagem abaixo:

Gráfico 3 – Despesas empenhadas, por função (2011) - Total R$ 1,68 trilhões.



Ainda, conforme os dados levantados em 2011, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), houve um aumento significativo de investimentos na educação. Para atingir seus objetivos, o governo federal vem aumentando seu investimento no setor educacional e, por meio do pacto federativo, está previsto que os sistemas de ensino se organizem em regime de colaboração integrando União, Estados, Distrito Federal e municípios.

Nas afirmações de Alexandre, trazidas novamente no que diz respeito aos investimentos em educação e à necessidade de ampliar recursos, ele menciona:

> *Eu estive também nos municípios do Centro Oeste, por exemplo, e pude perceber como a situação era precária. Em alguns locais as escolas da área rural funcionavam em currais. É verdade, em currais e por esta razão, até que se consiga reverter o caos educacional serão necessários muito mais investimentos, ações e políticas efetivas. Houve investimento federal, mas precisa muito mais (ALEXANDRE, 2013).*

A União é responsável pelo sistema federal de ensino e ainda presta assistência técnica e financeira aos demais entes federativos. Os Estados atuam prioritariamente no ensino fundamental e médio; os municípios, na educação infantil e no ensino fundamental. O Distrito Federal acumula as atribuições de Estado e de município. Os repasses da União, normalmente, são realizados por meio dos programas e das ações coordenados em nível de Ministério da Educação.

Alexandre explica, sobre isso, que:

> *[...] nós acompanhamos basicamente a aplicação dos recursos dos programas e ações do Estado nos municípios e estados brasileiros e percebemos como são necessários. Embora algumas vezes estejam ligados a interesses e organismos internacionais, à lógica do mercado, eles fazem a diferença diante do nada que existia até pouco tempo. Retirá-los, portanto, sem uma grande mudança, seria um retrocesso. (ALEXANDRE, 2013).*

Estes investimentos em educação, por parte dos entes federados, não são suficientes e isso se deve ao descaso com que os governos trataram a questão educacional ao longo dos tempos. Ou, também, como narra Frigotto (2003, p. 30):

> A educação e a formação humana terão como sujeito definidor as necessidades, as demandas do processo de acumulação de capital sob as diferentes formas históricas de sociabilidade que assumir. Ou seja, reguladas e subordinadas pela esfera privada, e a sua reprodução.

Neste sentido, as relações sociais presentes, no mundo do trabalho na sua totalidade, constituem-se como base, a partir da qual se estrutura e se condiciona a

vida social no seu conjunto. Estas relações permeiam a organização do trabalho no Ministério da Educação.

4.2 A estrutura, o funcionamento e o trabalho no Ministério da Educação

O Ministério da Educação tem como atribuições a criação de normas, o acompanhamento, a avaliação de programas federais e a implantação de políticas para a Educação. Também é responsabilidade do MEC estabelecer estratégias, diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos públicos destinados ao setor.

Os programas e ações desenvolvidos pelo MEC envolvem a Secretaria de Educação Básica (SEB), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), Secretaria de Educação Superior (SESU), Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) e Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE).

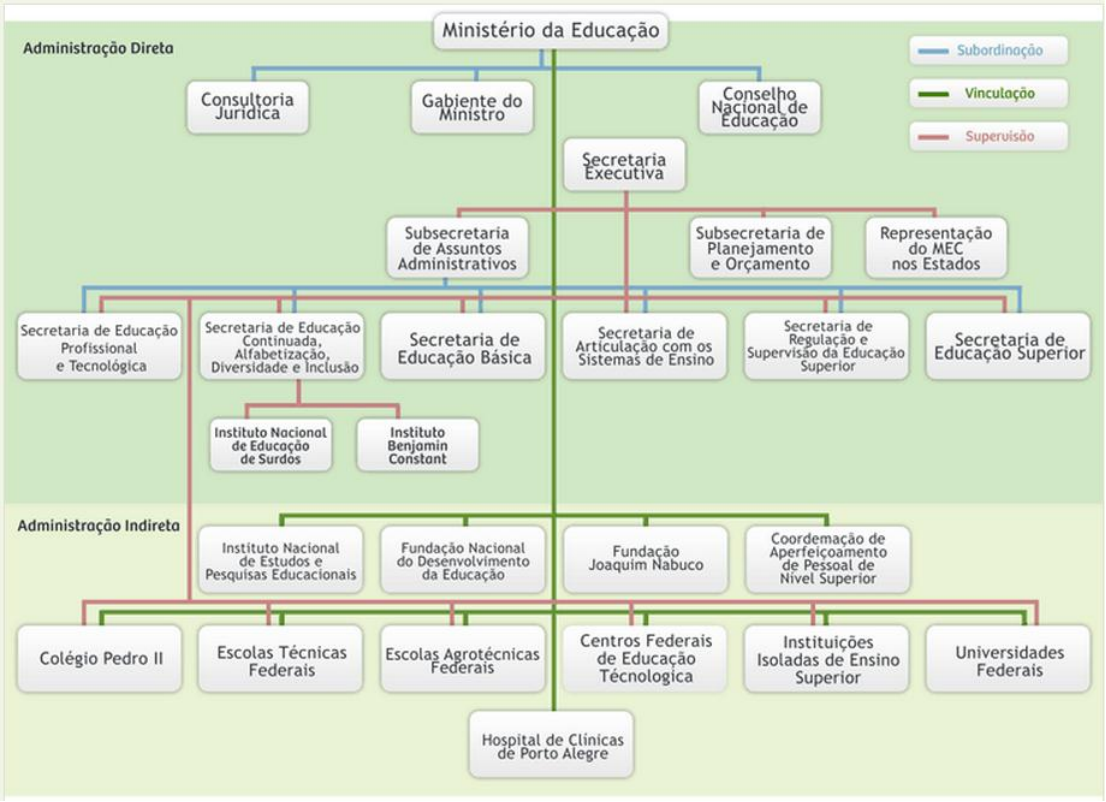
O organograma dos Setores do Ministério da Educação revela a seguinte composição entre a administração direta e indireta: (Ver Organograma na página seguinte).

Ao observar o organograma do MEC, pode-se perceber que existem inúmeras secretarias e instituições envolvidas e atividades que submergem das políticas educacionais, as quais exigem um grande número de servidores para dar conta dos programas e ações desenvolvidos no país. Assim, Ana Maria se refere ao trabalho no Órgão Estatal:

> Efetivamente quando eu vim trabalhar aqui não pensava que existiam tantas demandas. Que o trabalho era tão intenso. Hoje eu entendo o que significa trabalhar em local com um compromisso tão grande. A gente tem o compromisso com as macro políticas e inclusive com as micro, à medida que os gestores locais e inclusive os professores nos solicitam ajuda e buscam conhecimento sobre estas questões, afora todo o restante do trabalho, efetivamente os agentes públicos têm muito trabalho aqui. (ANA MARIA, 2013).

O trabalho realizado nas mais variadas secretarias demanda uma grande força de trabalho que, atualmente, divide-se entre servidores efetivos e contratados.

Gráfico 4 – Organograma dos Setores do Ministério da Educação



Fonte: MEC/2012.

Os contratos terceirizados são feitos por meio de organismos internacionais/ agências reguladoras, cooperativas, convênios com a admissão de estagiários, dentre outros. Estes trabalhadores, na condição de efetivos, contratados, estagiários, ou eleitos, são, como destaca a Controladoria Geral da União (CGU, 2003), agentes públicos.

Os Servidores públicos são os ocupantes de cargo de provimento efetivo ou cargo em comissão, regidos pela Lei n. 8.112 de 1990, passíveis de responsabilização administrativa, apurada mediante processo administrativo disciplinar ou sindicância de caráter punitivo.

A designação “empregado público” pode ter duas definições, conforme a CGU (2003):

> 1. O ocupante de emprego público na administração direta, autarquias e fundações, nos termos da Lei nº 9.962 de 2000, contratado sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A rescisão desses contratos, em ato unilateral da administração, deve ser precedida de procedimento administrativo, com garantias ao empregado de participação na produção de provas, ampla defesa e julgamento impessoal;
> 2. Ocupante de emprego público na administração pública indireta, nas

> empresas públicas, nas sociedades de economia mista, nas fundações públicas de direito privado, sendo ele também contratado sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

O agente público contratado por tempo determinado desempenha funções públicas desvinculadas de cargos ou de empregos públicos de forma precária e temporária, como os contratados por tempo determinado para necessidade temporária de interesse público, desobrigados de concurso público. Os contratados são regulados pela Lei n. 8.745, de 09 de dezembro de 1993 (BRASIL, CGU, 2003), exatamente, conforme salientado anteriormente. Isto implica em dizer que o Estado se utiliza do amparo dessa lei para justificar o que, na Constituição, não encontraria respaldo.

Os professores/consultores são contratados por tempo determinado na modalidade produto, isso significa que eles devem realizar trabalhos (normalmente envolvendo pesquisas) que contribuam para o desenvolvimento da educação em nível nacional. Segundo Stelamaris, *"a gente é contratado para contribuir com o processo de desenvolvimento educacional do país"*. Sobre a mesma questão, Maria Terena assim se manifesta: *Os contratos que assinamos têm por objetivo colocar nosso trabalho à disposição do Estado e da sociedade brasileira como um todo.*

Estes contratos são realizados com organismos internacionais como a UNESCO, OEI e PNUD[30]. Os processos seletivos dos projetos são conduzidos diretamente pela coordenação executiva de cada projeto, cabendo à UNESCO, ou à OEI ou ao PNUD o acompanhamento e monitoramento dos processos de contratação.

Na perspectiva de realizar uma síntese dialética sobre como se dá esta parceria, e as relações de trabalho presentes neste contexto, apresentam-se, a seguir, as analogias que envolvem estes organismos internacionais e o Estado brasileiro, com enfoque especial na UNESCO, tendo em vista que os sujeitos da pesquisa são contratados por ela, bem como, pela importância deste organismo internacional no contexto educacional brasileiro, no que se refere às interferências nas políticas educacionais. Além disso, a UNESCO é um organismo internacional muito respeitado especialmente por sua atuação junto aos Estados e contribuição com a paz e a segurança do mundo, mediante a educação, a cultura, a ciência e as comunicações.

---

[30] Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

4.3 Os Organismos Internacionais: A UNESCO

O conflito da segunda guerra mundial propiciou movimentos de posição e consenso sobre determinados temas, maneiras de organização dos povos e a criação de instituições e organismos internacionais ligados a direitos humanos, e também de organização econômica. Dentre eles, destaca-se: a Confederação de Bretton Woods em 1944, evento que propiciou a abertura do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial; em 1945; a elaboração e assinatura da carta das Nações Unidas, que teve sua culminância na constituição da Organização das Nações Unidas (ONU); e na fundação da UNESCO (SILVEIRA, 2011).

A UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura -, foi criada no ano de 1945, em 16 de novembro e sua representação no Brasil instalou-se durante o período de Ditadura Civil Militar, no limiar do ano de 1966. Este foi um momento de grandes reformas educacionais no país, sendo que as mesmas estavam balizadas nos acordos MEC-USAID[31], e na tentativa do governo brasileiro de aproximação ao imperialismo norte-americano.

Este acordo esteve fortemente influenciado pela tecnização produtivista e a teoria do capital humano. Com estes fundamentos, o governo procurou encaixar a educação no processo de desenvolvimentismo do país e da internacionalização da economia. Desde este momento, a UNESCO tem realizado projetos de cooperação técnica, em estreita relação entre segmentos da sociedade civil e o governo brasileiro. As ações são desenvolvidas nas áreas de Educação, Ciências, Cultura, Comunicação e Informação.

O objetivo maior destes projetos de cooperação técnica são a formulação e a operacionalização das políticas públicas destas áreas em consonância com as metas acordadas entre os Estados Membros das Nações Unidas. A UNESCO também coopera com diferentes instâncias da sociedade civil e com o setor privado, tendo em vista os propósitos de desenvolvimento humano da ONU.

No Brasil, a base legal, utilizada para realização dos projetos de cooperação com a UNESCO está fundamentada no Acordo Básico de Assistência Técnica entre o governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas e suas agências

---

[31] U. S. Agency for International Development

especializadas. Este acordo foi estabelecido em 29 de dezembro de 1964 e promulgado pelo Decreto nº 59.308, de 23 de setembro de 1966.

O Decreto nº 5.151/2004 trata a questão da contratação de consultorias, em seu artigo 4º, da seguinte forma:

> *Art. 4º O órgão ou a entidade executora nacional poderá propor ao organismo internacional cooperante a contratação de serviços técnicos de consultoria de pessoa física ou jurídica para a implementação dos projetos de cooperação técnica internacional, observado o contexto e a vigência do projeto ao qual estejam vinculados.*
> *§ 1º Os serviços de que trata o caput serão realizados exclusivamente na modalidade produto. [...]*
> *§ 6º O órgão ou a entidade executora nacional somente proporá a contratação de serviços técnicos de consultoria mediante comprovação prévia de que esses serviços não podem ser desempenhados por seus próprios servidores.*
> *§ 7º As atividades do profissional a ser contratado para serviços técnicos de consultoria deverão estar exclusiva e obrigatoriamente vinculadas aos objetivos constantes dos atos complementares de cooperação técnica internacional. [...]*
> *§ º Os consultores desempenharão suas atividades de forma temporária e sem subordinação jurídica.*

Ângela afirma que: *Eu sei que meu trabalho está ligado aos projetos de cooperação técnica entre o Brasil e a UNESCO, e que tem por objetivo desenvolver e descobrir novas estratégias, visando melhorar os índices educacionais e elevar a escolaridade.*

Observa-se que são inúmeros os Projetos e programas de cooperação entre o MEC e a UNESCO e, muitos deles, são desenvolvidos por meio de planos anuais, os quais estão amparados pelo Acordo de Cooperação Técnica em Matéria Educacional, Científica e Técnica. Este acordo foi realizado em Paris, entre Brasil e UNESCO e teve como protagonista o presidente do Brasil, João Figueiredo. Entre os objetivos deste acordo salienta-se o inegável interesse em fortalecer essa associação, através da concessão e persuasão destes organismos internacionais, cujas ações e acordos, firmados entre o governo norte-americano e o brasileiro, deixam claro o interesse dos EUA em constituírem forças para a consolidação do capitalismo internacional (ROMANELLI, 1986).

Com o intuito de modernizar a educação brasileira, o governo militar ampliou o processo de dependência do país ao capital internacional e exerceu a supervisão sobre as ações políticas e educacionais do Brasil. Isso aconteceu através da assessoria de técnicos americanos nos projetos desenvolvidos no país e, também,

através do treinamento de profissionais brasileiros nos Estados Unidos. Portanto, a presença dos organismos internacionais, na educação brasileira, efetiva-se desde a década de sessenta, o que podemos corroborar com as afirmações de Muniz e Arruda (apud, SILVA):

> [...] a política do Banco Mundial pode ser localizada nos anos de 1960 e 1970 quando houve uma acelerada expansão da educação e o aumento dos índices de matrícula dos países devedores [...] e da disseminação da ideia de melhoria do **status** social, vinculado à educação, e da concepção de que a educação geraria empregos e desenvolvimento econômico. (SILVA, 2002, p. 63).

A abertura definitiva do país para os organismos internacionais não acontece apenas em nível de parceria e cooperação técnica. Na economia, os empréstimos realizados com o Banco Mundial foram retomados em larga escala, sendo os principais financiadores dos investimentos realizados na agricultura, energia, transporte, água e esgoto, entre outros (SILVA, 2000).

Marco afirma que:

> *A aliança do governo brasileiro com os organismos internacionais iniciou há muito tempo, e ela pode ser vislumbrada nas ações e programas desenvolvidos no Brasil ao longo dos anos. Eu venho do Rio Grande do Sul e, lá, esta ligação com o Banco Mundial ficou escancarada no governo anterior, onde em nome do avanço, do déficit zero, foi feito um empréstimo enorme junto ao Banco Mundial, que por sua vez, colocou a educação sob a sua égide.*

Com relação à educação, as propostas do Banco Mundial (BM) deveriam ser realizadas como uma forma de compensar a situação de pobreza que o país se encontrava, ao passar pelos ajustes econômicos. Esse seria um mecanismo fundamental, através do qual seria possível adquirir um novo padrão de acúmulo do capital. Para Tommasi, Warde, Haddad (2007, p. 11), as reformas educacionais, financiadas e orientadas pelo BM, têm como propósito:

> [...] adequar às políticas educacionais ao movimento de esvaziamento das políticas de bem-estar social; b) estabelecer prioridades, cortar custos, racionalizar o sistema, enfim, embeber o campo educativo da lógica do campo econômico e c) subjugar os estudos, diagnósticos e projetos educacionais a essa mesma lógica.

Percebe-se, com tais colocações, que o Banco Mundial tem participado, direta e sistematicamente, no âmbito educacional, com “capacidade de intervir e formular políticas educacionais para a América Latina, manipulando os benefícios tirados das

políticas sociais" (SILVA, 2002, p. 58). Estas políticas e investimentos devem estar estritamente ligados na rentabilidade econômica dos investimentos realizados para sua realização e implementação, o que leva a interrogações sobre a qualidade e a equidade destas políticas e ações educacionais que são desenvolvidas.

Neste sentido, há uma política de validação de metas e índices a serem alcançados econômica e socialmente. Estes "índices são definidores dos créditos econômicos que o Estado Nação poderá usufruir e esses critérios são criados pelo Banco Mundial" (SILVA, 2002, p.12). Umas das organizações, portanto, que promove a verificação e validação das metas e propósitos estipulados pelo Banco Mundial é a UNESCO, que realiza parcerias para realização e financiamento de seus projetos com os organismos internacionais, o que fica claro em seus documentos:

> Além das ações de âmbito interagêncial, a UNESCO com frequência se apóia em parcerias com outros organismos internacionais, como a USAID ou Bancos Internacionais de Desenvolvimento, como forma de financiar ou apoiar atividades de grande importância e que exigem intercâmbio de experiências (UNESCO, 2009).

O processo de internacionalização da educação, no Brasil, tem se concretizado, não só pela cooperação entre Estados - nações ao abrigo de acordos, de programas de intercâmbio bilaterais e de integração regional; como também, pela mediação desses organismos supranacionais, cujo papel tem sido decisivo na elaboração da agenda globalmente estruturada para a educação (DALE, 2004).

4.3.1 Os projetos da UNESCO no Brasil

O modelo de cooperação com organismos internacionais adotado no Brasil direciona-se para fornecer assistência a parceiros governamentais e não governamentais, em áreas com demandas específicas, com ênfase no desenvolvimento de habilidades, no combate à pobreza e na desigualdade social e regional. A interlocução, aprovação e regulamentação dos projetos, que são financiados e realizados através da UNESCO, é feita pela Associação Brasileira de Cooperação (ABC), com base no documento de Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional Multilateral e Bilateral.

Esse documento baliza a análise, no sentido de verificar se tais projetos têm conformidade com: as prioridades nacionais de desenvolvimento; as condições de legibilidade para fins de cooperação técnica; os documentos de programação estabelecidos entre o governo brasileiro e a UNESCO; a consistência interna e qualidade do documento, como peça de planejamento (UNESCO, 2010, p. 10).

O monitoramento e avaliação dos projetos são realizados conjuntamente pelo órgão ou executora nacional, a ABC, e outras entidades envolvidas, assim como pela UNESCO. As avaliações versam sobre custos, financiadores e recursos humanos, situações que devem estar sempre descritas no projeto.

Sobre o financiamento destes projetos, cabe ressaltar que a UNESCO só autoriza a operacionalização e supostos compromissos financeiros depois de efetuada a transferência dos valores para a mesma, recursos esses provenientes das parcerias público-privadas, de organismos internacionais como o BM, ou no caso brasileiro, do próprio governo.

Estão contidos nestes orçamentos, conforme a UNESCO (2010), as seguintes categorias de despesas: **pessoal** - remuneração de profissionais como consultores, peritos, especialistas, profissionais de apoio administrativo, despesas com viagem para desenvolvimento e avaliação de projetos; **subcontratos** - contrato de pessoas físicas ou jurídicas para geração de produtos ou resultados específicos e atividades específicas; **bolsas de estudos, treinamentos, seminários, conferências e viagens** - custeio de todas as despesas referentes ao apoio técnico e operacional relacionados aos projetos, inclusive com bolsas de estudo, desde que previstos no orçamento do projeto; **equipamento, bens, materiais, instalações e publicações** - custeio de despesas com aluguel, veículos, aquisição de bens materiais, impressões, comunicação, aquisição de livros, periódicos, materiais; **outras despesas operacionais e contribuições diversas** - despesas com serviços públicos, bancárias e comunicação (correio, telefone, internet, malote) (UNESCO, 2010, p.16). Todos os custos com o projeto serão pleiteados pela entidade financiadora, cabendo aqui a especificação dos contratados para situarmos a relação de trabalho estabelecida pelos professores/consultores, sujeitos desta pesquisa.

Rafael assegura que:

> *[...] nós fazemos viagens pelo Brasil para acompanhar os programas e ações, mas também para buscar subsídios para os produtos. As diárias e*

> *passagens são pagas pela contratadora e a gente presta contas quando retorna das viagens e apresenta o relatório (RAFAEL, 2013).*

Para a contratação de consultor realiza-se um processo seletivo através de edital público e cabe à coordenação do projeto selecionar os contratados. Considera-se a contratação de especialista, para prestar serviço de natureza consultiva ou de assessoria, os candidatos que têm como requisito a possibilidade de permanecer nas instalações do projeto na maior parte do tempo, com duração de no máximo 12 meses, bem como a titulação.

A remuneração deste contrato dá-se com base em uma tabela estipulada pela UNESCO que, segundo seus critérios, fundamenta-se no escopo e na complexidade, na experiência e no resultado dos produtos confeccionados. Nas orientações para a contratação, chama atenção à falta de direito a férias ou licença médica, a autoria dos produtos estarem creditadas à UNESCO e a avaliação periódica dos produtos e da atuação do consultor, que se não for satisfatória pode haver rescisão contratual ou, então, se o produto não for entregue no prazo estipulado, ou não seguir as especificações do Termo de Referência. Nestes casos, pode o consultor ser penalizado com o reembolso do valor do produto que recebeu.

Este é o problema desta forma de contratação, o que, conforme Marco:

> *[...] a gente só tem deveres. Eu reconheço que me envaidece ter sido reconhecido, selecionado e por trabalhar aqui, até porque não ganho pouco não. O problema são os direitos que a gente não tem nenhum, aliás, não tem o direito de dizer que trabalha aqui. (MARCO, 2012).*

Salienta-se ainda, que os contratos não são renováveis, caracterizando a instabilidade e rotatividade das equipes, o que constitui certa dificuldade de continuidade na elaboração e na sequência das políticas públicas, que estão sendo abarcadas pelo projeto. Em alguns casos, os consultores retornam em outras funções, mas tem de haver um período de afastamento que é denominado de *interstício*. Assim, Fernanda se manifesta: "*A maior lacuna para a educação brasileira, neste caso, é a falta de continuidade. Uma pessoa inicia o trabalho, se afasta, outra pega, quer dizer, se rompe e se fragmenta cada vez mais".*

Neste sentido, a fragmentação deixa clara a visão de trabalho desenvolvido nestes espaços, nesse espectro "taylorizado" de trabalho, também a educação e a organização pedagógica se colocam desta forma, passando a ser regidas pelos princípios da divisão do trabalho.

As ações segmentadas indicam uma lógica de incorporação dos métodos de gerenciamento das empresas capitalistas na gestão do espaço em que os professores/consultores trabalham através do modelo taylorista/fordista, reproduzindo, assim, a fragmentação, a hierarquização, a autoridade e a disciplina aplicadas nas fábricas.

Desenvolve-se nesta lógica, um trabalho fragmentado, em que se enfatiza a repetição mecânica das tarefas padronizadas, com a expectativa de que, por meio desta forma de trabalho se atinjam os padrões educacionais colocados como parâmetros de medidas pelos organismos internacionais.

Deste ponto de vista, o produto que é entregue pelos professores/ consultores é o resultado da forma como foi organizado e operacionalizado o processo de trabalho. Trata-se, segundo Marco, de uma alternativa para oficializar o pagamento do trabalho de "consultoria". Marco sinaliza que: "*Os produtos que são entregues, pelo menos os que eu conheço, de uma maneira geral, podem ser considerados pobres e precisariam melhorar para contribuir com o desenvolvimento da educação brasileira*. O critério, portanto, deixa de ser o que se apresenta no TOR- Termo de Referência de consultoria e passa a ser uma: "*pro forma para justificar o trabalho".* Quer dizer, que nesta lógica, o produto serve apenas para produzir a solução ou resposta desejada: o pagamento do trabalho realizado durante o período de consultoria nos setores.

Em nenhum momento, no guia de execução de projetos da UNESCO no Brasil, tem-se referência aos direitos trabalhistas e às orientações da CLT[32] ou RJU[33] o que indica que as relações de trabalho, presentes neste organismo, têm uma lógica própria de funcionamento, que prioriza a fragmentação trabalhista, a máxima de produtividade e patrimônio científico de pesquisa, a produção de conhecimentos e dados para organismos internacionais.

Neste documento não se evidencia nenhuma relação, nem menção no que diz respeito à ampliação das pesquisas ou a melhoria nas condições de trabalho dos pesquisadores, que estão no lócus desta produção.

---

[32] Consolidação da Lei Trabalhista.

[33] Regime Jurídico Único.

4.4 As condições de trabalho no Órgão Estatal em estudo

No item anterior, pode-se observar que existe uma necessidade grande de trabalhadores para que os programas e as ações do Órgão Estatal possam ser executados. A demanda de trabalho é tamanha que os agentes públicos, tanto os servidores efetivos quanto os terceirizados (professores/consultores), acabam não dando conta do trabalho nos turnos de expediente normal, o que faz com que levem tarefas para suas casas, para trabalharem à noite e nos finais de semana, conforme chama a atenção Stelamaris: "*A demanda de trabalho é enorme, a gente não dá conta de tudo o que tem para ser feito, porque o número de trabalhadores é muito pequeno em relação à quantidade de trabalho, por esta razão, nos obrigamos a levar trabalho para casa".*

Assim, o sobretrabalho (MARX, 2011) realizado no período extra não constituiu nenhum valor para os trabalhadores; contudo, é essencial para dar conta da sobrecarga de serviço. Cabe salientar, o contingente de trabalho desenvolvido nestes setores, em que os professores/consultores trabalham, destacando o que cabe a cada uma das secretarias, conforme os dados do MEC (2013):

- À Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE): apoiar o desenvolvimento de ações para a criação de um sistema nacional de educação, o aperfeiçoamento dos processos de gestão na área educacional e a valorização dos profissionais da Educação;
- À Secretaria de Educação Básica (SEB): assumir a responsabilidade pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio em nível de país;
- À Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI): implementar políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais;
- À Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC): planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da política da educação profissional e tecnológica;

- À Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES): regular e supervisionar instituições públicas e privadas de ensino superior e cursos superiores de graduação do tipo bacharelado, licenciatura e tecnológico, na modalidade presencial ou à distância;
- À Secretaria de Educação Superior (SESU): planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior.

Para atender a estas demandas, trabalham atualmente, neste espaço, servidores efetivos, estagiários, consultores e contratados como cargos de confiança. Os dados levantados, junto ao SIAPE[34], em 07 de março de 2013, indicam que o número de servidores que atuam no MEC e a sua situação, são os seguintes:

Atuantes no MEC: situação e quantidade

SITUAÇÃO SERVIDOR	QUANTIDADE
Ativo Permanente	895
Aposentado	1.996
Requisitado	73
Natureza Especial	1
Nomeado cargo em comissão	166
Cedido	316
Excedente a lotação	14
Req. de outros órgãos	28
Aposentado TCU	1
Exerc. Descentralizado carreira	60
Exercício provisório	8
Contrato temporário	71
Colaborador PCCTAE[35]	4

[34] Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

[35] Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação, criado pela Lei Federal nº. 11.091/2005.

SITUAÇÃO SERVIDOR	QUANTIDADE
CLT ANS[36]	30
Estagiário	82
Beneficiário de Pensão	1.602
Total de servidores	**5.347**

SIAPE (2013).

O número de consultores que trabalham no MEC não constam nos dados fornecidos pelo SIAPE, conforme pode ser observado na tabela acima.

O trabalho realizado no Órgão Estatal compreende a definição e execução das políticas educacionais para todos os níveis e modalidades de ensino, o que envolve a criação de: pareceres; resoluções; portarias; decretos (minutas); leis; notas técnicas; etc... Além disso, abarca a necessidade de trabalhar nas alterações da legislação, na regulamentação de ações, na definição de programas, no acompanhamento, monitoramento e execução de obras, na orientação aos entes federados, no acompanhamento no sistema - SIMEC[37], SEGEPEC[38], PAR[39], dentre outras ações.

Este trabalho é realizado pelos servidores do quadro de carreira (efetivos) e pelos professores/consultores da modalidade produto que, por conta dos seus contratos, não deveriam desempenhar estas funções. No entanto, Stelamaris relata sobre o trabalho que realiza e o horário de trabalho:

> *A análise, elaboração e reelaboração de minuta de documentos oficiais; a elaboração de relatórios, seja de dados (no sistema que tem sempre uma novidade para me ensinar e/ou me estressar), análise sobre documentos recebidos pelo setor, acompanhamento de reuniões diversas em setores diversos. Atendimento ao telefone, em média 30 ligações por dia para orientar estados e municípios, digitação, apoio técnico e logístico à coordenação. Não há horário determinado ou oficial, mas a quantidade de demandas, às vezes complexas e urgentes; o envolvimento e o compromisso assumidos nos impõem exercício diário em horário integral.*

---

[36] Acordo do Nível de Serviço.

[37] Sistema Integrado de Monitoramento, Gestão e Controle.

[38] Sistema de Gestão Tecnológica.

[39] Plano de Ações Articuladas.

A fala da professora/consultora Stelamaris chama a atenção para os termos do contrato assinado pelos consultores. Observe-se, neste sentido, o Art. n. 4 do Decreto n. 5.151, de 2004, e a Portaria do Ministério das Relações Exteriores - MRE nº 717 de 2006 -, que em seu artigo n. 22, detalha e disciplina os procedimentos a serem adotados pelas agências executoras nacionais quanto à contratação dos serviços de consultoria. Por sua vez, os artigos nº. 20 e nº. 22 da Portaria tratam sobre a gestão de recursos humanos no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, nos seguintes termos:

> Art. 20. As atividades de execução do projeto serão atribuídas a:
> I - servidores públicos;
> II - contratados por tempo determinado, nos termos do art. 2º, VI, h, da Lei nº 8.745, de 9.12.93;
> III - ocupantes de cargo em comissão. [...]
> Art. 22. Admite-se a execução de pequenas tarefas, desde que observados os seguintes critérios:
> I - baixa complexidade técnica;
> II - caráter não recorrente;
> V - contrato prévio.

A legislação é clara quanto às contratações por meio de organismos internacionais, entretanto, assim como Stelamaris, Rafael assegura que: *"o trabalho que eu realizei, no órgão estatal, nos últimos anos, era estafante. Trabalhava todos os dias na execução de tarefas burocráticas, que envolviam desde o atendimento ao telefone, a secretariar a coordenação nos assuntos relativos ao trabalho".* Assim, a própria natureza dos cargos de secretariado, que estão sendo terceirizados pelo Estado, já pressupõe um vínculo direto com a chefia, o que é totalmente incompatível com a terceirização conforme a legislação.

Rafael chama a atenção no que se refere a prestar trabalho no setor, nos casos em que durante as reuniões da coordenação era encarregado de secretariar: elaborar as atas, providenciar os recursos necessários para a realização da reunião, auxiliar na organização da pauta e inclusive "*servir cafezinho".* Nos casos da terceirização, a lei é clara sobre a realização das funções, pois, é preciso que não haja subordinação direta ao tomador (do serviço), que não haja pessoalidade específica. O que se compreende, nessa situação particular, é que, às vezes, até sob a veste da terceirização considerada lícita existe ilicitude de terceirização (ANDRADE, 2012).

Ainda, o professor/consultor assegura que "*inúmeras vezes fiquei até 22 horas ou mais, para dar conta das demandas, principalmente quando organizávamos eventos*".

Estas situações contrariam o contrato de consultoria por produto, tendo em vista que os consultores deverão trabalhar exclusivamente na elaboração dos seus produtos, podendo este material ser produzido fora do espaço em que trabalham os demais servidores efetivos. Como salienta Rafael, parece que ser consultor não é atender ao que está estabelecido no edital de contratação de consultoria. Nesse caso, se interroga sobre o papel e a função do consultor, pois aquele, que serve ao sistema de contratação, deve cumprir horário e realizar todas as tarefas do setor que corresponderiam às funções dos servidores efetivos.

Ainda, em relação à subordinação, a Justiça Federal, na Súmula nº. 214 de 21/05/1986 publicada no DJ 03-06-86, do Tribunal Federal de Recursos dispõe que: "A prestação de serviços em caráter continuado, em atividades de natureza permanente, com subordinação, observância de horário e normas da repartição, mesmo em grupo-tarefa, configura relação empregatícia".

Ocorre, entretanto, que a própria Constituição, promulgada em 1988, que extinguiu o Tribunal Federal de Recursos, não permite que esta forma de contratação se transforme em ato legal, tendo em vista que para ingressar no serviço público o trabalhador deve submeter-se e ser aprovado em concurso público. Isso implica em afirmar que não existe o reconhecimento da relação de emprego com o Estado, por meio da terceirização tendo em vista que, para ser efetivo, o trabalhador deve ter se submetido ao concurso, o que indica que a forma como o trabalho terceirizado de consultoria na modalidade produto está sendo feito, está ilegal.

Ângela corrobora com as afirmações dos colegas e assegura que as funções exercidas no trabalho envolvem:

> *Elaboração e revisão de minutas de maneira geral e outros textos legais com propostas de alterações; Elaboração de Notas Técnicas (em média uma a cada três a quatro dias); Elaboração de atas; Elaboração de textos; Participação em reuniões; Atendimento por telefone (mínimo de 30 ligações diárias) às dúvidas dos estados sobre todas as ações do Estado; Atendimento e recepção de prefeitos, secretários de educação e outros que buscam informações; Encaminhamento de documentos por e-mail – pelo menos 30 por dia (conforme registro); Exploração dos Sistemas, para busca*

> *de dados e informações; Contatos para questões diversas: FNDE[40] (Resoluções) pagamento de bolsas, e outros. Participação em eventos, representando a Coordenação [...] (ÂNGELA, 2013).*

Quando se perguntou sobre o edital e o TOR (Termo de Referência da Contratação), que justificam sua consultoria, Ângela assegura: “estas atividades não tem nada a ver com o meu TOR”. No momento que a professora/consultora fez essa afirmação não foi perguntado sobre o horário em que realiza o trabalho para o qual foi contratada.

A CGU se expressa em relação à questão desta forma:

> [...] As definições dos normativos visam proteger o gestor público quanto a possíveis processos judiciais de caráter trabalhista, resultantes da reclamação de direitos adquiridos pelos consultores em decorrência da realização de atividades de caráter continuado e com relações hierárquicas implícitas, a partir das quais os consultores poderiam requerer os mesmos direitos e condições conferidas aos servidores públicos ou congêneres. Ao alocar servidores às atividades do projeto, o gestor público deve ter em mente que, à exceção dos temporários (que de acordo com a Lei 8.745 devem estar necessariamente vinculados a um projeto específico), os demais servidores poderão ser compartilhados para apoiar um ou mais projetos e ainda dedicar-se às atividades do órgão. Essa gestão da força de trabalho disponível deve ser feita de forma a garantir o uso eficiente dos recursos humanos existentes do órgão executor. (Brasil, CGU, 2012, p.11).

Ao se refletir sobre o que estabelece a legislação, os termos de referência e os editais da contratação dos sujeitos da pesquisa e fazer o comparativo entre o que está sendo realizado por eles em termos de trabalho, percebe-se uma situação diferente da que estava prevista e pactuada. Este assunto é tão complexo, como salientam Stelamaris e Ângela, porque existe uma necessidade de pessoal para atender às demandas advindas dos Estados, municípios e Distrito Federal e é preciso que “a gente colabore”, como afirma Stelamaris.

A esse respeito, Teodoro e Domingues (2010, p.228) asseguram que o trabalho, realizado dessa forma, passa a ser em equipe e surge à figura dos colaboradores, que também são tomados em sua subjetividade, aumentando assim: “o estranhamento do trabalho, na medida em que o importante passa a ser o trabalho intelectual ou imaterial, que leva o trabalhador a se envolver emocionalmente com a ideologia”.

Isso se deve, além disso, ao fato de que, na atual conjuntura, as condições nas relações de trabalho passaram a exigir: um trabalhador polivalente, o

---

[40] Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

engajamento estimulado dos trabalhadores, e o “envolvimento participativo” dos mesmos, embora, seja uma “participação manipuladora” que “preserva na essência” as condições do “trabalho alienado, estranhado” (ANTUNES, 1999, p. 52).

Teodoro e Domingues (2010, p. 228), afirmam que o capital tenta se apropriar da subjetividade do trabalhador, por meio do trabalho imaterial e faz com que se sinta parceiro e aliado. Não se percebe, não se dá conta, nesse caso, o próprio trabalhador como um alienado e o trabalho como alienante.

4.5 As relações entre a precariedade das condições de trabalho e as demandas dos Estados, Municípios e Distrito Federal: o olhar dos servidores efetivos e contratados

Para fazer esta breve análise sobre as relações presentes entre a demanda de trabalho e as condições presentes, além dos sujeitos da pesquisa - professores/ consultores -, foram convidados a responder a um breve questionamento, três servidores efetivos que atuam em três secretarias diferentes. Não houve neste caso, o intuito de gerar uma grande discussão sobre a temática. Buscou-se apenas confirmar a quantidade de trabalho, a importância dos consultores auxiliarem nas atividades que cabem aos trabalhadores efetivos e como se dá este processo[41].

Esses servidores são efetivos, vinculados aos respectivos órgãos e todos já trabalham no Governo Federal há mais de dez anos. Todos eles realizaram concurso, seja como técnico-administrativo, ou técnico de nível superior. Os três recebem um incremento em seu salário, DAS (Direção e Assessoramento Superior), por exercerem funções mais complexas.

As questões dirigidas aos agentes públicos, servidores efetivos, constam em anexo (ver Anexo B).

As respostas dos servidores apresentam pontos em comum com as afirmações feitas pelos professores/consultores, sujeitos da pesquisa, em relação aos horários e às demandas. Uma primeira observação sobre as respostas é de que

---

[41] Outro ponto relevante a destacar é que este questionamento, por ter perguntas específicas e fechadas, não segue aos propósitos metodológicos definidos como pressuposto para este trabalho em sua totalidade, por isso mesmo, deve ser considerado apenas como um recurso a mais na realização do mesmo. E não como método de análise.

todos não quiseram ser identificados e suas negativas podem estar relacionadas ao fato de que os três são DAS, o que em parte pode significar serem da “confiança dos dirigentes”, o que implica em manter certa reserva ao falar. Como salienta Bardin (1977, p. 39), ao realizar uma análise dos dados, o analista “tira partido do tratamento das mensagens que manipula, para *inferir* (deduzir de maneira lógica)”.

A autora sublinha ainda que as inferências possam responder a dois tipos de problemas:

> - o que é que conduziu a um determinado enunciado? Este aspecto diz respeito às causas ou antecedentes da mensagem.
> - quais as conseqüências que um enunciado vai provocar? Isto refere-se aos possíveis efeitos das mensagens (BARDIN, 1977, p. 39).

Nesta lógica, pode-se inferir a partir da procedência (o emissor ou a situação na qual se encontra) e a partir do destinatário da comunicação, embora, como ressalta Bardin, este caso seja mais raro e incerto. Então, o que se procura estabelecer, quando se realiza uma análise, é uma “correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas [...] dos enunciados” (BARDIN, 1977, p. 41). À medida que estes servidores recebem por DAS, assinam e respondem em nome da coordenação dos setores na ausência dos titulares, o que justifica que queiram permanecer no anonimato, no caso da pesquisa, especialmente se os dados são divulgados.

A questão 2 trata do tempo de serviço de cada um dos servidores. As respostas evidenciam que todos trabalham há mais de dez anos no MEC. Têm, portanto, estabilidade, conhecimento sobre o setor e sobre as questões específicas que envolvem a temática, sobre as quais são feitas as indagações.

Nas perguntas de números 3 e 4, foi solicitado que os servidores respondessem se os agentes públicos do seu setor são concursados e também se existem consultores prestando serviço no seu setor. Todos foram unânimes em responder que nem todos os servidores são concursados e que, além dos DAS, existem contratados estagiários e consultores trabalhando nos respectivos setores. Estas falas correspondem ao que afirmam os sujeitos da pesquisa, nas três secretarias citadas.

As afirmações sobre o fato de que “sempre houve contratados prestando serviço”, nos dez anos em que estes servidores estão no Órgão Estatal, indica que

se tornou uma prática das gestões contarem com o trabalho dos contratados para atender às demandas de cada um dos setores. Esta situação fere a própria legislação, desconsidera os servidores efetivos e, acima de tudo, os terceirizados na condição de consultores por produto, que não deveriam trabalhar desta forma.

No que diz respeito às demandas originadas pelo excesso de ações e programas do Órgão Estatal e o número de pessoas para executá-las, os professores/consultores também se referiram à questão justificando em parte o fato de trabalharem além do estipulado em seu contrato, por conta disso.

Alexandre, em sua explanação sobre o excesso de atividades, é bastante enfático e assegura que trabalha diariamente na:

> *Elaboração de Notas Técnicas, Portarias, Resoluções, Atas, Minutas e outros textos legais para Validação e Publicação do órgão; Avaliação e Revisão de Produções para Impressão e Publicações pela secretaria e diretoria [...]. Participação em eventos, representando a coordenação.* ***Horário de trabalho:*** *sujeito a tarefas que extrapolam este horário diário (noite e fim-de-semana) [...] (ALEXANDRE, 2013, os grifos pertencem ao professor/consultor).*

A quantidade e a complexidade das tarefas listadas pelo professor/consultor dão idéia de quanto estes profissionais trabalham, para atender às demandas dos entes federados. O trabalho, a forma como é realizado e o tipo de relação presente entre o trabalhador, o Estado e a UNESCO, que é a contratante, implica na precarização e isso é evidente, tendo em vista que provoca: a perda dos benefícios, promove a rotatividade dos trabalhadores no local de trabalho, acarreta o aumento da jornada de trabalho e dos riscos aos quais são submetidos trabalhadores que não tem nem plano de saúde, nem plano de carreira, nem outro tipo de vínculo que não seja um contrato temporário. Isso porque, quando perguntado sobre o vínculo, o professor/consultor Marco respondeu:

> *A gente não tem vínculo trabalhista nenhum a não ser o contrato. Um contrato que na verdade não diz nada, porque ele diz algo que praticamente não existe, que é o trabalho de pesquisa, elaboração e entrega de produtos. Na realidade nosso contrato com o organismo internacional extrapola o combinado ao longo dos tempos. Agora a situação mudou. Mas, melhorou para quem? O que acontece é que anteriormente, nos contratos de consultoria de anos passados, como a gente precisava trabalhar muito no setor, o produto era apenas para constar. A gente fazia para constar, para poder receber o pagamento que só é feito sob a entrega do produto. Atualmente, nosso produto é lido pela Coordenação, pela Direção e precisamos muitas vezes fazer alterações, normalmente fora do horário de expediente. Nos finais de semana e à noite. Assim, temos mais trabalho ainda. Em compensação os direitos [...]. (MARCO, 2012).*

A indignação revelada por Marco demonstra claramente como se dá o processo de exploração e de precarização de trabalho. Assim, se, sem o trabalho, a vida não seria possível se reproduzir, como assegura Marx em sua vasta obra, por outro lado, se a vida humana se resumisse exclusivamente ao trabalho, seria a efetivação de um esforço penoso, aprisionando o ser social em uma única de suas múltiplas dimensões conforme salienta Antunes (2012, p. 136).

Nesse contexto, sublinha Antunes, é que estão sendo reforçadas as "ofertas de trabalho, por meio do denominado mercado ilegal, no qual está sendo difundido o trabalho irregular, precário e sem garantias". Esta forma de trabalho tem certa semelhança com o "trabalho semi-escravo dos séculos passados"(MARCO, 2012), pois, envolve não apenas a falta ou a limitação nos pagamentos de salários, mas as condições precárias de trabalho, às quais estes trabalhadores são submetidos.

A questão de número 6 trata do tipo de trabalho realizado pelos consultores, que trabalham nos setores em que os servidores que foram questionados também trabalham. Constatou-se pelas respostas dos agentes públicos que são servidores efetivos que: os contratados trabalham na elaboração de produto, realizam trabalho administrativo burocrático; secretariam e acompanham as chefias em reuniões e em seu trabalho, o que corresponde, praticamente, ao mesmo que é realizado pelos servidores efetivos, com a necessidade ainda de fazer o produto.

Estas respostas coincidem com as afirmações dos professores/consultores. Conforme Bardin (1977, p. 44), a análise de conteúdo busca "outras realidades através das mensagens". Com isso, compreende-se, com as afirmações dos servidores e dos professores/consultores, que as contratações dos trabalhadores terceirizados, consultores na modalidade produto, realizadas entre o Estado brasileiro, a UNESCO e a OEI não condizem com o que estabelece a legislação.

Por esta razão, fere os dispositivos legais da própria contratação, conforme a CGU, à medida que as atividades de consultoria estão sendo estranhas ao projeto, ao qual estão vinculados os consultores. Estas contratações, de uma maneira geral são questionadas, sendo alvo de investigações e análise por parte da CGU, do TCU e Tribunal do Trabalho, porém continuam ocorrendo[42].

---

[42] Para confirmar os dados dos projetos e a continuidade nas contratações de consultorias basta acessar o site oficial desta organizações internacionais, ou mesmo do Governo no item serviços: seleção de consultores.

4.6 A alienação no trabalho: o professor/consultor no centro das contradições

Ao retornar à explanação anterior sobre o Estado, verifica-se que o Estado brasileiro, no contexto neoliberal tornou-se debilitado para as políticas públicas, e a educação e a saúde foram instâncias em que esta característica foi acentuada, especialmente porque o mercado assumiu um papel central. À medida que o "mercado não é bom condutor de políticas públicas, que não se regulam pelo lucro, mas pela redução das desigualdades" (SCAFF, 1999, p. 138), é compreensível que o "ajuste entre estas situações extremas" seja difícil ou praticamente impossível.

Neste prisma, na contradição que se estabelece entre o interesse particular e o universal, o Estado assume uma característica "autônoma, separada dos reais interesses individuais e gerais, uma forma de comunidade ilusória" (MARX, 2007, p. 56). Disso se deduz que as lutas, no interior do Estado, não são "mais do que formas ilusórias, nas quais as lutas reais das diferentes classes são conduzidas". Esta contradição envolve o Estado e as classes que estão em constante antagonismo.

Ao fazer uma breve análise sobre a condição do Estado brasileiro no contexto neoliberal, pode-se observar, consoante Sader (2003, p. 155), dois aspectos centrais: 1) a "financeirização da economia; e, 2) a precarização das relações de trabalho". Por seu lado, os neoliberais reconhecem "como justificada a intervenção do Estado na economia quando esta tem o interesse de impedir (paradoxalmente) a [sua] intervenção na economia", ou retirá-lo das "atividades que, segundo sua interpretação, não corresponde com a sua natureza" (BIANCHETTI, 2001, p. 82).

Evidencia-se com isso, "de um lado, o Estado relativamente autônomo", que tem o poder da força coercitiva e, do outro, essa "força sustenta o poder econômico" privado que investe a propriedade capitalista da autoridade de organizar a produção. Surge então "uma autoridade provavelmente sem precedentes no grau de controle sobre a atividade produtiva e os seres humanos nela engajados" (WOOD, 2006, p. 36).

Com as afirmações dos autores, pode-se concluir que a função do Estado é estabelecer as condições necessárias para a valorização do capital (HIRSCH, 2011). Nesta lógica, analisa Moreira (2002), se o Estado, ao constituir-se, fundamentou-se na territorialidade, na soberania, na autonomia e na legalidade, a nova ordem

estabelecida fez com a economia nacional somente assuma importância quando "inserida num contexto de macroarticulação internacional" (MOREIRA, 2002, p. 99).

Nesta realidade, o Estado se submete ao capital e transforma-se em um ente alienado e alienante (MÉSZÁROS, 1996). Além disso, a autonomia do Estado é cada vez mais relativa (OLIVEIRA, 1988). Ao legitimar a hegemonia do capital sobre o trabalho, ao manter as relações materiais e desiguais de poder, o Estado se transformou num corpo político alienado (MÉSZÁROS, 1996).

Ainda, sob esse enfoque, Oliveira (Id., p. 8-28) sublinha que pareceria ironia dizer que o mundo contemporâneo é completamente desfetichizado, pois, na sociedade de massas, aparece a fetichização elevada à enésima potência. Oliveira entende que, no lugar do fetiche da mercadoria, colocou-se um fetiche do Estado. O Estado, como adverte o pensador, é o "lugar onde se opera a viabilidade da continuação da exploração da força de trabalho, por um lado, e de sua desmercantilização, por outro, escondendo agora o fato de que o capital é completamente social". O Estado, com esta característica, é uma alienação da sociedade civil, pois os indivíduos, ao invés de exercer o poder, alienam este poder para a esfera do Estado.

Nessa condição alienante e alienadora, identificada por Marx, o homem não considera o trabalho como parte de sua vida. É uma mercadoria que ele transferiu para outro. O produto de sua atividade (ganho material) não é considerado objeto desta atividade. O que ele produz para si não é a seda, nem o ouro, nem o palácio que constrói. O que ele produz para si são os "salários, e a seda, o ouro e o palácio se resolvem, para ele numa quantidade definida dos meios de sobrevivência, talvez num paletó de algodão, algumas moedas e um quarto num porão" (MÉSZÁROS, 2009, p. 113).

No caso do trabalho da professora/consultora Maria Terena, essa assertiva se faz presente em seu depoimento:

> *Algo que está totalmente fora de propósito e indica a desvalorização do trabalho da gente é que nós fazemos o trabalho que vai por outros assinado. O nosso trabalho deixa de ser nosso em todos os sentidos. A gente trabalha aqui [...] fazemos todas as atividades determinadas pela coordenação, atendemos estados e municípios e para receber o pagamento temos que fazer ainda o "produto" que justifica a nossa contratação. Para fazer este produto, eu trabalho em casa nos finais de semana, porque existe a necessidade de você levantar dados, fazer pesquisa empírica e depois dialogar com autores, portanto, não é um trabalho simples. Isso, sem contar no trâmite que envolve a entrega desse produto [...] para piorar, eu nem sei para onde vai o produto, eu sei que é entregue e que nós somos proibidos*

> *de usá-los como referência para pesquisa ou qualquer divulgação em nosso nome. O trabalho é do organismo internacional, conforme consta no contrato de consultoria (MARIA TERENA, 2012).*

O que a Maria Terena destaca é muito importante, sua frase é rica e indica que o fruto de seu trabalho pertence à Contratante, que pode dispor dele como quiser. Neste caso, definitivamente o produtor do trabalho intelectual é separado dele, quer dizer que o fruto do seu trabalho, o conhecimento, não lhe pertence. Virou uma mercadoria que as instituições internacionais compram e utilizam da forma que entenderem.

No Guia de Execução de Projetos da UNESCO, no Brasil, está explicito que:

> Todos os direitos relativos a qualquer trabalho produzido por profissional contratado pelo Projeto, incluindo direitos autorais e de patente, serão revertidos para a Organização signatária do Acordo de Cooperação Técnica com a UNESCO, à qual cabem todos os direitos de uso (UNESCO, 2010, p. 18).

Neste sentido, Ângela expõe que: "*Quando entrego meu produto, duas emoções me invadem: de um lado, um alívio por concluí-lo e receber o pagamento e de outro, o fato de que fico de mãos vazias, ele deixa de existir para mim".*

O professor/consultor, nesse processo, vive inúmeras contradições que atingem também a forma como realiza seu trabalho, pois, todos os níveis institucionais têm controle sobre suas ações. A ele, cabe atender às ordens, fazer e refazer o trabalho. Assim, como assegura Maurício (sujeito da pesquisa):

> *O problema maior que eu vejo aqui é o retrabalho. Eles mandam a gente fazer o trabalho, dão a ordem, você faz. Depois de feito, eles voltam para dizer como deveria ser feito, tendo em vista que outro superior considerou o trabalho sem qualidade. Eu e meus colegas perdemos mais tempo fazendo e refazendo do que criando algo que poderia ser útil de verdade. (MAURÍCIO, 2013).*

Portanto, a subordinação e a alienação no trabalho se apresentam sob a forma administrativa, organizacional e contratual e as políticas e os procedimentos são delineados nessa direção. A alienação que atinge os professores/consultores se dá a partir do momento que eles deixam de ser sujeitos e se transformam em objetos.

Configura-se, desta maneira, uma representação que caracteriza as relações de trabalho, no órgão do Governo Federal, como submetidas à mesma lógica da reestruturação produtiva que se deu no mundo do trabalho dentro das empresas. Os

professores/consultores entram em um processo tão grande de alienação, no instante em que já não se percebem como sujeitos de direitos.

Assim, Chico Buarque descreve:

Tem dias que a gente se sente
Como quem partiu ou morreu
A gente estancou de repente
Ou foi o mundo então que cresceu
A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega o destino pra lá
Roda mundo, roda-gigante
Roda-moinho, roda pião.

(BUARQUE, 1969).

A letra da música de Chico Buarque tem um significado especial quando se analisa o trabalho dos professores/consultores, porque é exatamente assim que se sente a Ângela: "*nós aqui estamos numa roda-viva, a gente gira para lá e para cá, e cai sempre no mesmo lugar".*

A afirmação de Stelamaris auxilia no entendimento desta questão, quando narra o seguinte:

> *Quando a gente vem para trabalhar aqui [...], o Edital de seleção e o Termo de Referência publicados, nos dão a expectativa do trabalho voltado ao estudo e pesquisa; porém, a prática diária nos remete às responsabilidades de servidores efetivos. Passado o primeiro contrato, todos têm conhecimento sobre essa realidade, mas, ainda assim, se submetem e querem participar de nova seleção; neste sentido, o comprometimento com o trabalho desenvolvido e com a palavra empenhada nos subtrai o direito de negarmos a contribuição com a rotina do trabalho diário [...] Ainda, temos colegas que dependem desse contrato como única forma de sobrevivência, o que não é o meu caso. Mas, mesmo assim, eu também tenho pactuado com esta situação (STELAMARIS, 2012).*

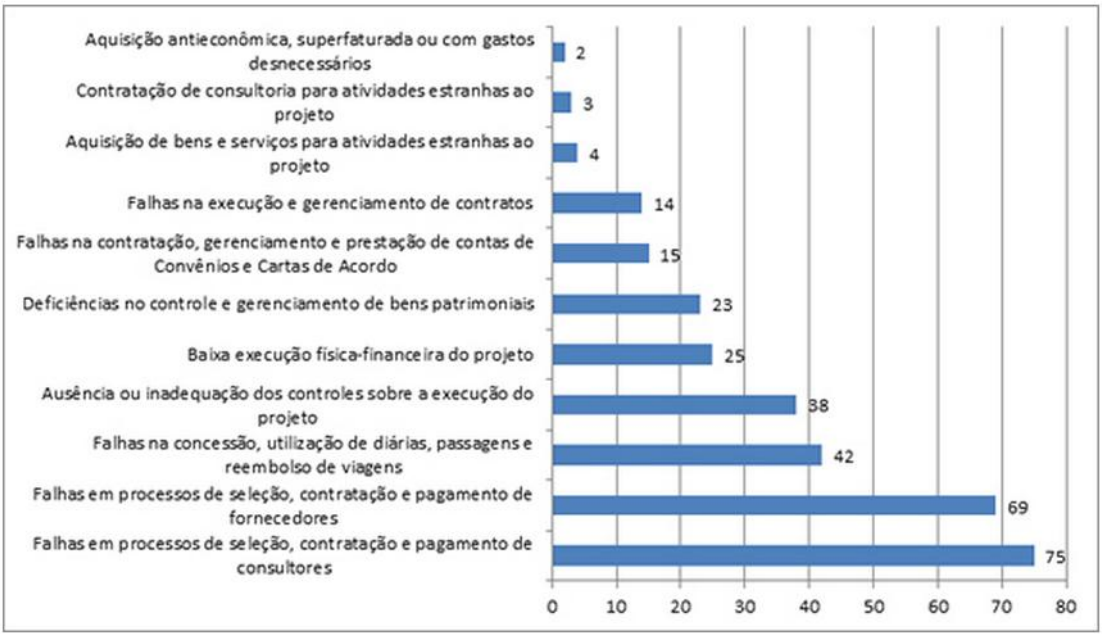
Quando Stelamaris menciona que "passado o primeiro contrato", ela está se referindo ao prolongamento dos contratos que vem acontecendo ao longo dos anos. Neste caso, se for considerada a legislação, trata-se de uma irregularidade. Os contratos temporários, conforme a legislação e especialmente no serviço público, conforme já foi visto anteriormente, devem "ser temporários" e não se repetir por vários anos.

Assim, é preciso que se chame a atenção para o fato de que todos os sujeitos da pesquisa estão, no mínimo, no segundo contrato. Ainda, o que ocorre dentre um

contrato e outro é o período chamado de interstício em que, por exemplo, ao findar o contrato de dez meses o professor/consultor precisa se afastar, aguardar que passe o período de no mínimo noventa dias (sem remuneração), para poder novamente candidatar-se a um novo edital.

Estes casos foram levantados pela CGU e atualmente existem orientações das secretarias e um cuidado por parte dos gestores para que os contratados não permaneçam nos setores durante o período de interstício. O gráfico, a seguir, apresenta um levantamento da CGU sobre esta situação:

Gráfico 5 – Auditoria da CGU nos contratos de consultoria com organismos internacionais



Brasil: Dados CGU, 2011.

Estes dados estão explícitos no Portal da Transparência, publicados pela CGU com o título: Auditoria e Fiscalização Auditoria sobre os Projetos de Recursos Externos Abordagem da CGU nas auditorias de Contratos e Financiamentos Externos e Projetos de Cooperação Técnica Internacional.

Os dados levantados pela CGU dão conta de que existem irregularidades, que há conhecimento sobre os fatos que estão sendo apontados neste trabalho, mas, apesar disso, eles continuam ocorrendo. Aliás, estes documentos estão

acessíveis a todos os brasileiros no Portal da Transparência. São inúmeras as razões porque estas situações acontecem. Como apresentado, elas têm origem no modelo neoliberal de gestão que desobriga, não apenas as empresas privadas, como a administração pública, de responsabilizar-se e assegurar os direitos sociais dos trabalhadores. Em nome da flexibilização, das contratações temporárias, da terceirização insere-se a lógica da precarização na relação e da alienação no trabalho.

Por esta razão, de um lado, no trabalho dos professores/consultores ocorre a fragmentação do conhecimento, a limitação da capacidade de decisão, o não cumprimento do objeto do contrato conforme a própria CGU, as falhas no processo de seleção de consultorias e de execução do pactuado, a utilização do trabalho e desses sujeitos como objetos. Por outro lado, a flexibilização dos contratos de trabalho, a prestação de serviços com horário estabelecido neste espaço público, o desvio de funções, dentre outras questões, fazem com que se conclua que o conhecimento e o trabalho desses profissionais são tratados como mercadoria em um espaço público neoliberal, portanto, com características, algumas vezes, piores do que as observadas na iniciativa privada.

Por outro lado, é necessário destacar que os professores/consultores, como salientou Stelamaris, “passado o primeiro contrato”, já sabem como as coisas funcionam, sabem que estão pactuando com a condição imposta pela terceirização. Quer dizer que não são ingênuos, para não se dar conta, que o fato de atenderem ao proposto pela organização internacional, como contratante e o órgão do Estado no qual realizam o trabalho, vai inclusive, contra a categoria profissional dos servidores públicos, os quais têm, entre suas reivindicações, a realização de concursos públicos e a remuneração adequada.

Isso indica que estes professores, que foram militantes de movimentos sociais da categoria docente, tem clareza da exploração do trabalho a que eles próprios estão se submetendo por necessidades financeiras, por não terem outro trabalho no momento, ou por uma questão de “status” o que não seria necessário, se o magistério fosse adequadamente remunerado e valorizado, tendo em vista a função social que exerce. Não teria necessidade de buscar alternativas num trabalho precarizado e do qual não são, nem ao menos, signatários.

Essa esteira de precarização e alienação do trabalho conduzem à perda do significado do trabalho e à expropriação, fazendo com que esses trabalhadores se

encontrem, mesmo cientes da exploração a que estão submetidos, alienados do seu próprio trabalho. Eles encontram-se perdidos na burocracia e, sentindo-se impotentes diante do sistema, em determinados momentos e circunstâncias, deixam de acreditar que pode ser diferente, pois as coisas parecem naturais, são banalizadas e eles se acostumam a elas (LA BOETIE, 2003).

Isso leva à naturalização e à apatia das ações, fazendo com que aceitem as determinações impostas, chegando ao ponto de afirmar que: "*melhor não falar nada. Se a gente reclamar perde a oportunidade de fazer novos trabalhos de consultoria e, a gente precisa deles por enquanto*" (ANA MARIA, 2012). A alienação, nessa perspectiva, quer pela sobrecarga de trabalho, pelo afastamento e alienação em relação ao outro, pela subordinação diante de ordens e contraordens, leva ao isolamento, à alienação cultural e social, pelo preenchimento do tempo pelo trabalho, o qual não corresponde às expectativas dos sujeitos, quando do contrato.

Ao temer a perda de espaço neste trabalho precarizado, as expectativas dos sujeitos, quando do contrato, perdem-se, evidenciando com Marx e Engels que "todo lo estamental y estancado se esfuma; todo lo sagrado es profanado, y los hombres, al fin, se vem forzados a considerar serenamente sus condiciones de existência y sus relaciones recíprocas" (MARX; ENGELS, 2006, p. 37). Junto a essa falta de perspectiva, instala-se, também, a conformação.

Como resultado desta forma de trabalho, tem-se a "desrealização do ser social". O resultado do "processo de trabalho, o produto aparece junto ao trabalhador como um ser alheio, como algo alheio e estranho ao produtor e que se tornou coisa". Na realização do trabalho, tem-se a "desefetivação do trabalhador" (ANTUNES, 2008, p. 145).

Quando perguntada sobre quando faz o seu produto, que é a razão da sua contratação, Stelamaris afirma, *"tendo em vista a grande quantidade de trabalho": "eu trabalho nos finais de semana e à noite. Já cansei de passar noites em claro para dar conta do trabalho [...] é claro que eu poderia fazer de outra forma, poderia largar tudo e fazer o produto, mas, me sinto comprometida com o trabalho e por isso, faço fora de horário".* Conforme sublinha Marx (2011), quanto mais o operário produz, menos ele custa para a economia e, consequentemente, mais ele se desvaloriza, chegando ao ponto de se tornar uma mercadoria.

Neste caso, o trabalho realizado pelos sujeitos da pesquisa, ao assumir a forma mercadoria descaracteriza a constituição do trabalho humano e as relações

estabelecidas, visto que “uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 2011, p. 94). Assim, “os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantém relações entre si e com os seres humanos”.

Da mesma forma que Stelamaris, quatro dos dez professores/consultores afirmaram que trabalham além do seu horário. Eles produzem e pesquisam sobre o produto que precisam entregar, fora do horário de expediente. Todos os quatro também afirmam sentirem-se comprometidos, não apenas com o Estado, mas, com os Estados, municípios e com as universidades que buscam respostas para seus questionamentos e dúvidas.

Nesta ótica, os professores consultores, mesmo entendendo que exercem um trabalho precarizado, continuam a executá-lo e participam de novas seleções, quando o contrato acaba. Estão valorizando o mundo das coisas e desvalorizando o mundo dos homens, tornando-se mais pobres, quanto mais riqueza produzirem (MARX, 2011).

Por outro lado, Ângela sublinha que:

> *[...] infelizmente nem todos assumem como a gente o trabalho. Nós temos colegas que fazem corpo mole, que fazem o que deveriam fazer, isto é, o trabalho de consultoria [...]. Estes colegas não cumprem, como nós, os horários, a gente tem colegas que moram, por exemplo, em outros Estados e veem de vez em quando, quando eles veem, daí sim, fazem trabalho como a gente de escriturário, de secretário [...]. (ÂNGELA, 2012).*

A explanação da Ângela reforça o quanto, nas relações de trabalho, existem aspectos que precisam ser considerados. Ela não está satisfeita com a forma como são tratados os terceirizados; entretanto, ao invés de se posicionar contra o sistema, ela acaba se colocando contra os colegas que fazem o que, na verdade, seria o trabalho para o qual foram contratados. Isso leva ao entendimento de que a terceirização, no órgão público, acaba incentivando, mais ainda, o individualismo e a fragmentação nas relações entre os trabalhadores. Compreende-se, nesta lógica, que os trabalhadores deveriam se opor ao sistema e não contra os colegas. Desta maneira, conforme salienta Fernanda,

> [...] a execução do trabalho e a forma de contratação, a gente sabe que está errada. Mas, para nós, nesse momento, por precisarmos trabalhar, é necessária, fazem com que um colega fique cuidando o que o outro faz, cuidam os horários dos demais e cobram inclusive das chefias para que estas façam os outros colegas cumprirem horários no setor, em nome do trabalho em equipe (FERNANDA, 2013).

A afirmação de Fernanda é importante para que se compreenda as inter-relações que se estabelecem neste todo estruturado, o espaço em que trabalham, a precarização e a alienação em relação ao trabalho, aos companheiros de trabalho e a si mesmos. As falas dos entrevistados sinalizam para uma divisão do trabalho entre os próprios contratados, os quais têm a mesma responsabilidade e os mesmos compromissos. É um trabalhado individualizado, a partir de um conjunto de pessoas que ocupam o mesmo espaço, realizam as mesmas tarefas, em que o coletivo se dá na vigilância entre os pares e na necessidade de realizar as tarefas apenas.

Gorender (1997, p. 318-319), ao tratar sobre o trabalho no contexto atual, destaca que "o trabalho em equipe é de caráter polivalente e rotativo e oferece, sem dúvida, ajustamentos estimulantes aos integrantes da equipe". Mas,

> A equipe dispensa supervisores, uma vez que ela própria exerce o controle sobre o desempenho de todos e cada um dos seus membros. Os indivíduos, que a compõem, ficam incessantemente submetidos à vigilância coletiva, dado que as falhas individuais se refletem no resultado do trabalho conjunto [...] como sobrepõe os trabalhadores ao controle mais rigoroso dos próprios companheiros de tarefa (GORENDER, 1997, p. 318-319).

À medida que os próprios colegas se tornam os algozes e não se dão conta disso, porque, submetidos à lógica alienante, neoliberal, colocam-se como responsáveis pela produção, especialmente, pelas lacunas e fragilidades. Assim, na forma de gestão, em que se encontram trabalhando estes sujeitos, a ideia do "envolvimento participativo" de "equipe de trabalho", consiste em uma "participação manipuladora e que preserva, em sua essência, as condições do trabalho alienado e estranhado" (ANTUNES, 1999, p. 52).

Esta forma de trabalho fragmentado, alienado e alienante, que o trabalhador realiza no contexto capitalista, a serviço do Estado, contratado por meio dos organismos internacionais, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de mortificação (MARX, 2009, p. 83). Neste contexto, os trabalhadores não têm mais controle sobre o que produzem e sua obra é uma mercadoria que não mostra a subjetividade do produtor.

O trabalhador vende essa atividade à outra pessoa, para conseguir os meios necessários para a sua sobrevivência (MÉSZÁROS, 2009, p. 113), e esta situação faz com que ele se afaste da sua própria criação, do fruto do seu trabalho, que se torna objeto. Desta forma, a sua atividade se torna apenas um meio que lhe permite existir, ou seja, "vive para trabalhar e trabalha, para sobreviver".

Na sociedade capitalista, as atividades realizadas pelo homem se transformam rapidamente até se constituir em trabalho alienado. O trabalhador perde o controle sobre o que, como, quando e para quem produzir e isto é um processo semelhante ao que ocorre com as demais mercadorias. Na realidade, o vendedor da força de trabalho, como de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor-de-troca e aliena seu valor-de-uso, o que significa que o próprio trabalho não pertence ao seu vendedor. O possuidor do dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, o uso dela (MARX, 2011, p. 227). Consequentemente, o trabalhador é alienado do produto de seu trabalho, que passa a ser apropriado privadamente pelo outro.

Fernanda fala sobre o produto que é entregue para receber seu salário:

> *Meu produto? Não, [...] os produtos que eu faço não são meus. Eles pertencem à Contratante do meu trabalho, mas, é a entrega deles para a Coordenação de Projetos, que assegura o pagamento do meu trabalho, da minha sobrevivência, em uma cidade cara como Brasília.*

A afirmação de Fernanda traz em seu bojo, a essência do trabalho alienado, a separação escancarada entre o trabalhador e o fruto de seu trabalho, a mercadoria, em que ele se transforma, é vendida em troca do pagamento que lhe é concedido, nas condições precárias em que se desenvolve o processo de trabalho.

Mészáros esclarece que Marx conseguiu tornar possível a universalidade de sua visão ao identificar a problemática da alienação, a partir de um ponto de vista do trabalho adotado criticamente em sua complexa totalidade ontológica, caracterizada pelos termos “objetivação”, “alienação” e “apropriação” (MÉZSÁROS, 2009, p.65). Nessa condição alienante e alienadora, identificada por Marx, o homem não considera o trabalho como parte de sua vida, pois, é uma mercadoria que ele transferiu para outro.

Os demais professores/consultores relataram que fazem o seu “produto no horário de expediente”, que embora tenham trabalho, e que as demandas exigem bastante tempo, não levam para fora do ambiente em que trabalham a realização de seu “produto”. O professor/consultor Rafael foi bastante firme na sua fala e assegurou: “*Eu não vou fazer este trabalho fora do horário que já dedico ao órgão estatal. Ele faz parte de minhas funções e é assim que eu ajo em relação a sua produção*”.

Fernanda também chama a atenção para este aspecto e diz que seus colegas também deveriam fazer o mesmo, isto é fazer seu trabalho; porém, não fazer deste trabalho a "*única coisa importante*" e fazer seu produto no horário em que "*estão no setor*". Ela salienta que: "*à medida que alguns consultores levam as atividades daqui [...] para fazer em horário além do expediente, eles não se dão conta que fragilizam os demais, eles colocam os demais colegas na condição de profissionais não comprometidos com o trabalho".*

De uma maneira geral, o trabalho realizado pelos professores/consultores resulta em atividades que se tornam um meio de atender algumas das necessidades fisiológicas, como por exemplo, o comer e o beber, como sublinhou a Fernanda em sua fala. Do mesmo modo, como o trabalho alienado, abstrato e estranhado produz apenas para a troca, assim o homem, neste contexto produtivo para o capital, coloca-se na condição de mercadoria, que deve ser trocada. Portanto, não apenas o trabalho, mas, o próprio homem se torna "estranhado". Lessa (1997, p. 114-5), apoiando-se em Lukács, explica o estranhamento como:

> [...] uma ação de retorno da esfera objetivada sobre a individuação (e sobre a totalidade social, com todas as mediações cabíveis); uma ação, todavia, que reproduz a desumanidade socialmente posta [...], são os obstáculos socialmente postos à plena explicitação da generalidade humana.

Esse estranhamento provoca no homem a insatisfação, a perda do sentido e o próprio gosto pelo trabalho que realiza e o trabalho mesmo se torna "um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções". Portanto, como assegura Marx, quanto mais o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e "tanto mais fica sujeito ao domínio do capital" (MARX, 2010, p. 81), subalterno aos princípios que permeiam as relações capitalistas, como, por exemplo, o individualismo e o consumismo desenfreado.

O que deveria ser a "forma humana de realização", como afirma Antunes (2008, p.145), reduz-se à única "possibilidade de sobrevivência" dos despossuídos. A atividade produtiva é "então a fonte da consciência e a consciência alienada" é o reflexo da "atividade alienada" ou da alienação da atividade, ou seja, a "auto-alienação do trabalho" (MÉSZAROS, 2009, p. 80).

O trabalho, por outro lado, não é só negatividade não. O trabalho tem, basicamente, a função de possibilitar o desenvolvimento pleno das potencialidades

humanas, especialmente, quando se considera que a própria humanidade do ser humano é construída por meio da sua relação, pelo trabalho, com a natureza.

Diante disso, pode-se pensar na transformação do trabalho alienado e desprovido de significado em trabalho emancipatório? Ainda é possível exercer um trabalho como princípio de si mesmo, dos homens, do mundo, das sociedades, não absoluto, mas histórico que, ao se transformar, transforma-se, dialeticamente e permite a transformação dos sujeitos históricos. Neste caso, cabe lembrar mais uma vez, que a alienação não se revela apenas no resultado, mas também no processo da produção, no interior da própria atividade produtiva. Como poderia o trabalhador estar numa relação alienada com o produto da sua atividade, se não se alienasse a si mesmo no próprio ato da produção?

Neste prisma, Marco afirma, diante da discussão sobre trabalho alienado que:

> *Eu me sinto um alienado sim, mas não quero mais ficar aqui, quero voltar para trabalhar nos cursos de graduação, quero voltar para os lugares onde estão meus pares, porque lá, apesar das dificuldades, a gente se fortalece no coletivo. Eu fiz concurso para a área da educação e estou assumindo minha nomeação. Sei que lá é difícil também, mas, pelo menos eu vou existir como um profissional professor (MARCO, 2012).*

Nesta fala, observa-se a necessidade do professor sentir-se sujeito; o que ele só poderá ser, se assumir a sua função social em um processo de emancipação social. Ainda, a partir desta afirmação torna-se possível discutir as possibilidades de transformação que se fazem presentes, mesmo em um trabalho que por suas especificidades, se mostra como alienado.

CAPÍTULO V
O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EMANCIPATÓRIO E TRANSFORMADOR: EXISTE ESTA POSSIBILIDADE EM ESPAÇO E CONJUNTURA NEOLIBERAIS?

> Os filósofos apenas interpretaram o mundo diferentemente, importa é transformá-lo. (MARX, 2007, p. 613).

> Em uma fase superior da sociedade comunista [...] quando o trabalho tiver se tornado não só um meio de vida, mas também a primeira necessidade da existência [...] só então, o estreito horizonte do direito burguês será completamente ultrapassado e a sociedade poderá inscrever em sua bandeira de cada um conforme a sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades (MARX, Crítica ao Programa de Ghota).

Ao trazer as frases de Marx em epígrafe, parte-se do entendimento de que o processo de transformação está estreitamente relacionado com as contradições e com as lutas que se desenvolvem na base material da sociedade. Compreende-se também que o trabalho é, ao mesmo tempo, o fundamento ontológico do ser humano e, em condições determinadas, a razão do estranhamento.

Na relação em que o trabalho opera no sentido da transformação, da emancipação, o homem precisa ser considerado como sujeito no processo; um sujeito que, dentro de certas circunstâncias, influi na transformação social. Assim, ao considerar que o trabalho e o trabalhador são sujeitos das relações e do processo em uma dada totalidade e não objetos, eles estariam se colocando na situação de contribuir para a transformação e também de transformarem-se como sujeitos históricos.

Nesta condição, o trabalho como “mediação fundamental que altera a natureza e produz a singularidade propriamente humana é necessariamente um ato social” (IASE, 2010, p. 65). Por esta razão, ao realizar seu trabalho, os homens produzem “a si mesmos como seres sociais”. Esta característica de trabalho, o coloca na condição de humano e emancipador. Por outro lado, nas condições em que o trabalho tem sido realizado, ele tem se apresentado como estranhado.

O trabalho realizado pelos sujeitos desta pesquisa insere-se na lógica capitalista, em uma conjuntura neoliberal, na qual o espaço, que é público, assume

características e funções privadas. Trata-se de um trabalho que, tendo em vista suas características, apresenta-se como alienado (MARX, 2009, ANTUNES, 2008, MÉSZÁROS, 2009).

Assim, os professores/consultores têm apresentado um elevado nível de cansaço físico e mental, de desânimo e angústias. Contudo, ao invés de haver um acompanhamento médico e apoio, coloca-se a responsabilidade do tratamento, em caso de doença, ao próprio trabalhador, pois, ele não tem nenhuma garantia, nem plano de saúde, nem atendimento médico[43], o que já foi apontado anteriormente. Stelamaris menciona:

> [...] eu gosto de trabalhar aqui. Aprendi muito sobre o espaço macro, sobre as políticas em nível nacional, mas, o desgaste que a gente tem é enorme. É uma sobrecarga de trabalho, é o descomprometimento de alguns, são as demandas que chegam sempre na última hora e, são sempre para 'ontem' [...], tem dias que eu me pergunto: o que eu estou fazendo aqui? Porque passar por esta situação de precarização?Por outro lado, eu percebo que as mesmas questões, dadas às devidas proporções, que permeavam o espaço micro, lá nas escolas ou nas secretarias municipais de educação, também ocorrem aqui em nível macro, como, por exemplo, as disputas por poder, as lutas por espaços, pela garantia de interesses individuais ou de determinados grupos (STELAMARIS, 2013).

A intensificação e as condições em que se realiza o trabalho levam a sua precarização, como assegura Oliveira (2004). Esta situação, no entanto, não atinge só o trabalho, mas a própria vida do professor/consultor, à medida que o trabalho também invade seu tempo livre, pois, trabalha fora do expediente para dar conta das exigências. Contribui, ainda, com o processo de precarização do trabalho, o crescimento econômico sem a ampliação do número de empregos, o que tem levado para o acirramento das desigualdades sociais neste começo de século (POCHMANN, 1999), fato que se constitui uma realidade na administração pública.

Esta questão, vista por outro ângulo, indica que se a vida humana necessita do trabalho humano e de seu potencial emancipador, ela precisa, de alguma forma, recusar o trabalho alienante, que retira suas possibilidades e buscar a superação destas condições que limitam e desumanizam. O trabalho se transforma no movimento real, como concretude (IASE, 2010). Nesta perspectiva, como

---

[43] No espaço em que os professores/consultores trabalham existe um pronto-atendimento que lhes é permitido utilizar, em caso de necessidade, no espaço de trabalho, como uma concessão, visto que é para os trabalhadores efetivos. No Pronto Atendimento, encontra-se um cartaz afixado à porta esclarecendo que o atendimento é para os servidores ativos e pensionistas. Ocorre, que sempre que foi preciso, por exemplo, verificar a pressão, os consultores têm recebido atendimento dos plantonistas.

pressuposto desta investigação, busca-se discutir e realizar uma síntese dialética sobre as possibilidades de superar as limitações entre o trabalho estranhado e o trabalho em seu sentido emancipatório, por meio da relação dialética: alienação/transformação.

Diante da proposta, lança-se o questionamento sobre a possibilidade, - em meio às condições de precarização do trabalho, de subordinação, de exploração em que se encontram os sujeitos da pesquisa -, de vislumbrar alternativas e esperar que o trabalho desenvolvido por eles possa ter uma perspectiva transformadora e emancipatória.

Este momento tão esperado, em que o progresso científico, a realização técnica e as melhorias nas condições de trabalho, como anunciava Hannah Arendt, ao prever que as fábricas seriam esvaziadas e a humanidade seria libertada do fardo do trabalho que escravizava, pode estar se apresentando como uma possibilidade?

Arendt (1981) defendeu que este sonho tão antigo, de libertação dos homens do jugo do trabalho poderia deixar de ser apenas uma utopia e transformar-se em realidade. Ainda, Arendt defendeu que, na era vivida, poderia se apresentar uma situação paradoxal, entre a valorização do trabalho e, ao mesmo tempo, tornar-se uma sociedade de trabalhadores sem trabalho. A autora, no entanto, não faz uma análise do trabalho como fonte de realização, como uma possibilidade de emancipação humana, não considera nesta ótica que o trabalho, tanto pode ser um fator de alienação, como de realização, como defende Marx (2011) ao afirmar que o trabalho é categoria fundante do mundo dos homens, por que, conforme descrevem Lessa e Tonet (2007):

> Em primeiro lugar, atende à necessidade primeira de toda sociabilidade: a produção dos meios de produção e de subsistência sem os quais nenhuma vida social poderia existir. Em segundo lugar, porque o faz de tal modo que já apresenta, desde o seu primeiro momento, aquela que será a determinação ontológica decisiva do ser social, qual seja a de que, ao transformar o mundo natural, os seres humanos já transformam a sua própria natureza o que resulta na criação incessante de novas possibilidades e necessidades históricas, tanto sociais como individuais, tanto objetivas quanto subjetivas (LESSA, TONET, 2007, p. 142).

O trabalho, portanto, tem uma característica ontológica e esta é razão inicial e principal de sua existência. Ocorre que estes predicados se perdem, quando ele se torna alienado ao ser dominado pelo capital e, em uma sociedade também

determinada por esse. Neste sentido, para tentar elucidar as questões que permeiam a discussão e buscar subsídios para análise, o apoio vem de Marx (2007, p. 47), quando narra o que segue:

> O fato é o seguinte, portanto: determinados indivíduos, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si essas determinadas relações sociais políticas. A observação empírica tem de, necessariamente, provar empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, em cada caso concreto, a relação existente entre a estrutura social e política e a produção.

Esta afirmação de Marx apresenta-se como uma proposta de leitura da realidade social, na qual um elemento indispensável é a não mistificação e outro, a especulação. Ao chamar a atenção para a observação empírica, Marx aponta a necessidade da vinculação de qualquer forma de interpretação da realidade com a própria realidade. Assim, qualquer tipo de produção social deve ser interpretada, considerando os diferentes fatores que perpassam essa realidade e, desta forma, pondera que a interpretação da realidade ao ser desvelada, o que permite perceber os meandros ideológicos que atravessam as relações e a produção humana.

Por esta razão, Marx (2007) não propõe uma leitura ingênua da realidade, calcada em acontecimentos imediatos, mas pressupõe uma compreensão do desenvolvimento histórico da sociedade, mais especificamente, da sociedade capitalista e, nesse contexto, uma análise das condições efetivas de transformação do trabalho no espaço em estudo.

5.1 As relações que permeiam o trabalho em nível de Estado e as limitações impostas pelos organismos internacionais

O Estado e a estrutura social brotam constantemente do processo de vida de determinados indivíduos “mas estes indivíduos tomados não conforme possam se apresentar ante a imaginação própria ou alheia, mas sim, tal como realmente são”. Isso quer dizer: como eles “atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, premissas e condições materiais independentes de seu arbítrio” (MARX, 2007, p. 48).

Neste cenário, assegura Stelamaris:

> Sou Stelamaris [...], brasileira, nordestina, militante em movimentos pela alfabetização e letramento na EJA[44] e na Educação do Campo, cuja vida profissional deve grandes méritos à minha família, em especial agradecimento, "in memória", ao insubstituível e insuperável [...]meu falecido esposo, abnegado companheiro e incentivador em todas as horas e investimentos em prol da minha formação inicial e continuada, assim como em minha militância, embora não pertencendo à área da educação, o que mais lhe qualifica como homem e cúmplice.[...] Minha trajetória iniciou como normalista-voluntária de um Projeto da Secretaria de Educação em parceria com a Aliança para o Progresso, contribuí com a implantação do Programa de erradicação do analfabetismo chamado Cruzada ABC e foi subindo e descendo morros, adentrando em favelas, sentindo a alienação cultural e política das pessoas com quem conversava que vi desabrochar o gosto pela arte de "ensinar e aprender com". Foi, ali, que percebi que precisava contribuir e participar de um processo de transformação (STELAMARIS, 2013).

É preciso, portanto, a partir das condições reais existentes, perceber que o mundo sensível "não é algo dado desde toda a eternidade", pelo contrário, é um produto "da indústria e do Estado social", pois é um "produto histórico, resultado de toda uma série de gerações". Neste sentido, se as relações de trabalho precisam e podem ser transformadas, também o Estado precisa ser transformado, pois a maneira como se organiza faz com que se torne uma "existência própria junto à sociedade civil e à margem dela, mas ele não é mais do que a forma de organização a que se submetem" as classes dominantes para garantir "seus interesses" (MARX, 2007, p. 89).

Uma vez que o Estado é a forma sob a qual a classe dominante faz valer seus interesses, as instituições se objetivam por meio do Estado e adquirem a forma política através dele. Por outro lado, a dualidade, presente nas relações que envolvem o Estado, é uma constante. Recorrendo à teoria marxiana, afirma-se que "o Estado e a organização da sociedade do ponto de vista político, não são duas coisas diferentes".

Fernanda assegura que o Estado não está descolado da sociedade, nem a sociedade consegue, neste momento, se organizar sem o Estado. "*Eu falo isto principalmente para as classes sociais dominadas. Se hoje, por exemplo, o Estado fosse retirado seria a convulsão social, pois, embora de forma limitada, ele tem assegurado a sobrevivência deste grupo"*. Por outro lado, ele "*assegura e beneficia os capitalistas e os interesses do capital também*" (FERNANDA, 2013).

---

[44]Educação de Jovens e Adultos

O Estado “repousa sobre a contradição entre vida privada e pública, sobre os interesses gerais e os interesses particulares”. Por isso, a “administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa”. Para eliminar sua impotência, o Estado “seria obrigado a eliminar a vida privada”. Se ele quisesse “eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele existe como antítese dela” (MARX, 1995, s/p).

Diante do exposto, compreende-se que o Estado está permeado pelos interesses da classe dominante. Porém, com certa autonomia em relação a esta (MARQUES, 2007) e dependência em relação a outras instâncias. O que se salienta, neste aspecto, é que existem interesses de grupos e ou instituições que, em determinados momentos, influenciam significativamente a ação e o sentido das políticas estatais, sendo normalmente ligados ao poder político e econômico.

O Estado, portanto, é pressionado por diferentes setores e instâncias que não apenas o interesse da classe dominante economicamente, visto que sofre pressão de instituições internacionais, da burocracia, dos meios de comunicação, das classes dominantes que não estão representadas no governo, das classes trabalhadoras, dos movimentos sociais e sindicatos, dentre outros. Por esta razão, a ação estatal é muito complexa, evidentemente, pois, como existem muitos interesses em conflito ou ligados, é muito difícil compreender estas relações e tratar sobre elas (LÊNIN, 1986).

A autonomia do Estado, portanto, é praticamente inexistente, ou conforme (MÉSZÁROS, 2009, p. 119), “como estrutura de comando político abrangente do sistema do capital, o Estado não pode ser autônomo, pois ambos são um só e inseparáveis”. Todavia, como defende Afonso (2001), ainda que, cada vez mais, haja indicadores que apontem para uma crescente diminuição da autonomia [que já era relativa], continua a ser necessário fazer referência ao papel e lugar do Estado, mesmo que seja para melhor “compreender a sua crise actual e a redefinição do seu papel” (AFONSO, 2001, s/p).

Na mesma ótica, Giddens (1990, p. 62) assinala que, na sociedade capitalista, “a autonomia do Estado é condicionada, embora não determinada, num sentido forte, pela sua dependência da acumulação do capital, sobre o qual seu controle está longe de ser completo”. Esse processo ocorre através da desvalorização de tudo aquilo que é público e da emergência de um pensamento e de uma postura que

se desloca, ao extremo, do público para o privado e do coletivo para o individual, implantando regras que devem ser seguidas, regidas pela soberania do mercado.

Mészáros, na sequência de sua análise, destaca que, ao mesmo tempo em que o Estado não é autônomo, ele está “longe de ser redutível às determinações que emanam diretamente das funções econômicas do capital”. Este autor considera, ainda, que a questão da autonomia é também essencial para compreender “o complexo relacionamento entre as diversas seções do capital, diretamente envolvidas no processo de reprodução econômica, quando essas ganham proeminência” (MÉSZÁROS, 2009, p.120). Neste caso, o que está em questão, é o fato de que o capital “é seu próprio sistema de comando, de que é parte ‘integrante’ a dimensão política, ainda que de modo algum parte ‘subordinada’”. Esta afirmação do autor apresenta a questão dialética presente nas relações entre o Estado e o capital, a diversidade de formação do Estado, do capital em seu contexto global e o sistema de metabolismo societal estruturado pelo capital.

Neste sentido, Mészáros analisa as “mediações de primeira” e “segunda ordem”, presentes no sistema do metabolismo social e destaca que as de primeira ordem têm por finalidade a preservação das funções vitais da reprodução individual e societal. As de segunda ordem alteraram as de primeira ordem, ao produzir a fetichização e a alienação de controle social metabólico.

Desta forma, consolida-se: a separação e alienação entre trabalhador e meios de produção, a personificação do capital, a imposição de condições alienadas sobre os trabalhadores e a separação radical entre os que produzem e os que controlam. Esta situação, entretanto, só se completa favoravelmente ao capital, quando se articula o tripé: capital, trabalho e Estado. Assim, dada a sua “auto-sustentação recíproca, Estado, capital e trabalho” podem apenas ser “eliminados simultaneamente, como resultado de uma transformação estrutural radical de todo o sociometabolismo” (MÉSZÁROS, 2009, p. 576).

Neste prisma, devido à inseparabilidade destas dimensões do sistema do capital articulado no tripé, é inconcebível emancipar o trabalho sem, simultaneamente, superar o capital e o Estado. Esta limitação evidencia “paradoxalmente, [que] o pilar fundamental de suporte do capital não é o Estado, mas o trabalho em sua contínua dependência estrutural do capital” (MÉSZÁROS, 2009, p. 600).

Este tripé, conforme apresentado por Mészáros, tem marcado as contratações dos terceirizados, especificamente, no que se refere à situação entre os professores/consultores, o Estado e os organismos internacionais. Neste aspecto, também se constata uma contradição que diz respeito à relação entre o Estado brasileiro e os organismos internacionais, cuja engrenagem envolve os trabalhadores terceirizados e as políticas educacionais em seu conjunto.

Os organismos internacionais mantêm relações com o Estado brasileiro, especialmente por meio da cooperação técnica, a cargo da Associação Brasileira de Cooperação (ABC), visando o desenvolvimento autônomo. Esta cooperação se caracteriza pela "transferência de conhecimentos, pela ênfase na capacitação de recursos humanos, emprego de mão-de-obra local e concepção de projetos que reconheçam as peculiaridades de cada país" (BRASIL, 2012).

Assim, se existe influência, - inserção dos organismos internacionais, por meio de programas, de ações, de agendas que, muitas vezes, decidem os rumos educacionais -, é importante considerar o volume em dinheiro que o Brasil repassa à UNESCO, por exemplo, através desses projetos e de outras formas de convênio. O valor repassado ao exterior em 2011, apenas no que se refere aos contratos que envolvem os terceirizados foi de R$ 12.900.000,00. Além disso, foram descentralizados recursos para outras ações que envolvem o Estado brasileiro e a UNESCO em um total de R$ 30.359.495,04[45].

Nesta ótica, cabe perguntar: se a UNESCO é beneficiada com dinheiro público, se ela praticamente se mantém por conta desses valores, não deveria ser o Estado brasileiro a definir as ações? O Estado brasileiro não deveria ter autonomia, diante da UNESCO e de outros órgãos internacionais que, afinal, recebem dinheiro do País? Por outro lado, a ABC é responsável pelo envio de missões técnicas aos países em desenvolvimento, integradas por especialistas de instituições brasileiras, com o objetivo de coletar informações e preparar programas técnicos. Esses

---

[45] Total destinado ao favorecido ORGANIZACAO DAS NACOES UNIDAS PARA EDUCACAO CIENCIA E CULTURA REPRESENTACAO DA UNESCO NO BRASIL em 2011: R$30.359.495,04. Total destinado à ação 00B9-Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura - UNESCO MEC: R$ 12.900.000,00 Dezembro/2011. Total destinado à ação 2533-Cooperação Técnica Internacional: R$157.100,00
Convênios/Contratos de Repasses 80 - Transferências ao Exterior 12.900.000. Disponível em: Portal da transparência. http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaPesquisaFavorecido.asp?hidIdTipoFavorecido=2&hidNumCodigoTipoNaturezaJuridica=2&Exercicio=2011&Pagina=3#. Acesso dia 13/09/2012.

programas são desenhados sob supervisão da ABC. Cabe, dessa forma, à ABC participar de todas as etapas de preparação de um programa, inclusive de sua avaliação, uma vez que a ABC, além de ser responsável pela coordenação dos projetos, é também o agente responsável pelo financiamento dos projetos. Isso indica a falta de emancipação do Estado nas decisões frente aos organismos internacionais, o que compromete a autonomia do país sobre seus destinos.

5.2 A negação da negação: o trabalho como princípio educativo emancipatório

> ... que gente tão atrasada sois! Como é que não tendes vergonha de nos negar a liberdade de vos convidar a seguir um caminho melhor! (LÊNIN, 1986).

Marx trata sobre a riqueza interior do homem, em oposição à alienação e esclarece que a realização existe como uma necessidade interior do ser humano. Isso inclui o trabalho, como princípio de emancipação humana. Mészáros sublinha que os meios (trabalho) e fins (necessidade), no processo de humanização do homem, transformam-se, mutuamente, e criam uma atividade verdadeiramente humana, feita de gozo e auto-realização, pela qual o poder e a finalidade, os meios e os fins, surgem numa unidade natural, humana (MÉSZÁROS, 2005, p.166). Maria Terena define bem:

> *[...] é claro que meu trabalho também é realização, principalmente quando eu consigo realizá-lo de maneira autônoma; quando estou em contato com os estados, municípios e universidades, quando sinto que a política educacional é levada por nós aos lugares mais distantes deste país. Além disso, nos momentos em que a gente participa das ações e não fica a penas recebendo ordens, eu me sito realizada [...] Outro momento é quando crio meu produto. Ele parece um filho nascendo, isto é realização [...]. (MARIA TERENA, 2013).*

A afirmação de Maria Terena indica que o trabalho, mesmo sendo realizado da forma como é, nas condições que a contratação impõe, não é apenas negatividade. Frigotto, em entrevista concedida a Fernanda Buarque de Holanda, insiste em que, quando se entende a visão ontocriativa do trabalho, pode-se

perceber que, mesmo dentro do capitalismo, o trabalho não é pura negatividade. O trabalho é uma categoria ontológica anterior ao capital e vai ser posterior a ele. “Por isso Marx via mais valor na burguesia, enquanto traço histórico, do que na aristocracia e nas sociedades em que o escravo trabalha para o senhor, enquanto este se dedica apenas às atividades do intelecto” (FRIGOTTO, 2006, s/p).

Frigotto afirma que Marx via na burguesia uma classe revolucionária, visto que ela trabalha. Ainda, o que se depreende com muitos autores é que o trabalho como princípio educativo não existe numa sociedade capitalista, o que precisa ser superado. Estes autores enxergam-no a partir de uma visão determinista, porque este raciocínio leva a crer que o capitalismo será eterno. Mas ele tem contradições e, se assim não fosse, não teria sentido “a gente lutar para tornar menos alienado o trabalho” (FRIGOTTO, 2006, s/p.).

Com suas afirmações, o pesquisador deixa clara a ideia de que não existe vida humana sem transformação de natureza, sem ação-trabalho. E o trabalho sempre vai existir. O trabalho como princípio educativo é uma compreensão, que Marx e Engels trouxeram, de que, como todo ser humano precisa de metabolismo entre ele e a natureza, é fundamental que, desde a infância, a criança e o jovem socializem a ideia do direito e do dever do trabalho. Assim, como expõe Alexandre:

> *[...] Minha formação se deu nas organizações de base, na comunidade, na igreja, no partido político, na família, mas nada disso contribuiu tanto com a minha formação quanto o trabalho. Por meio do trabalho, eu me constituí como sujeito, como gente, como homem. Foi trabalhando desde criança, junto com meus pais na lavoura, que eu fui aprendendo o valor da terra, das pequenas conquistas que tínhamos e aprendi a dar valor a quem trabalha [...]. Por isso, me emociono quando visito as escolas nos lugares mais distantes e pobres deste país, quando vejo que, por meio do trabalho e com os recursos que o Estado brasileiro envia, os professores e as comunidades locais transformam as escolas. Na última visita que eu fiz, por exemplo, a professora e as crianças afirmaram que na escola chovia mais do que lá fora, e com o recurso enviado e o trabalho feito em mutirão, agora mesmo nos dias mais chuvosos ‘nós podemos ter aula’ (ALEXANDRE, 2013).*

A fala do Alexandre, sempre permeada pela questão do trabalho, confirma a importância que esse possui na vida humana. Mesmo nos momentos em que se coloca como representante do Estado, ele traz a afirmação do trabalho como um princípio educativo e emancipatório. O trabalho, como princípio educativo, representa um pressuposto fundamental no processo de socialização humana. Precisa, portanto, deixar de ser um meio de produção, de alienação e de acumulação do capital por parte dos detentores dos meios de produção, onde se

encontra ainda amparado na divisão tradicional, em trabalho manual e intelectual, para se tornar um princípio de emancipação.

Por seu lado, a alienação encontra suas possibilidades de superação justamente na dialética entre alienação/transformação. Mészáros (2005) afirma que existe uma relação dialética entre a alienação da autoconsciência, decorrente da alienação do trabalho e o seu oposto, que é a atividade humana auto-consciente, a qual leva à superação da alienação.

> A atividade alienada não produz só a consciência alienada, mas também a consciência de ser alienado. Essa consciência da alienação não só contradiz a ideia de uma totalidade alienada inerte, como também indica o aparecimento de uma necessidade de superação da alienação (MÉSZÁROS, 2005, p.163).

Nesse sentido, Ana Maria em sua fala, assim como Marco já havia feito, sinaliza que:

> *[...] eu tenho clareza de que estou em uma condição de alienação. Tenho consciência também de que meu trabalho, da forma que está sendo feito, é um trabalho alienante, mas sei também que essa condição pode e deve mudar e que eu mesma preciso mudar [...] ao mesmo tempo, este trabalho me garante um certo conforto e a possibilidade de morar em um grande centro como Brasília. Ainda, me possibilita a ampliação de conhecimentos e de estudos (ANA MARIA, 2013).*

Na afirmação da professora, fica claro que ela está consciente de suas limitações, da alienação presente em seu trabalho e em si mesma. Porém, como afirmou Marx (2009), não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Nesse caso, as relações entre os seres humanos, assim como Ana Maria, e a sociedade [capitalista] são praticamente indissociáveis, e permeadas e entrecortadas por questões presentes neste contexto, que vão desde os aspectos ideológicos até a manutenção do consumo e do mercado.

A “manipulação que vai da compra do cigarro às eleições presidenciais, ergue uma barreira no interior dos indivíduos, entre a sua existência e uma vida rica de sentido”. Por causa disso, para o trabalhador, o consumo “lhe é instilado sob a forma de uma superabundância e vida com finalidade em si mesma” (ANTUNES, 2008, p. 149). Vive-se, neste contexto, “a desrealização do ser social”.

Assim, o desenvolvimento da consciência social se torna limitado e mesmo as tensões sociais e políticas, que poderiam se originar nesta lógica, por conta da letargia provocada pela visão nebulosa da realidade, são abafadas, neutralizadas,

ou simplesmente se esvaziam. Nesse sentido, é preciso articular ações conforme Antunes explica, “tanto contra algumas formas de opressão e exploração do trabalho” como contra as “formas contemporâneas do estranhamento, que se realizam fora do mundo produtivo, na esfera do consumo material e simbólico, no espaço reprodutivo fora do trabalho produtivo” (ANTUNES, 2008, p. 111).

Estas ações culminam na necessidade de empreender mudanças e resistências que incorporem as aspirações nascidas na vida cotidiana da classe trabalhadora. Todavia, precisam ter uma direção contrária à lógica destrutiva do capital. Ocorre, como salienta Semeraro, baseando-se nas concepções de Gramsci, que a consciência e os elementos subjetivos desempenham papel fundamental na ação política, pois:

> [...] se é verdade que não é a consciência que determina o ser social, é também verdade que só pelo meio da consciência o homem pode apropriar-se das tarefas da sociedade e colocar-se em condição de realizá-las, combatendo as pressões exteriores que visam condicionar o seu comportamento e a neutralizar os seus interesses históricos (SEMERARO, 1999, p. 153).

Por outro lado, como esclarece Mészáros, a gente vive sob condições de alienação desumanizante e de uma subversão fetichista do estado real de coisas dentro da consciência ("reificação"), porque o capital não pode exercer as suas funções sociais metabólicas de reprodução alargada em qualquer outra direção.

Essa afirmação pode ser compreendida com Marx (2009), quando assegurou que se ele tem um objeto alienado, é ele quem o tem como objeto, e com isso, está necessariamente sujeito à alienação. Mas, na própria alienação está implícita a possibilidade da transformação, pois, é a classe operária, ou conforme denomina Antunes a “classe que vive do trabalho”, o “ser social ontologicamente ainda capaz de virar uma nova página na história” (ANTUNES, 2008, p. 160).

Quando Alexandre assegura que precisa virar a página, ele assevera que:

> *[...] eu não nego que aprendi muito aqui, nesses dois anos de contrato. Também não nego que recebi um bom dinheiro, que melhorei meu padrão de vida, que pude adquirir alguns bens que como professor, na educação básica, eu levaria muito tempo para ter. Também que passei a ter uma compreensão ampla sobre o macro-sistema e as políticas educacionais, e que com meu trabalho contribui de alguma forma com os sujeitos excluídos, com os quais tenho compromisso. Agora, porém, afirmo que não continuo mais aqui. Este é o segundo e último contrato. Tudo o que aprendi como sujeito, como ser social que pertence a uma classe, eu não posso negar [...]. Eu quero e vou voltar para minhas bases, lá no coletivo a gente se fortalece. Eu não posso continuar aqui e pactuar com algo que durante*

> *minha vida toda eu lutei contra. Isso seria negar a minha luta e o pertencimento a uma classe. Aqui, entretanto, a gente não tem isso, não somos sindicalizados, não estamos ligados a nenhuma categoria e isto sim nos enfraquece cada vez mais (ALEXANDRE, 2013).*

As palavras ditas por Alexandre colocam em evidência várias questões presentes no contexto, tais como, a ideologia neoliberal, o individualismo, a livre concorrência, dentre outros aspectos, que compõem o imaginário vivido por estes professores/consultores e têm efeito direto no comportamento e atitudes de grande parte destes sujeitos. Para os mesmos, os desejos e a vontade de melhorar as condições de vida estão claros. As colocações de Alexandre retratam certa limitação da consciência adquirida por estes sujeitos durante sua trajetória, tendo em vista, que elas estão diretamente ligadas aos referenciais capitalistas de lucro e de consumismo, ideários presentes na conjuntura atual.

Essas são algumas das contradições encontradas no objeto de pesquisa, a situação contraditória de classe é vivenciada de maneira relativamente diferenciada neste espaço, em que se definem as políticas educacionais em níveis de país, mas está intimamente ligada com a correlação de forças entre as classes sociais presentes no modo de produção capitalista. Esta correlação de forças é alimentada também pela conjuntura econômica e política internacional, que em muitos casos, conduz os rumos políticos e de políticas públicas dos países em desenvolvimento.

Por outro lado, à medida que avança em sua explanação, o professor/consultor se coloca na contracorrente do discurso hegemônico, ao afirmar a importância do trabalho como princípio emancipatório e a necessidade da pertença. Alexandre destaca que os trabalhadores têm necessidade de fazer parte de sua categoria profissional e ter clareza sobre a classe social a qual pertencem, o que contribuiria com o estabelecimento de uma consciência social.

Sobre a questão da consciência no mundo capitalista, Lukács (1974, p. 108) afirma que:

> Assim como o modo de produção capitalista se produz e reproduz economicamente a uma escala cada vez mais alargada, também, no decurso da evolução capitalista, a estrutura da reificação penetra cada vez mais profundamente, fatalmente, constitutivamente, na consciência dos homens.

O autor caracteriza o momento atual da consciência desta forma:

> Agora, a luta social reflete-se numa luta ideológica pela consciência, pela revelação ou dissimulação do caráter de classe da sociedade. A possibilidade desta luta, porém, anuncia já as contradições dialéticas, a dissolução interna da pura sociedade de classes (LUCKÀCS, 1974, p. 73).

Neste aspecto, é necessário resgatar o fato de que, para Marx, a grande lei da marcha da história era a luta entre classes e que uma 'classe em si' pode transformar-se em uma *classe para si* (ter consciência de classe). A partir do momento em que os membros dela estão comprometidos numa luta contra outra classe, isto é, quando criam interesses comuns de classe entre si e consciência do antagonismo de interesses em relação à classe oposta, no caso da classe hegemônica no poder, criam-se as possibilidades de transformação.

Mészáros assegura ainda que essa é a questão central para Marx, quando coloca o desafio de como educar até mesmo o professor. Esta situação, embora possa parecer, não é uma contradição, pois, o professor encontra-se inserido em uma sociedade alienada que precisa, assim como ele próprio, passar por um processo de desalienação. Mudar estas condições exige uma intervenção consciente em todos os domínios e a todos os níveis da nossa existência individual e social. Desta forma, o autor se apóia nas idéias de Marx, quando afirma que os seres humanos devem mudar, dos pés à cabeça, as condições da sua existência industrial e política e, consequentemente, toda a sua maneira de ser.

Assim como assegura Lênin: "oh, sim senhores, sois livres não só de nos convidar, mas, também de ir para onde melhor vos parecer" e, nós, "também somos livres para ir para onde melhor nos parecer, livres para combater não só o pântano como aqueles que se desviam do pântano" (LÊNIN, 1986, p. 86).

Nesta ótica, Lênin (1986, p. 39) assegura ainda que:

> [...] para vencer a resistência dessas classes [dominantes] só há um meio: encontrar, na própria sociedade que nos rodeia, educar e organizar para a luta, os elementos que possam – e, pela sua situação social, devam – formar a força de varrer o velho e criar o novo.

Esta luta, que conduz ao novo, passa, necessariamente, pela organização, pelo trabalho de educação política dos trabalhadores, de desenvolvimento de sua consciência política. A superação da atividade alienada por meio da atividade autoconsciente só pode ser concebida como um processo complexo de interação, que produz modificações estruturais em todas as partes da totalidade humana (MÉSZÁROS, 2005).

O trabalhador, nesse sentido, conforme salienta Maria Terena, precisa se compreender como um sujeito autônomo e político: "*Se a gente pudesse ter não só a compreensão política, mas, se tivéssemos autonomia, nós poderíamos agir e reagir de outra forma".* Portanto, na medida em que o trabalhador se torna um sujeito autônomo e político, pois, somente um indivíduo autônomo ("sujeito político ativo") possui condições de entender as contradições que permeiam o mundo capitalista e explorador da força de trabalho, questionando-as e agindo no sentido de canalizar as oportunidades desta sociedade para provocar mudanças qualitativas e, também, apresentar alternativas às ameaças representadas pelo sistema.

Aí estaria se iniciando um processo de conquista da autonomia que, não se pode esquecer, é uma necessidade política, pois, representa o rompimento com as políticas instituídas, que representam a dependência, a submissão, o conformismo e a alienação. Se a escolha do "trabalhador não for outra senão decidir como ser, como agir" (GIDDENS, 1997, p. 94), o como "ser e agir", num contexto globalizado, diz respeito à escolha de comportamentos, de maneiras de participação nos espaços públicos, de atitudes no espaço da produção e do consumo; porém, esta escolha não é mais dirigida por regras fixas; mas sim, pela flexibilidade.

A ação envolvida nesse processo precisa ser consciente e isso, segundo Castoriadis (1987), é peça essencial para a autonomia, pois a tornará uma proposta que fará com que se tornem conscientes e autores da própria evolução histórica. Para que tal se concretize, é preciso considerar a possibilidade presente na dialética alienação-emancipação, como o caminho da superação. Esse momento da consciência só pode ser compreendido em sua totalidade histórica, ou seja, se for compreendido o momento vivido no sistema de relações sociais e econômicas vigentes, tal como Altvater (1987, p. 27) deixa claro, ao tratar das possibilidades das classes se constituírem como sujeitos políticos organizados:

> Com a criação de um sistema político de instituições voltadas para mediar a reprodução do domínio burguês, de sorte que esta hegemonia não se deva mais predominantemente (muito menos exclusivamente) às condições econômicas da reprodução, que constituem a "estrutura central" da sociedade burguesa, abrem-se novos campos de ação política para as classes, que passam a configurar-se como sujeitos políticos organizados.

Nessa perspectiva, a luta de classes, embora se apresente de forma dissimulada ou atenuada na sociedade capitalista, tem um papel fundamental no sentido de: contribuir com a formação de uma consciência de classe entre os

trabalhadores; e, organizar formas de resistência e luta que, pautadas nos interesses da classe trabalhadora, possam contribuir com o fim da exploração do homem sobre o outro homem.

A luta de classes, juntamente com o trabalho, sustenta o movimento da humanidade, visto a história da luta de classes, presente em todos os períodos históricos, com exceção do comunismo primitivo, pois, sempre houve uma classe opressora e uma classe oprimida. O antagonismo existente entre uma classe e outra só se encerra com a transformação revolucionária da sociedade, o que apenas se efetivará por meio da consciência da classe revolucionária.

5.3 Meios e fins: luta de classes como caminho para a transformação social

A capacidade para realizar a transformação é uma característica humana assim como o trabalho e, por esta razão, sem a “ação do homem, a transformação e a reprodução da sociedade não seria possível” (LESSA; TONET, 2008, p. 17). Desta forma, o trabalho é o fundamento do ser social, porque através dele, ao se transformar a natureza, produz-se a base material da sociedade.

Assim, o processo de formação do homem e a sua competência de fazer a história acontecer provêm da sua capacidade humana de criar os meios necessários para garantir a sua subsistência. A relação que acontece nesse processo é histórica e apresenta particularidades que se situam no tempo e no espaço. A cada forma de sociedade corresponde, portanto, uma determinada forma de produção, com uma organização e divisão particular do trabalho e uma instituição de meios de produção adequados a finalidades específicas.

Essas relações de produção, quando a propriedade privada se instalou, passaram a ser de propriedade, entre os proprietários dos meios de produção e aqueles que possuem apenas a sua força de trabalho (MARX, 2011). Estabeleceram-se, dessa maneira, as relações entre classes sociais antagônicas, caracterizadas pelo conflito por interesses diferentes entre elas, sendo que estas lutas poderiam ser o estopim do processo revolucionário e transformador.

Nesse sentido, o revolucionar, o realizar o processo de transformação, no entendimento de Marx, está estreitamente relacionado com as contradições e com

as lutas de classes que se desenvolvem na própria base material da sociedade. Essas condições são revolucionadas quando representam entraves às forças produtivas materiais da sociedade.

Marx aponta que,

> [...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas, que eram estas relações convertem-se em entraves (MARX, 2008 p. 47).

O processo revolucionário ocorre quando as contradições, que se manifestam na base material da sociedade, dão origem a determinadas formas de consciência e, de acordo com a consciência, os homens agem transformando ou conservando a realidade social. Dessa forma, a coincidência do ato de mudar as circunstâncias "com a atividade humana pode ser compreendida e entendida de maneira racional apenas na condição da práxis revolucionária" (MARX; ENGELS, 2007, p. 37).

Na luta de classes, reside a essência da transformação, de tal modo que:

> [...] a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta (MARX; ENGELS, s/d, p. 7).

O grande impulsionador da transformação social são as lutas de classes, o que se verifica à medida que as classes exploradas querem transformar o modo de produção e as classes dominantes, logicamente, pretendem conservá-la. O modo de produção se articula e cria formas de regularização e de controle de uma maneira que possa reproduzir e se transformar, sempre que houver necessidade, mas, essas formas normalmente geram um conflito de classes e, nesse conflito, é que se origina a possibilidade da transformação.

Foi assim que a burguesia realizou a transformação. Ela foi o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções no modo de produção e de troca. Cada etapa da evolução, percorrida pela burguesia, era acompanhada de um progresso político correspondente (MARX; ENGELS, s/d). Logo, a burguesia revelou verdadeiramente um caráter revolucionário. A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar, incessantemente, os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, como isso, todas as relações sociais.

Quando a luta de classes se aproxima e com ela a possibilidade de dissolução da classe dominante, o conflito é eminente e pode se tornar violento, por esta razão, é impedido de existir. Para que ocorra, é necessária uma classe realmente revolucionária, que, segundo Marx, é o proletariado. De todas as classes que enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. Ele é o produto mais autêntico da luta de classes, porque ele se constitui na sua relação com a classe dominante.

A emancipação dessa classe significa a libertação humana em geral, pois a emancipação, segundo Marx, significa a abolição das classes sociais e, por conseguinte, de todas as formas de alienação, de exploração e de dominação. Para que esta transformação aconteça, é preciso a ação conjunta da classe explorada, que é a principal expressão da classe social. Assim, a expressão "*Trabalhadores, uni-vos!"* (MARX; ENGELS, s/d), não é apenas um aforismo, pois, somente por meio da ação coletiva, pode-se perceber a classe social.

Na conjuntura atual, entretanto, a fragmentação dos interesses das classes trabalhadoras, resultante de um conjunto de "alterações na área produtiva e no mercado de trabalho que aumentam as diferenciações no interior das classes trabalhadoras, dificultam a unificação de suas demandas". Neste aspecto, fazem com que, até mesmo, os sindicatos "encontrem muita dificuldade para exercer o seu papel" de representação dos trabalhadores (RODRIGUES, 2002, p. 177).

Nesse aspecto, a ação coletiva da classe representa, então, a conjugação dos interesses da classe. Esta é a questão crucial, apresentada por Alexandre, quando se referiu à necessidade do retorno às bases, à organização e ao apoio que representa o pertencimento à classe e à categoria. Da mesma forma, Maria Terena se posiciona:

> *[...] um dos aspectos que preciso salientar diz respeito ao fato de que eu e meus colegas consultores não fazemos parte nem do sindicato, nem da categoria dos servidores. Outra questão é que os servidores, muitas vezes, não nos vêem com bons olhos. Ainda, por não pertencermos a nenhuma instituição de classe, nós não temos a quem recorrer e também não reclamamos (MARIA TERENA, 2013).*

Na sua fala, entretanto, Maria Terena não se refere às razões pelas quais os servidores não “olham com bons olhos” para o grupo de consultores. Esta, sem dúvida, é uma questão que permeia o trabalho e a forma de contratação dos consultores. Não existe a possibilidade dos servidores efetivos concordarem com a forma como se realizam estas contratações e, muito menos, com o fato dos consultores realizarem trabalho que deve ser executado por servidores do quadro.

Ainda, com isso, não ocorrem concursos públicos, não são nomeados novos servidores, o trabalho aumenta cada vez mais e, quando os servidores em suas lutas decidem pela greve, como última forma de reivindicação, os consultores estão à disposição do Estado para que o trabalho não deixe de ser executado.

Assim, se confirma a análise de Ferraz (2001, p. 24), quando o autor assegurou que a terceirização, além da precarização do trabalho, foi usada como válvula de escape à realização de concursos públicos, com vistas a contornar a regra do artigo 37, II, da Constituição.

As situações, acima destacadas, colocam em evidência que o trabalho realizado pelos consultores e a forma como ocorrem as contratações fragilizam o movimento social reinvidicatório dos servidores. Consequentemente, é impossível que os servidores, conscientes das dificuldades de sua categoria profissional, vejam com “bons olhos” os consultores. Desta maneira, os trabalhadores, ao invés de se unirem como classe oprimida, com situações de exploração de trabalho semelhantes, são colocados, por conta das condições e do sistema, em situação de antagonismo, como se tivessem interesses contrários e estivessem em lados opostos.

Quando perguntados sobre a participação ativa nas ações do Movimento social dos Professores durante seu período de trabalho como docente, os professores/consultores, afirmaram ter participado, assim como Stelamaris:

> *[...] Sim. Fui membro atuante dos sindicatos dos educadores das redes estadual e municipal de ensino em Sergipe e participei da articulação e mobilização da categoria em ações de enfrentamento e negociação. Por várias vezes, fui convidada a compor chapas eletivas, mas me recusei por me considerar mais efetiva na luta, junto aos meus companheiros na base*

> *[...]. Logicamente, houve tentativas de cooptação de ambos os lados, mas sempre me mantive responsável com minhas funções e com os princípios da moralidade (STELAMARIS, 2013).*

Marco, assim como a colega, menciona que:

> *[...] sim, sempre participei das lutas da minha categoria profissional, não apenas como professor da educação básica, mas na universidade também. Além de apoiar o movimento, eu liderei junto com meus colegas, movimentos grevistas, lutamos por melhores condições de trabalho, pela melhoria da universidade pública e por valorização profissional. Eu me considero politizado sim e tenho [...] consciência das dificuldades da minha classe. Hoje não participo mais e por isso também estou saindo daqui, não pela luta em si, mas pela necessidade de pertencimento a uma categoria [...] (MARCO, 2012).*

Maria Terena assegura ainda que:

> *[...] sim, eu sempre participei das lutas da categoria, e não só da minha categoria. Como militante do meu partido (PT), que ajudei a fundar aqui em Brasília, [aliás, na casa de minha família foram feitas as primeiras reuniões da militância], nós participávamos das lutas de várias categorias profissionais, na condição de apoiadores e mobilizadores dos companheiros. Estávamos nas praças, nas escolas, nos ônibus, enfim, onde se encontravam trabalhadores em luta [...]. Hoje sinto falta disso, não faço mais parte da categoria e não sou sindicalizada [...] (MARIA TERENA, 2013).*

Estas afirmações dos professores/consultores caracterizam a falta de continuidade, a falta de pertença à classe e à própria categoria em si. Tal situação parece descortinar o porquê de pessoas, altamente identificadas com sua categoria, supostamente politizadas e com consciência de classe, sujeitarem-se à precarização de trabalho, ao qual estão submetidas.

Neste sentido, Rafael assegura que: "*eu não participo mais de nenhum movimento[...].*" Sublinha, ainda, o professor/consultor: *"quando os servidores paralisam as atividades, eu [...] me sinto envergonhado por estar trabalhando, é como se eu afirmasse estar do outro lado, mas não estou não".* Quando perguntado sobre porque não se unia ao movimento social dos servidores, tendo em vista o caráter de um movimento de classe, embora não sendo servidor, Rafael assegurou: "*na verdade, eu não me sinto pertencente a esta categoria, assim como não tenho participado dos movimentos dos professores aqui do GDF*[46] *e nem do meu Estado".*

Como estes sujeitos não estão frequentando os espaços coletivos de suas categorias, não participam das mobilizações por não se sentirem pertencentes à

---

[46] Governo do Distrito Federal

categoria, nem de servidores, nem de professores. Assim, acabam por pactuar com às condições e convivem com elas, sem realizar movimentos de reação, nem de resistência, sendo condescendentes com a banalização da exploração à qual são submetidos. A questão, entretanto, é altamente dialética, é contraditória, pois foi exatamente o fato de estar em uma categoria que fez com que acabassem trabalhando neste espaço, tendo em vista que todos participaram de movimentos sociais de sua categoria, da organização sindical e foram militantes de partidos de esquerda.

Quando perguntados sobre o que havia em comum entre os professores/consultores, que vem de Estados diferentes e que trabalham como consultores, as respostas, quando agrupadas, indicam que os professores/consultores têm em comum: o fato de pertencer a uma categoria; o fato de ser da esquerda; as discussões e leituras realizadas em suas trajetórias sobre as políticas públicas; o propósito de contribuir com a causa da educação; a importância de conhecer o funcionamento do macro sistema educacional; o desafio de enfrentar o novo; o compromisso pela construção de políticas públicas que atendam à demanda social; a possibilidade de ascensão profissional e social, o fato de possuir ligação com movimentos sociais, dentre outros.

O conjunto das afirmações dos professores/consultores leva ao indicativo de que o fato de pertencer a uma categoria os levou a ocupar um espaço de trabalho, no local onde se definem as políticas. Ocorre, entretanto, que o afastamento de sua categoria, do espaço de luta e reivindicações, além do aspecto financeiro, os leva à condição de aceitação e de subordinação à lógica da terceirização e da exploração do trabalho.

Ana Maria (2013) assegura, entretanto, que nos movimentos sociais se encontram as alternativas para modificar as estruturas:

> *[...]Não apoio de forma prática e concreta o Movimento Social dos servidores, porque não sou sindicalizada, não pertenço à categoria, mas apoio as ideias e as reivindicações, defendo a organização sindical em todas às áreas e identifico, no sindicato, um espaço de luta onde todos os trabalhadores devem militar por seus direitos de forma coletiva e organizada. A prática revolucionária se faz no chão das contradições políticas e é onde se confrontam os valores do explorados contra os exploradores.*

Afirma Stelamaris, sobre esta questão, que compreende a importância dos movimentos, a necessidade de apoio e mobilizações para a luta. Entretanto, esta

luta não pode ser por questões que, ao invés de provocar mudanças efetivas, são usadas como paliativas, ou apenas atender interesses de alguns grupos:

> *[...] Sim, dispenso apoio e respeito ao movimento social dos professores e dos servidores, por melhores condições de trabalho, embora hoje esteja afastada, ao mesmo tempo em que considero que poderíamos ter maior poder de argumentação se dentro dos movimentos e, até no sindicato, não se constatassem coisas como: participação de profissionais descomprometidos e até irresponsáveis usufruindo dos mesmos direitos e de privilégios, muitas vezes, negados aos profissionais cumpridores dos seus deveres; pessoas que equivocadamente priorizam direitos em detrimento dos deveres com a causa dos que dependem de uma educação com qualidade social e libertadora; o uso do movimento como promoção pessoal, e não com consciência coletiva, na política partidária para cargos eletivos nos poderes legislativo e executivo; a greve como estratégia de promoção de um grupo dominante dentro do movimento; a entrada para os cargos diretivos do movimento sindical como meio de se afastar das atividades docentes; a inobservância das responsabilidades jurídicas do sindicato em relação aos sindicalizados menos informados, até quando prejudicados em seus direitos na ativa ou em processo de aposentadoria; as barganhas em gabinetes[...] e, tantas outras coisas que descaracterizam e descredenciam os verdadeiros objetivos dos movimentos pela categoria (STELAMARIS, 2013).*

Essa fala de Stelamaris chama a atenção para o fato de que ação de transformação, de mobilização da classe trabalhadora para a transformação social, não pode se basear apenas nos interesses imediatos, no momento em que ocorrem perdas, por exemplo, porque, então, estariam apenas buscando soluções paliativas. Para ter o efeito de transformação, é preciso construir ações contínuas, discussões, análise sobre as condições de trabalho e de vida e processos formativos que desenvolvam a consciência de classe. A partir da consciência de classe, da pertença, do compromisso social, o processo de transformação estaria fluindo e efetivando-se e, nessas condições, não por parte dos dominantes, mas, da classe trabalhadora em seu conjunto, não para “humanizar” o capitalismo, mas, para derrotá-lo e provocar uma completa transformação da sociedade.

Nesta lógica, instalar-se-ia a filosofia da práxis, tendo em vista que a história define-se pela vontade humana; mas, principalmente, pela práxis, pois, só a vontade não é suficiente, o que poderá ser possivel, quando a consciência da classe operária alcançar o nível de evolução necessária para a revolução (GRAMSCI, 1991).

A articulação e as formas engendradas pelo capitalismo, para evitar justamente que isso se consolide, são muito grandes. São orquestradas ações que envolvem o conjunto da sociedade e a educação, pois, ela poderia ter um papel definitivo nesse processo transformador. Essas considerações revelam e evidenciam

a necessidade de verificar como isso acontece nas relações entre a educação e o trabalho e de que forma envolve o trabalho dos professores/consultores e as possibilidades reais de transformação.

5.4 As contribuições para a educação brasileira e para o trabalho dos professores/consultores sob o olhar dos sujeitos da pesquisa: uma perspectiva transformadora?

O trabalho humano, como possibilidade e não apenas negatividade, pressupõe uma atividade humana autoconsciente, capaz de superar "positivamente a alienação da atividade humana" (MÉSZÁROS, 2009, p. 163). Para que tal transformação se efetive, conforme Marx; Engels (2007), não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam e, tampouco, dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso. Parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida.

Nesta perspectiva, o trabalho não é apenas sinônimo de elaboração de produtos, ele é uma "profunda capacidade de tomar o universo exterior, a partir de sua lógica" e, então, incorporar essa capacidade a toda e "qualquer necessidade humana", uma necessidade que surge como "algo intrinsecamente consciente" (RANIERE, 2011, p. 94). No caso dos sujeitos da pesquisa, o trabalho, como salienta Alexandre: "*representa uma possibilidade de nós mesmos nos questionarmos sobre a forma como realizamos o trabalho, o significado das consultorias, as limitações".* Ainda sublinha que*: "por outro lado, o trabalho carrega em seu bojo uma dualidade que nós trabalhadores imprimimos".*

Alexandre, ao trazer as possibilidades que as consultorias têm permitido, não fala apenas sobre o que tem vivenciado em suas pesquisas e visitas nos Estados brasileiros, mas o significado dessas em sua vida:

> *[...] Eu penso viver com situações altamente contraditórias, pois, o trabalho com a consultoria tem permitido que eu realize visitas e pesquisas para a elaboração dos produtos, faz com que eu me envolva nas ações de forma intensa, normalmente sem me dar conta de como estou vivendo de maneira*

> *alienada [...]. Por outro lado, me fez vislumbrar a importância de existirem ações políticas para melhorar, não apenas a minha vida, por conta do valor recebido, mas, as condições das escolas e os avanços na qualidade da educação para os estudantes brasileiros (ALEXANDRE, 2013).*

Maria Terena assegura que:

> *[...] a necessidade de trabalhar é tão forte que faz com que a gente se aliene [...] nós perdemos contato com nossos familiares, com os amigos, com a vida fora do trabalho, mas, este trabalho também traz algumas satisfações pessoais e profissionais.*

Márcia narra a relação entre o trabalho, que considera alienado, e as possibilidades, que se apresentam, desta forma:

> *[...] nosso trabalho exige um envolvimento tamanho, que é muito fácil a gente se alienar, pois, você não percebe que está usado, que contribui para que as relações de trabalho sejam precarizadas [...]. Então, não é que eu não tenha consciência desta condição, ocorre que eu me sinto enredada em uma teia, e ela faz eu mesma me sentir uma coisa, um objeto, nesta sociedade que valoriza mais os objetos do que as pessoas. Nesta lógica, é possível pensar em transformação? Ora, se eu não acreditar nessa possibilidade, eu nego os princípios que regem a minha profissão e os meus valores como pessoa humana. Se eu vivo esta possibilidade aqui? Eu digo que sim. Não por conta das relações de trabalho que são exploradoras, alienantes e desumanas, mas, por conta do trabalho que não apenas nós, mas a classe trabalhadora em seu conjunto desenvolve. Nele (no trabalho) eu entendo que estão as "pequenas", mas, "possíveis" alterações estruturais (MÁRCIA, 2013)*[47].

O filósofo Mészáros, ao tratar sobre a teoria da alienação em Marx, contribui com o entendimento da dialética que está presente no processo de alienação/transformação, afirmando que a "contradição é óbvia, e, apesar disso, apenas aparente". O pensador defende que esta contradição "surge de uma visão mecanicista da causalidade como mera sucessão" de fatos e acontecimentos. Esta condição, assim como a própria alienação, precisa ser superada.

No que se refere aos professores/consultores pode-se inferir, ao longo da pesquisa, que o trabalho realizado por eles é a base da alienação, tendo em vista a forma como ele se encontra estruturado na sociedade capitalista. A superação desta condição consiste na "ideia de uma transcendência positiva da alienação", sendo que se encontra "formulado como uma superação sócio-histórica necessária" das mediações, conforme salienta Mészáros (2009, p. 78):

---

[47] Márcia - sujeito da pesquisa, além de participar das entrevistas por meio das conversas, digitou as respostas sendo que estas afirmações foram digitadas por ela.

> [...] propriedade privada- intercâmbio e divisão do trabalho que se interpõem entre o homem e sua atividade e o impedem de se realizar em seu trabalho, no exercício das capacidades produtivas (criativas) e na apropriação humana dos produtos de sua atividade.

Assim, quando se considera os sujeitos da pesquisa, por fazer parte da sociedade e estarem em uma condição de alienação, eles também precisam ser transformados, porque cada um deles, bem como o seu coletivo não é: “uma peça inerte numa totalidade inerte, mas um ser humano, parte específica de uma totalidade interpessoal, imensamente complexa e inerentemente dinâmica, por mais ou menos alienada que sua autoconsciência possa ser” (MÉSZÁROS, 2005, p.163).

Neste sentido, para entender o processo, é necessário recorrer a Mészáros, quando ele explica que o conceito de alienação é inerentemente dinâmico, que necessariamente implica em modificação. Essa consciência, conforme o pensador, não pode simplesmente ser a negação, condicionada pelo objeto, seu objeto negado, pois, “a consciência de uma sociedade não alienada é a consciência da sociedade humana, a consciência da positividade” (MÉSZÁROS, 2005, p.163).

Ao tratar sobre os aspectos da alienação/transformação, Alexandre salienta que a sua condição como um sujeito, e não como objeto, o faz perceber que:

> *[...] o que eu vislumbro como possibilidade, a raiz da mudança, não se encontra na minha pessoa, mas, no trabalho que é capaz de limitar, mas também de emancipar [...] Além disso, essa condição se dá no coletivo. Este coletivo é a categoria profissional a que o trabalhador pertence [...]. Isto é que faz com que eu me veja em uma situação muito incômoda, pois, de um lado, está a contradição à medida que este tipo de contratação vai contra tudo o que eu sempre defendi, por outro lado, eu vejo muitas coisas boas acontecendo na educação e eu participo disso. Então, preciso compreender isso tudo, mas é difícil [...] (ALEXANDRE, 2013).*

Assim, Alexandre assenta no trabalho humano a convergência da alienação/transformação. Porém, chama a atenção para o fato de que a superação, a transcendência, encontra-se no coletivo dos trabalhadores. Destaca que a compreensão dessa característica é difícil; entretanto, necessária para que se consolide um processo emancipatório e transformador.

Outra questão que está envolvida nas relações de trabalho existentes no MEC, diz respeito ao conjunto de ações que se desenvolvem neste espaço, no qual se definem as políticas educacionais em nível nacional. Para entender este contexto, e nele também as possibilidades de transformação, as afirmações de Marco servem como subsídio de análise, quando o professor/consultor assim se expressa:

> *[...] as possibilidades efetivas de mudança eu entendo que ocorrem apenas em nível micro, nos pequenos espaços em que acontece e se operacionaliza a política educacional [...], é lógico que a autonomia é limitada, mas lá, no espaço das escolas, nas salas de aula, as possibilidades são maiores. Por que eu faço esta afirmação? Porque acompanho a forma como se desenvolvem as relações e a política em nível macro. O nosso país não tem autonomia para definir a política educacional, especialmente este modelo de Estado, de gerenciamento das políticas públicas pela iniciativa privada, pelos interesses privados [...] (MARCO, 2012).*

A querela sobre a questão da autonomia e a democracia do país está ligada ao modelo de Estado e de sociedade, que não são democráticos; pois, como salienta Wood (2006), não existe democracia no capitalismo. Ainda, a questão da fragmentação, da alienação, no que se relaciona com a política educacional, é que o Governo Brasileiro formula políticas, a fim de satisfazer às exigências dos organismos internacionais. Uma das questões que precisa ser considerada, neste caso, é a influência do Banco Mundial que, na sua linguagem de inclusão/exclusão, esconde muito dos interesses aos quais atende.

O Banco Mundial vem, há muito tempo, implementando suas políticas na área educacional, principalmente, no que diz respeito à desregulamentação da ação governamental e à implementação de parcerias, o que desobrigaria o governo de desenvolver uma série de políticas para dotar a sociedade de condições, que são necessárias, para um melhor funcionamento na questão da geração de trabalho, da saúde, da moradia e da segurança.

O que se percebe é uma mudança no papel desempenhado pelo Banco Mundial e outros organismos internacionais. Até os anos 70, sua intervenção se limitava a ser um órgão técnico e financiador de projetos específicos[48]. A partir dos anos 80, passou a intervir nas políticas públicas[49] e sociais, o que implica em uma atuação muito mais política, ao monitorar o processo de ajustes estruturais impostos aos países membros, base para implementar a globalização e discutir o papel dos movimentos sociais populares neste processo de mudanças sociais.

---

[48] Estudo realizado na dissertação de mestrado, em 2006, quando foi feita uma análise na perspectiva emancipatória da política educacional (ZIENTARSKI, 2006).

[49] Sobre este assunto, Dileto D. Souza faz uma análise bem interessante quando em sua tese de doutorado pesquisou sobre as Ongs e FASE (Organizações não Governamentais: Um estudo de caso da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

Assim, o discurso passou a ser mais de caráter humanista, especialmente da parte da UNESCO e da UNICEF[50], correspondendo às exigências de justiça social dos países mais empobrecidos. Dessa forma, estes órgãos assumem a pobreza, estrategicamente, como forma de mostrar para a sociedade que, na perspectiva do neoliberalismo, as políticas educacionais não foram esquecidas. Este discurso, que traz em seu interior princípios como o da equidade e eficiência, revela claramente seu interesse, ou seja, precisa ser eficiente para que haja uma melhor distribuição de renda, como se isso fosse possível e dependesse apenas desse caráter de "eficiência".

Como se tem verificado com o passar do tempo, a perspectiva da educação, apontada pelo Banco Mundial e outras instituições internacionais, é muito bem articulada aos interesses de uma classe que se constitui, enquanto tal, pela apropriação da terra e do produto do trabalho. Contrapõe-se ao que os movimentos sociais populares têm defendido como fundante na educação para a classe operária e que é, partindo da concepção gramsciniana (GRAMSCI, 2004), a educação e a formação humana.

Márcia, nesta ótica, sublinha que, à medida que os organismos internacionais colocam o trabalho por eles contratado à disposição da educação brasileira, existem algumas questões que merecem ser discutidas:

> *[...] a primeira questão eu considero, é o fato de que os organismos internacionais têm interesse na questão educacional brasileira, senão nós não estaríamos sendo contratados para estar aqui, trabalhando para o Estado brasileiro. Outra, diz respeito ao fato de sermos contratados para realizar pesquisas, levantar dados, diagnósticos e informações sobre a realidade educacional brasileira. Ainda, algo muito interessante é o fato de que o produto, para o qual somos contratados para realizar, não é usado para nada [...] bom, eu acho que não, porque nunca vejo ninguém usar nem como subsidio para outras pesquisas, nem são tornados públicos (MARCIA, 2013).*

Fernanda, na esteira da interpretação dos questionamentos levantados por Márcia, contribui para o entendimento deste ponto, quando assegura que:

> *[...]eu vejo que a alienação que se faz presente no nosso trabalho: está no fato de que o produto nosso é vendido, ele é afastado da gente e do contexto educacional brasileiro como um todo. [...]em contraposição, o nosso trabalho efetivamente pode assumir uma característica transformadora, apresentar-se como uma possibilidade de mudança. Isso pode ocorrer quando este produto for usado para outro fim. Eu faço esta*

---

[50] United Nations Children's Fund.

> *afirmação, pois, se você pegar os editais e ler quais são as atividades e os produtos contratados, você vai perceber o quanto eles poderiam contribuir para melhorar a educação brasileira. Acontece que eles se perdem no vazio (FERNANDA, 2013).*

Assim como Fernanda, os demais sujeitos da pesquisa mencionam o fato do produto do seu trabalho ser afastado, não apenas de cada um dos sujeitos que o produz; mas, da sociedade brasileira como um todo. Não apenas do meio acadêmico, pelas contribuições que poderiam advir desses produtos, em termos de avanços na qualidade educacional brasileira.

Desta forma, as afirmações de Marx (2007) com relação à alienação, são corroboradas pelos sujeitos da pesquisa, especialmente, no que diz respeito ao fato de que, na própria alienação, vislumbra-se a raiz da transcendência, da superação, ou seja, da transformação.

Outra questão diz respeito à centralidade do trabalho mesmo no contexto atual, uma vez que ela se constitui como "*fonte originária, primária, de realização do ser social, protoforma da atividade humana*, fundamento ontológico básico da omnilateralidade humana" (ANTUNES, 1999, p. 167, grifos do autor).

Stelamaris, ao tratar das contribuições para a educação brasileira no sentido da transformação, afirma que não apenas o seu trabalho, mas o que é realizado também por seus colegas, tem uma grande importância:

> *[...] eu considero que nós consultores contribuímos com a educação brasileira em alguns aspectos, e uma das razões é o fato de que eu e os meus colegas deste setor, a vida toda, termos estado lá no lócus em que as políticas são efetivadas. Assim, citando brevemente, posso dizer que: considero como conquistas: a aquisição e ampliação de conhecimentos sobre as realidades educacionais em vários sentidos, [e vou levar para meu estado de origem a partir de junho quando retorno à minha terra, para colocar em prática]; a ampliação do relacionamento com educadores do país inteiro, como interlocutora e participante de debates e processos formativos; a possibilidade de contribuir com a educação do campo nos estados e com as discussões para a universalização e a elevação da qualidade da educação do campo ofertada. Como ações, ainda: a elaboração de portarias e documentos; a participação efetiva na formação de professores; as reuniões para subsidiar a unificação dos Programas dentre outras ações. Sei que pode parecer pouco, mas, de alguma forma, o meu trabalho e o realizado pelos demais consultores, contribui com os sujeitos que estão lá na ponta e anseiam por políticas educacionais que sejam efetivamente democráticas, no sentido de permitir o acesso, a permanência e a qualidade educacional, especialmente, para os que historicamente foram excluídos (STELAMARIS, 2013).*

Outras possibilidades, alternativas e contribuições dos sujeitos com a educação brasileira encontram-se nas afirmações de Alexandre, embora não como

protagonista, mas como observador e participante. Estes avanços, conforme destaca o professor/consultor, ocorrem com a participação popular e com a união dos trabalhadores:

> *[...] O que me faz acreditar neste momento brasileiro e nas possibilidades de transformação, apesar das dificuldades que eu mesmo já destaquei, é a participação popular [...]. Compreenda-se, neste caso, os movimentos sociais populares organizados. Eu me emociono ao falar sobre isso, pois, quando a gente vê que os sujeitos, que eram pisados pelas botas dos milicos, que eram presos como foi o caso do meu estado*[51]*.[...]. Seres humanos que eram proibidos de se manifestar, tratados como bicho, hoje, eles entram na sala do ministro, dialogam com a presidenta diretamente, sem intermediários e colocam na pauta, na mesa de discussões, questões que são de interesse popular. [...]. Se eu me sinto participante dessa condição? Eu afirmo que sim, pois, sou representado por esses grupos e, algumas vezes participo destas reuniões e encontros que são permeados pelas questões políticas, mas que são carregados de reivindicações destes movimentos. Eu sei que alguém pode dizer que o fato de existir esta relação, de certa forma, inibe as reações dos trabalhadores. Mas eu, como trabalhador, preciso me sentir valorizado e pelo menos ouvido. Este me parece ser o caso da participação dos movimentos junto ao governo, não para serem usados como aliados, mas como coadjuvantes em vários momentos. [...] E é, nesta lógica, que eu também me sinto sujeito e educador e por esta razão, pelo fato de ser um educador eu posso contribuir com a transformação. (ALEXANDRE, 2013).*

Com Marx (2007), é possível compreender as afirmações de Alexandre, no que se refere ao fato de ele (Alexandre), ser professor, pois, o pensador defendeu que não seria possível pensar em uma sociedade tão alienada que não precisasse de professores, para contribuir com o desenvolvimento social e humano, o qual é compreendido por meio de uma concepção dialética da relação entre continuidade e descontinuidade.

Outro aspecto importante trazido por Alexandre se refere à questão da participação popular dos grupos que reivindicam melhores condições de trabalho, de vida, de saúde e de educação, dentre outras questões fundamentais para a sua sobrevivência e cidadania. À medida que estes grupos começam a ocupar espaços que anteriormente lhes eram proibidos, vislumbram-se algumas perspectivas de transformação no conjunto da sociedade.

Na fala do Alexandre, carregada de significados políticos e identificada com as causas populares; entretanto, não se percebe menção à condição de trabalho do grupo ao qual ele pertence, ou seja, dos consultores. O professor/consultor assim

---

[51] ALEXANDRE, em outro momento de sua fala, havia se referido às perseguições realizadas contra os movimentos sociais no Estado do Rio Grande do Sul, no governo de Yeda Cruzius. Falou, ainda, sobre as investidas contra a organização dos trabalhadores e as punições.

como os demais consultores, talvez devesse levar as suas reivindicações para os governantes por ele citados. Assim, poderia estar ocupando um espaço na “mesa de discussões” conforme ele salientou, para que as relações de trabalho presentes no processo de terceirização fossem, aos poucos, alteradas.

É claro que não se pode ser ingênuo, na concepção definida por Marx (2007) e Freire (1985) e pensar que estas relações de trabalho sejam alteradas assim tão facilmente, tendo em vista todas as nuances presentes na conjuntura. Em contrapartida, “quem cala, em parte consente” e, por esta razão, os sujeitos explorados não se podem calar, pois, os gritos desses grupos excluídos, de uma ou outra forma, acabam sendo ouvidos; embora, isso não indique que tenham as reivindicações atendidas. Estas ações, de certa maneira, têm levado a algumas conquistas da classe trabalhadora, apesar de, nesse momento, conforme Gohn (1997), os movimentos sociais e as categorias profissionais estarem lutando para assegurar direitos anteriormente conquistados.

Em relação ao Estado, cumprindo a lógica do capitalismo globalizado, o Brasil colocou-se na esteira das privatizações, com isso ampliou os espaços econômicos empresariais e também a subordinação à dinâmica do mercado internacional. Ao assumir esta postura o Estado insere-se em uma perspectiva de descentralização e privatização dos programas educacionais, sociais e econômicos. As parcerias entre o público e o privado, iniciada nos governos instalados nas décadas anteriores, seguem acontecendo e a redução nas ações que envolvem os gastos públicos (saúde, educação, previdência social, etc), são um indicativo de que o Estado mínimo continua sendo uma realidade no País.

Neste sentido, com a hipertrofia do mercado, tem-se o acirramento da fragmentação da sociedade civil e especialmente do conjunto da classe trabalhadora. Um grande número de trabalhadores, assim como os sujeitos da pesquisa, mesmo tendo consciência da vulnerabilidade em que se encontram, sem nenhum vínculo, sem direitos sociais, acaba aceitando as condições impostas pela terceirização, para não perder a possibilidade de trabalhar e receber o pagamento que lhes assegura a sobrevivência.

Ao retornar à temática e à problemática da pesquisa, o ponto em discussão e o que se pode concluir, junto com os sujeitos que contribuíram com suas falas, é que: o trabalho realizado, na lógica da terceirização, por estes professores/consultores tanto pode reforçar o *status quo* quanto pode suscitar

possibilidades de transformações, nas relações de trabalho no modo de produção capitalista, e na educação brasileira. Nesta perspectiva, compreende-se o duplo caráter do trabalho, a saber, seu sentido ontológico e suas características em dados modos de produção no qual se insere o caráter do trabalho subsumido, alienado à lógica do capital.

Ao colocarem-se como cidadãos e como trabalhadores os professore/consultores passam a percebe-se como sujeitos que pertencem a uma classe e que tem poder de luta social, de conscientização e de busca pela libertação política e econômica que constituem um propósito na conquista de sua autonomia.

Sujeitos humanos transformadores envolvem-se e manifestam-se contra as injustiças econômicas, políticas e sociais dentro e fora dos espaços de trabalho e contribuem para que a sociedade se transforme. Lutam pela pertença a uma classe, se posicionam na sua defesa e pelejam pela extinção dessa mesma classe no contexto capitalista, à medida que o antagonismo está presente entre as classes, em que uma é explorada e a outra a exploradora.

A luta que está em curso exige que a classe em si se reconheça como classe para si, o que se dá junto aos organismos de classe, na luta de classes e com os instrumentos de classe. Desta forma, sujeitos políticos que tem consciência do se papel, vão muito além da “permissão” que o capital lhes concede. Eles têm posição e defendem uma sociedade de base socialista que tem na liberdade e na igualdade a sua sustentação.

Nesta perspectiva, é importante lembrar com Luxemburgo et. al. (2006) que o socialismo não pode ser e não será inaugurado por decreto, nem pode ser estabelecido por nenhum governo, mesmo os de base socialista. O socialismo precisa ser construído pelas massas, pois, ele surge exatamente onde são forjadas as cadeias do capitalismo, com a determinação de rompê-las. O que implica na necessidade de uma revolução da classe trabalhadora, uma “revolução contra o próprio Estado” (o Estado como tal), como assegurou Marx ao tratar dialeticamente sobre as guerras civis na França, especialmente a Comuna. Confirma-se nesse caso, que as massas apenas aprendem a usar o poder ao usá-lo, outra forma não existe.

O uso do poder implica em considerar que sem a revolução do modo de produção (TAFFAREL, 2013), sem a superação da sociedade de classes, não existe emancipação, nem educação emancipatória. O que orienta e indica os princípios da

transformação é o projeto histórico que tem a perspectiva da sociedade emancipada, ou seja, a sociedade sem classes sociais.

CONSIDERAÇÕES

A discussão, ainda que parcial, sobre a dialética alienação/transformação no trabalho dos professores/consultores, objetos e sujeito da pesquisa, permite identificar com Marx (2007, 2011, 2009) que o trabalho humano é o elemento, é o motor, a partir do qual toda a sociedade se desenvolve.

Por este estudo ser parcial não é possível dizer que existe uma conclusão, tendo em vista que ainda existe uma riqueza de possibilidades, de discussões e de análises sobre estas relações, experiências e processos que envolvem os trabalhadores na condição de terceirizados, permitindo uma análise mais detalhada sobre os mesmos para poder, de fato, afirmar ou não as conclusões finais. Esta pesquisa, portanto, é apenas uma contribuição neste sentido, entretanto, os estudos e dados levantados por esta investigação possibilitaram algumas interpretações e reflexões que estão destacadas na sequencia.

No desenvolvimento da pesquisa apresentou-se a conjuntura brasileira, a privatização do Estado, a precarização do trabalho no interior de tais relações no serviço público. Enfatizou-se a terceirização e a precarização do trabalho como mediadores das leis mais gerais do capital que subsume o trabalho nas relações capitalistas, alienando, portanto, o trabalho dos que são contratados temporariamente por órgãos do Estado.

Com o propósito de demonstrar empiricamente a tese, apresentou-se, ainda, dados sobre a ingerência dos organismos internacionais, financiadores dos projetos e programas implementados por governos brasileiros. Buscou-se identificar o papel do Estado no modo de produção capitalista, deixando evidente a luta das classes – as que detêm os meios de produção e as que contam somente com sua força de trabalho – que se trava no interior do Estado a partir da organização da produção da vida com base na propriedade privada.

O problema inicial da pesquisa consistiu em realizar uma síntese dialética e discutir sobre as categorias alienação/transformação no trabalho realizado pelos sujeitos da pesquisa. A investigação fundamentou-se nos teóricos que tratam da temática e nas intervenções/contribuições dos professores/consultores, tendo em vista que esses se encontram no centro da contradição; pois, embora tenham uma

formação de base no movimento social, nos partidos políticos, nas igrejas, e em outros espaços formativos, portanto, supostamente politizados, encontram-se contratados, a serviço do Estado. Demonstrou-se assim, o choque de interesses entre trabalhadores advindos dos movimentos de luta social e os financiadores e a estrutura Estatal reformada para atender os interesses do capital.

Neste sentido, na execução do seu trabalho, os sujeitos da pesquisa têm vivido situações em que o trabalho aparece como uma perversão, pois, conforme Marx denunciou, o trabalho transforma-se em objeto, que o trabalhador só pode adquirir com tremendo esforço e com interrupções imprevisíveis. Trata-se do trabalho alienado e a apropriação do objeto também aparece como alienação, a tal ponto que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica dominado pelo seu produto, o capital.

Esta forma de trabalho decorre do fato do trabalhador se relacionar com o produto do seu trabalho como um objeto estranho. Márcia sublinha que "*o resultado do meu trabalho eu não consigo vislumbrar, a não ser pelo recebimento do valor em dinheiro e, para mim ele é questão de sobrevivência sim".* Conforme Marx (2009), quanto mais o trabalhador se desgasta no trabalho, tanto mais poderoso se torna o mundo de objetos por ele criado em face dele mesmo, tanto mais pobre se torna a sua vida interior e tanto menos ele pertence a si próprio. Assim, Maria Terena é bastante incisiva:

> *[...] eu não tenho tempo para mim, nem para meu filho, e isto sempre foi assim, independente de onde estive trabalhando, o trabalho, nos afasta da nossa família e da gente mesmo. É só pensar no tempo que eu tenho para minhas coisas. Se eu confessar para você pode ser vergonhoso, mas muitas vezes eu pago minhas contas com atraso, não por não ter dinheiro, mas, por não conseguir sair do local em que eu estou trabalhando para pagar e, até mesmo porque fico tão enrolada nas coisas, que me rodeiam no dia a dia de trabalho que eu mesma me perco. Eu fico meio que sem noção.*

Essas consequências decorrem do fato de o trabalhador estar extremamente envolvido com o trabalho, porém, de forma alienada. E, quanto maior for sua atividade, portanto, tanto menos ele possuirá; pois, na medida em que ele se desgasta no trabalho em busca de ampliar os valores recebidos e sobreviver, tão mais poderoso se torna o mundo dos objetos.

Nesta lógica, Rafael (2013), na condição de professor e consultor esclarece que:

> *[...] eu como professor sempre tive que trabalhar em vários lugares. Ninguém consegue sustentar uma família dignamente, como professor, se não trabalhar em vários lugares ao mesmo tempo. Disso advêm os deslocamentos, o preparo das aulas em casa, as correções de trabalhos e provas, enfim, passamos a viver para trabalhar, o sobretrabalho ao qual somos submetidos, nos transforma em objetos do/a serviço do sistema.*

A objetivação, conforme Marx (2009), surge como uma perda de objeto, quando o trabalhador é despojado das coisas mais essenciais não só da vida, mas também do trabalho. O trabalho transforma-se em um objeto que ele só pode adquirir com tremendo esforço e com interrupções imprevisíveis e o que está incorporado ao produto de seu trabalho não mais é dele mesmo.

Ainda, o fato de não ter vínculo trabalhista no caso das consultorias, ao mesmo tempo em que dificulta e não permite que os trabalhadores tenham acesso aos direitos trabalhistas, provoca um desgaste muito grande com relação às próprias despesas, o que inclui a saúde, conforme relata Marco (2012):

> *[...] para a gente comprar, dificilmente temos condições de abrir um crediário, pois não temos vínculo trabalhista; quer dizer, que temos que levar nossas contas de tal forma que tudo seja comprado à vista. A questão se agrava em caso de doença, pois, a gente nunca sabe quando vai adoecer.*

Esta afirmação de Marco evidencia porque Catharino (1997) chama a terceirização de sequela do neoliberalismo, quando afirma que:

> Por isso, e pelo mais que poderia ser dito, a ‘terceirização’ é uma via aberta, em última análise, à exploração do trabalho humano, no fundo considerado como mercadoria, ao gosto dos economistas puros, como os ‘neoliberalistas’, adeptos da máxima liberalização de ‘um mercado auto-regulado’ (1997, p. 71).

A alienação do trabalho dos professores/consultores o configura como flexibilizado, fragmentado, precarizado e afastado dos próprios sujeitos que o realizam. Esta condição gera a insegurança, o distanciamento dos demais servidores, a falta de expectativas com relação à própria educação, com os programas criados e lançados pelo Estado brasileiro e, acaba caracterizando as relações de trabalho como algo que provoca o desencanto, a perda do sentido ontológico do trabalho, afetando a vida pessoal desses trabalhadores. Torna-se, desta maneira, um obstáculo ao devir do ser humano.

Os sujeitos da pesquisa encontram-se alienados da natureza, de si mesmos ou de sua atividade (pois o produto do seu trabalho lhes é alheio), de seus seres genéricos e alienados em relação aos outros trabalhadores. Nesta condição, não se compreendem como pertencentes à categoria de professores e nem de servidores públicos, à medida que não participam das lutas e nem mesmo se sentem parte dessas categorias.

O que deveria se constituir em um propósito, no sentido de oportunizar avanços, qualidade de vida e igualdade social, ao contrário, serve para reforçar a desigualdade, a exploração e a destruição da força de trabalho. Nesta ótica, no contexto em estudo, acaba se destacando claramente a dialética da luta de classes: enquanto o trabalhador é explorado e não se permite que tenha acesso aos bens produzidos, o explorador do trabalho está muito contente com o resultado, por dois motivos: tem o trabalhador na mão e "controla" a educação em nível nacional. Desta forma, consolida-se, neste espaço em que são criadas as políticas educacionais, o que se vislumbra nos demais espaços em que convivem trabalhadores e exploradores do trabalho: que os interesses entre classes sociais diferentes são inconciliáveis.

A antítese, a dialética, entretanto, que fundamenta a alienação do trabalho, como analisa Mészáros, implica em:

> A atividade alienada não produz só a consciência alienada, mas também a consciência de ser alienado. Essa consciência da alienação não só contradiz a ideia de uma totalidade alienada inerte, como também indica o aparecimento de uma necessidade de superação da alienação (MÉSZÁROS, 2005, p. 163).

Neste viés, compreende-se com Mészáros (2009, p. 14) que o desenvolvimento histórico pode ser "positivamente alterado pela intervenção consciente para transcender a auto-alienação do trabalho". A transcendência (Aufhebung) positiva da auto-alienação do trabalho é um conceito histórico "que vislumbra a culminação bem-sucedida de um processo em direção a um estado de coisas qualitativamente diferente" (p. 40).

Nesta perspectiva, neste mesmo trabalho que aliena, encontra-se a possibilidade da transformação e a auto-realização dos professores/consultores. Configura-se, nesse aspecto, o que Mészáros narra:

> Já que o trabalho só é gozo, como necessidade positiva, como necessidade interior, a auto-realização, a realização humana, é inseparável do aparecimento dessa necessidade positiva. A liberdade é, assim, a realização do objetivo do homem: a auto realização no exercício auto determinado e externamente não-impedido dos poderes humanos. Como autodeterminação, a base desse exercício livre dos poderes humanos, não é um imperativo categórico abstrato, que permanece exterior ao ser humano real, mas uma necessidade positiva. Os meios (trabalho) e fins (necessidade), nesse processo de humanização, transformam-se, mutuamente, e criam uma atividade verdadeiramente humana, feita de gozo e auto-realização, pela qual o poder e a finalidade, os meios e os fins, surgem numa unidade natural, humana (MÉSZÁROS, 2005, p.166).

As afirmações do autor sinalizam para a compreensão de Maria Terena sobre as possibilidades que se apresentam para que o trabalho, que realiza, assuma uma postura transformadora:

> *[...] o trabalho que a gente realiza é intelectual, mas também é braçal, mas ele tem uma grande importância ideológica. [...] independente do que se possa afirmar, o nosso trabalho é um grande formador de opinião. Nós assumimos diante das IPES, diante dos sistemas e redes de ensino, a função de esclarecer e orientar sobre as politicas educacionais, e, ao mesmo tempo [...] nos permite fazer política. Neste momento, em que fazemos as coisas acontecerem a gente se sente importante, nosso trabalho tem valor, ele é fonte de realização. Eu cito como exemplo, o fato de participarmos de decisões que implicam em que os cursos que são desenvolvidos nas instituições fundamentem-se nas tendências críticas, progressistas, pois, analisamos os PPPs e temos condições de emitir pareceres, orientar e discutir uma proposta educativa com caráter popular progressista, dentre outras ações. [...], enfim, existem ainda outras situações que poderiam ser citadas que corroboram o que eu digo. (MARIA TERENA, 2013).*

Rafael, ao falar sobre as possibilidades que se apresentam em seu trabalho, defende que:

> *[...] da forma que nosso trabalho é desenvolvido, ele é alienante e faz com que a gente se auto-aliene. Agora, existem sim condições de fazer com que esta situação se inverta. A primeira delas, na minha opinião, é que a gente efetivamente assumisse um papel e um espaço de consultoria; Segunda questão, é que nosso produto pudesse ser feito com a qualidade que a gente teria para fazer, tendo em vista nossa formação, as concepções ideológicas e filosóficas que permeiam nossa trajetória e o tipo de pesquisa que poderíamos fazer; A terceira é que este produto pudesse ser socializado, que ele cumprisse com a função para a qual foi definida a contratação; A quarta é que ele não deixasse de ser nosso, quer dizer, nós pesquisamos, redigimos, buscamos subsídios e ele não pertence mais para nós. [...] Eu não entendo porque a gente não pode divulgar os resultados de nossos estudos, você vê: os professores como nós que trabalham nas universidades, por exemplo, embora com toda uma série de dificuldades [...], publicizam os resultados de suas pesquisas e elas contribuem com a sociedade.*

A fala do professor/consultor Rafael não destoa dos propósitos divulgados e firmados com a UNESCO, quando assegura que ela deverá desempenhar o papel de:

> [...] catalisadora de cooperação, tanto no nível nacional quanto no internacional. Como Agência da ONU, é vista pelos demais atores sociais como interlocutora confiável, **capaz de disponibilizar informações, experiências e grupos de discussão, como também de fornecer uma perspectiva externa que permita a avaliação das experiências nacionais à luz dos esforços internacionais** [...] a UNESCO posiciona-se como instância confiável frente aos diferentes grupos do país, particularmente os oriundos da sociedade civil. Desenvolverá suas ações com base nessas características. O estabelecimento de redes de parcerias e a mobilização de cooperação entre os diversos atores associados ao desenvolvimento do país – nos níveis governamental e comunitário, nas empresas do setor privado, nas ONGs e nas associações profissionais – continuarão sendo as diretrizes norteadoras na formulação dos projetos, tomando como base as experiências positivas com as quais o escritório no Brasil conta nessa área. (UNESCO, 2006, p. 16, grifos nossos).

Como se pode perceber, na publicação da UNESCO intitulada: "*Marco Estratégico para a UNESCO no Brasil",* evidencia-se a disponibilização de informações, o que se supõem, poderia estar contemplando os trabalhos realizados pelas consultorias, se essas efetivamente *permitissem a avaliação de experiências nacionais à luz dos esforços internacionais.* Uma questão, que merece ser considerada é que o modelo de cooperação internacional defendido pelo Brasil e os projetos que são financiados e dão origem às consultorias direcionam-se, em boa medida, a "projetos capazes de fornecer assistência de qualidade aos parceiros governamentais nas áreas de especialização e no desenvolvimento de capacidades, agregando valor aos programas nacionais em conformidade com o mandato específico de cada agência" (UNESCO, 2006, p.8). Neste aspecto, convém lembrar que o documento que orienta as contratações, já citado anteriormente neste trabalho, deixa claro, que as consultorias são feitas por pessoas especializadas e por isso, a remuneração tem um valor considerável.

Desta forma, conforme a CGU:

> Em se tratando de um novo conhecimento a ser adquirido pela instituição com a contratação de consultores, pode-se necessitar de um serviço de tal nível de especialização e qualidade, para o qual não se tenha informação sobre onde e como encontrar profissionais que possam se interessar em oferecer o produto desejado, em resposta a uma demanda ou edital. (BRASIL, CGU, 2012, p. 14).

Neste sentido, não está explícita, mas implícita, a contratação de pessoal para a execução desses trabalhos especializados. A UNESCO compromete-se a apoiar “os esforços das autoridades brasileiras (federais, estaduais e municipais)” e, “optou por instituir uma cooperação que fosse simultaneamente mais estratégica e mais direcionada aos temas de seu mandato” do que aos desafios atualmente enfrentados pelo Brasil.

A CGU manifesta-se em relação aos aspectos acima, ao lançar o documento intitulado: *Contratação de Consultorias. Perguntas e respostas relativas à gestão de Projetos de Cooperação Técnica Internacional*, em que assegura:

> Os Projetos de Cooperação Técnica Internacional se constituem em importantes iniciativas para a viabilização do desenvolvimento de capacidades e conhecimentos e a gestão da inovação no âmbito da Administração Pública, a partir da atuação conjunta de órgãos e entidades nacionais com organismos internacionais cooperantes. Os projetos, no entanto, têm se deparado com a dificuldade de garantir a conformidade de suas atividades com as premissas e os princípios da cooperação, em função de dilemas e dúvidas que não encontram plena resposta no arcabouço normativo existente. Em decorrência dos trabalhos de auditoria realizados, a Controladoria Geral da União, por meio da Secretaria Federal de Controle Interno-SFC, vislumbrou a importância de consolidar entendimentos e propor boas práticas em favor do aprimoramento da gestão dos projetos. (BRASIL, CGU, 2012).

Assim, os produtos originados das consultorias, cuja reivindicação de publicização foi feita pela maioria dos sujeitos da pesquisa, talvez não estejam atendendo aos propósitos desta instituição e ao Estado brasileiro. De qualquer maneira, eles são apontados pelos sujeitos como um trabalho com características transformadoras, à medida que: *Os produtos do meu trabalho, especificamente o produto gerado a partir da exigência da consultoria, normalmente têm uma função social que se aproxima dos fins da educação que eu sempre defendi* (ALEXANDRE, 2013).

Ainda, na perspectiva da transformação, os sujeitos apontam como necessário, o retorno às bases de sustentação política, às categorias profissionais e aos movimentos sociais que, durante sua trajetória profissional, fizeram-se presentes nos momentos em que tanto o trabalho quanto às condições de trabalho se mostravam insatisfatórias e levavam a manifestações, paralisações e/ou movimentos grevistas.

Lênin (1986) contribui com o entendimento das questões levantadas pelos sujeitos da pesquisa ao atentar para o que ainda parece não estar presente e que é fundamental quando se busca a transformação:

> A consciência da classe operária não pode ser uma consciência proletária verdadeira se os operários não estiverem habituados a reagir contra todo abuso, toda manifestação de arbitrariedade, de opressão e de violência, quaisquer que sejam as classes atingidas, a reagir do ponto de vista social-democrata, e não de qualquer outro ponto de vista (LÊNIN, 1986, p. 55).

Com esta afirmação de Lênin, pode-se compreender porque os sujeitos da pesquisa dizem ser necessária a volta às origens em que se encontravam junto às categorias profissionais e aos movimentos sociais de base, especialmente, porque não é possível forjar uma consciência de classe sem que existam interesses em comum.

A consciência de classe, para Marx (1982), seria um problema de concessão relacionado aos interesses de classe. Esses interesses se orientam, segundo ele, em função de *sintomas de evolução* e, não, da própria evolução e em função de manifestações parciais da sociedade e, não, do conjunto da estrutura de tal sociedade.

> As condições econômicas transformaram, em primeiro lugar, a massa do povo em trabalhadores. A dominação do capital sobre os trabalhadores criou a situação comum e os interesses comuns dessa classe. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas ainda uma classe para si mesma. Na luta, da qual indicamos apenas algumas fases, essa massa se une e forma uma classe para si. Os interesses que ela defende tornam-se interesses de classe (MARX, 1982, p. 05).

Com relação à classe, portanto, o conflito inicialmente limitado vai sendo ampliado na medida em que se torna interesse comum a toda a classe. Assim, criam-se instrumentos e mecanismos adequados e, a partir disso, pode-se contestar a classe antagônica. Isso significa, portanto, que é no bojo da luta que a classe, assim como a consciência de classe se constitui. O que acontece com relação aos sujeitos da pesquisa é que eles não se constituem como uma classe, pois, ao não estabelecerem uma comunidade de interesses, nem organização política, não constituem propriamente uma classe: não são uma classe-para-si. E isso os fragiliza e os amarra à lógica estruturante do capital.

Nesta perspectiva, eles se inserem no conjunto que partiu da contestação à conformação (TUMOLO, 2002), ao se depararem com os limites e conflitos postos

pela realidade. Outra questão importante em relação à formação de uma classe ou consciência diz respeito à teoria, quando Stelamaris assegura:

> *[...] Eu percebo como uma possibilidade de transformação, tanto em relação á sociedade, quanto ao nosso trabalho, o conhecimento teórico. Com isso, eu quero dizer que nós precisamos ter formação e isso, infelizmente, não acontece aqui. Nós contribuímos com a formação em nível de País, mas, nós mesmos não participamos de formação. Nesta formação, eu incluo formação política, temas que envolvem as políticas educacionais e sociais e a docência (STELAMARIS, 2013).*

A afirmação de Stelamaris corrobora com o que defende Tumolo (2002, p. 253), quando o autor menciona que a formação não só pode como deve ser oferecida. O autor, ao analisar as fragilidades dos sindicatos, assegura que, para haver mudanças, seria necessário formar "quadros dirigentes revolucionários para a classe". Nas questões que envolvem os trabalhadores sujeitos da pesquisa, esta formação implica na discussão sobre as suas condições de trabalho, o aprofundamento teórico sobre contradições vividas, sobre as relações que permeiam o Estado, as políticas educacionais, os organismos internacionais, o trabalho e a educação.

No que diz respeito à realização do e no trabalho, os sujeitos da pesquisa entendem ser importante a função que realizam na medida em que contribuem com o processo educacional brasileiro e trabalham para que a educação pública, em nível nacional, tenha uma ação pública efetiva.

Todos asseguram que são professores e que, na sua profissão, encontram as possibilidades de contribuir com o processo de transformação da sociedade. Entendem que a consultoria é algo passageiro e querem voltar para seus Estados de origem e trabalhar como professores, ou como educadores populares (STELAMARIS). Depois do trabalho realizado no órgão Estatal brasileiro, consideram-se mais experientes e com um conjunto de conhecimentos sobre a legislação e as políticas em nível macro e micro.

Nesta perspectiva procurou-se compreender e responder a questão título desta pesquisa e as razões de iniciar com o questionamento: *Para onde vai a voz que ainda ecoa em nós?* Inicialmente convém destacar que ela foi sugerida pelos professores/consultores Marlo e Polianna[52] durante uma discussão sobre a temática,

---

[52] Marlo e Polianna assim como a autora da tese também são professores e foram consultores por um determinado período.

que envolve classes sociais antagônicas, ocasião em que os servidores efetivos a serviço do Estado estavam em greve e realizando manifestações. Esta questão foi discutida com todos os sujeitos da pesquisa, e eles concordaram que ela provoca um repensar de suas ações e compromisso com a categoria profissional.

Ela indica que os professores/consultores embora realizem um trabalho alienado e alienante, tem consciência desta situação, sendo esta resultante de seu envolvimento anterior com a categoria profissional, com os movimentos sociais e sindicais, onde se constituíram como classe. Compreendem os professores/consultores que o retorno às bases –"consciência/voz que ainda ecoa", significa a possibilidade de avançar no coletivo e contribuir com a classe, que por conta do trabalho e da condição em que se encontram, foi deixada de lado.

Desta maneira, querem assumir um compromisso social e compreendem, como Marx, que se o homem trabalha apenas para si mesmo, poderá talvez tornar-se um célebre erudito, um grande sábio ou um poeta renomado; mas jamais, alguém será genuinamente completo, verdadeiramente grande, trabalhando apenas para si.

A História chama-os de os maiores, os que se enobrecem trabalhando para o bem universal, pois, feliz é exatamente aquele que fará o maior número de pessoas felizes. Neste caso, os professores, sujeitos da pesquisa, embora na condição de consultores, compreendem-se como professores e, mesmo sem se constituir como uma classe, eles defendem que por meio da educação existe possibilidade de contribuir com a transformação da sociedade.

Assim, embora o violento processo de alienação a que estão submetidos os trabalhadores precarizados nas relações de trabalho no Estado, existem possibilidades de transformação, haja vista o processo histórico da classe trabalhadora em sua trajetória de transição. Ainda, conforme destacado anteriormente, a descoberta de ser alienado produz também a consciência da alienação enquanto classe e sujeito, o que implica na necessidade de superação da situação vivida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando L. SOARES, Márcia M. **Redes federativas no Brasil**: cooperação intermunicipal no Grande ABC. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 2001.

AFONSO, Janela Almerindo. Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do estado-nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**, v. 22. a. XXII, n. 75, ago., 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302001000200003>. Acesso em: 13 dez. 2012.

ALTVATER, Elmar. Existe um Marxismo Ecológico. BORON, A. A.; JAVIER, A. G. **A teoria marxista** hoje. Problemas e perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 1987. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.15.doc> . Acesso em: 15 out. 2012.

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES JUNIOR, Celestino (Org.). **Dermeval Saviani e a Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 1994.

ANDRADE, Flávio, Carvalho Monteiro. **(I)licitude da Terceirização no Brasil.** Uma análise na perspectiva da especialização e da dependência do Prestador de Serviço. São Paulo: LTR, 2012.

ANTUNES, Ricardo**. A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula).** Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. **A Dialética do Trabalho**. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Os sentidos do trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1999/2001.

_____. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho?. SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE MENTAL E TRABALHO - **Anais...** São Paulo, nov., 2008. Disponível em: <www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/anexos/Mesa%201%20>. Acesso em: 05 maio 2011.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

AUGUSTO, Maria Helena Oliveira Gonçalves . As reformas educacionais e o ‘choque de gestão’: a precarização do trabalho docente. In: REUNÃO ANUAL DA ANPEd, 28., 2005, Caxambú. **Anais...** Caxambú: ANPEd, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BIANCHETTI, G. Roberto. **Modelo Neoliberal e políticas educacionais.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. São Paulo: Forense, 5. ed. 2001.

_____. CGU. **Auditoria e Fiscalização Auditoria sobre os Projetos de Recursos Externos**. Abordagem da CGU nas auditorias de Contratos e Financiamentos Externos e Projetos de Cooperação Técnica Internacional. 2011. Disponível em: <www.cgu.gov.br/auditoriaefiscalizacao/RecursosExternos/index.asp>. Acesso em: 23 dez. 2012.

_____. CGU. **Treinamento em processo administrativo disciplinar** (pad) - formação de membros de comissões apostila de legislação março de 2003. Disponível em: **<**https://bvc.**cgu**.gov.br/.../treinamento_em_processo_administrativo.p....>. Acesso em: 23 dez. 2012.

_____. CGU. **Contratação de Consultorias.** Perguntas e respostas relativas à gestão de Projetos de Cooperação Técnica Internacional. Brasília. 2012.

_____. CGU. Disponível em: <www.cgu.gov.br/AreaCorreicao/.../Agentes_**Publicos**_Politicos.asp>. 2012. Acesso em: 13 nov. 2012.

_____. Crise e desregulação do trabalho no Brasil. In: **Texto para Discussão.** Brasília, IPEA (814), agosto 2001.

_____. **Decreto-lei n. 200**, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 29 ago. 2012.

_____. **Decreto n. 2.271**, de 7 de julho de 1997. Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2271.htm>. Acesso em: 29 ago. 2012.

_____. **Decreto-lei n. 4.742,** de 2001. Projeto de reforma do Código Penal, sobre assédio moral. Disponível em: **<**www.assediomoral.org/spip.php?article81>. Acesso em: 28 set. 2012.

_____. DIEESE. **Convênio SE/MTE nº 04/2003**, Processo nº 46010.001819/2003-27 28. Relatório Técnico - O Processo de Terceirização e seus Efeitos sobre os Trabalhadores no Brasil. Disponível em: <portal.mte.gov.br/data/files/.../Prod02_2004.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2011.

_____/IPEA. **Financiamento da educação:** necessidades e possibilidades. n. 24. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 24 dez. 2012.

_____. **Lei Complementar n. 101**, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 29 ago. 2012.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - LDB n. 9394/96: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 jan. 2011.

_____. **Lei n. 5540/68** - Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 13 fev. 2011.

_____. **Lei n. 8.666**, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inc. XXI, da Constituição Fderal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. 20. ed. Editora NDJ, 2003.

_____. **Lei nº 5.645,** de 10 de dezembro de 1970. Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 22 set. 2012.

BRASIL, MARE, **Plano diretor de reforma do aparelho do estado**. 1995. Disponível em: <www.bresserpereira.org.br/.../**MARE**/**PlanoDiretor**/ **planodiretor**.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2012.

BRASIL/MEC. **Contratos terceirizados.** Disponível em: <www.**mec**.gov.br/> . Acesso em: 2 fev. 2013.

_____. **As Secretarias do MEC**. 2012. Disponível em: <www.**mec**.gov.br/>. Acesso em: 13 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual da Despesa Nacional aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a partir da elaboração e execução da lei orçamentária de 2009.** Brasília: STN, 2008.

_____. **Portaria Interministerial STN/SOF n. 163,** de 4 de maio de 2001. Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, estados, Distrito Federal e municípios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/portaria_163_01.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2012.

_____. Presidência da República. **Decreto n. 87.522, de 25 de agosto de 1982**. Promulga o Acordo de Cooperação Técnica em Matéria Educacional, Científica e Técnica, concluído entre o Governo do Brasil e Unesco, no ano de 1981. Brasília: DAI, 1982.

_____. **Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República**: exercício de 2010. Tribunal de Contas da União (TCU). Brasília: TCU, 2011.

_____. TCU - **Contas do governo**. 2011. Disponível em: <www.tcu.gov.br/contasdogoverno>. Acesso em: 13 dez. 2012.

_____. TCU Minas Gerais. Atividades-meio, atividades-fim e a terceirização de serviços pelo Poder Público. **Revista do tribunal de contas do Estado de Minas Gerais**, v. 75, n. 2, a. XXVIII abr./jun., 2010.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

BRENER, Robert. The Origins of Capitalism. New Left Review, 104, 1977, p. 37. In: WOOD, Ellen. **Democracia contra o capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2006

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do Estado nos anos 90:** lógica e mecanismo de controle. Barcelona, 1997.

_____. Cidadania e res publica: a emergência dos direitos republicanos. **Revista de Informação Legislativa.** a. 34, n. 136, out-dez, p. 289-313. Brasília, 1997.

_____. **Economia brasileira**: uma introdução crítica. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita (Org.) **50 anos de ciência econômica no Brasil.** São Paulo/Petrópolis: Fipe/Vozes, 1996.

_____. **Reforma do Estado para a Cidadania.** São Paulo: Editora 34, 1998.

BUCI-GLUCKMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado.** São Paulo: Paz e Terra, 1990.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. São Paulo: Papiros, 1988.

CASTILLO, Juan Jose. **Sociologia del Trabajo**. Madri: CIS, 1996.

CASTORIADIS, Cornelius. **As Encruzilhadas do Labirinto**, v.1,2 e3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CATHARINO, José Martins. **Neoliberalismo e seqüela:** privatização, desregulação, flexibilização, terceirização. São Paulo: Ltr, 1997.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Orgs). **Os Sentidos da Democracia**: Políticas do dissenso e hegemonia global. 2. ed. Rio de Janeiro: Fapesp; Vozes, 1999.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOMSKY, Noam. **Ano 501**: A conquista continua. São Paulo: Scritta, 1993.

_____; STEFFAN, Heinz Dieterich. **A sociedade global.** Educação, Mercado e Democracia. Blumenau: Ed. da FURB, 1994.

CIAVATTA, Maria Franco. Formação Profissional para o Trabalho Incerto: Um estudo Comparativo Brasil, México e Itália. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e Crise do Trabalho**: perspectivas de final de século. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CIAVATTA, Maria Franco; FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação básica no Brasil na década de 1990, subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação & Sociedade**. v. 24, n. 82, p.93-130, Campinas, 2003.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? **Educação e Sociedade**. v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. Campinas: Unicamp; Cedes, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21464.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2011.

DAL ROSSO, Sadi. Intensidade e imaterialidade do trabalho e saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4 n. 1, p. 65-91, 2006.

_____. “Orelhas secas”: condições de trabalho de contratados pelo serviço público. **Universidade & Sociedade**, Brasília, DF, v. 10, n. 23, p. 141-152, fev. 2001.

_____; FORTES, José Augusto A. Sá (Orgs.). **Condições de trabalho no limiar do século XXI**. Brasília: Época, 2008.

DIAS, Edmundo F. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, Edmundo F. [et. al]. **O outro Gramsci.** São Paulo: Xamã, 1996.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização**: (des)fordizando a fábrica – um estudo do complexo petroquímico da Bahia. São Paulo: Boitempo, 1999.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring** Herr Eugen Dühring's Revolution in Science Disponível em: <http://www.culturabrasil.pro.br/zip/antiduhring.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2010.

FARIA, Wadson Silva. A avaliação de processos jurídicos. **Revista dos tribunais**. Brasília, 2001.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. A terceirização no serviço público. **Síntese Trabalhista** n. 79, jan., 1996, p. 132-139. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/176404>. Acesso em: 23 nov. 2012.

FERRAZ, Luciano de Araújo. Lei de Responsabilidade Fiscal e terceirização de mão-de-obra no serviço público. **Jurídica Administração Municipal**, ano VI, n. 3, mar., 2001, p.24.

FERRAZ, Luciano de Araújo. Lei de Responsabilidade Fiscal e terceirização de mão-de- obra no serviço público. **Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico**- **ReDAE**. n. 8, nov./dez., 2006; jan. 2007, Salvador. Disponível em: <www.direitodoestado.com/.../REDAE-8-NOVEMBRO-2006-2007>. Acesso em: 13 ago. 2012.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. **Enpublicación:** Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto, 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org. ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2012.

_____. **A história do Plano Real:** fundamentos, reflexos e contradições. São Paulo: Boitempo, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1975/1985.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Crise do Trabalho.** Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. **Educação e Crise do Capitalismo Real.** São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Entrevista concedida a Fernanda Buarque de Holanda para a Ag. Fiocruz de notícias.** Disponível em: <http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: 06 nov. 2006.

_____; CIAVATTA, Maria Franco. Educação básica no Brasil na década de 1990, subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação e Sociedade.** v. 24, n. 82, p.93-130. Campinas, 2002.

GADOTTI Moacir; ROMÃO, J. E. **Autonomia da Escola princípios e propostas.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1990.

_____. **A transformação da intimidade.** São Paulo: Unesp, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais:** Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **Classes sociais e movimentos sociais.** CFESS-ABEPSS-CEAD-UnB, módulo 02, s/d, p. 36 - 54. 1997.

GOLDESTEIN, Lídia. **Repensando a dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GORENDER, Jacob**. Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1994.

GORENDER, Jacob. Apresentação*.* In: MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. v. 1, t. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** vol.1- Introdução ao estudo da Filosofia de Benedetto Croce. Tradução Carlos Nelson Coutinho; Co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____**. Cartas do Cárcere.** Seleção e Tradução de 233 cartas das edições italianas de 1947 e 1955 por Noênio Spinola. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 8. ed. 1992.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1989/1994.

HIDALGO, Ângela Maria. Tendência contemporâneas da privatização do ensino público: o caso do Estado do Paraná**.** São Paulo/PUC, 1998. 142 f. Dissertação/Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

HIRSCH, Joachim. **Teoria materialista do Estado***.* São Paulo: Revan, 2011.

HOBSBAWM, Eric. **A era do capital 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3. ed. 1982.

_____. O novo século. Entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

IASI, Mauro Luis. Trabalho: emancipação e estranhamento?. In: Edvânia Lourenço; Vera Navarro; Iris Bertani; José F.S. da Silva; Raquel Sant'Ana. (Org.). **O avesso do trabalho II**. 1ed.São Paulo: Expressão Popular, 2010, v. 1, p. 61-83.

JUNIOR, [et. al.]. Terceirização no setor público brasileiro. In: **Terceirização no Brasil:** do discurso da inovação à precarização do trabalho (atualização no debate e perspectivas). Org. MOTA, Denise Dau; RODRIGUES, Iram Jacome; CONCEIÇÃO, São Paulo: Annablume, CUT, 2009.

KLEIN, Ligia Regina. Trabalho, educação e linguagem. **Revista Educar.** Curitiba: Editora UFPR, 2003.

KOPNIN, Pável Vassílievitch. **A Dialética como lógica e teoria do conhecimento.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOSIK, Karel, **Dialética do Concreto.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e trabalho no Brasil:** o estado da questão. Brasília: REDUC/INEP, 1987.

_____. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. **Boletim Técnico do SENAC,** Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, maio/ago. 2002.

LA BOETIE, Ètiene de. **Discurso sobre a servidão voluntária.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

LÊNIN, Vladimir I. **O Estado e a revolução.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Acerca do estado.** Obras Completas em cinquenta e cinco tomos, t. 39. 5. ed. Moscou: Progresso, 1986.

_____. **VI. Obras Escogidas em três tomos.** DEL CC DEL PUCS.. Moscú: IML Ed. em Lenguas Extranjeras, 1960.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2007.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LIGUORI, G. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTNHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LUXEMBURGO, Rosa et. al. **Manifiesto: três textos clássicos para cambiar el mundo**. Cuba: Ocean Press; La Habana, 2006.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. Terceirização na Administração Pública – uma prática inconstitucional. **Revista LTr.,** v. 70, n. 11, p. 1307-1317, nov., São Paulo, 2006.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Estado e Desenvolvimento na Amazônia:** a inclusão Amazônica na reprodução capitalista brasileira. Tese, UFRRJ, 2007.

MARTINS, Humberto. Administração para o Desenvolvimento: a relevância em busca da disciplina. **Revista do CONSAD**. a. 1, n.1, abr., 2004.

MARX, Karl. **Capítulo VI.** Inédito de O Capital. São Paulo: Editora Moraes, s/d.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Glosas Críticas Marginais ao artigo O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano. **Revista Práxis**, n. 5, Belo Horizonte, 1995. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/08/07.htm>. Acesso em: 16 mar. 2012.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O Capital 1,** v. 1. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.

_____. O trabalho alienado, primeiro manuscrito. In: **Manuscritos econômicos e filosóficos.** Tradução Alex Marins. São Paulo: Editora Mantin Claret, 2002, p. 110-122.

_____. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **Textos sobre a Educação e o Ensino.** São Paulo: Moraes, 1992.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** Tradução e notas de Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Manifesto Comunista.** 2006. Ed. Eletrônica. Ed. Ridendo Castigat Mores. Disponível em: <www.jahr.org. s/d>. Acesso em: 10 out. 2011.

_____. **Obras Escogidas.** Moscou: Ed. Progresso, s/d.

MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém. **Desafiando o leviatã:** sindicalismo no setor público. Campinas: Alínea, 2000.

MESZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. A ordem do capital no metabolismo social da reprodução. In: **Ensaios Ad Hominem.** São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem (1), tomo I, 1999.

_____. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O poder da ideologia.** Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo (Org.). **Teoria da violência.** In: ENGELS, Friedrich. São Paulo: Ática, 1981. (Col. Grandes Cientistas Sociais).

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Brasil ano 2000: a agenda cristalizada. In: **Revista Inscrita.** Rio de Janeiro: Conselho Federal de Serviço Social, a. 3, n. 6, julho, 2000.

NUN, José. **O futuro do emprego e a tese da massa marginal.** Texto apresentado na Sessão "América Latina Hoje: Desenvolvimento e trabalho", dos Seminários Temáticos Interdisciplinares "Os Estudos do Trabalho: novas problemáticas, novas metodologias e novas áreas de pesquisa", realizado na USP, em 29 de maio de 2000.

OLIVEIRA, Antônio. **O Ensino Público.** Ed. do Senado. 2003. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/1072>. Acesso em: 21 mar. 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade.** Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez., 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. In: **Seleções CEBRAP** 1. São Paulo: Brasiliense, 1976.

_____. **A economia brasileira:** crítica à razão dualista. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1988.

_____. **Introdução.** In: OLIVEIRA, Francisco (Org.). Celso Furtado. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **O Fórum Social Mundial**. Manual de Uso. São Paulo: Cortez. 2005.

_____; PAOLI Maria Célia (Orgs). Rio de Janeiro: Fapesp; Vozes. 2. ed.1999.

_____. Privatização do Público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA Francisco de; PAOLI Maria Célia (Orgs.) **Os Sentidos da Democracia:** Políticas do dissenso e hegemonia global. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, G. Trabalho flexibilizado na universidade. **Universidade & Sociedade,** Brasília, DF, v. 6, n. 11, p. 48-56, jun., 1996.

PANIAGO. A reforma do estado no Brasil e a relação público e privado – do que se trata?. CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS – CBAS, 12. **Comunicação Científica apresentada.** Foz de Iguaçu, 2007.

PEREIRA, Sueli Menezes. Estado neoliberal e políticas educacionais no Brasil: refletindo sobre a descentralização administrativa e o papel da comunidade na gestão escolar. In: ALONSO, C. (Org.) **Reflexões sobre políticas educativas.** Santa Maria/RS: Editora Palotti, 2005, p. 141-153.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90.** São Paulo: Xamã, 2003.

POCHMANN, Marcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.), **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2007, p. 59-73.

_____. O emprego na globalização. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **O trabalho sob fogo cruzado:** exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

PRIEB, Sérgio. A Classe Trabalhadora diante da Terceira Revolução Industrial. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS MARXISTAS. 2007. **Anais...** Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt4/sessao1/Sergio_Prieb.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2011.

_____. **O trabalho à beira do abismo.** Uma crítica Marxista à tese do fim da Centralidade do Trabalho. Ijui: Ed. Unijui, 2005.

QUAGLIO, P. Administração, supervisão, organização e funcionamento da educação brasileira. In: MACHADO, Lourdes M.; MAIA, Graziela Z. Abdian (Orgs.). **Administração e supervisão escolar.** Questões para o novo milênio**.** São Paulo: Pioneira, 2000.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais.** Lisboa: Gradiva, 1988.

RANIERI, Jesus. **A câmara escura:** alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Boitempo, 2001.

RANIERE, Jesus. **Trabalho e Dialética.** Hegel, Marx e a teoria social do devir. São Paulo: Boitempo, 2011.

REIS, Palhares Moreira. **Os servidores, a Constituição e o Regime Jurídico Único.** Brasília: CTA, 2011.

REZENDE, Flavio da Cunha. “Os leviatãs estão fora do lugar” **DADOS – Revista de Ciências Sociais,** v. 39, n. 2, p. 195-211, Rio de Janeiro, 2004.

RIBEIRO, Marlene. **Parecer Tese de Doutorado de Clarice Zientarski.** UFSM. 2013.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do Sindicalismo.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

ROMANELLI, Otoísa de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SADER, Emir. Hegemonia e contra-hegemonia para um outro mundo possível. In: SEOANE, José; TADDEI, Emílio (Orgs). **Resistências Mundiais.** Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **A Vingança da História.** São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. (1999). "Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo". In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Orgs.). **Os sentidos da democracia** - Políticas do dissenso e hegemonia global. São Paulo: Editora Vozes, 2004.

_____; RODRÍGUEZ-GARAVITO, César. "Para ampliar o cânone da produção". In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.), **Produzir para viver.** Os caminhos da produção não capitalista. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

_____. Reinventar a democracia: entre o pré-Contratualismo e o pós-contratualismo. In: HELLER, Agnes et al. **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: Contraponto-CODECON, 1999.

_____. "Two Democracies, Two Legalities: Participatory Budgeting in Porto Alegre, Brazil". In: SANTOS, Boaventura de Sousa e RODRÍGUEZ-GARAVITO, César (Orgs.), **Law and Globalization from Below.** Towards a Cosmopolitan Legality. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

_____. **O Estado social, Estado providência e de bem-estar.** 2012. Disponível em: <http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior .aspx?content_id=2968300&page=-1>. Acesso em: 10 nov. 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1983.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica.** 10. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCAFF, Fernando Facury. Guerra Fiscal, Neoliberalismo e Democracia. **Revista de Direito, Depto. de Direito.** n. 11.. jan./jun., p. 138, Santa Cruz do Sul: UNISC, 1999.

SEABRA, Sérgio Nogueira. A nova administração pública e mudanças organizacionais. **Revista de Administração Pública,** Rio de Janeiro, v. 4, p. 19-43, jul./ago. 2001.

SEMERARO, Giovanni. O pensamento crítico e a originalidade política de um Marxista criativo. In: JR, Armando Boito et al. **A obra teórica de Marx:** atualidade, problemas e interpretações. São Paulo: Xamã, 2000.

_____. **Gramsci e a sociedade civil:** cultura e educação para a Democracia. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SILVA, M. A. **Intervenções e Consentimentos:** a política educacional do Banco Mundial. São Paulo: FAPESP/Autores Associados, 2002.

SILVEIRA, Zuleide Simas da. **Concepções de educação tecnológica na reforma da educação superior**: finalidades, continuidades, e rupturas - estudo comparado Brasil e Portugal (1995-2010). 445 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SIMMEL, Georg. “O dinheiro na cultura moderna”. In: SOUZA, J. ; OËLZE, B. (Orgs.) **Simmel e a Modernidade.** Brasília: Editora da UNB, 1998.

SINDSEP/DF, Sindicato dos Servidores públicos Federais do DF. Disponível em: <www.**sindsep**-**df**.com.br/>. Acesso em: 02 jan. 2012.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações:** investigação sobre sua natureza e suas causas. v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SPINK, Peter Kevin . O Lugar do Lugar na Análise Organizacional. **Revista de Administração Contemporânea,** v. 5, p. 11-34, 2001.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke. **Parecer Tese de Doutorado Clarice Zientarski.** UFSM, 2013.

THEODORO, Maria Cecília Máximo; DOMINGUES, Gustavo Magalhães de Paula Gonçalves. Alternativas para o sindicalismo: o enquadramento sindical pela atividade do trabalhador ou do tomador de serviços. **Revista do tribunal Superior do Trabalho,** v.76, p.72-83, 2010.

TOMMASI, Livia de; WARDE, Miriam; HADDAD, Sérgio. (Org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TORRES, Ricardo Lobo. **Tratado de Direito Constitucional, Financeiro e Tributário**: o orçamento na Constituição. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

TSE-TUNG, Mao. **O pensamento de Mao Tse-Tung:** sobre a prática, sobre a contradição, sobre a arte e a literatura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. UNESCO, 2009. Disponível em: <http://www.UNESCO.org/new/pt/brasilia/about-this-office/networks/un-system-and-international-organisms/>. Acesso em: 19 jan. 2013.

UNESCO. **Marco Estratégico para a UNESCO no Brasil.** Brasília. 2006. Disponível em: <www.unesco.org.br>. Acesso em: 13 fev. 2013.

VIEIRA, Jarbas S.; HYPOLITO, Álvaro M. Reestruturação Educativa e Trabalho Docente: autonomia, contestação e controle. In: VIEIRA, Jarbas S.; HYPOLITO, Álvaro M.; GARCIA, Maria Manuela A. G. (Org.). **Trabalho docente:** formação e identidade. Pelotas: Seiva Publicações, 2002, v. 1, p. 271-283.

ZIENTARSKI, Clarice. **Autogestão - dos movimentos sociais dos trabalhadores aos movimentos dos educadores - um olhar sobre o Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria, 2006.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

WOOD, Ellen. **The Retreat from Class.** 2. ed., London: Verso, 1998.

WOOD, Ellen. **Democracia contra o capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2006.

ANEXOS

Anexo A – Entrevista com servidores efetivos do MEC

1. Você gostaria que seu nome fosse divulgado nesta pesquisa?
   a. ( ) Sim;
   b. ( ) não;
   c. ( ) indiferente divulgar ou não;
   d. ( ) definitivamente não quero que divulgue.

2. Há quanto tempo você trabalha neste órgão?
   a. ( ) menos de 5 anos;
   b. ( ) mais de 5 anos;
   c. ( ) entre 5 e 10 anos;
   d. ( ) mais de 10 anos.

3. Os agentes públicos do seu setor são concursados?
   a. ( ) todos;
   b. ( ) nenhum;
   c. ( ) quem não é concursado é DAS;
   d. ( ) além de concursados existem DAS e consultores contratados.

4. Quando você iniciou seu trabalho aqui já existiam consultores prestando serviços?
   a. ( ) Não;
   b. ( ) Sim;
   c. ( ) Teve períodos que houve e outros não;
   d. ( ) todos os períodos desde que está aqui houve trabalho de consultoria.

5. A demanda de trabalho em sua opinião é:
   a. ( ) pequena;
   b. ( ) média;
   c. ( ) grande;
   d. ( ) excessiva para o número de pessoas que trabalham no setor.

6. Qual o trabalho realizado pelos consultores que trabalham no seu setor:
   a. ( ) elaboração de produto;
   b. ( ) trabalho administrativo burocrático;
   c. ( ) trabalho de secretaria;
   d. ( ) trabalho semelhante ao realizado pelos servidores efetivos.

7. O horário de trabalho dos servidores efetivos e consultores em seu setor são:
   a. ( ) horário normal de expediente;
   b. ( ) horário diferenciado;
   c. ( ) consultores não cumprem horário;
   d. ( ) os consultores não trabalham no setor. Apenas veem para acompanhar a execução e ou entrega do produto.

As respostas resultantes dos questionamentos estão colocadas neste quadro:

Questões	Letra A	Letra B	Letra C	Letra D
Questão 1	0	3	0	0
Questão 2	0	0	0	3
Questão 3	0	0	0	3
Questão 4	0	0	0	3
Questão 5	0	0	0	3
Questão 6	3	3	3	3
Questão 7	2	1	0	0

Anexo B – Questões iniciais das entrevistas com professores/consultores

Nessa pesquisa, ao discutir as relações presentes no trabalho dos professores sujeitos da pesquisa, busca-se responder: O trabalho que está sendo realizado por estes professores indica uma possibilidade de transformação? Eles protagonizam movimentos de resistência ou o realizam de forma alienada? Qual o olhar que eles lançam sobre as questões que envolvem a categoria profissional neste momento? Como veem a sua Sugestão de entrevista.

1. Inicialmente gostaria de saber quem é você (sua trajetória profissional, pessoal, origens, formação...).

2. Como professor/a de escola básica da rede pública, como você chegou a trabalhar neste órgão estatal, ou seja, quem te contratou ou indicou? Há quanto tempo você está trabalhando aqui?

3. O que significa ser consultor? Qual seu vínculo empregatício? Quais as funções e ou atividades que competem a um consultor? Você realiza a função de consultoria no seu espaço de trabalho?

4. Você participou ativamente das ações do Movimento social dos Professores durante seu período de trabalho como docente em escola pública?

5. Como se sentiu quando chegou para trabalhar no MEC? Qual era sua expectativa?

6. O que você e os demais trabalhadores que vieram de diversos Estados brasileiros para trabalhar aqui (sem concurso) têm em comum em sua opinião?

7. Quais foram e são as maiores dificuldades encontradas? E as possibilidades e ou conquistas?

8. Quais são as ações que mais absorvem seu horário de trabalho? Qual seu horário de trabalho? Como você caracteriza o trabalho que realiza?

9. Você tem participado das decisões que definem as políticas públicas educacionais em nível de país?

10. Como você considera à questão organizativa e de gestão do seu espaço de trabalho? Por quê?

11. Quais são as ações e ou decisões que você participou no que diz respeito à política educacional?

12. Como você analisa e descreve a política educacional brasileira no contexto atual?

13. Você apoia o movimento social de sua categoria profissional em suas reivindicações frente aos governos e isto contribui de alguma forma para transformar a realidade? Do movimento alguém procura você?

14. Quais as suas expectativas para quando sair do MEC, considerando que este é um trabalho temporário?

Anexo C – Relação dos sujeitos entrevistados

ALEXANDRE; ANA MARIA; ÂNGELA; FERNANDA; MARCIA; MARCO; MARIA TERENA; MAURICIO; STELAMARIS e RAFAEL;

Formação: Licenciatura em Educação

Situação de trabalho atual: Alexandre; Ana Maria; Ângela; Márcia; Maria Terena e Maurício: Sem vínculo empregatício e sem contrato de consultoria.

Stelamaris: aposentada, sem outro vínculo e sem consultoria.

Fernanda e Marco: professores efetivos em Institutos Federais.

Observa-se que muitos dos nomes foram substituídos por pseudônimos, pois alguns sujeitos da pesquisa não consentiram em divulgar sua autoria nas entrevistas, que se encontram gravadas e transcritas em toda a sua extensão. Nestas entrevistas os sujeitos esclarecem as razões pelas quais não gostariam de ter seus nomes revelados, porém, identificam-se e assinam o termo de consentimento para divulgação das falas.